



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS ÉTNICOS E AFRICANOS

RONNIE JORGE TAVARES ALMEIDA

**“SOB O IMPÉRIO DO DETERMINISMO BIOLÓGICO”: RAÇA, RELIGIÃO,
LOUCURA E CRIME NAS TESES DA “IMPONNENTHISSIMA BASILICA DO
ENSINO MEDICO DO BRASIL” (1844-1928)**

Salvador

2011

RONNIE JORGE TAVARES ALMEIDA

**“SOB O IMPÉRIO DO DETERMINISMO BIOLÓGICO”: RAÇA, RELIGIÃO,
LOUCURA E CRIME NAS TESES DA “IMPONNENTHISSIMA BASILICA DO
ENSINO MEDICO DO BRASIL” (1844-1928)**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa Multidisciplinar de Estudos Étnicos e Africanos da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de Doutor.

Orientadora: Professora. Dra. Maria do Rosário Carvalho

Salvador

2011

Biblioteca CEAO - UFBA

A447 Almeida, Ronnie Jorge Tavares.
"Sob o império do determinismo biológico": raça, religião loucura e crime nas teses da "imponenthissima basilica do ensino medico do Brasil" (1844-1928) / por Ronnie Jorge Tavares Almeida. - 2011.
224 f. , il.

Orientadora : Prof^a Dr^a. Maria do Rosário Carvalho.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2011.

1. Negros - Brasil - Condições sociais. 2. Religião e raça. 3. Crime - Aspectos sociais - Brasil. 4. Doenças mentais - Brasil. 5. Miscigenação - Brasil. 6. Faculdade de Medicina da Bahia - Teses. I. Carvalho, Maria Rosário G. de. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

CDD - 305.896081

RONNIE JORGE TAVARES ALMEIDA

**“SOB O IMPÉRIO DO DETERMINISMO BIOLÓGICO”: RAÇA, RELIGIÃO,
LOUCURA E CRIME NAS TESES DA “IMPONNENTHISSIMA BASILICA DO
ENSINO MEDICO DO BRASIL” (1844-1928)**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa Multidisciplinar de Estudos Étnicos e Africanos da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de Doutor.

Aprovada em: _____

COMISSÃO EXAMINADORA

Maria Rosário G. de Carvalho (Orientadora) _____
Doutora em Antropologia
Professora da Universidade Federal da Bahia

Cláudio Luiz Pereira _____
Doutor em Antropologia
Professor do Programa de Estudos Étnicos e Africanos do Pós- Afro da Universidade Federal da Bahia

Lívio Sansone _____
Doutor em Antropologia
Professor da Universidade Federal da Bahia

Charbel Niño El-Hani _____
Doutor em Educação
Professor da Universidade Federal da Bahia

Ricardo Ventura Santos _____
Doutor em Antropologia Biológica
Professor do Museu Nacional

Salvador
2011

AGRADECIMENTOS

A EXU

A OGUM

A XAPANÃ

A NANÃ

A RAIMUNDO IRINEU SERRA (Mestre Irineu)

A SEBASTIÃO MOTA DE MELO (Meu querido Padrinho Sebastião)

A professora Maria do Rosário Carvalho, amiga que eu tive a honra e felicidade de ter como orientadora. Meu carinho, respeito e admiração por essa grande antropóloga, vêm de longa data, desde que entrei, em 1996, no curso de Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia. Nenhuma palavra será capaz de expressar minha gratidão por sua gentileza ao longo desse trabalho. Registro, nesse momento, o meu muito obrigado por grandiosa ajuda durante a confecção desta tese.

Ao professor Charbel Niño El-Hani, amigo e companheiro nessa minha estrada acadêmica. Agradeço os diversos incentivos e a forma paciente que me ensinou as principais questões relacionadas à ciência. Agradeço, também, pelos conselhos durante a qualificação dessa tese.

Sou muito grato ao professor Cláudio Luiz Pereira pelos incentivos e conselhos durante a qualificação. Agradeço, também, pelos muitos livros que gentilmente me emprestou. Existem poucos homens que merecem ser chamado de professor (doutores existem muitos), professor Cláudio é um desses raros seres humanos.

Às funcionárias de atendimento do Memorial de Medicina da Bahia (local onde ficam armazenadas as teses que, **supostamente**, pertencem à UFBA) que, mesmo diante das muitas dificuldades criadas pelo diretor da instituição, às quais todo pesquisador (que não seja médico!) tem que passar, trabalham com responsabilidade e geram certo acolhimento para aqueles que buscam entender o nosso passado médico.

Aos amigos Marcelo Lisboa, Edson Macedo Filho e Carolina Ramos Homem pelo incentivo e gentileza que sempre tiveram comigo. Mesmo quando pensaram estar fazendo pouca coisa, estavam ajudando muito.

A Sam Rosas, minha companheira, pela leitura paciente desse trabalho e, principalmente, por suportar meu mau humor nos momentos em que pensei que esta tese não se tornaria realidade.

A Marcel Natan (meu sobrinho-filho) pelas muitas perguntas que sempre me lançou, algumas delas, na maioria das vezes, eu nem mesmo sabia a resposta. Agradeço o seu carinho e exemplo de pesquisador mirim, sempre interessado nas muitas questões importantes para o funcionamento do mundo.

A professora Mari Ney Tavares Almeida, por me ensinar o comportamento esperado de um verdadeiro professor, mesmo para aqueles que nunca adentraram em uma sala de aula formalmente estabelecida.

Ao professor Antônio Wanderlei Tavares Almeida por me mostrar a importância em se dedicar às “artes de ensinar”. A ele, além de agradecer, dedico esse pequeno trabalho.

Entendo que se podem distribuir os mestiços por tres grupos distinctos.

Primeiro, o dos mestiços superiores, que ou pela predominancia da raça civilisada na sua organização hereditaria, ou por uma combinação mental feliz, de accordo com a escola classica, devem ser julgados perfeitamente equilibrados e plenamente responsaveis.

Segundo, o dos mestiços evidentemente degenerados, que, em virtude de ‘anomalias de sua organização physica, bem como de suas faculdades intellectuaes e moraes’, devem ser considerados, na phrase de Morel, ‘tristes representantes de variedades doentias da especie’. Estes, como já affirmava o eminente psychiatra, ‘não podem ser considerados como casos dessas molestias ordinarias que teem a sua panacéa nas officinas pharmaceuticas, nem como a expressão de uma dessas tendencias perversas cujo castigo se acha fixado nas disposições penaes de nossos codigos judiciarios’. Dentre elles, uns devem ser total, outros parcialmente irresponsaveis.

Terceiro, finalmente a dos mestiços communs productos socialmente aproveitaveis, superiores ás raças selvagens de que provieram, mas que, já pelas qualidades herdadas dessas raças, já pelo desequilibrio mental que nelles operou o cruzamento, não são equiparaveis ás raças superiores e acham-se em imminencia de commetter acções anti-sociaes de que não podem ser plenamente responsaveis. São casos de responsabilidade attenuada. (RODRIGUES, 1938, p. 217).

Não devemos nos preocupar com o ‘verdadeiro’ de uma hipótese, mas com a ‘fecundidade’ de seus resultados. Se a ciência de nossos dias infirma a exatidão de certos postulados da época em que trabalhou Nina Rodrigues, nem por isso podemos deixar de reconhecer quão fecundos foram e continuam a ser os resultados de suas investigações. (RAMOS, 2001, p. 30-31).

A explosão dos fatos, o temor aos fatos, e, em resposta a essas ocorrências, a esterilização dos fatos, confundem, cada vez mais, tanto a prática do direito quanto as reflexões que sobre ele se façam [...] Mais que tudo isso, porém, há a revolução geral de expectativas crescentes com relação às possibilidades da determinação factual e a sua capacidade de resolver questões insolúveis, que a cultura geral do cientismo gerou em todos nós [...]. (GEERTZ, 2009, p. 254-255).

E houve grandes homens pela sua energia, sabedoria, esperança ou amor – mas Abraão foi o maior de todos: grande pela energia cuja força é fraqueza, grande pelo saber cujo segredo é loucura, pela esperança cuja forma é demência, pelo amor que é ódio a si próprio. Pela fé Abraão abandonou a terra de seus maiores e foi estrangeiro na terra prometida [...] O absurdo não pertence às distinções compreendidas no quadro próprio da razão [...] O cavaleiro da fé tem também lúcida consciência dessa impossibilidade; só o que o pode salvar, é o absurdo, o que concebe pela fé. (KIERKEGAARD, 1990, p. 31-63).

RESUMO

ALMEIDA, Ronnie Jorge Tavares. “**Sob o império do determinismo biológico**”: raça, religião, loucura e crime nas teses da “Imponnenthissima Basilica do Ensino Médico do Brasil” (1844-1928). 2011. 226 f. Tese (Doutorado em Estudos Étnicos e Africanos) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

Com o fim da escravidão e a criação da República brasileira, as autoridades, muitas das quais representadas por médicos, necessitaram relacionar-se com os novos cidadãos produzidos no âmbito das mudanças econômicas, sociais e políticas. No entanto, diversas questões se interpunham: como lidar com esse novo grupo de brasileiros libertos que perambulavam pelas ruas das grandes cidades em busca de oportunidades de vida, muitas vezes, colocando em xeque o próprio futuro do Brasil como nação civilizada? Como curar o *cérebro frágil* da maioria dos mestiços nacionais? Como conter o aumento da violência que, supostamente, estava fora de controle nos anos finais do século XIX e começo do XX? Os médicos do período supunham que a sociedade, e o próprio mundo social como um todo, experimentavam uma situação de anomia, sendo o crime identificado como a verdadeira doença a requerer tratamento. No entanto, defendiam uma pluralidade de remédios para tratar dos enfermos. Esta tese tem como objeto o tratamento dos temas raça, religião, loucura e crime por parte de algumas teses apresentadas à Faculdade de Medicina da Bahia, entre os anos de 1844 e 1928, quando, no Brasil, era obrigatória a defesa de uma tese doutoral para concluir o curso superior. O seu principal objetivo é, pois, examinar os argumentos dos doutorandos baianos ao dissertarem sobre raça, religião, loucura e crime, temas de pesquisa que usualmente apareciam relacionados, mesmo quando os doutorandos tratavam de apenas um deles. Predominava a ideia, científica à época, de que uma raça inferior conduzia, necessariamente, a um determinado tipo de crença religiosa que, por sua vez, direcionava o crente para o mundo da loucura e do crime. Dessa forma, a religião se apresentava como foco privilegiado da atenção médica, posto que possibilitava a verificação da inferioridade racial dos grupos estabelecidos no país. A capacidade de desenvolver (e manter) crenças concretas, supostamente, demonstrava o estágio de desenvolvimento social e mental de cada grupo.

Palavras-Chave: Brasil - História da Medicina. Abolição da escravatura. República. Raça. Religião. Loucura. Crime.

ABSTRACT

ALMEIDA, Ronnie Jorge Tavares. “**Under the rule of biological determinism**”: race, religion, madness and crime in the theses of the "Imponenthissima Basilica do Ensino Médico do Brasil" (1844-1928). 2011. 226 pp. Thesis (Doctorate in Ethnic and African Studies - College of Philosophy and Human Sciences, Federal University of Bahia, Salvador (Bahia, Brazil), 2011.

Following the end of slavery and the creation of the Brazilian Republic, government officials, many of whom were physicians, were required to relate to the new citizens emerging from those economic, social and political changes. However, a number of issues intervened: How should they deal with this new group of freed Brazilians who were wandering along the streets in the large cities in search for their life opportunities, often calling into question the very future of Brazil as a civilized nation? How should they cure the *weak brain* of most mixed-race citizens? How should they contain the supposedly out-of-control increase in violence in the late 19th and early 20th centuries? Physicians at the time assumed that the social world as a whole and society in particular were experiencing anomic events with crime being thus held as a true disease to be duly treated. The prescribed medicine for such a malady, however, varied enormously. This thesis focus on the way such themes as race, religion, madness and crime were approached in the theses submitted for approval at the Bahia College of Medicine (Faculdade de Medicina da Bahia) between 1844 and 1928, a period in which the presentation of a doctoral thesis was a graduation requirement in Brazil. It is therefore aimed at examining the supporting arguments used by the authors of those theses to approach race, religion, madness and crime, research themes that co-occurred even when such authors were dealing with just one of them. The idea, then considered as scientific, that was shown to prevail was that an inferior race was necessarily conducive to a certain kind of religious belief, which, in turn, led the believer into the world of madness and crime. Religion was thus seen as a privileged focus of medical attention, since it enabled the verification of the racial inferiority of the groups settled in the country. The ability to have (and cling to) concrete beliefs was assumed to show the social and mental stage of development of each group.

Key words: Brazil - History of Medicine. Slavery Abolition. Republic. Race. Religion. Madness. Crime.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Autores citados no segundo capítulo desta Tese	73
Quadro 2 - Autores citados no terceiro capítulo desta Tese	126
Quadro 3 - Autores citados no quarto capítulo desta Tese	162
Quadro 4 - Observações apresentadas por Antônio Ribeiro Gonçalves	185
Quadro 5 – Observações apresentadas por Antônio Ribeiro Gonçalves	195
Quadro 6 - Autores citados no quinto capítulo desta Tese	204

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Figura 1 - Kleptomaniaca Maria	188
Figura 2 - Envenenadora Patrícia	191
Figura 3 - “Fotografia 3 - “Gatuno Germano”	193

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO: OS PENSADORES BAIANOS E SUAS TESES	13
2	UM POVO DE RAÇA E A RAÇA DE UM POVO	22
2.1	A RAÇA <i>BRASÍLIS</i> : ENTRE A ORDEM E A DESORDEM	24
2.2	RAÇA E RELIGIÃO: UMA QUESTÃO DE ORIGEM	26
2.3	UM PONTO DE VISTA MAIS RELIGIOSO	32
2.4	UM PONTO DE VISTA MAIS POLÍTICO	33
2.5	“SOB O IMPERIO DO DETERMINISMO BIOLOGICO”	40
2.6	“DEGENERESCÊNCIA” RACIAL E MISTIÇAGEM	49
2.7	MISTIÇOS E DEGENERADOS COMO “BORBOLETAS SOCIAES”	58
3	RELIGIÃO E RELIGIOSIDADE NA BAHIA	74
3.1	A “SANTA E SUBLIME RELIGIÃO”	76
3.2	RELIGIÃO – COMO “UM MAL SOCIAL”	82
3.3	RECAPITULANDO...	99
3.4	CASAMENTOS, NACIONALISMO E CIVILIZAÇÃO	100
3.4.1	Casar ou não casar, eis a questão	104
3.4.2	O “Casamento medico”	107
3.4.3	A “Herança do caracter nacional”	112
3.4.4	A civilização e o aumento dos “males sociaes”	118
3.4.5	A herança branca como negativa	122
4	A LOUCURA E SONHO DE PUREZA	127
4.1	OS LOUCOS CRIMINOSOS E OS ESPECIALISTAS	132
4.2	OS DOENTES MENTAIS COMO PROBLEMA DE PESQUISA	136
4.3	SUGESTÃO E EDUCAÇÃO: PROBLEMA E SOLUÇÃO AO MESMO TEMPO	139
4.4	HIPNOSE, A SUGESTÃO POR EXCELÊNCIA	143
4.5	LOUCURA E FRAGILIDADE CEREBRAL: O ASILO PRISÃO	147
4.6	LOUCOS, RELIGIOSOS E PERIGOSOS: DOIS MILENARISTAS DE PESO	151

4.7	OS MUCKERS: “[...] MISCIGENAÇÃO DE COMPORTAMENTOS E SENTIMENTOS [...]”	153
4.8	CONSELHEIRO: UM MESTIÇO METIDO A MÉDICO E PADRE	158
5	CRIMES E CRIMINOSOS: A HORA DA FAXINA SOCIAL	163
5.1	OS DESAJUSTADOS DO SÉCULO XXI: O ENCONTRO ENTRE O PASSADO E O PRESENTE	171
5.2	O MÉDICO COMO JURISTA, SOCIÓLOGO E PSICÓLOGO	174
5.3	CRIMINALIDADE, SOCIEDADE E CIVILIZAÇÃO	177
5.4	CRIMINALIDADE & BIOLOGIA: “A HUMANIDADE NA INFANCIA”	180
5.5	OBSERVAÇÕES: ENTRE O MUNDO “REAL” E A FICÇÃO	186
5.6	CRIME E DEGENERAÇÃO NA RAÇA BRANCA	200
6	CONCLUSÃO	205
	REFERÊNCIAS	210

1 INTRODUÇÃO: OS PENSADORES BAIANOS E SUAS TESES

Ao procurar o racista em Nina Rodrigues, encontrei um intelectual genuinamente preocupado com as contradições em que o colocavam suas informações teóricas quando comparadas com suas observações empíricas. (CORRÊA, 2001, p. 59).

Pesquisadores que se ocuparam das teses produzidas por doutorandos das Faculdades de Medicina do Brasil até 1928, quando muda o modelo de ensino e pós-graduação do país, se depararam com a necessidade de discutir o contexto acadêmico no qual esses trabalhos foram produzidos¹. Examinar uma tese escrita há mais de cem anos e tentar seguir as ideias nelas contidas não parece trabalho fácil de realizar, principalmente, porque muitos dos doutorandos não demonstravam disposição em produzir teses. Escreviam, predominantemente, por obrigação legal – com o intuito de concluir o curso de medicina. Outra dificuldade, evidenciada por Mello (2004, p. 211), era que os evolucionistas ao redor do mundo e que constituíam a maioria dos doutorandos da Faculdade de Medicina da Bahia não se preocupavam muito com o rigor das fontes utilizadas. Serviam-se igualmente tanto das informações presentes na Bíblia ou nas mitologias gregas, como dos documentos históricos – todos possuíam, para eles, o mesmo valor “*científico*”. Nesse contexto, os doutorandos baianos se comportavam como verdadeiros “*bricoleur*”, arranjando-se com os textos e teorias disponíveis e produzindo uma espécie de “bricolage intelectual” do tipo intuitiva (LÉVI-STRAUSS, 1989, p. 31-35). Eles pretendiam conhecer, e resolver, os muitos problemas sociais presentes na sociedade brasileira mediante a combinação das diversas teorias oriundas da Europa e dos conhecimentos acerca da nossa própria “miséria racial”. Como ficará evidenciado através das teses que apresentaremos, as ideias dos estudantes de medicina da

¹ Todas as Teses desse estudo (que foram utilizadas como fontes primárias) fazem parte do acervo do Memorial da Antiga Faculdade de Medicina da Bahia. Inicialmente selecionamos quarenta teses para nosso estudo. No entanto, durante a análise do material, resolvemos descartar sete delas que não se prestavam ao tipo de estudo que pretendíamos empreender. Por este motivo, utilizamos, apenas, trinta e três teses como fontes primárias, que aparecem listadas ao final desta pesquisa. A seleção das teses ocorreu a partir do primeiro contato que tivemos com o material no nosso mestrado. Naquela oportunidade, verificamos que os doutorandos baianos tratavam a raça, a religião, a loucura, e o crime, como parte de um mesmo discurso analítico. Optamos por selecionar teses que ainda não haviam sido submetidas a uma análise exaustiva da história das ciências brasileira. Este procedimento buscava escapar das discussões já consagradas e encontrar novos problemas de pesquisa a partir do material estudado. Utilizamos, também, algumas teses como fontes secundárias, dois exemplos marcantes são: a) a tese de Domingos Guedes Cabral, que foi rejeitada pela Congregação da Faculdade de Medicina da Bahia, em 1875; e a tese de Afrânio Peixoto, apresentada na versão publicada em forma de livro (primeira edição de 1898), por conter, simultaneamente, uma apresentação de Nina Rodrigues e outra de Juliano Moreira, autores que discordavam em relação aos temas que tratamos na nossa tese doutoral. O período de análise em nosso estudo foi definido levando-se em consideração dois marcos histórico. O período inicial (1844) coincide com o momento da defesa, na Faculdade de Medicina baiana, da primeira tese inspirada nas ideias de Augusto Comte (ver nota nº19), autor que estamos aceitando como relevante para a maioria dos doutorandos baianos que escreviam sobre o campo moral; o período final coincide com as mudanças no sistema de ensino, graduação e pós-graduação do Brasil que, em 1928, abandonará o modelo de doutorar jovens a partir do que hoje nós denominamos graduação.

Bahia poderiam ser enquadradas num contexto entre a ciência europeia oficial e um senso comum especializado ou, se preferirem, entre um pretenso saber internacional e a experiência local.

Entender o pensamento desses doutorandos foi a opção seguida por Castro (1973), quando investigou as ideias filosóficas formuladas nas teses. Este trabalho, um dos primeiros nesse tipo de estudo relacionado à Faculdade de Medicina baiana, sempre deve ser lembrado com o devido respeito e crédito. Outra possibilidade foi adotada por Ribeiro (1997), quando discutiu as ideias intelectuais desenvolvidas na Faculdade Baiana através da produção de seus memorialistas². Enquanto o primeiro empreendimento buscou identificar as ideias filosóficas presentes nas teses, descortinando o pensamento da instituição a partir das reflexões teóricas dos alunos, o segundo estava empenhado em refletir sobre o pensamento médico baiano a partir das opiniões dos professores da Faculdade.

Os memorialistas da Faculdade baiana estavam imbuídos do intuito de criar uma imagem positiva da instituição, passível de ser percebida por pesquisadores, no futuro, através da produção de uma História oficial do ensino médico baiano, cuja matéria prima eram as “memórias” (RIBEIRO, 1997). O que era conveniente para a instituição era divulgado, ao passo que os registros prejudiciais eram esquecidos. Por esse motivo, supomos que algumas memórias históricas não foram aceitas e outras tantas sequer foram escritas. Defendemos essa posição – a prevalência, no âmbito da Faculdade de Medicina da Bahia, de uma posição de acolhida para o que era considerado favorável à instituição, e de rejeição para o julgado desfavorável – ao examinarmos a tese de Domingos Guedes Cabral, rejeitada pela Congregação da Faculdade baiana em 1875 e, portanto, não constando na memória de 1877 (já que a de 1876 não foi escrita). Como explicar que um evento singular como esse fosse esquecido? As “memórias” serviam, pelo menos na perspectiva da instituição, para lembrar o passado heróico da Faculdade de Medicina baiana, desconsiderando os conflitos mais sérios e importantes ali ocorridos (ALMEIDA, 2005).

Não estamos supondo, com isso, que os conflitos não chegassem à congregação da Faculdade, nem às páginas das Memórias Históricas. Algumas críticas, principalmente aquelas direcionadas ao alunado em geral e a professores específicos, eram bem frequentes e, rotineiramente, chegavam às páginas das diversas “gazetas” médicas do país.

² As Memórias Históricas das Faculdades foram instituídas em 1854 com o objetivo de a) narrar os fatos mais notáveis do ano decorrido, b) indicar o grau de desenvolvimento das doutrinas nos cursos públicos e particulares, c) reflexões pessoais (RIBEIRO, 1997).

Em março de 1897, por exemplo, o professor Nina Rodrigues, então encarregado de relatar os acontecimentos importantes do ano anterior, fez duras críticas aos alunos e professores que não atribuíam o devido crédito ao ensino prático. Segundo ele: “As causas reais da diserção dos alunos, do pouco caso que eles dão aos cursos práticos, derivam todos da benevolência exagerada dos examinadores, dessa criminosa condescendência nos exames, de que já foi, pelo senhor diretor, advertida a esta congregação que nada pôde articular sobre os graves casos especificados.” (RODRIGUES, 1976, p. 26).

Aprofundando a crítica aos professores, Nina Rodrigues relata uma contenda ocorrida no ano anterior à sua comunicação. Esses enfrentamentos e a desatenção para com o ensino como um todo (e ao prático, em particular) é que justificariam as dificuldades pelas quais as instituições de ensino superior estariam passando³. Quanto ao incidente, Rodrigues o refere nos seguintes termos:

É cousa bem sabida que a luta pouco edificante entre os examinadores do 3º ano, luta que preencheu todo o ano findo e ameaça prolongar-se por este ano adiante, está a nos advertir, numa gama sempre crescente, de desconsideração e desprestígio do professorado superior. (RODRIGUES, 1976, p. 26).

Os conflitos ocorriam e, algumas vezes, ganhavam o espaço público. Entretanto, boa parte deles dirimia-se dentro dos muros da instituição e não chegavam a ser registrados. Nina Rodrigues entrega seu relatório à Congregação, após fazer críticas aos alunos, professores e à própria Faculdade, afirmando que estaria com a consciência tranqüila em relação ao fim “que na vossa alta sabedoria, aprouver dar-lhes.” (RODRIGUES, p. 30).

Em nossa tese, apresentaremos as ideias presentes nas teses de doutoramento da Faculdade de Medicina da Bahia, procurando identificar formulações que versem sobre raça, religião, loucura e crime, temas que constituem nosso objeto de investigação. Pretendemos, sempre que for possível, contrapor as reflexões dos alunos com as de seus mestres, principalmente quando surpreendermos conflito de opinião. Inicialmente discutiremos a questão racial presente nas teses, procurando compreender quais eram as noções de “raça” utilizadas pelos alunos do curso de medicina da Bahia.

³ As Faculdades de Medicina do país passaram por importantes reformas durante todo o século XIX, tanto em relação à liberdade profissional quanto ao fortalecimento do ensino prático. Duas delas merecem destaque: a primeira, denominada de “A Reforma de Bom Retiro”, levada a termo por Luis Pedreira de Couto Ferraz (Visconde de Bom Retiro), apresentou “novos estatutos, reformulou a administração e ampliou o quadro docente com a criação da classe de opositores”. Além disso, foi criada a Congregação de lentes para auxiliar o diretor da instituição. A segunda, que vigorou a partir de 1879, foi a mais importante das reformas, defendendo com rigor a liberdade médica e o ensino prático. Essa reforma foi tão profunda que chegou a propor, pela primeira vez, “a possibilidade de diplomação de mulheres” (FERREIRA et al., 2001, p. 67). Uma crítica profunda aos exageros dos legisladores brasileiros na produção de reformas para as faculdades de medicina, principalmente em relação ao período republicano, pode ser encontrada em uma comunicação realizada por Oscar Freire de Carvalho, em 1921, na Faculdade Medicina de São Paulo (CARVALHO, 1921).

A “raça” constituía o principal elo entre os diversos “males sociais” do povo brasileiro. A partir de um discurso sobre as matrizes raciais formadoras do nosso povo, alguns doutorandos supunham poder encontrar as respostas que possibilitariam ao país ingressar no mundo civilizado. Muitos médicos não estavam preocupados apenas em curar os doentes; eram muito mais ousados, queriam curar o próprio Brasil:

[...] para ‘curar’ a sociedade brasileira, a medicina social instituiu novas técnicas de controle social como forma de combater as causas das ‘doenças sociais’. Para a medicina social, as causas dos males do Brasil eram o clima tropical e a miscigenação racial. (ADIALA, 1986a, p. 3).

Após enfrentar os problemas relacionados com a “nossa raça”, os doutorandos dirigiam suas reflexões para a religião e religiosidade do povo brasileiro. Eles supunham que a religião fosse o primeiro degrau de uma escada que conduziria uma raça frágil como a nossa para a sua total destruição. Evidentemente que, principalmente nas teses mais atreladas aos valores da Colônia e do Império, os discursos não eram, necessariamente, contra a religião como um todo. Alguns poucos doutorandos assumiam a responsabilidade (e o ônus) de defender o cristianismo, principalmente aquele tipo considerado como sendo a religião oficial do Estado brasileiro. Encontramos, nas teses da Faculdade de Medicina baiana, dois tipos de discursos relacionados à religião/religiosidade. Em algumas poucas teses, verificamos a defesa, muitas vezes exagerada, da religião católica. Os doutorandos assumiam a missão de defendê-la dos inimigos, representados, naquele momento, tanto pelos outros modelos religiosos (espíritas, protestantes, religiões de matriz africana), como pelos diversos doutorandos que se diziam “livres pensadores” (leia-se ateus/agnósticos), que, ao que tudo indica, estavam aumentando consideravelmente no país após os anos de 1870. Em 1905, surpreendentemente, encontramos em pleno “templo do saber” baiano uma tese dedicada à defesa da religião espírita. O doutorando Adolpho Rabello Leite acreditava que o espiritismo poderia ajudar a ciência a lidar com as doenças mentais, parecendo-lhe necessário, apenas, que esta forma de saber fosse retirada das mãos dos “crentes ignorantes” e colocada a serviço da ciência.

Um segundo discurso direcionado à religiosidade do povo brasileiro procurava apresentar os supostos males que a crença religiosa proporcionava aos seus seguidores, sendo, inclusive, a grande responsável pelo aumento dos “males sociais” e das desordens que, supostamente, estariam acometendo uma parte significativa da sociedade brasileira. Este modelo de tese doutoral não poupava ninguém, atacando, indistintamente, todas as formas de crenças religiosas.

Até o fim da escravidão oficial no país e a proclamação da República, os ataques eram mais direcionados à religião católica, que muitos criam ser a base do modelo apoiado no trabalho compulsório dos negros e mestiços⁴. Após esse período, os ataques são mais direcionados para aquelas religiões que buscavam materializar o mundo extra-físico, a exemplo do candomblé e, principalmente, do espiritismo kardecista. Este modelo religioso incomodava sobremaneira os doutorandos baianos, exatamente porque era conduzido por homens brancos, o que dificultava aplicar-lhe o discurso contra a religiosidade dos negros e mestiços da terra. A pergunta que se impunha era a seguinte: como provar que a mimese estava relacionada com os negros e mestiços inferiores se homens brancos (supostamente superiores) começavam a permitir que os espíritos do passado invadissem seus corpos nas sessões espíritas? Para tornar mais difícil a situação, alguns desses homens pertenciam à classe que se acreditava mais preparada para representar o estado positivo da ciência. Quando médicos passavam a se entregar ao estado mimético, constituindo prova de que possuíam um cérebro frágil e inferior, sinalizavam que algo muito estranho estava acontecendo com a sociedade brasileira, colocando o Estado-nação à beira do penhasco escuro representado pelo nosso passado ancestral. Por este motivo, os discursos relacionados à religião e à religiosidade careciam ser muito mais duros contra as manifestações de homens brancos entregues ao seu passado ancestral, recebendo em seus corpos seres de outros mundos (espíritos e deuses), em pleno final do século XIX ou começo do XX. Esta afronta, os médicos baianos não podiam aceitar.

Ainda no segundo capítulo, dedicado à análise da religiosidade brasileira, discutiremos as dificuldades para se formar um Estado-nação forte nos Trópicos. As teses baianas compõem uma teia emaranhada e com diversas pontas ligadas entre si, que buscavam mostrar que um cérebro frágil (fruto das “escolhas” raciais aqui desenvolvidas) conduziria a tipos específicos de religiosidade, que, por sua vez, exporiam com crueza a nossa incivilização, impossibilitando o nosso ingresso no Velho Mundo civilizado.

As relações afetivas e sexuais ocorridas ao largo do controle do Estado e do mundo religioso se apresentavam como perigosas porque potencializavam o espaço para a perpetuação de seres degenerados, oriundos da mistura racial entre homens brancos (superiores) e mulheres negras/mestiças (inferiores).

⁴ A nossa tese entende que os “negros” são aqueles seres humanos que foram trazidos compulsoriamente da África, e os “mestiços” são todos os que nasceram no Brasil, independente da cor da pele ou de ter ou não experimentado o processo de miscigenação local. Este tipo de posicionamento se dá devido às dificuldades em se decifrar, com o mínimo de segurança, o que significa ser negro ou ser mestiço nos discursos dos doutorandos baianos. Veja, por exemplo, as fotos disponibilizadas por Gonçalves (1902), nas quais a “kleptomaniaca Maria” aparece como “parda” e a “envenenadora Patricia” aparece como sendo “negra”.

Uma das poucas unanimidades expressas nas teses é a condenação ao celibato, seja religioso ou por opção individual: os celibatários eram acusados do cometimento de um crime duplo. Primeiro, de virar as costas aos ensinamentos da Igreja Católica (e por este motivo condenados pelos doutorandos que defendiam a religião); e, segundo, de dificultar o desenvolvimento de uma raça sadia no país (já que suas aventuras se davam com mulheres racialmente inferiores, grupo formado, majoritariamente, por prostitutas), fazendo com que os doutorandos contrários à religião se alinhassem, também, contra eles. Não casar dentro das regras preceituadas pela fé e ciência da época, ou seja, com mulheres de “bem” e higienicamente saudáveis, produziria brasileiros com cérebros cada vez mais frágeis, conduzindo o Brasil rumo ao seu passado ancestral. Para a maioria esmagadora dos doutorandos baianos, essa situação concorreria para o aumento do número de doentes mentais que perambulavam pelas cidades, inviabilizando, assim, o futuro do país.

No terceiro capítulo, apresentaremos algumas reflexões sobre a loucura que, na visão dos doutorandos baianos, estava ganhando espaço em países como o Brasil, principalmente entre os mestiços pobres. As “doenças do espírito” seriam o caminho natural daqueles que, possuindo um cérebro frágil, se dedicassem a certas religiões, em especial aquelas consideradas com fortes traços de *primitivismo*. A maioria dos autores da época acreditava que toda e qualquer fé religiosa gerava desequilíbrios; outros, mais comedidos, combatiam, apenas, as religiões que, supostamente, estavam mais distanciadas do estado positivo. Conforme prescrevia a doutrina comteana, o catolicismo, por ser monoteísta e estar em vias de abandonar o fetichismo, deveria ser mais aceito, não sendo prudente atacá-lo (LINS, 1964). Diversos doutorandos acreditavam, dogmaticamente, que a sociedade brasileira estava ameaçada, constantemente, de experimentar um estado anômico. O aumento das doenças mentais se apresentava como um alerta para os especialistas, exigindo-lhes se alinhar na defesa do frágil mundo social brasileiro.

Mesmo quando se tratava de estados anômicos mais graves, a exemplo daqueles envolvendo os líderes religiosos capazes de liderar uma comunidade inteira contra o Estado brasileiro, os médicos e doutorandos baianos enfatizavam, apenas, os aspectos que corroboravam os discursos científicos da época. Os eventos que representavam algum problema para as formulações médicas do período eram simplesmente negligenciados. Um exemplo marcante desse tipo de comportamento científico pode ser constatado nos eventos relacionados a Antônio Conselheiro⁵ e à Jacobina Mauer. O primeiro caso, que envolveu

⁵ Seguramente, a guerra de Canudos modificou a forma de os doutorandos refletirem sobre o mundo do sagrado. Ademais que, nos meses finais do conflito, a Faculdade baiana participou do esforço de guerra,

negros e mestiços pobres, será objeto de intensa discussão; já o segundo, envolvendo imigrantes europeus, protestantes e *brancos puros*, será esquecido. Os doutorandos apresentavam e discutiam, assim, as informações e os acontecimentos que fortaleciam as suas próprias hipóteses teóricas.

A presença de “doentes mentais” perambulando pelas ruas das grandes cidades brasileiras causava tensão no âmbito da comunidade médica, já que parecia atestar a incapacidade brasileira de ingresso no mundo civilizado europeu. Dessa forma, encontrar mecanismos que legitimassem a retirada dessas pessoas das ruas, possibilitando sua condução aos espaços higienicamente preparados para este fim, era o sonho dos especialistas do período. Eles pretendiam manter, estas pessoas, que representavam com bastante nitidez nosso passado ancestral, submetidas à esfera da atenção médica. Os pobres em geral, e os negros e mestiços em particular, eram os candidatos por excelência ao rótulo de desajustados sociais. Seus hábitos e costumes, que lembravam a África (palco por excelência dos comportamentos miméticos), eram largamente utilizados como justificativa para encerrar homens e mulheres em alguma *instituição total* do período. Na prática, essa situação significava a perda dos poucos direitos civis conquistados com o fim da escravidão e o advento da República.

Esse mecanismo possibilitava, assim, o controle eficaz das insatisfações dos grupos subalternos. O recado era claro e direto: aqueles que se comportassem em desacordo com o esperado pelo grupo étnico dominante, principalmente os que pretendessem lutar por direitos políticos, seriam considerados desajustados, bastando o parecer do especialista médico, para serem dirigidos à prisão (por um tempo determinado) ou ao sanatório (que poderia perdurar por toda a vida). Os diagnósticos médicos relacionados à loucura procuravam assegurar a estabilidade social a partir do controle efetivo das camadas populares da sociedade.

Os responsáveis pela ordem pública brasileira sabiam, evidentemente, da impossibilidade de conseguirem aprisionar todos os que recebiam o rótulo de desajustado social, fosse devido ao grande contingente (já que o rótulo poderia ser aplicado à maior parte da população do país), fosse porque não existiam espaços físicos suficientes destinados a este

inclusive fechando, por três meses, suas portas como instituição de ensino. Diversos alunos dos cursos de medicina e farmácia viajaram para o teatro do conflito e outros tantos prestaram serviço nas diversas enfermarias montadas na capital baiana. Esse trabalho de campo deve ter possibilitado novas reflexões acerca dos perigos que o mundo religioso poderia proporcionar para uma raça frágil como a brasileira: “Entre idiossincráticos, fanáticos, degenerados, criminosos e bêbados,... Antonio Vicente Maciel e seus seguidores saíram da caatinga e ganharam as páginas das dissertações de doutoramento de alguns alunos da faculdade. As teses, apesar de alguns formandos a considerarem fastidiosas, se apresentaram como uma outra ferramenta de manifestação dos estudantes, isto é, um outro espaço de produção intelectual, junto com jornais e outras formas de divulgação de idéias.” (PINHEIRO, 2009, p. 126).

fim. Dessa forma, os diversos *engenheiros da ordem social* pretendiam, apenas, criar um discurso científico passível de amedrontar os insatisfeitos, mantendo-os sob rígido controle social.

No último capítulo, analisaremos os discursos das teses da Faculdade baiana relacionados aos crimes e aos criminosos. Para a maioria dos doutorandos, esta seria a principal questão a requerer solução, dado que determinaria o ingresso do Brasil no mundo civilizado. Enquanto o louco atestava a fragilidade mental do povo brasileiro, o criminoso apresentava essa fragilidade no mundo social, ganhando cada vez mais espaço através dos meios de comunicação e exibindo o que todos desejavam esconder. Nos discursos médicos do período, o criminoso era o mimético por excelência, representando, sem qualquer maquiagem, o nosso passado ancestral. O desfile de desequilibrados mentais pelas ruas das grandes cidades brasileiras sinalizava para algo perigoso em marcha. Os criminosos representavam uma desordem ainda maior, pois propunham que a velha ordem hierárquica fosse desrespeitada. Eles desconsideravam a prerrogativa dos brancos de preencher os melhores postos de trabalho – em verdade, rompiam com o próprio mundo do trabalho (não aceitavam os postos disponibilizados aos negros e mestiços pobres, afastando-se de toda e qualquer atividade considerada honesta) – com o que ameaçavam velha ordem. Ademais, eles invertiam as regras do mundo social, impelindo as sociedades em direção ao estado de natureza, no qual valeria, apenas, a lei do mais forte.

Até as primeiras décadas do século vinte, uma parcela significativa dos médicos, influenciados pelos diversos tipos de positivismo que circulavam no Brasil, acreditavam que a ordem era o caminho natural da humanidade – aqueles que se desviassem estariam nos estágios anteriores ao estado positivo. Para o caso brasileiro, defendiam, também, que a maioria da população não havia atingido esse estágio. Dessa forma, pretendiam adaptar os discursos formulados pela criminologia europeia para que funcionassem mais eficazmente no Brasil. Os diversos doutorandos que enveredavam pelas discussões relacionadas à criminalidade brasileira sabiam da necessidade de se afastar das teorias que diagnosticavam como inviável o surgimento de uma sociedade civilizada nos Trópicos. Assim, eles utilizavam as teorias, fossem as europeias fossem as nacionais, de modo pragmático, retirando delas, apenas, as formulações voltadas para a integração social e, ao mesmo tempo, para a reafirmação de poder o Brasil se tornar civilizado.

Para tratar a raça, a religiosidade, a loucura e, principalmente, os atos criminosos, os médicos desenvolveram um discurso que empregava, conjuntamente, explicações relacionadas à herança racial e às interpretações do mundo social brasileiro. Nesse último

capítulo, os motivos para a utilização desses dois modelos discursivos (identificados ao longo da nossa tese) serão clarificados. A nossa suposição é que eles faziam sentido como parte de um grande projeto concernente aos brancos responsáveis pela administração do Brasil da época. Esse projeto buscava reconduzir os negros e mestiços aos seus devidos lugares que, sob a ótica racista dos anos iniciais do século vinte, eram bem distantes das vantagens advindas com a República e, principalmente, das esferas de poder do país.

Uma introdução costuma ser um vôo panorâmico sobre o texto produzido. Para ser lida com mais clareza, faz-se necessária uma digressão mais completa e que almeje chegar aos lugares mais longínquos suscitados pelo material escrito. A partir deste momento, deixaremos os leitores livres para realizarem essa expedição. Esperamos que encontrem um território atraente e pouco explorado nas teses da antiga Faculdade de Medicina baiana. Para ajudar nessa viagem de descobrimento, disponibilizamos, ao fim de cada capítulo, uma tabela que apresenta os diversos doutorandos utilizados, com indicação dos outros capítulos em que eles reaparecem. Afinal de contas, como nos ensina Challoub (2001, p. 19), “O passado é um outro país. Tudo lá parece diferente”. Desejo a todos uma boa viagem!

2 UM POVO DE RAÇA E A RAÇA DE UM POVO

Mesmo quando se trata de comparar hordas bárbaras com nações civilizadas, uma consideração impõe-se a nossas mentes: até que ponto cada item da vida das raças inferiores transforma-se em procedimentos análogos nas raças superiores, sob formas não tão mudadas que não possam ser reconhecidas e, às vezes, praticamente intocadas? (TYLOR, 2005, p. 75-76).

“Quem tem raça é cachorro.”
(RIBEIRO, 2009, p. 2).

Quando o assunto era a “raça” do nosso povo, os discursos seguiam em diversas direções, principalmente porque, no caso específico do Brasil, parecia impossível tratar da questão racial sem enfrentar os males supostamente advindos dos intercursos entre os diversos grupos aqui estabelecidos, a polêmica questão da mestiçagem. Havia doutorandos influenciados por pensadores como o conde de Gobineau, que viveu no Brasil entre abril de 1869 e maio de 1870, e para quem a mistura racial era algo extremamente negativo e resultava em seres híbridos, que exibiam todas as características negativas das duas raças originais – o produto seria pior do que as matrizes primárias (RAEDERS, 1988, 1997). Havia outro grupo, influenciado por pensadores como Sylvio Romero, que supunha ser a mestiçagem fundamental para a produção de um povo sadio nos trópicos. Para esses intelectuais, a mistura produziria, em um futuro próximo, homens brancos⁶ e superiores (SCHWARCZ, 1995). Além disso, para esse último grupo, a mestiçagem era considerada benéfica para quem necessitava viver em áreas climáticas complexas, como era o caso do Brasil (RAMOS, 2004).

Para uma parcela crescente de autores que se dedicaram à questão racial brasileira nos anos do pós Segunda Guerra mundial, a grande dificuldade à incorporação dos negros e mestiços estaria relacionada às classes sociais e não, especificamente, ao componente racial. O lócus privilegiado da manifestação desse preconceito de classe eram os casamentos. O consórcio poderia até acontecer entre pares com pigmentações da pele distintas, desde que dentro da mesma classe social (MÉTRAUX, 1951; FERNANDES, 1978; AZEVEDO, 1986). Este posicionamento está em desacordo com as “pesquisas científicas” da maioria dos doutorandos da Faculdade de Medicina da Bahia até, pelo menos, as três primeiras décadas do século XX.

⁶ De acordo com Corrêa (2001, p. 45), Romero se posicionou, em 1905, a favor da imigração portuguesa devido à facilidade de miscigenação desse povo, situação que não estaria ocorrendo com as Colônias alemãs do Sul do Brasil. Esta preocupação com o futuro do país como nação, fruto desses outros Estados-nação que estariam sendo criados no Sul do Brasil, era preocupação constante de alguns doutorandos, como, por exemplo, GUIMARÃES (1911).

Apresentaremos, a seguir, o posicionamento de alguns doutorandos da Faculdade de Medicina baiana em relação à questão racial como um todo e, na seqüência, refletiremos acerca da ideia de mestiçagem. A raça aparecia como fundamental nos discursos relativos ao futuro do Brasil e, conforme nosso entendimento, também no que concerne à compreensão da relação entre os outros três conceitos-chave aqui tratados: religião, loucura e crime.

Ao longo do século XIX, principalmente a partir da década de 1840, o Brasil experimentou um profundo processo de modernização, buscando, cada vez mais, aproximar-se dos ideais civilizatórios produzidos na Europa e na França em particular (REIS, 2008, 1995; RAMOS; MAIO, 2010). Diversos historiadores elegeram a década de 1870 como o momento mais dramático desse empreendimento “modernizador”, que buscou recuperar os diversos espaços públicos e torná-los mais higiênicos. Da mesma forma, os cientistas da época tentavam modernizar a raça brasileira, tornando-a mais adaptada aos novos tempos. De acordo com Turazzi (2001), o termo utilizado por políticos e intelectuais do final do século XIX e começo do XX era “melhoramentos”. Este termo pretendia dar conta tanto das melhorias nos espaços públicos como dos melhoramentos introduzidos na raça brasileira. Melhorar o espaço público, filiando-se a uma lógica civilizatória proposta pela França, possibilitaria melhorar o próprio ser humano brasileiro.

Ao consultarmos algumas das teses produzidas por estudantes baianos entre os anos de 1870 e 1920, temos a nítida impressão de que eles estavam preocupados em produzir melhoramentos na sociedade em que estavam inseridos. O processo modernizante só se concretizaria se ocorressem modificações nos espaços públicos e, ao mesmo tempo, se fossem engendradas mudanças na própria visão de mundo das pessoas beneficiadas. Buscava-se mudar o “espírito nacional”, tornando-o mais culto.

Embora muitos pensadores nacionais, principalmente a partir dos anos de 1870, com a entrada do darwinismo no Brasil, tenham se declarado contra o positivismo de Auguste Comte, a exemplo de Sylvio Romero, que acreditava tê-lo abandonado a partir do contato com as ideias de Herbert Spencer (ROMERO, 1895), o suposto de que a sociedade como um todo, e a religião em particular, seguiam uma determinada direção e que, se observadas as ações e crenças de um povo, seria possível identificar em que momento do processo civilizatório ele estaria situado (COMTE, 1978), sempre esteve presente nas teses consultadas. Era necessário melhorar a mentalidade do povo brasileiro, afastando-o das formas de pensar do passado, para que ele se tornasse mais apto a resistir às investidas de uma raça inferior que dormitava em seu íntimo.

2.1 A RAÇA *BRASÍLIS*: ENTRE A ORDEM E A DESORDEM

A possibilidade de que as categorias venham a perder o controle que exercem, ou parecem-lhe exercer, sobre o mundo repercute como verdadeiro pânico em sua consciência. Por esta razão, o homem reconhece a existência de algo intrinsecamente bom e virtuoso na lei e na ordem. (RODRIGUES, 1983, p. 14).

Mesmo tratando de assuntos que, aparentemente, não guardavam relação com a questão racial, o tema surgia nos discursos dos doutorandos com aparente naturalidade. Em uma tese que pretendia discutir o sobrenatural e sua suposta relação com o mundo da loucura, encontramos uma crítica aos Estados Unidos devido à forma como este país tratava a raça negra. O autor se refere ao povo Norte americano como *vândalos* e se mostra admirado em ver até mesmo “homens educados vergados ao peso da sugestão das raças” (CARVALHO, 1898, p. 14). Reclama que nos Estados Unidos diversas famílias investigavam, possivelmente antes do consórcio de seus membros, a presença de vestígios da “raça inferior” no outro grupo. Para o autor, que parece ter se esquecido da História de seu próprio país, seria legítimo que, nas condições racistas encontradas na América do Norte, a raça negra dedicasse “um odio de morte àquella que a domina e que tanto a amesquinha” (CARVALHO, 1898, p. 14)⁷. Como pode ser percebido, surge a ideia de que o Brasil vivia uma democracia racial do tipo que alguns autores hodiernos identificam na obra *Casa Grande & Senzala* (FREYRE, 1998).

A obra de Gilberto Freyre e o seu livro de estréia, em especial, foram duramente criticados a partir dos anos finais da década de 1970. Boa parte das críticas é procedente e faz algum sentido. Entretanto, algumas delas merecem ser revistas e rediscutidas à luz de um melhor entendimento dos principais interesses freyreanos. O anacronismo presente na maioria das análises é a principal injustiça que a obra de Gilberto Freyre sofre. Algumas reflexões, a exemplo dos trabalhos de Maio (2010), Araújo (2005) e Fry (2005), discutem as contribuições e contradições da obra de Freyre. Diversas críticas endereçadas a *Casa Grande & Senzala*, a exemplo da ideia de que seu autor defendeu a existência de um estado harmônico e sem conflito entre os diversos grupos presentes na trama do livro, perde força como argumento científico se a obra for analisada sem a interposição das paixões suscitadas pelas demandas de

⁷ O medo em relação aos grupos dominados, notadamente os ex-escravos, era muito forte nas primeiras décadas do século XX. Em um texto de 1915, intitulado *Os Fumadores de Maconha: Efeitos e Males do Vício*, publicado em 1916, o professor Rodrigues Dória defendeu a ideia de *vingança dos vencidos*. Os chineses, após serem derrotados e humilhados pelos ingleses em 1842, conseguiram se vingar viciando boa parte dos britânicos em ópio. O mesmo estaria acontecendo no Brasil - os negros, por vingança, estariam viciando o povo brasileiro em maconha (ADIALA, 1986b). Para muitos dos representantes da elite intelectual brasileira, as classes subalternas sempre estavam planejando alguma coisa contra ela. Carvalho (1898) prefere pensar que situações de enfrentamento desse tipo eram mais prováveis de acontecer nos Estados Unidos da América, que era um país racista.

alguns grupos étnicos da atualidade. No caso específico de Fry (2005), um de seus textos, escrito em 1976, que problematizava a produção de símbolos nacionais a partir de elementos da cultura negra, como a feijoada e o samba, foi festejado pelo movimento negro nascente por atacar a obra de Gilberto Freyre e propor a existência de uma relação maniqueísta entre brancos e negros. Em 2001, Peter Fry revisa seu trabalho e sustenta que havia feito uma leitura equivocada da questão. A relação se estabelecia entre negros poderosos, que comercializavam seus símbolos étnicos, e brancos, também poderosos, que compravam esses símbolos. A partir desse momento, pelo menos em alguns espaços “acadêmicos” da Bahia, o autor passa a ser classificado como um antropólogo racista.

A ideia de uma democracia racial no Brasil não parece ter sido criada por Gilberto Freyre, mas estava presente em diversas formulações de doutorandos da Faculdade baiana, esperando apenas alguém com uma retórica envolvente para transformá-la em moeda de troca no mundo social brasileiro – o sociólogo pernambucano preencheu esse requisito. Além disso, como apontou Araújo (2005), defender a existência de uma democracia racial, não significava negar os conflitos entre os diversos grupos envolvidos na trama sociológica brasileira. Os enfrentamentos existiam; no entanto, estavam em equilíbrio entre a ordem e a desordem, a *sophrosyne* e *hybris*, ou, se preferirem, entre os deuses Apolo e Dionísio. Os grupos conviviam pacificamente e desempenhavam diversos papéis ao mesmo tempo. O escravo solícito de hoje poderia ser o assassino de amanhã; da mesma forma, o senhor, normalmente cruel e vingativo, poderia assumir uma atitude benevolente diante de uma falta cometida por um de seus escravos. Dentro dessa possível desarmonia, existia um teatro vivo e harmônico, no qual cada agente social sabia, exatamente, qual o papel que deveria desempenhar de acordo com a sua posição na estrutura social. Desse modo, a democracia racial brasileira poderia se realizar sem incidentes mais sérios. O teatro foi tão bem montado que o Brasil, entre os anos finais da década de 1940 e começo da década de 1950, servirá de referência como um país que teria resolvido o problema do racismo – mas seria apenas uma das muitas ilusões que nosso teatro causava àqueles que assistiam o desenrolar da peça a uma distância muito acentuada (MAIO, 2007; MOTTA, 2007; PEREIRA, 2007).

2.2 RAÇA E RELIGIÃO: UMA QUESTÃO DE ORIGEM

“Na sexta-feira santa, os negros pedem balas a todo mundo. Estão todos de preto, embora seja a maior e mais alegre festa do ano.” (GOBINEAU apud READERS, 1997, p. 30).

Basta reflectir um instante em que só os africanos e os indios conservam, mais ou menos alterados, do novo meio social, os seus usos e costumes, como ainda em que fazem delles com os novos um amalgama indissolúvel, para se prever que nas suas acções não de influir poderosamente as reminiscencias, conscientes ou inconscientes, da vida selvagem de hontem, muito mal contrabalançadas ainda pelas novas aquisições emocionaes da civilisação que lhes foi imposta. (RODRIGUES, 1938, p. 168).

Uma tese que merece destaque e que, ao que tudo indica, foi pouco explorada pelos pesquisadores da História da medicina brasileira, é o trabalho de Oscar Freire de Carvalho, um dos documentos mais importantes para a nossa investigação. O autor apresenta, sem subterfúgios, a suposta relação entre os diversos temas que estamos estudando. Para ele, a raça deveria ser o ponto de partida para qualquer análise sobre as condições psicológicas do povo brasileiro. Concederemos um tratamento diferenciado a esta tese, dedicando-lhe maior espaço em nossas reflexões.

De acordo com Carvalho (1902), que estava estudando a religião e a religiosidade do povo brasileiro, o fenômeno religioso deveria ser estudado “levando em consideração a herança que os indivíduos de uma mesma raça estão submetidos.” (CARVALHO, 1902, p. 31). Ele afirmava que a constituição mental dos indivíduos era fixa e fornecida pela herança atávica. Cada ser humano representava, ao mesmo tempo, seus pais e sua raça (CARVALHO, 1902, p. 31). O autor se filiava às correntes que advogavam que a necessidade de crer estaria relacionada à psicologia humana. Entre os anos finais do século XIX e começo do XX, momento em que a tese estava sendo apresentada, a psicologia se debatia para sair da tutela da metafísica e assumir uma roupagem mais científica, leia-se, mais natural, nos moldes da filosofia da natureza (HAECKEL, 1919, 1919b).

Carvalho afirmava que os motivos para a existência das crenças religiosas deveriam ser procurados “na identidade mental de todos os indivíduos de um grupo ethnico determinado”. Defendia que os diversos interesses individuais e grupais seriam fruto da “psyché ethnica”, na qual o sentimento religioso seria o mais desenvolvido (CARVALHO, 1902, p. 32). Desse modo, a religião poderia até mudar, mas manteria fixa a sua parte

primordial⁸. Existiriam limites, dados pela psicologia individual e grupal, para mudanças nos grupos étnicos, ou melhor, para a “organização cerebral” de cada raça.

Ele apresenta seu ambicioso plano de ação para concretizar seu projeto de comprovação de que a religiosidade estaria relacionada com o desenvolvimento do grupo étnico⁹:

Seguindo a traça a que me propuz, estudarei em primeiro logar a raça em cada uma de suas origens, notando-lhes as características psycho-sociais, em sua formação pelo crusamento, bosquejando a psychologia do mestiço. Depois num ligeiro considerar irei ao meio physico procurando fazer resahir sua influência sobre o psychico da raça e ao meio social em que com os elementos já colhidos edificarei a opinião que sustento a respeito da persistencia, valor e extensão das formas concretas da religiosidade no Norte do Brasil. (CARVALHO, 1902, p. 34).

De acordo com seu entendimento, seria muito difícil elucidar quais foram as raças de negros trazidos para o Brasil. Esta dificuldade se devia ao fato de os grupos puros já terem desaparecido. Além disso, os escravos eram aprisionados em diversos locais da África e depois embarcados em portos específicos, passando a ser considerados daquele local. Para piorar a situação, a mestiçagem seria bastante acentuada na África, o que dificultaria ainda mais a pretensão de definir, com um mínimo de segurança, quais eram as raças dos negros que vieram para o Brasil (CARVALHO, 1902, p. 45). Ele reclamava um estudo lingüístico capaz de determinar quais foram os diversos grupos enviados ao Brasil, ao tempo em que defendia que os diversos grupos transplantados como escravos para a América pertenciam às raças mais atrasadas do continente africano.

Em relação aos indígenas no Brasil, endurece a crítica e defende que os silvícolas nacionais não teriam atingido os estágios mais adiantados da civilização: desconheciam o uso dos metais, eram nômades, caçadores, guerreiros e “não se davam à agricultura”. De acordo com sua posição, olhar para os indígenas nacionais era encontrar-se com o que existia de mais primitivo no conjunto das raças humanas. O atraso poderia ser constatado tanto no campo tecnológico, como, principalmente, nas “instituições sociaes, que reflectem directamente o estado de cultura do povo” (CARVALHO, 1902, p. 53). Na comparação com os africanos, os *selvagens* brasileiros seriam inferiores: “as opiniões, em sua maioria que se tem formado sobre o valor psycho-social do negro africano, elemento muito mais importante, que o incola na ethnogenia brasileira, obedecem a preconceitos de ordem puramente

⁸ Estamos utilizando o termo primordial no sentido atribuído por Geertz (1996). O sentimento de pertencer a um determinado grupo étnico faz com que o indivíduo sinta essa situação como sendo uma realidade verificável e indiscutível.

⁹ Para Carvalho (1902, p. 32), seria “na unidade achada na adversidade dos caracteres, na identidade mental de todos os individuos de um grupo ethnico determinado, que se encontra essa nova psyché ethnica no denominar de Sergi, cujas bases fundamentaes, repito, estão no sentimento, nos interesses e nas crenças communs entre as quaes avultam as religiosas.”

moral.”(CARVALHO, 1902, p. 54). Ele deixa claro, porém, que não concorda com os que tentam valorizar excessivamente a capacidade dos negros, pois os dois extremos estariam equivocados.

Os diversos grupos existentes no continente africano, raças em sua concepção, estariam nas mais diversas posições na escala evolutiva, e apenas os mais atrasados se aproximariam dos nossos silvícolas. Muitas das diferenças encontradas entre os povos africanos deveriam ser atribuídas à cultura como, por exemplo, “a existencia do canibalismo em raças relativamente superiores como os Monbutus.” (CARVALHO, 1902, p. 55). Não é uma tarefa fácil entender, com alguma clareza, o que significava o termo cultura para Carvalho. Em muitos momentos, temos a impressão de que ele está associando (confundindo, se preferirem) cultura com tecnologia e utilizando a primeira com o intuito de hierarquizar os grupos.

Em relação ao cérebro, que seria o ponto mais importante para a hipótese que está defendendo, qual seja, de que os negros ainda estariam na fase concreta da crença religiosa, afirma que os africanos “andam todos imersos na phase inicial do desenvolvimento intellectivo” (CARVALHO, 1902, p. 56)¹⁰, momento em que as excitações externas são fundamentais para o funcionamento do “órgão principal do corpo”. Não restaria dúvida de que “o psychico do negro é o de uma criança adulta, seo valor parelhamente mostrando-se em estadio semelhante.” (CARVALHO, 1902, p. 57). Entretanto, essa situação não representaria uma sentença sem direito de apelação, pois “em seo seio existem não raramente indivíduos que podem altear a melhor construcção mental.” (CARVALHO, 1902, p. 57).

Partindo da classificação racial proposta por Gustave Le Bon, referente à existência de quatro raças distintas – primitivas (na qual se encontravam os autóctones do Brasil); as inferiores (negros da África); médias (os povos ditos “amarelos”); e as superiores (que nem precisaríamos dizer, eram os brancos europeus) -, Carvalho discorda do mestre francês exatamente em relação abismo supostamente existente entre as raças, defendido por Le Bon. Não existiriam motivos para se acreditar na existência de grupos humanos superiores por natureza e outros que não poderiam atingir a perfeição:

Não parece consentaneo com os dados da sciencia moderna esta inferioridade estacionaria e absoluta, que se explica pela fantasia de uma decadencia declamada

¹⁰ “[...] Como Durkheim tentaria mostrar em *As Formas Elementares*, a sociedade, de fato, é a própria fonte da ideia de Deus. A noção comum de que a moral começa com desinteresse contém, pois, um núcleo essencial de verdade. O desinteresse, contudo, conota, afiliação a um objeto que sobrepuja os interesses individuais. ‘Entre Deus e a sociedade’, escreveu Durkheim retoricamente, ‘jaz a escolha’ – que não será, naturalmente, escolha alguma se Deus, de qualquer maneira, for apenas uma representação transfigurada da sociedade.” (GIDDENS, 1981, p. 49). Dessa forma, observar as crenças religiosas de um determinado grupo possibilitaria perceber o estágio de desenvolvimento cerebral dos membros da referida sociedade.

longamente em soporíficos tropos; **não me parece que na grande espécie humana haja raças tão fundamente distintas e separadas**, inconfundíveis, por serem umas de uma inferioridade intransponível e outras de uma superioridade única. (CARVALHO, 1902, p. 58, grifos nossos).

Este tipo de análise lembra, de perto, aquela empreendida por Tito Lívio de Castro em seu livro *A mulher e a sociogenia*. Para Castro (1893), vale lembrar, a capacidade intelectual da mulher estaria próxima à de um menino de oito ou dez anos de idade, embora ele admitisse que as mulheres poderiam evoluir, chegando ao mesmo patamar intelectual dos homens civilizados. A intenção do autor era mostrar que a inferioridade feminina era algo natural e, desta forma, poderia ser manipulada pela ciência, caso fosse adotado um procedimento correto em relação à natureza. À época, a totalidade dos religiosos e parte significativa dos intelectuais do mundo inteiro afirmavam que a suposta inferioridade feminina era produto da sabedoria divina, não podendo, portanto, ser modificada. Neste sentido, tanto a obra de Castro como a de Carvalho estariam preocupadas em defender a capacidade evolutiva de grupos aceitos como inferiores, a exemplo de mulheres e negros.

Carvalho polemiza com autores europeus, a exemplo de Koseritz, que defendia que o negro africano não conseguiria atingir o desenvolvimento intelectual do branco da Europa: “enganou-se evidentemente o valente sábio [...] o negro em contato com a civilização, fora do seu meio, melhora consideravelmente.” (CARVALHO 1902, p. 60). Assim, o negro africano *melhoraria racialmente* apenas a partir do contato com uma civilização superior e com a mudança para um clima menos agressivo. Defendia que, se fosse verdade que os africanos não participavam da evolução, já teriam desaparecido. No entanto, os negros da África continuavam a aumentar numericamente, mesmo submetidos a condições climáticas desfavoráveis:

A degeneração do africano, por sua inaptidão á marcha evolutiva, traria como consequencia sua desaparrição e portanto desde já se deviam nótar diminuição em seu avultado numero. O que se dá porém é o contrario. Fora dos climas nataes em regiões mesmo em que se não adaptam bem, os africanos são de uma prolificidade pasmosa. [...] O absurdo, pois, o que é inadmissivel e insustentavel é que haja uma só raça immutavel. (CARVALHO, 1902, p. 63).

Quanto à formulação de Gustave Le Bon, de que os negros não poderiam ser educados, Carvalho afirma que, no caso brasileiro, só a partir do contato com um clima menos hostil que o da África os negros conseguiriam melhorar racialmente. É importante lembrar que Le Bon foi um dos pensadores mais citados e respeitados nas teses da Faculdade de Medicina baiana. Não obstante, o doutorando afirmava que ele estaria equivocado, apresentando como contraprova sua própria experiência como observador: “observações que tenho de negros descendentes em 3ª e mais gerações de africanos escravos, sem mescla de

sangue estranho, occuparem com brilhantismo posições salientes em profissões libera[is]” (CARVALHO, 1902, p. 64). Mesmo sem miscigenação, os negros conseguiriam melhorar a partir do contato com um clima menos hostil. Para além disso, os homens superiores das *raças mais atrasadas*, a exemplo dos feiticeiros, se ocupariam de questões relevantes e seriam intelectualmente mais dotados que o grupo como um todo (CARVALHO, 1902, p. 64).

Carvalho supunha que “a organização physica e psychica é simples producto da adaptação ao meio physico e social” (CARVALHO, 1902, p. 65). Ele estava convencido de que, em um futuro mais ou menos remoto, as raças inferiores poderiam contribuir para o desenvolvimento da cultura mais elevada na qual estivessem inseridas, bastando, para tanto, que os diversos elementos de selvageria presentes nas sociedades fossem eliminados. Seguindo este raciocínio, a escravidão passa a ser examinada de forma bastante crítica, sendo responsabilizada por toda sorte de males sociais presentes na sociedade brasileira:

o papel da escravidão foi favorecer e augmentar o desequilibrio moral dos brancos, fructificar em um caudal de crimes horrorosos que não deliam mais excitavam antes puros barbarismos, impedia que os contactos mentaes francos das raças fossem por uma educação mais methodica, favorecendo a melhora do negro. (CARVALHO, 1902, p. 69).

A escravidão não teria sido negativa apenas para os negros, uma vez que ela atrasou, também, a marcha evolutiva dos poucos brancos do Brasil. Carvalho era, sem sombra de dúvidas, um evolucionista – embora não se apresente como darwinista.

A filiação ao darwinismo que, no caso brasileiro, defendia a possibilidade das raças evoluírem a partir de uma lógica lamarquista, aparece na tese de Adolpho Rabello Leite, defendida três anos depois da de Carvalho. Adolfo Leite aceitava a descendência simiesca do homem sem qualquer reserva: “o macaco e o homem são animaes mamiferos pertencentes á ordem dos primatas.” (LEITE, 1905, p. 16). Apresenta o desenvolvimento da vida desde as formas mais simples até as mais complexas, nas quais se incluíam os primatas superiores em geral e o homem em particular. Não existiriam diferenças acentuadas, pelo menos no campo da anatomia, entre os diversos primatas superiores: “quem estudar profundamente o cerebro de um macaco conhece de alguma sorte a anatomia do cerebro humano.” (LEITE, 1905, p. 20). Seguindo uma corrente de pensamento médico que se desenvolveu durante as últimas três décadas do século XIX, Leite identificará as circunvoluções do cérebro como a principal responsável pela diferenciação entre os seres humanos.

A equação que definia a inteligência de um determinado indivíduo estaria relacionada não apenas ao peso e volume do cérebro, mas teria relação com o número de circunvoluções do “órgão”. Esta forma de explicar a questão constituía uma maneira de se proteger das

acusações dos “metafísicos”, que perguntavam: como um elefante, que tem o cérebro maior que o do homem, é menos inteligente que este? Ou, tornando a pergunta mais complicada e desconcertante, como um homem que fosse aceito e reconhecido como um grande sábio e que tivesse morrido cedo poderia ter um cérebro com peso inferior ao de um idiota ou de um bandido¹¹? A resposta estaria na complexidade do cérebro que, mesmo sendo menor em alguns casos, era melhor aparelhado em circunvoluções¹². A idade aparecia, também, como fundamental para compreender o peso do “órgão”, pois era consenso que, com o avançar da idade, o tamanho do cérebro diminuía. Desta forma, quando um sábio morresse poderia ter um cérebro bastante reduzido, não fazendo jus à sua vida intelectual (ALMEIDA, 2005; ALMEIDA; EL-HANI, 2007). A cultura, o tamanho do cérebro e a origem do homem eram apenas algumas das ferramentas utilizadas pelos doutorandos para tentar explicar as diversas diferenças verificadas entre os grupos humanos.

Ao lado das reflexões sobre o cérebro, era comum surgirem questões relacionadas à origem do homem. Um tema que deveria compor a agenda dos meios acadêmicos baianos e suscitar discussão, nos anos finais da década de 1860, concernia ao monogenismo e poligenismo. Há duas teses sobre o assunto, nestes anos. A primeira, escrita em 1868 por Claudemiro Augusto de Moraes Caldas, e uma segunda, defendida em 1869, por Eugenio Guimarães Rebello, ambas preocupadas em discutir se as raças humanas descendiam de uma ou de várias origens. Gould (1999) nos informa que, em determinado momento do século XIX, os pensadores se filiaram a uma das duas teorias acerca da criação da humanidade. Entretanto, independente da crença em um ou em vários pontos de criação, a maioria concordava que, naquele momento, havia um grande fosso separando os diversos grupos raciais.

Embora tratassem do mesmo tema de pesquisa, os doutorandos possuíam objetivos distintos entre si. Em Caldas (1868), encontramos uma discussão mais próxima do discurso religioso católico. Em Rebello (1869), vislumbramos uma argumentação mais identificada

¹¹ A partir de um determinado momento do século XIX, houve um grande investimento em tentar entender o funcionamento do cérebro humano, “o órgão mais nobre da economia”, como era comum afirmar à época. A grande maioria dos autores acreditava que, quanto maior o cérebro, maior seria, também, a inteligência. Este modelo começou a enfrentar dificuldades quando o cérebro de muitos gênios “ofereceram uma quantidade insignificante”, em termos de massa e volume, à “balança do anatomista”, como dizia Cabral (1876). A solução encontrada foi tentar mostrar que o cérebro se desenvolvia até uma determinada idade e depois começava a diminuir e que, além disso, o peso e volume do cérebro de um gênio poderiam ser menos significativos que o de um bandido, mas que o mais importante seria o número de circunvoluções cerebrais. Quanto maior o número delas, mais complexo seria o órgão e, conseqüentemente, mais inteligente seria seu dono. (GOULD, 1999; ALMEIDA, 2005; CABRAL, 1876).

¹² Em 1893, o doutorando Elias da Rocha Barros escrevia em sua tese: “Tanto mais desenvolvidas são as circunvoluções quanto maior for o cabedal do seu possuidor [...] As circunvoluções dos verdadeiros gênios são qualitativa e quantitativamente superiores aos dos outros homens.” (BARROS, 1893, p. 99).

com o discurso político. Apresentaremos estes dois trabalhos, principalmente o último, por ser melhor elaborado, e tentaremos extrair algumas confissões de nossos doutorandos. Afinal de contas, os antropólogos, embora diferindo em termos de objetivos, já foram comparados, em relação ao seu método de pesquisa, com os inquisidores da Idade Média (GINZBURG, 1989).

2.3 UM PONTO DE VISTA MAIS RELIGIOSO

Na segunda noite do velório de seus despojos mortais [de Juliano Moreira], na capela de São Pedro de Alcântara, no edifício principal, na Praia Vermelha, atribuíram-lhe os espíritos presentes, a autoria da pancada na bandeja de vidro fosco, na qual se encontravam as xícaras vazias [...] Entre os presentes estava o psicanalista, Professor Júlio Porto Carreiro, que concordou com os espíritos. (PASSOS, 1975, p. 32).

A primeira reação, quando as discussões da academia baiana tendiam para descobrir se descendíamos de um ou vários pontos de criação, era datar o surgimento desta discussão nos meios intelectualizados. Os doutorandos reconheciam que ela teria começado no século XVII, com a primeira parte do *Systema theologicum ex preadamitarum hypothese*, de La Peyrère, que teria defendido que Deus criou os gentios no sexto dia de criação, criando Adão apenas no sétimo dia. Assumiam-se, desta forma, duas fontes de criação, duas linhagens distintas, embora ambas criadas pelo mesmo Deus. Para Caldas, entretanto, esta teoria não se desenvolveu e o “antigo dogma d’Adam ficou inabalável em seu pedestal” (CALDAS, 1868, p. 24). Este autor chama a atenção para as ideias propostas por Agassiz, que tentou estabelecer um meio termo, aceitando as duas possibilidades de criação. O doutorando defendia, por sua vez, que a doutrina professada por Luís Agassiz¹³, pensador suíço que visitou o Brasil entre 1865 e 1866 e que defendeu posição negativa em relação à escravidão e ao cruzamento entre as diversas raças aqui existentes, era o “polygenismo em toda a sua genuinidade.” (CALDAS, 1868, p. 25). Para ele, existiriam pensadores mais de acordo com a filosofia e com a ciência, aceitando o monogenismo como “uma verdade científica, como demonstraram os Cuvier, os Muller e os Humboldt.” (CALDAS, 1868, p. 25).

Caldas acreditava que o homem, embora fosse o único a gozar do direito de conhecer tanto o singular como o bruto, ocuparia “o último gráu na escala das intelligencias” (CALDAS, 1868, p. 29). Esta afirmação não implica a existência de animais mais inteligentes

¹³ O diário de Agassiz está repleto de suas “impressões” sobre o Brasil. Mesmo defendendo que “esse jovem império se erguerá, como nação, à altura da magnificência que possui seu território”, afirma que “no presente há, porém, vários obstáculos ao seu progresso; obstáculos que atuam sobre o seu povo como uma enfermidade moral. Existe aí a escravidão.” (AGASSIZ, 2000, p. 454).

que o homem, mas apenas ratifica que todo o conhecimento procederia diretamente de Deus. O homem teria acesso a uma pequena parcela dele, exatamente por ser uma criatura especial que, de alguma forma, estaria mais próxima dessa força superior.

A intenção, totalmente declarada na tese, era defender a Igreja Católica e o seu edifício simbólico. A tese não está muito preocupada em discutir as teorias existentes sobre o monogenismo e poligenismo – está interessada, sobretudo, em demonstrar que se filiou à única teoria possível, o monogenismo, por estar de acordo com o texto bíblico. Conclui afirmando que, “em vista das razões que, apesar de incompletas e mal concatenadas, ficam derramadas no que até aqui tenho expandido, creio, todavia, poder logicamente concluir que as raças humanas provieram d’uma só origem.” (CALDAS, 1868, p. 32). Independente da posição teórica assumida por um possível leitor da referida tese, pelo menos em um ponto ele será compelido a concordar com o autor: a tese está, realmente, recheada de idéias “incompletas e mal concatenadas”, como o próprio doutorando admitiu.

2.4 UM PONTO DE VISTA MAIS POLÍTICO

Não foi com a institucionalização da medicina que se iniciou entre nós uma tecnologia de controle dos corpos dos homens [...] Este saber é mais antigo e ‘interdisciplinar’ e, se pode ser analisado nos termos utilizados no debate contemporâneo sobre a história das especialidades médicas, faz parte da própria história da nossa constituição política. (CORRÊA, 2001, p. 56).

A segunda tese, defendida por Eugenio Rebello, no ano seguinte, isto é, 1869, é muito mais sofisticada em termos intelectuais. Como de praxe, nesse tipo de estudo, aponta o momento em que a confusão começou. Assim como seu colega do ano anterior (Claudemiro Caldas), Rebello corrobora as informações fornecidas anteriormente sobre o autor e livro que, no século XVII, trouxeram à baila a discussão acerca das duas possíveis origens dos seres humanos. Diferentemente, porém, do defendido no ano anterior, Rebello não afirma que La Peyrère estava enganado em relação à criação dos gentios no sexto dia, apenas conclui que “o texto bíblico não se destaca luz suficiente para iluminar tão importante questão.” (REBELLO, 1869, p. IV).

Nas considerações iniciais da tese, ele declara quais são as suas preocupações em relação ao estudo que está empreendendo. Nesse sentido, esclarecer questões relacionadas com as origens dos homens seria importante porque “a sociedade corroida pelo cancro da escravidão almeja ouvir da boca da ciência o seu juízo final.” (REBELLO, 1869, p. IV). Em sua ótica, “imensos interesses estão pendentes do resultado deste embate titânico”. Os dos

ingleses poderiam ser facilmente vislumbrados. Os Estados Unidos, o Brasil “e outras potencias agricolas cuja prosperidade material é devida em grande parte aos braços escravos oppoem-se com energia que sabem inspirar o calculo e a ambição ao impulso reformador” (REBELLO, 1869, p. V). A Inglaterra, que pretendia criar novos mercados para seus produtos manufaturados, condenava a escravidão. Saber se os homens descendiam de apenas uma ou muitas origens seria fundamental para dar o norte a esta acirrada disputa.

Embora não esteja disposto a conferir superioridade ilimitada à espécie humana, Rebello não entende como alguns pensadores podem aproximá-la dos animais irracionais, defendendo a descendência simiesca do homem. Acreditava que seria razoável pensar que todos os homens provieram de uma só origem, principalmente por não ser possível conseguir identificar diferenças marcantes entre as supostas raças existentes. Entretanto, aproximá-los dos demais primatas superiores, parecia, aos olhos do doutorando, um grande absurdo. Quanto aos homens em geral, ele não possuía dúvidas de que eram relativamente iguais entre si: “a physiologia reconhece as mesmas aptidões physicas e morais [nas] variedades dos grupos humanos; a anatomia assignala o mesmo numero de órgãos, a mesma disposição entre elles, o mesmo destino funcional: a zoologia criou para o homem uma classificação a parte.” (REBELLO, 1869, p. V).

Para o autor, o que estaria em jogo, com essa tentativa de classificar os humanos próximos dos primatas superiores, seria a possibilidade de justificar as atrocidades cometidas contra grupos étnicos diferentes daqueles que estivessem no poder. Um trecho da tese de Rebello pode mostrar como suas ideias nos campos da política e da economia eram contrárias àquelas defendidas por empresários e políticos no Império brasileiro. Uma opinião desse tipo, emitida na Faculdade de Medicina baiana, que era considerada o “Templo do saber bahiano”, deve ter tido algum impacto na opinião pública letrada, principalmente em um país que pretendia lançar-se no mundo civilizado a partir da sua capacidade de se apresentar como distante das práticas consideradas pouco civilizadas¹⁴:

Não podendo como muito judiciosamente observa o Sr. Quatrefages, elevar os brancos acima do nivel conhecido por tódos, elles vêem-se na necessidade de ultrapassar, exagerando, o limite inferiôr real, collocando muito abaixo do que devia sêr collocadas as populações mal aquinhoadas de **bellêza physica** e de **aptidões intellectuaes**. Desta sorte, elles foram levados a **aparental-os**, o mais possivel, com os proprios **irracionaes**; d’onde, todos os esforços tentados para encontrarem-se **semelhanças, identidades**, entre **certos macacos anthropoformes** e os **negros** [...] Facilmente se depreheende o pensamento occulto que inspira semelhantes theorias. A **idéa esclavista** [sic] se trae a cada momento, e aqui principalmente tem applicação [...] pela força irresistivel deste impulso lavrou a europa civilisada um protesto solemne contra o trafico de carne humana, **que nos avilta a ponto de fazer-nos**

¹⁴ Para uma análise mais detalhada desse tipo de lógica defendida para o Brasil Imperial consulte-se, por exemplo, Guimarães (2001), Kury (2001), Neves (2001), Turazzi (2001), Reis (2008).

concebêr a possibilidade da troca de papeis [...] o Brazil ha de expurgar os seus annos futuros da macula de esclavista [sic] **habilitando-se para com a frente erguida alistar-se no numero das nações civilizadas.** [...] Esperemos, que ao longe, no horizonte do futuro, desponta a **aurora da regeneração.** Mais um esforço, e teremos realizado, sem grande abalo social, e com a moderação que aconsêlha o espirito esclarecido do seculo, a mais brilhante e humanitaria de todas as reformas. (REBELLO, 1869, p. V/VI, grifos nossos).

Para o doutorando, a ciência já teria dado sua última palavra em favor do monogenismo e, de acordo com ela, os diferentes grupos humanos deveriam ter descendido de um único tronco. Assim, seria um verdadeiro absurdo colocar o homem ao “lado da preguiça, do macaco e do lagarto escamoso.” (REBELLO, 1869, p. 1). Alguns naturalistas, a exemplo de Lamarck, foram mais engenhosos e pensaram a descendência a partir de um determinado grupo de primatas superiores. Rebello, possivelmente, para mostrar seu domínio sobre a teoria da evolução, faz uma descrição dos passos dados pelo macaco no caminho para se tornar homem. De acordo com a sua argumentação, o orangotango de Angola começou a perder o hábito de arrastar-se pelo chão e adquiriu a capacidade de sustentar-se sobre duas patas, liberando, assim, as patas superiores para funcionarem como mãos: “neste gráo de aperfeiçoamento, provavelmente procurou elle outro genero de nutrição” e passou a colher frutas apenas de forma esporádica. Por este motivo, seu focinho foi diminuindo e “as contracções de sua face traduziram o riso ou o pranto, o prazêr ou a dor, e eis o animal feito homem.” (REBELLO, 1869, p. 1). Nunca é demais lembrar que o autor está se referindo à teoria da evolução nos moldes lamarquianos pois, como iremos enfatizar em diversos momentos desta tese, a teoria da evolução de Charles Darwin só ingressará no Brasil na década de 1870.

O autor reconhece que a teoria de Lamarck é engenhosa e que, para enfrentá-la, faz-se necessário refletir sobre o que diferencia o homem dos outros animais, já que Rebello não considera a hipótese da descendência simiesca como plausível. Uma diferença seria em relação à inteligência humana. Embora reconheça que os dados apresentados pelos defensores da aproximação entre os seres humanos e os outros animais são importantes, não os considera “bastante positivos para estabelecêrem uma linha demarcatória entre o homem e os irracionaes.” (REBELLO, 1869, p. 2). O animal seria inteligente e suscetível a uma educação aperfeiçoada. Além disso, mesmo entre os animais, existiriam diferenças nos dotes físicos e intelctuais. O homem teria, apenas, a inteligência mais desenvolvida e, por este motivo, teria “proporções mais regulares e bellas do sêo physico.” (REBELLO, 1869, p. 2). O doutorando afirma que mesmo a linguagem não seria exclusividade humana. Os animais teriam, também,

linguagem que, embora rudimentar e incapaz de aperfeiçoamento, servia à comunicação. Apenas a palavra pensada é que seria privilégio do ser humano.

Imaginemos a repercussão, no “Templo do Saber bahiano”, de uma declaração propondo que animais irracionais deveriam, em termos intelectivos, ser considerados próximos dos seres humanos e, portanto, com direitos garantidos (conforme defendiam muitos darwinistas na Europa, a exemplo de Haeckel). A principal questão seria saber como ficaria a situação dos escravos, já que diversos brancos negavam-lhes todo e qualquer direito. Muito provavelmente esta tese desagradaria a muitos senhores de engenho.

A grande diferença entre os homens e os animais estaria na capacidade dos primeiros de acreditar em Deus que, de acordo com o autor da tese, poderia ser encontrada, mesmo que “grosseiramente simbolizada, em algumas tribus selvagens, principalmente na nova Hollanda” (REBELLO, 1869, p. 4). Esta forma de crer, que o doutorando chama de grosseira, serviria apenas para comprovar o “estado de degradação das mesmas tribus” (REBELLO, 1869, p. 4). Outra diferença poderia ser encontrada nos “caracteres Moraes” que também seriam exclusivos da espécie humana. Estas duas características interligadas – crer em Deus e agir de acordo com a moral religiosa – dariam aos seres humanos o “direito a um lugar a parte nas classificações zoológicas” (REBELLO, 1869, p. 5), possibilitando um reino distinto, “o reino humano ou hominal.” (REBELLO, 1869, p. 5).

Rebello acreditava que, “segundo a opinião dos naturalistas que mais autoridade e credito gosam na sciencia, não importa uma diferença de origem primitiva: a especie é por assim dizer a unidade da á qual a raça póde ser considerada fracção.” (REBELLO, 1869, p. 6). Raciocinando desta forma, afasta-se de toda e qualquer utilização do conceito de raça com o objetivo de submeter grupos étnicos – raciais, na opinião corrente da época – ao controle de outros grupos. No que concerne à explicação de como surgem novas raças, o doutorando apresenta a sua, embasada na concepção, comum à época, de herança dos caracteres biológicos e morais. O atavismo¹⁵ e os “vícios de conformação” conseguiriam produzir traços individuais a partir da obrigatoriedade do concurso sexual. Essas características seriam transmitidas às gerações futuras: “Os individuos em que esses traços predominam ou são mais salientes do que os communs á toda especie, gozando a seo turno da transmissibilidade hereditaria, dão origens ás raças das quaes podem ser considerados troncos.” (REBELLO,

¹⁵ O atavismo é um ponto que aparece com bastante frequência nos discursos médicos da Faculdade baiana, principalmente quando nos aproximamos dos anos finais do século XIX e os autores se filiam ou enfrentam teorias como as de Nina Rodrigues ou Cesare Lombroso. De acordo com Gould (1992, p. 180), “essas aparentes reversões a estágios evolutivos anteriores são chamados de atavismos, do latim *atavius*: literalmente, avô do avô do avô, ou simplesmente ancestral.”

1869, p.8-9). A raça seria fruto das diversas variações pelas quais os seres humanos passaram ao longo de sua existência. As razões que explicavam o número limitado de raças humanas deveriam ser buscadas nos critérios de escolha de parceiros sexuais e nas condições sociais de cada grupo. Se os homens fossem submetidos às mesmas condições que os diversos animais irracionais, existiriam muitas raças.

Para corroborar suas conclusões acerca da origem comum, utiliza a cor da pele humana. Seguramente, a escolha da pele, o mais importante sinal diacrítico brasileiro quando o assunto é hierarquia racial, não deve ter sido fortuita. O doutorando sabia exatamente o que pretendia comprovar com a sua tese, a saber, a aberração que seria, em sua opinião, o estado de escravidão. A ciência de seu tempo, empregando “processos delicados” e com a ajuda de instrumentos, tal como o microscópio, teria chegado à conclusão de que “a pelle do branco e do negro são [sic] compostas das mesmas partes, das mesmas camadas dispostas na mesma ordem” (REBELLO, 1869, p. 10). Em um mesmo indivíduo, poderiam ser encontrados traços de pele dos três “extremos dos grupos humanos, com seus caracteres mais íntimos e profundos” (REBELLO, 1869, p. 10). Os homens negros teriam a pele escura a partir da ação do sol que, com o passar do tempo, seria transmitida aos descendentes. Rebello apresenta diversos exemplos de animais da mesma espécie que possuíam pele de cor diferente, formando, assim, apenas raças distintas.

Outro exemplo que aproximaria os homens seriam os cabelos pois “qualquer que seja a raça que elle pertença o sêo craneo é sempre revestido de cabellos” (REBELLO, 1869, p. 12). O cabelo dos homens, fossem brancos ou negros, possuíam os mesmos elementos: “ainda mais, os proprios cabellos de homem preto, que se tem antes espirituosa do que scientificamente comparado á lã dos carneiros, são em tudo eguaes aos do branco: apenas mais grossos e crêspos não deixam por isso de ser compostos dos mesmos elementos” (REBELLO, 1869, p. 12). Diante das informações disponíveis, Rebello acreditava que poderiam ser observadas duas conseqüências:

- a) que não seria necessário recorrer à hipótese de existência de diversas origens para dar conta das diferenças raciais verificadas nos seres humanos – esta situação seria normal e passível de ser explicada da mesma forma que a diversidade de raças dos animais domésticos;
- b) que os naturalistas adeptos do poligenismo encontrariam dificuldades em provar suas teorias: “o melhor advogado de uma causa injusta e má é o fanatismo ou a superstição.” (REBELLO, 1869, p. 12).

A capacidade cerebral de brancos e negros repousaria sobre as mesmas condições primárias. As diferenças seriam decorrentes da educação a que cada indivíduo teve acesso ao longo de sua vida: “nossa superioridade sobre o negro não depende de disposição alguma congênita, mas apenas da educação” (REBELLO, 1869, p. 12). Uma prova cabal da capacidade dos negros e, principalmente, dos mestiços seriam as posições de destaque que alguns deles conseguiam atingir, desempenhando com brilhantismo as suas atividades: “o talento superior que desenvolvem alguns indivíduos, filhos do cruzamento das duas extremas, é prova evidente de que tanto em uma como na outra a educação da inteligência pode produzir os mesmos brilhantes resultados.” (REBELLO, 1869, p.13). Diante de uma afirmação desse tipo, não há como negar que, para Rebello, não haveria superioridade inata à raça branca. A educação seria a chave para produzir homens mais civilizados e aptos para viver no mundo moderno. Em diversos momentos da tese, encontramos uma relação direta entre a noção de beleza/aspecto físico agradável e maior desenvolvimento social/intelectual – relação mediada através da educação a que os indivíduos tiveram acesso. Os representantes das diversas raças poderiam se tornar, assim, tanto animais grosseiros como seres civilizados. A degradação valeria tanto para brancos como para negros – esta era a sua conclusão.

O projeto de produzir uma raça mais bela e, portanto, moralmente mais saudável foi defendido, de forma acalorada, pelo médico e farmacêutico paulista Renato Kehl, no Brasil da década de 1930. Ele acreditava que não seria “utópica a ideia de se criar uma civilização bela, física e moralmente” sadia no Brasil – tarefa possível a partir do rompimento do homem com a natureza, entendida como “sinônimo de selvageria e paixão, ou seja, sem ligação com o racional e o científico”, situação semelhante àquela desenvolvida pelos iluministas do século XVIII, “que viam na racionalidade o único viés possível para o progresso social”. (DIWAN, 2007, p. 126). O ideal de homem superior proposto por Kehl era o do homem grego, belo, branco e intelectualmente superior: “pode-se dizer que a fealdade passará a indicar, com o eugenismo de Kehl, a anormalidade psíquica e moral do brasileiro” (DIWAN, 2007, p. 138). A fantasia de criar esse homem eugenicamente especial percorre toda a obra do médico paulista.

Rebello não aceitava a hipótese da superioridade branca. Uma de suas afirmações deve ter causado muito espanto quando seu trabalho de conclusão do curso de medicina foi apresentado. O autor avalia as ações dos escravos contra seus senhores no Haiti como ato de patriotismo e, portanto, de acordo com a civilização, servindo, inclusive, para demonstrar sua capacidade à “perfectibilidade”:

Tem-se negado aos nêgros até a perfectibilidade, tem-se-os considerado como os representantes mais degradados da especie humana: no entanto, a Historia assignala o heroico patriotismo com que souberam conquistar a liberdade em Haiti, onde gozam dos seus beneficios tão bem ou melhor do que algumas republicas de brancos, seu chefe o grande Toussaint, homem dotado de genio e de nobres aspirações, escrevia ao *Cezar* francez, o immortal Bonaparte, o primeiro d'entre os brancos, como elle proprio o chamava, epistolas em que se assignava o primeiro dos negros. (REBELLO, 1869, p. 13)¹⁶.

A tese de Rebello pode ser considerada como um bom exemplo de tese política, que busca criticar, de forma bastante intensa, o regime escravocrata brasileiro. Para ele, não há como saber, através da Bíblia, qual foi de fato a intenção de Deus quando criou o ser humano. Foram criados vários casais ou apenas um? Para o doutorando, esta resposta é menos importante do que perceber que os homens são essencialmente iguais e criados por um mesmo Deus. Dessa forma, qualquer tipo de exploração só poderia ser considerada como injusta, pois mesmo que ficasse comprovada a multiplicidade de troncos na origem da criação, ainda assim, “não deixariam por isso os homens de ser irmão” (REBELLO, 1869, p. 14).

No ano de 1873, encontramos uma tese preocupada com os temperamentos. O doutorando questionava se era possível modificá-los e quais seriam os meios higiênicos para lidar com o problema (CAMPOS, 1873). O autor inicia sua tese chamando a atenção dos leitores para as mudanças advindas com a criação e o desenvolvimento da frenologia, além do duro golpe que esta teoria teria proporcionado à teoria dos temperamentos. Para o autor, Gall proporcionou uma verdadeira revolução na ciência, fazendo com que os diversos fisiologistas assumissem posições das mais variadas: “uns pretendião justificar suas classificações apoiando-se sobre caracteres deduzidos das paixões e das faculdades intellectuaes; outros baseando-se sobre condições puramente orgânicas.” (CAMPOS, 1873, p. 7).

O cérebro e o sangue aparecem como fundamentais para a compreensão do agir humano: “um sangue rico e energicamente impellido”, irrigando um cérebro saudável, produziria um comportamento sadio. Da mesma forma, um “sangue pobre e levado por uma circulação debil” a um cérebro com problemas, produziria um efeito danoso (CAMPOS, 1873, p. 9). O autor não supunha haver uma relação direta entre sangue e temperamentos. Para compreender o problema do agir humano, seria necessário, também, levar-se em consideração o funcionamento do cérebro. A ação nervosa, embora “desconhecida em sua essência”, teria papel importante na solução dos problemas emocionais (CAMPOS, 1873, p.

¹⁶ Em 1893, saía o livro “A Ilusão Americana”, de Eduardo Prado, que associava aos interesses dos Estados Unidos o fato de o Brasil ter mantido por tanto tempo o regime escravista. Segundo o autor, aquele país devotava um ódio profundo às nações que tentavam proibir o regime escravista. Sobre o Haiti, diz ele: “O pobre Haiti era objeto de ódio americano. Hamilton, da Carolina do Sul, declarou na Câmara dos Representantes que a independência do Haiti, por forma alguma, deveria ser tolerada [...]” (PRADO, 2003, p. 8).

24). Campos não faz qualquer associação entre o temperamento de um indivíduo e sua raça, afirmando apenas que existiriam três tipos de temperamentos possíveis, quais fossem: “o temperamento sanguíneo, o lymphatico e o nervoso.” (CAMPOS, 1873, p. 28).

Esta ausência de associação com a raça é importante, posto que o autor vinculou, inicialmente, os temperamentos às boas condições do cérebro. Portanto, de acordo com ideias correntes no período, seria normal a associação entre os três tipos de temperamentos e as três raças amplamente aceitas. O trabalho foi escrito e apresentado à Faculdade baiana nos anos iniciais da década de 1870. Pode-se concluir, portanto, que a associação entre desenvolvimento cerebral e a produção de raças superiores ou inferiores ainda não se encontrava totalmente estabelecida na Academia baiana. Algumas décadas depois, serão identificados trabalhos preocupados em seguir os conhecimentos científicos que circulavam na Europa. O problema da origem do homem, assim como as questões relacionadas com a inteligência nas diversas raças, assumem, então, uma perspectiva mais “científica”.

2.5 “SOB O IMPERIO DO DETERMINISMO BIOLOGICO”

[...] Admittindo, como admitto, a população brasileira assim dividida em grupos ethnicos distinctos, consoantes com as proporções variáveis em que entraram em sua composição as tres raças puras, afasto-me definitivamente do Dr. Sylvio Romero, a cujos importantes trabalhos na especie devo ensinar-vos a render o devido e merecido preito [sic].” (RODRIGUES, 1938, p.126).

A tese de Pedro Americano Corrêa Filho, defendida em 1895, sobre a genealogia humana, é um exemplo marcante da tentativa dos doutorandos de dar um tratamento científico ao material estudado. Para ele, não restariam dúvidas de que os seres humanos ou proto-humanos partiram, na origem, de vários pontos de criação, ou de pelo menos dois pontos distintos. Suas conclusões estariam embasadas na teoria, científica à época, de que “a dolichocephalia e brachycephalia são irreductíveis uma á outra”, em face do que “a presunção na existencia de dous precusores do homem, um dolicocephalo e outro brachycephalo, assume as proporções de uma verdade incontestavel” (CORRÊA FILHO, 1895, p. 2). Seguindo esta argumentação e usando os estudos craniológicos de Paul Broca, Corrêa Filho acreditava que este quesito estava resolvido.

Como era comum nesse tipo de estudo, principalmente quando as pesquisas de Broca eram invocadas como fonte de “verdade científica”, Corrêa Filho apresentará as medidas craniométricas de homens, mulheres e primatas superiores, reafirmando a diferença existente entre homens civilizados e não civilizados, estes últimos compreendidos, notadamente, pelos

negros africanos. A mulher incivilizada, principalmente a australiana, era tomada como exemplo da inferioridade máxima da humanidade, quando comparada com o homem europeu. Como prêmio de consolação, ganharia um lugar de destaque quando comparada aos primatas não humanos. Volume e peso do cérebro eram aceitos como evidências científicas de uma suposta hierarquização entre os grupos.

Gould (1999) nos mostra como os estudos craniométricos eram frágeis do ponto de vista científico, embora conclua que não havia má-fé por parte dos pesquisadores. Eles estavam totalmente convencidos da veracidade das diferenças entre os seres humanos e, por este motivo, olhavam para os dados e enxergavam aquilo que já sabiam que estaria lá. Corrêa Filho, como a maioria esmagadora dos estudantes de medicina da época em exame, não fez pesquisa empírica, apenas utilizou os dados disponibilizados por outros pensadores, principalmente, europeus. Para ele, os dados não deveriam ser lidos de forma literal, mas interpretados de acordo com as diferenças entre os grupos analisados. O cérebro de uma mulher primitiva deveria, naturalmente, ser maior que o de um chimpanzé e menor que o de um homem civilizado:

Emquanto que a mulher australiana mede 1,180cc o gorilla macho mede 530cc, a fema 470cc, o orango 440cc, o chimpanzé macho 420cc [...] Todavia, é mister não dar á interpretação do facto um valor absoluto, attendendo-se a que a differença que vae da australiana ao gorilla não é muito maior que a que medeia entre ella e o europeu civilisado. (CORRÊA FILHO, 1895, p. 3).

Outra questão que sempre surgia, quando o assunto era a inferioridade de determinadas raças em comparação aos brancos europeus, era quanto ao formato e às “soldaduras” dos crânios analisados. Em relação a os homens brancos, os antropóides superiores, que seriam os parentes dos seres humanos, possuíam uma caixa craniana que demorava menos de soldar suas diversas partes. Da mesma forma, os grupos inferiores, principalmente os negros, levariam um tempo menor para a “soldadura das diferentes peças ósseas”. Tempo de soldadura e simplicidade da caixa craniana seriam as provas da relação entre os seres humanos e outros primatas superiores, a exemplo dos chimpanzés e gorilas. Nessa perspectiva, os indivíduos humanos das diversas raças inferiores constituiriam o elo entre o mundo dos brancos e o dos animais propriamente ditos. Para Corrêa Filho, inquestionavelmente, “quanto mais elevada fôr uma raça, tanto mais complicadas serão as suturas craneanas; quanto menos elevadas aquella, tanto mais simples esta.” (CORRÊA FILHO, 1895, p. 4). Na sua forma de perceber o problema, que era a mesma de muitos pensadores da Europa, de onde provinha sua base científica, ele supunha que “o craneo do negro ossifica-se mais celeremente que o do branco” e que esta ossificação aconteceria da

“região frontal para a occipital”, diferentemente do processo no homem branco, que ocorria na direção inversa. A ciência já teria demonstrado que “o maximo poder mental reside nos lobulos frontaes do cérebro” (CORRÊA FILHO, 1895, p. 4) e que, por este motivo, a capacidade intelectual dos negros seria logo interrompida, antes mesmo do seu desenvolvimento. Desse modo, os negros ficariam confinados à capacidade intelectual de um menino, impedidos de se desenvolver por força das soldaduras do crânio, que teriam sido concluídas, selando seu destino intelectual:

Um exemplo frisantissimo do que fica dito, nos é fornecido pela diversidade de agudeza intellectual entre o menino inglez e o negro, submettidos ambos nas colonias ao mesmo systema de educação, um desenvolve-se prematuramente, attinge ainda na infancia a maior elasticidade mental a que pode chegar; o outro progride n’uma escala ascendente, á proporção dos conhecimentos que lhe são subministrados. (CORRÊA FILHO, 1895, p. 5).

O doutorando faz questão de observar que está escrevendo para um público especializado, capaz de entender a complexidade de suas afirmações. Aparentemente, estaria avisando a pensadores mais políticos que era um cientista e, portanto, não forçaria suas conclusões para dar algum destaque a grupos que não o mereciam, a exemplo dos negros do Brasil. De acordo com Gould (1999), este era o entendimento dos pensadores da craniologia. Acreditavam que estavam lidando com uma ciência positiva e que os dados mostrariam apenas a verdade dos fatos. Corrêa Filho defendia que “quanto maior fôr a capacidade craneana relativamente á orbitaria, tanto mais elevada será a raça” e que a “seriação” seria “branco, negro e anthropoide” (CORRÊA FILHO, 1895, p. 7). O autor deixa de lado as raças ditas intermediárias, como os povos *amarelos* ou os indígenas nacionais. Reconhece, apenas, os três estágios (ou raças) da humanidade e não aceita a existência de um “reino hominal”, como queriam alguns colegas da Faculdade de Medicina. O homem seria descendente do macaco, não devendo nada a Deus por sua criação.

A coluna vertebral comprovaria que o homem era descendente direto de outro primata¹⁷. Esta mesma prova mostrava a inferioridade de determinadas raças em relação às outras. Um “estudo comparativo da colluna vertebral nas raças superiores e inferiores estabelece que a curvatura nas ultimas é menos pronunciada que na primeira” (CORRÊA FILHO, 1895, p. 13), em face do que se comprovaria a existência de “uma escala nitidamente traçada do macaco ao homem” (CORRÊA FILHO, 1895, p. 13). O negro, nestas condições

¹⁷ Geertz (1966, p. 31) chama a atenção para o fato de muitos estudiosos das ciências biológicas procurarem enfatizar o parentesco do homem com outros animais. Pensam a evolução como algo ininterrupto “e tendem a encarar o homem tal como o dinossauro, o rato branco, o delfim, apenas como uma das mais interessantes formas que a vida assumiu.” Esta parece ser uma posição assumida por alguns dos doutorandos que tratavam da origem do homem na Faculdade de Medicina baiana no momento de nossa pesquisa.

propostas pelo doutorando, seria a ligação entre as duas partes extremas. Seu posicionamento em relação aos índios estabelecidos no Brasil não fica muito claro. Ao que parece, são vistos como animais irracionais, não devendo ser pensados próximos aos dois grupos de formação do ser humano, a saber, brancos e negros. Afirmava a existência, em Java, de “selvagens que servem-se dos pés como mãos” e, em relação aos Botocudos, que muitos pensadores acreditavam ser os representantes mais atrasados da humanidade, cita o Dr. Avé-Lallemante que, ao contemplar este grupo, teria afirmado: “adquiri com a mais profunda tristeza, a convicção de que existiam macacos com duas mãos” (CORRÊA FILHO, 1895, p. 15). Prevalciam, pois, reflexões profundamente etnocêntricas.

Corrêa filho apresenta diversos autores darwinistas, a exemplo de Huxley e Haeckel, para explicar as diferenças do cérebro dos diversos grupos raciais, ao tempo em que lança mão de outro tipo de comprovação *científica* da suposta inferioridade racial de alguns grupos. Segundo ele, “a pathologia cerebral também esclarece o assumpto com inestimável subsidio de ricas observações”, pois a análise do cérebro dos “idiotas”, realizada pelos mais eminentes cientistas, mostrava que eles traziam “impressos na sua superfície os sellos de uma bestialidade que tornava-os inferiores aos macacos” (CORRÊA FILHO, 1895, p. 23) – concluía o doutorando. Este tipo de argumentação se destacava por associar inferioridade racial e primitivismo à loucura. Philippe Pinel, que era considerado um dos maiores alienistas do século XIX, analisou as medidas craniométricas de doentes mentais e não encontrou correspondência entre as deformações do crânio e determinados tipos de loucura, na maior parte do material analisado. Para ele, na maioria dos casos, a relação entre deformações e loucura não poderia ser estabelecida (ODA; DALGALARRANDO, 2007).

Para o doutorando, os doentes mentais seriam mais inferiores que os indivíduos de qualquer raça humana, uma inferioridade tão gritante que superava a de seus irmãos macacos. A partir deste tipo de argumentação, podemos ter uma imagem aproximada das reflexões sobre grupos que exibissem sinais diacríticos que, ao exame dos cientistas da época, parecessem irracionais, a exemplo das crenças em determinadas religiões *fetichistas*,¹⁸ como aquelas estudadas por Nina Rodrigues no mesmo período. Para muitos doutorandos, a religiosidade era a comprovação da existência de um cérebro primitivo que ensejava incidência de crenças aos manicômios. Corrêa (2001) nos lembra do Serviço de Assistência aos Psicopatas de Pernambuco que, na década de 1930, se especializou na internação e

¹⁸ A ideia de fetichismo presente em Nina Rodrigues (2004) se aproxima daquela descrita por Pietz (1988), quando traça a história deste termo desde o século XVIII até os dias atuais, qual seja, de pensar que alguns objetos inanimados possuíam poderes adicionais às suas qualidades naturais. Para Pietz (1988), os pensadores do passado assumiam uma lógica oriunda do iluminismo e tentavam racionalizar as suas explicações.

controle de lideranças religiosas do Recife. Este tipo de posicionamento, “preocupado com o bem estar social”, estava de acordo com as teorias repressoras da loucura e do crime do século XIX.

De acordo com Corrêa Filho (1895), a partir do momento em que a etnologia comparada entrou para o ramo das ciências, teria sido possível comprovar que “as mesmas diferenças que separam o homem culto do animal bravo e indomesticado” (CORRÊA FILHO, 1895, p. 83) poderiam ser aplicadas às próprias raças humanas. Além do mais,

entre o selvagem que treme diante de um phenomeno natural e o cão que roça a terra sob a ameaça de seo dono, vae apenas uma differença de gráo e não de essência. No fundo o raciocinio de um equivale ao do outro. (CORRÊA FILHO, 1895, p. 67).

Possivelmente seguindo a Ernest Haeckel, o doutorando afirma que, em qualquer animal dotado de um sistema nervoso central, seria possível encontrar manifestações psíquicas. A intenção do autor alemão, quando defendeu esse tipo de argumento, era de deixar clara a possibilidade de identificar inteligência nos outros animais – pensar com racionalidade não seria privilégio apenas dos seres humanos. O objetivo era enfrentar os pensadores metafísicos que usavam a inteligência como comprovação da ligação entre o ser humano e o criador (HAECKEL, 1919). Romper os laços com Deus, ao que parece, era, também, a intenção do doutorando, ao aproximar o homem dos animais irracionais.

Corrêa Filho utiliza um discurso que apresenta o homem como um animal que evoluiu, não obstante ele acredite que existam diferenças profundas entre o homem civilizado e o incivilizado. A educação e os hábitos dos povos considerados mais adiantados propiciariam um fosso gigantesco a separar as diversas raças existentes no planeta. Em relação à escravidão, proibida havia poucos anos do período em que ele escreveu seu trabalho, não temos como saber sua opinião. Ao mesmo tempo em que podemos pensar que acharia legítimo o controle de raças inferiores por aquelas “mais bem dotadas de inteligência”, temos de lembrar que ele tinha gosto em exibir suas credenciais darwinistas, citando os principais representantes deste grupo em diversos momentos. Como é amplamente sabido, os darwinistas não costumavam aprovar o trabalho compulsório, chegando mesmo, no caso de Haeckel, a defender direitos para os outros animais.

Na linha de pensamento apontada por Geertz (1966), ao qual nos referimos anteriormente, temos, também, a tese de Pery Guimarães, escrita em 1911, dezesseis anos depois da de Corrêa. Assim como seu colega, ele aproxima os homens dos outros animais, enfatizando a descendência simiesca dos seres humanos. Faz um voto de filiação a uma determinada teoria e afirma que, “deixando de parte outras convicções, tomamos como mais

racional a doutrina de Darwin ou o transformismo.” (GUIMARÃES, 1911, p. 17). Segundo ele, Virchow teria afirmado que os homens poderiam descender de qualquer animal, não aceitando que o homem descendesse dos macacos, opinião com a qual Guimarães, mesmo reconhecendo a grande autoridade do pensador da medicina, não podia concordar. Ele informa a seus possíveis leitores que não pretende “fazer um estudo sobre a origem do homem, mas, demonstrar por que acreditamos no transformismo, para dahi estudarmos o homem em suas variedades ou raças” (GUIMARÃES, 1911, p. 30). A sua pretensão era estudar as raças humanas e, por este motivo, necessitava discutir a origem dos seres humanos. À luz das teorias monogenista e poligenista, afirma que, na maioria dos casos, “parece-nos que a doutrina monogenista é a mais aceitável.” (GUIMARÃES, 1911, p. 35).

As duas raças principais, a branca e a negra, seriam, segundo o autor, oriundas de uma terceira, a amarela, que representaria a media entre as duas. O meio ambiente seria o responsável pela maior ou menor “pigmentação cutânea” ao grupo exposto que, para Pery Guimarães, “concorre[ria] também para se crer em ser a raça amarela a primitiva” (GUIMARÃES, 1911, p. 40). O termo raça primitiva assume dois significados distintos no discurso do autor: inicialmente é usado para definir a raça matriz, ou amarela; depois, usa-o para definir quais seriam as raças mais atrasadas. Os caracteres físicos, como a cor da pele, que era o principal sinal diacrítico dos grupos raciais, são utilizados apenas para demarcar o ponto inicial dos troncos raciais, em seguida ao que ele utiliza classificação de Gustave Le Bon para distinguir a cultura primitiva daquela dita civilizada:

primitivas são aquellas que não apresentam nenhum vestigio de cultura; inferiores as que se representam pelos negros, que podem ter rudimentos de civilização mas, geralmente barbara; medias as que têm uma civilização mais elevada que as outras, tendo como principal representante a raça amarela; superiores as que constituem os povos indo-europeus, isto é, aquelles cujo progresso está acima de todos os outros. (GUIMARÃES, 1911, p. 49).

A citação acima, embora apresente a classificação proposta por Le Bon, é importante porque demonstra o caminho que o autor está tentando seguir. Inicialmente, mostrou a relação entre os homens e os outros animais. Em seguida, discutiu as diferenças dentro da própria espécie humana, assinalando a afinidade entre os diversos grupos raciais e, por fim, aceitou uma origem comum. A partir desse ponto, Guimarães apresenta sua percepção acerca do significado do termo “raça”, aproximando-o da noção de cultura civilizada e, principalmente, das estruturas políticas e das noções acerca da formação dos Estados nacionais. As raças primárias, que foram discutidas no início do seu trabalho, cedem lugar para “uma infinidade de raças outras, geralmente de acordo com a nacionalidade; e hoje quasi que se pode dizer – as raças são tantas, quantas são as nações.” (GUIMARÃES, 1911, p. 51).

O doutorando não defendeu, de forma simplória, que os brancos eram naturalmente superiores aos negros. Seu conceito de civilização aproximar-se-ia da concepção proposta pela filosofia positiva francesa, à luz da qual, para alguém ser considerado civilizado, não bastaria ser branco, europeu e ter nascido em um país de destaque no campo da economia e política. Seria necessário, também, um comportamento civilizado. Por este motivo, critica alguns posicionamentos que estariam acontecendo no velho mundo:

Os povos da actualidade são verdadeiras **feras que raciocinam**. A Europa inteira geme debaixo do peso da **anarchia** promovida por seus filhos! A **Italia**, que se encontra no rol das nações civilisadas, **commette actualmente as maiores atrocidades na guerra** com a Turquia, trucidando mulheres e crianças, cujo crime único era serem Arabes!!! **Onde está a civilização desse povo?** De que será formado o **cérebro** desses homens? A que se deve atribuir semelhante anomalia? Entretanto a actualidade crê-se chegada a perfeição!! (GUIMARÃES, 1911, p. 56-57, grifos nossos).

Guimarães questiona se as raças estariam ou não evoluindo: a resposta é positiva em relação ao mundo social e negativa no campo racial. Pergunta se o desenvolvimento teria atingido, também, o corpo físico – o que não acredita ter acontecido. Os homens do passado eram “fortes, robustos, verdadeiro contraste com a maior parte dos homens da actualidade.” Suscita a hipótese de que estaria ocorrendo com a espécie humana o que ocorreu com outros vertebrados, que se desenvolveram e depois entraram em decadência. Seria como se, através do corpo, a espécie estivesse enfrentando “uma verdadeira decadencia physica que vae cada vez mais se accentuando” (GUIMARÃES, 1911, p.58-59). Ele acreditava que os povos do passado sabiam como educar o corpo para extrair maior proveito dele. Em seu tempo, os homens estariam, apenas, cuidando da parte intelectual e deixando o corpo sem a devida atenção.

Seria raro encontrar povos “que a par de uma cuida da outra” (GUIMARÃES, 1911, p. 59). Guimarães não está condenando o culto ao intelecto; está, apenas, afirmando que o corpo também deveria receber cuidados, dado que acreditava não ser possível um intelecto sadio em um corpo debilitado. A raça latina estaria mais direcionada para as coisas do cérebro, “ao passo que a anglo-saxonia [sic] elevou-se industrial e militarmente” (GUIMARÃES, 1911, p. 62). Oferecendo provas da necessidade de cuidar tanto da mente como do corpo, afirma que: “a Allemanha já deu alguns genios, mas, ultimamente, ella asphyxiada pelo militarismo, nenhum tem produzido [...] nas sciencias é a França que cabe a prioridade.” (GUIMARÃES, 1911, p. 63).

Quanto à presença de gênios em uma determinada nação, a França se lhe apresentava como o grande celeiro deste tipo de produto social. Suas concepções filosóficas são profundamente influenciadas pelo positivismo francês, que naquele momento já se encontrava

em acentuada decadência no Brasil, principalmente nas ciências médicas¹⁹. Entretanto, para Guimarães, “todos os genios da humanidade, desde Hypocrates, até os nossos dias, quedam-se em admiração religiosa ante a imagem de Augusto Comte” (GUIMARÃES, 1911, p. 63). Citando Le Bon, afirma que não concorda com o mestre francês quando este defende que algumas raças vão desaparecer em consequência da decadência gerada pela perfeição, embora concorde que elas entram em decadência quando se desenvolvem apenas intelectualmente. Acredita, particularmente, que “a raça latina que tem estado em uma decadencia manifesta, parece que se erguerá em breve deste torpor em que se acha.” (GUIMARÃES, 1911, p. 64).

Certos tipos raciais poderiam desaparecer, o que, contudo, não seria necessariamente fruto do seu desenvolvimento exclusivamente intelectual. Existiriam casos em “que a anarchia existente entre os habitantes de um paiz é tal, que é necessario procurar fazer surgir uma nova raça” (GUIMARÃES, 1911, p. 64), situação que ele julgava estar sendo vivenciada pelo Brasil, no período. O doutorando defende que a existência de “causas extranhas e causas próprias” poderiam possibilitar o desaparecimento de uma determinada raça. Dentre as primeiras, ele chama a atenção para a “emigração”; nas segundas, “encontramos os governos, as idéas, as instituições, as crenças, etc” (GUIMARÃES, 1911, p. 67). Quanto à imigração, adverte para os perigos que este empreendimento poderia acarretar à raça de nosso país, como estaria acontecendo nas colônias alemãs do Paraná e Santa Catarina²⁰, “onde não se conhece o typo da raça latina!” (GUIMARÃES, 1911, p. 70), e defende que os imigrantes deveriam ser enviados para colonizar o centro do país.

Outro grande perigo a rondar a raça seria o conjunto de ideias difundidas no grupo. Uma das mais perigosas, segundo o autor, seriam as “idéias igualitárias” que estavam assolando a Europa: “nos indivíduos de uma mesma raça só existe a idéa igualitaria nos ignorantes, e podemos dizer de um modo geral que a igualdade está na razão inversa da civilização” (GUIMARÃES, 1911, p. 71). Se não existe igualdade dentro de uma mesma raça, muito menos haverá entre raças distintas. O autor pergunta, de forma enfática: “haverá, por ventura, semelhança social entre Shakespeare e um negro de Moçambique ou Madagascar?” (GUIMARÃES, 1911, p. 71). Ele não entende como, mesmo diante de evidências tão

¹⁹ As concepções filosóficas de Augusto Comte ingressaram no Brasil em 1844, através da tese “Plano e Método de um Curso de Fisiologia” defendida na Faculdade de Medicina baiana, por Justiniano da Silva Gomes. Estas ideias tiveram muita aceitação nas três décadas seguintes e foram perdendo fôlego a partir da entrada do darwinismo em 1875 (VIEIRA, 1980).

²⁰ Apenas tardiamente o Império brasileiro se preocupou com as colônias alemãs que se formavam no sul do Brasil. Os primeiros imigrantes do Rio Grande do Sul, chegados em 1824, foram deixados à sua própria sorte, sem ajuda institucional e sem conseguirem se aproximar dos brasileiros, que os achavam inferiores. Diante desta situação desfavorável, os imigrantes se fecharam cada vez mais em suas tradições, resistindo até mesmo ao aprendizado do português (AMADO, 2003).

gritantes, o socialismo (que percebe, apenas, como simples desordens) ainda conseguia progredir nos grupos civilizados²¹. E, chamando a atenção para os perigos dessas ideias, avisa: “o socialismo que hoje agita todo continente europeu, e já se vae propagando para a América, baseia-se na igualdade; e essa idéa está de tal modo se arraigando nos espiritos, que é quasi um paradoxo se proclamar a desigualdade.” (GUIMARÃES, 1911, p. 71). Como bom positivista que era, mostrava-se desgostoso com as “desordens” advindas com as lutas de classes que estavam em curso na Europa. A raça latina, embora superior intelectualmente, estaria em decadência por defender ideias igualitárias.

Retomando afirmações anteriores sobre a raça amarela, afirma que, contrariamente ao que dizem muitos cientistas, “as raças se manterão sempre em equilibrio de existencia, sendo que a amarella manterá o equilibrio mundial”. Nesse sentido, ele expressa a sua discordância com formulações de muitos cientistas, a exemplo de Le Bon, que prognosticavam o desaparecimento de grupos raciais. Para ele, “o preto ha de existir sempre como existirá o amarello e o branco” (GUIMARÃES, 1911, p. 103) e que os asiáticos que “actualmente assombram o mundo civilizado” não seriam capazes de fazer as raças branca e preta desaparecerem e “o perigo amarello de que se julgam ameaçadas nações européas, é uma phantasia!” (GUIMARÃES, 1911, p. 103). Possivelmente o autor estaria se referindo ao aumento da população “amarella” no mundo, em relação ao qual as nações da Europa se sentiam em perigo. O doutorando faz um pouco de futurologia e termina por acertar. Segundo ele, no futuro, “a China fará ressurgir sua antiga civilização e reunir-se-á ás grandes potencias em que predominam as artes, as sciencias, os costumes elevados, etc.” (GUIMARÃES, 1911, p. 103).

²¹ Os médicos positivistas do Brasil estavam bastante interessados em combater todo e qualquer tipo de desordens que tentassem atingir a sociedade brasileira. Um exemplo marcante desse posicionamento pode ser encontrado no evento da recusa da tese de doutoramento de Eduardo Barcelos em 1906, ocorrida na Faculdade de Medicina do Rio Grande do Sul. Os médicos positivistas do Estado, inicialmente, apoiaram a reclamação dos estudantes quando estes questionaram a intromissão indevida da Faculdade nas ideias dos alunos; em seguida, discordaram das manifestações de apoio que os diversos colegas do doutorando fizeram pelas ruas. A partir daí, os médicos positivistas da Faculdade gaúcha passaram a perceber o evento, apenas, como desordens do corpo discente da instituição, e optaram por não apoiar nem a Faculdade, nem os outros médicos ou mesmo os alunos (ALMEIDA, 2005; WEBER, 1999).

2.6 “DEGENERESCÊNCIA” RACIAL E MISTIÇAGEM

Sendo pardo, um ser de mistura, virei doravante meio coisa nenhuma, uma espécie cinzenta, sem croma e sem história, sem raça e sem cultura, um dependente de circunstâncias externas para me reconhecer em alguma tonalidade que eu mesmo sou incapaz de ver. (SALLES, 2008).

Uma questão que, seguramente, estava sendo debatida na Faculdade de Medicina da Bahia nos primeiros anos do século XX era a necessidade de regulamentação dos casamentos. Encontramos duas teses que tratam do tema em 1905. Em uma delas, escrita pelo doutorando Octavio de Souza Brandão, que trata da necessidade de regulamentar os casamentos, encontramos sérias advertências contra uniões entre pessoas de idades muito distantes entre si. Este tipo de casamento possibilitaria o nascimento de crianças doentes: “os que não são escrophulosos, lymphaticos debeis e rachiticos, pagam um grande tributo a enfermidades outras.” (BRANDÃO, 1905, p. 33). De acordo com o autor, ou se proibiria este tipo de casamento ou a sociedade pagaria um alto preço pelo descuido. Já os relacionamentos consangüíneos não seriam nocivos à saúde da prole, embora ele defendesse a necessidade da entrada de sangue novo e de boa qualidade. Os filhos herdariam diretamente dos pais “a sua semelhança physica e moral” (BRANDÃO, 1905, p. 34), de modo que o importante seria garantir que os pais fossem saudáveis e que possuíssem “uniformidade do carater e gênio” (BRANDÃO, 1905, p. 43).

Seu colega do mesmo ano, o doutorando Antonio Raposo Pinto, também acreditava que não haveria qualquer problema em liberar os casamentos entre parentes sadios, advertindo, apenas, quanto aos problemas que os descuidos por parte das autoridades poderiam acarretar para a raça nacional: “quem negará, que a falta de principios de hygiene, a ‘vida livre’ [e] a perpetuação das taras, por casamentos, feitos em más circunstancias, são fatores certos da decadencia das raças? Ninguém.” (PINTO, 1905, p. 38), conclui o doutorando.

Uma das poucas certezas que os doutorandos possuíam, e que percorre todas as teses estudadas, independente do momento de sua defesa, era que o ser humano poderia degenerar e que a degeneração poderia ser transmitida aos descendentes. Por este motivo, tantos autores se preocuparam com a regulamentação dos casamentos, como veremos de forma mais elaborada no próximo capítulo. Se a raça poderia degenerar através da procriação, como acreditava a maioria esmagadora dos pensadores do período estudado, o processo de mestiçagem, usado para gerar novas raças, era um dos temas mais importantes nas discussões. Não prevalecia consenso se a mistura de raças seria benéfica ou maléfica para o futuro das sociedades. Dois grupos se confrontavam nesse debate – um contra e outro a favor da mestiçagem. O tema da

mestiçagem aparece imbricado a outros, correlatos, como inferioridade racial, criminologia, religiosidade exagerada, loucura etc. Estes diversos problemas de pesquisa aparecem próximos nos discursos das teses da Faculdade de Medicina baiana; um tema leva ao outro, quase que “naturalmente”.

O doutorando Oscar Freire de Carvalho defendeu um ponto de vista favorável à mistura de raças. Para ele, a questão poderia ser pensada a partir das mesmas regras válidas para outros campos da natureza. Semelhante ao que acontecia com animais e vegetais, poderia ser verificado um “papel euphorico na condensação do protoplasma ethnico”, isto é, um papel benéfico. O hibridismo não ocorreria, todavia, da forma defendida por alguns autores: “não creio que na especie humana haja jamais casos de hybridismo; trata-se sempre de simples mestiçagem” (CARVALHO, 1902, p. 69). Esta afirmação estaria direcionada aos autores que vaticinavam a esterilidade do mestiço após algumas gerações, a exemplo do conde Gobineau:

A grande maioria da população brasileira é mestiça e resulta [de] mesclagens contraídas entre os índios, os negros e um pequeno número de portugueses. Todos os países da América, seja no norte ou do sul, hoje mostram, incontestavelmente, que os mulatos de distintos [sic] matrizes não se reproduzem além de um número limitado de gerações. A esterilidade nem sempre existe nos casamentos; mas os produtos da raça gradualmente chegam a ser tão malsãos e inviáveis que desaparecem antes de darem à luz, ou então deixam rebentos que não sobrevivem. (GOBINEAU, 1997, p. 85).

A principal acusação contra a mestiçagem estava relacionada com a perda de fecundidade do “produto final”. Para pensadores contrários à miscigenação racial, em poucas gerações o mestiço se tornaria um híbrido completo, não conseguindo, portanto, gerar filhos. Investir nesta lógica racial significaria condenar a sociedade ao desaparecimento. Carvalho discorda com veemência deste ponto de vista, defendendo posicionamento oposto, ou seja, de que o raciocínio contrário à mestiçagem carece de provas empíricas. Em alguns momentos, tem-se a impressão de que ele seria capaz até mesmo de defender a situação contrária, qual seja, que grupos puros podem desaparecer e que os mestiços seriam mais fecundos:

Conheço innumerados casos de **indivíduos brancos**, sadios e robustos que **casados com mulheres brancas** tem muito **poucos filhos**, mas que **cultivam uma enorme caterva de filhos mestiços extraconjugaes** havidos com concubinas pretas...uma observação tenho em que esse **numero attingido a 16 para os ilegítimos e 1 para os legítimos** [...] parece-me, pois, que o cruzamento dos heterogeneos elementos ethnicos do Brazil **não se pode infirmar de infecundo**. (CARVALHO, 1902, p.74-75, grifos nossos).

A exogamia é defendida a partir de um pensamento bastante simples: ocorrendo mistura racial, os caracteres negativos de um indivíduo ou grupo serão destruídos pelo contato com outros indivíduos ou grupos sadios, possibilitando o aperfeiçoamento da raça em algumas gerações. Caso os casamentos ocorressem apenas dentro do próprio grupo étnico

problemático, os caracteres negativos seriam, então, potencializados. Esta situação seria válida tanto para grupos humanos como para qualquer outro: “nos diversos grãos da escala biológica em que se dá, a mestiçagem melhora sempre a espécie” (CARVALHO, 1902, p. 70). Para o autor, estaria provado que “a endogamia sem a intercadencia da exogamia, como esta sem aquella, constitui um elemento de lethalidade para a raça” (CARVALHO, 1902, p. 71). Ele apresenta a África como exemplo de mistura que deu certo, conseguindo “um vasto cruzamento que melhora sempre o intellecto e o physico” de seus membros (CARVALHO, 1902, p. 72). Nos casos utilizados para comprovar a inferioridade dos mestiços, “que se referem aos portuguezes e chineses em Macau, malaios e hollandeses” (CARVALHO, 1902, p. 73) que, segundo o doutorando, seriam exemplos de mestiçagem que fracassaram, o resultado negativo estaria relacionado com as condições desfavoráveis do meio físico e não com a miscigenação em si.

Mesmo debutando no mundo científico, pois é isso que a tese de doutoramento possibilitava para o jovem cientista, o autor não teme, para defender seu ponto de vista, desagradar pensadores estrangeiros e nacionais. Posiciona-se contra parte das reflexões propostas por Sylvio Romero e mesmo contra algumas que são os pilares do pensamento de Nina Rodrigues, a quem chama de mestre. Mostra-se descontente tanto com o processo de branqueamento proposto por Romero quanto com a “persistência do tipo negro” proposto por Nina. Acreditava “na unidade ou quase unidade ethnica brasileira futura, mas não constituída por um branco-mestiço, nem por um negro superior e sim por um typo que representa mais ou menos a media dos elementos crusados” (CARVALHO, 1902, p. 79). Diante de duas possibilidades extremas, escolhe o caminho do meio. Além disso, defende que o mestiço de índio e branco seria inferior ao de negro com branco. As pessoas que defendessem o contrário estariam submetidas ao “preconceito pueril da pigmentação” (CARVALHO, 1902, p. 79). Para ele, “a formação de um typo ethnico é inevitavel” e “estudar, portanto, a raça no Norte do Brasil é estudar o mestiço.” (CARVALHO, 1902, p. 81).

Sua pesquisa acerca da religiosidade no Norte brasileiro buscou compreender qual era a raça que estaria se formando neste local, que, em sua opinião, era a mestiça. Da mesma forma, pretendeu entender as fragilidades psicológicas desse grupo étnico, porque acreditava que aí estaria a chave para a compreensão da religiosidade do povo brasileiro. Como buscaremos mostrar mais à frente, Carvalho aproximou a necessidade da crença religiosa da loucura e do crime. Esta é, sem dúvida, a tese mais esclarecedora que encontramos em relação às ideias propostas por Nina Rodrigues, já que o doutorando se diz seu discípulo e, portanto, concorda com boa parte de seus ensinamentos. Entretanto, estamos diante de um livre

pensador que procura trilhar seu próprio caminho intelectual, mesmo que isso requeira posicionar-se contra seu mestre. Um dos seus questionamentos mais marcantes em relação à escola lombrosiana²² seria quanto à suposta degeneração advinda da mestiçagem. Carvalho acreditava que as evidências apresentadas contra a miscigenação eram frágeis e não seriam suficientes para sustentar esta importante questão científica, razão pela qual, assume posição neutra, afirmando que: “não o nego em absoluto, mas até agora não me parece provado” (CARVALHO, 1902, p. 82).

Discorda, por outro lado, “com grande pesar”, das formulações de Nina Rodrigues quando este

[...] procura deixar demonstrado, com as observações que apresenta que a mestiçagem é uma causa quando se dá nas condições em que se deo entre nós, de degeneração das raças, assinalando-lhes na prole esta enorme series de estymas que caracterisam a grande classe dos degenerados. (CARVALHO, 1902, p. 82).

Após se posicionar acerca das questões teóricas presentes na obra de Nina Rodrigues, pois é isso que ele faz quando questiona a degeneração a partir da mestiçagem, Carvalho vai mais longe e aponta algumas das fragilidades presentes na pesquisa empírica do seu mestre, atribuindo a posição negativa de Nina Rodrigues, no que concernia à mestiçagem, aos equívocos cometidos durante a interpretação dos dados coletados em sua pesquisa de campo.

Pelo menos duas questões importantes podem ser apontadas na tese de Carvalho: primeiro, que um dos seguidores mais fiéis da famosa *Escola Nina Rodrigues* poderia posicionar-se contra o mestre em questões de ordem intelectual; segundo, que ele apresenta uma forma alternativa de lidar com os dados da pesquisa de campo em relação aos degenerados e aos males sociais que, supostamente, estariam assolando a sociedade. O doutorando critica os resultados teóricos apresentados por Nina Rodrigues em uma pesquisa empreendida na cidade de Serrinha, e apresenta sua própria leitura dos dados estatísticos obtidos pelo mestre. Nina explicava a presença dos degenerados a partir da própria mestiçagem. Para Carvalho, a resposta mais plausível para a existência de mais degenerados entre os mestiços do que entre os *puros* era que existiam mais mestiços que *puros* sendo, portanto, normal encontrarem-se mais degenerados entre os mestiços. Carvalho, como a maioria dos intelectuais ao redor do mundo, aceitava a degeneração racial como uma

²² Nina Rodrigues estaria ligado à Escola de Lombroso, não obstante apresentasse discordâncias em alguns pontos. Sobre o significado da referida Escola, dizem Jose Luis Peset e Mariano Peset: “La escuela lombrosiana, con sus afirmaciones y sus seguidores, defiende una ideología y unos principios en un momento determinado, en la alborada fresca y nueva del Risorgimento italiano. En un mundo que comienza, una escuela de apretadas filas se revela con peculiares características e intereses que pueden servirnos para clarificar conceptos acerca del saber encarnado en la realidad.” (PESET; PESET, 1975, p. 16).

realidade indiscutível; dessa forma, seria normal que ela ocorresse mais entre os mestiços, já que estes representavam a maioria da população brasileira:

Não posso compreender porque de tão vasta messe de causas só por si capazes de explicar o estadio de degenerativo que estudou, foi o distinto professor buscal-a unicamente na mestiçagem, a não ser por um excesso de generalização [...] o que ficou provado pelo seu estudo é que o mestiço degenera e pode degenerar sujeito á condições desfavoráveis, sofrendo mal estas condições. Esperar o contrario seria pretender que surgisse do cruzamento de duas raças uma terceira perfeita, armada contra todos os ataques do meio, invencível, como Minerva da cabeça jupiteriana [...] **O maior numero de degenerados deve ser fatalmente mestiço num paiz em que os mestiços constituem a maior cifra da população [...]** O meu **illustre mestre**, que **reconhece a frequencia do alcoolismo**, causa bastante para á saciedade **explicar o facto que o preocupa, foge com o sophisma** de afirmar que as mais vezes não se tratam de casos de alcoolismo mais de dipsomania, o que traria o alcool sempre ligado a degenerescencia por efeito symptomatico. (CARVALHO, 1902, p. p. 83-84, grifos nossos).

A degeneração já se encontrava provada. Restava demonstrar a sua ligação com a mestiçagem – com o que Carvalho discordava francamente. Para ele, não restariam dúvidas de que a mestiçagem “melhorou e adaptou ao meio [...] e que o mestiço, typo médio das tres raças ethnogenicas será o habitante futuro do Norte do Brasil.” (CARVALHO, 1902, p. 85). Como pode ser facilmente percebido, o doutorando está filiado à corrente que acreditava no futuro do Brasil através da mestiçagem. Porém, para que esta posição fosse passível de comprovação seria necessário enfrentar as diversas sobrevivências presentes na mente e nos costumes dos grupos raciais que formavam os mestiços brasileiros. A religiosidade exagerada, que, supostamente, levava à loucura e ao crime, era o principal problema a ser vencido. A maior dificuldade do mestiço decorreria de sua mente concreta, que dificultaria o acesso às realidades mais abstratas; daí o desenvolvimento de algumas formas de religiosidade no Norte do Brasil. Para o autor, mesmo a religião cristã que se desenvolveu na Bahia passou por modificações profundas em sua forma e conteúdo. A intenção era de facilitar a compreensão dos adeptos – daí o uso de patuás, rosários e santinhos pelos cristãos baianos.

O clima constituía elemento fundamental na formulação desenvolvida pelo doutorando, contribuindo tanto para a “exaggerada superstição” como para a “fraqueza de atenção” (CARVALHO, 1902, p. 86), supostamente, verificadas em grupos mestiços. Dois outros fatores seriam, também, fundamentais na formação do psiquismo do habitante do Brasil no futuro: a herança (como sempre!) e a educação. O animal humano necessitaria aprender com outros seres humanos durante seu desenvolvimento psicológico e social. Surge, assim, mais uma possibilidade de acepção para o termo “cultura”, desta vez relacionada à educação e aos conhecimentos adquiridos com os mais velhos.

Existiam outras formas de lidar com o problema da herança, a exemplo dos estudos sobre temperamentos²³, que embora fossem, também, relacionadas ao comportamento do indivíduo, não apostavam no cérebro como responsável, e sim no sangue.

Lembrando o discurso acadêmico proposto por Nina Rodrigues, só que tratando dos temperamentos, temos a tese do doutorando Manoel Ludgero D'oliveira Campos, defendida em 1873. Para este autor, a natureza oporia limites em relação aos “signaes, os traços por ella profundamente gravados em suas obras”. A educação e as artes poderiam transformar e destruir “temperamentos mixtos ou compostos”, entretanto, “não poder[iam] aniquilar o temperamento primitivo, que representa o facto primordial da organização”. Mesmo diante das possíveis mudanças a que o indivíduo fosse submetido em sua vida social, a exemplo de um mergulho na educação, “o temperamento primitivo tende[ria] incessantemente a retomar seo império”. A higiene, que naquela época se apresentava como solução para a maioria dos problemas, não seria totalmente eficiente quando o assunto fossem os temperamentos. O máximo passível de ser alcançado seria atenuar “a energia d’estas formas d’organização” possibilitando “combater suas disposições para as moléstias” (CAMPOS, 1873, p. 37). Esta forma de pensar os temperamentos lembra muito o retorno de figuras primitivas, defendido por Nina Rodrigues, que poderiam, a qualquer momento, irromper no espírito do mestiço (RODRIGUES, 2006).

A transmissão dos caracteres por herança fazia parte das crenças acadêmicas de todos os doutorandos estudados nesta pesquisa. Alguns apostavam todas as expectativas em sua capacidade de explicar os diversos males sociais que atacavam a sociedade brasileira da época. Outros, mais comedidos e receosos, preferiam, apenas, afirmar sua crença na herança, sem fazer dela uma verdadeira panacéia capaz de resolver tudo. Como representante do primeiro grupo, que era majoritário, temos o doutorando Antonio Cavalcante Pina, que escreveu sobre o tema em 1886. Para ele, “a lei da herança é para a especie o que a identidade é para o individuo” (PINA, 1886, p. 2). Tanto as características estéticas, construídas socialmente, como aquelas adquiridas biologicamente estariam, segundo ele, a cargo da herança.

O autor estava preocupado com o processo de identificação de determinados indivíduos a partir de sinais de nascença²⁴. Esse tipo de preocupação era comum desde os

²³ A preocupação com os temperamentos e com a sua capacidade de explicar as ações humanas foi bastante comum até as primeiras décadas do século XX. Não é, pois, trivial que Margareth Mead tenha se lançado a campo, nos anos de 1930, para tentar comprovar que os temperamentos são construídos pela cultura de cada povo, não guardando relação com o sexo biológico (MEAD, 2006).

finais do século XIX e começo do XX. Em 1911, quando foi inaugurado o “Gabinete de Identificação da Bahia”, o serviço era considerado o que havia de mais moderno, em termos de aparelhagem, na América do Sul. O seu diretor, Dr. Pedro Mello, colheu as digitais do próprio governador do Estado para marcar o registro de número um do sistema. O modelo adotado na Bahia era o que havia sido desenvolvido pelo “notável criminalista argentino D. Juan Vucetich, director do gabinete de identificação de La Plata, capital da Provincia de Buenos Ayres”²⁵. A identificação era voluntária para os cidadãos com bons antecedentes, como o governador do Estado, e obrigatória para quem cometesse algum crime e fosse detido pela polícia. A carteira, que não era fornecida àqueles identificados compulsoriamente, custava três mil reis, portanto, um artigo de luxo, portado, apenas, por aqueles com poder aquisitivo. A carteira continha nome e sobrenome, idade, naturalidade, cor, filiação, profissão, instrução, estado civil, residência, retrato de frente e de perfil, digitais, “marcas e signaes particulares visíveis sem desnudamento”, cicatrizes, tatuagens etc, além da assinatura do diretor do gabinete. Este documento possibilitava identificar socialmente seu portador, declarando, inclusive, qual sua profissão e nível de instrução e servindo como facilitador nas relações deste com o mundo social:

Este documento, que valerá como folha corrida, tem efeito em todo o Brasil e pela prova evidente e immediata da individualidade do seu portador, facilita as suas relações commerciaes, bancarias, civis, judiciárias e policiaes em todos os Estados da Republica. O passaporte, que é identico á carteira, leva também a assignatura do chefe de policia sobre uma estampilha federal de trezentos réis (\$300), goza dos mesmos efeitos no paiz e no estrangeiro, tendo uma folha destinada ao visto e carimbo consular. (GAZETA..., 1911, p. 460-461).

Pouco mais de duas décadas antes, o doutorando Antonio Pina afirmava que o problema era complexo, exigindo atenção redobrada do especialista. Identificar o “criminoso” a partir de sinais que ele portasse (no corpo) seria indispensável para “determinar se o individuo [era] realmente o que pretend[ia] ser ou ainda se [era] o que a justiça presum[ia] reconhecer.” (PINA, 1886, p. 7).

A prole herdaria dos progenitores tanto a herança física como a psicológica: “o animal herda disposições psychicas de seus auctores, do mesmo modo que herda sua

²⁴ Este tipo de preocupação era bastante comum e tinha como foco principal identificar criminosos que fossem reincidentes. O método de identificação criado e aperfeiçoado por Alphonse Bertillon nos anos iniciais da década de 1880 pretendia identificar criminosos a partir de suas medidas antropométricas. Para tanto, fazia-se necessário que o indivíduo fosse preso e submetido ao exame. Em caso de reincidência, seria possível verificar se aquele que estava sendo preso naquele momento já havia sido detido anteriormente. Até então, o reconhecimento da reincidência dependia da memória dos agentes públicos. Nesse período, os médicos estão tentando criar e aperfeiçoar mecanismos que consigam identificar criminosos. O método de Bertillon foi um dos mais respeitados durante um curto período (DARMON, 1991).

²⁵ As informações sobre a inauguração do “Gabinete de Identificação” da Bahia foram retiradas de um artigo, não assinado, disponível na Gazeta Médica da Bahia, Salvador, v. XLII, n. 10, p. 458-466, abr. 1911.

constituição *physiologica*” (PINA, 1886, p. 12). Mesmo a inteligência poderia ser transmitida de pais para filhos. Em certos momentos, o autor trabalha com a ideia de herança associada ao darwinismo, ou seja, os caracteres genéticos não poderiam ser modificados e transmitidos às gerações futuras. Em outros, parece estar discutindo a partir do lamarquismo, aceitando que uma modificação poderia ser desenvolvida e transmitida às gerações futuras. Esta forma de pensar, que aproximava as duas teorias, foi muito comum nas últimas décadas do século XIX e começo do XX, tanto no Brasil como na Europa, sendo utilizada, inclusive, pelo próprio Charles Darwin (DESMOND; MOORE, 2001).

Pina envereda por questões que aproximam a herança, os males sociais, a loucura e o crime. O alcoolismo é pensado como passível de ser transmitido aos descendentes. Um pai alcoólatra deixaria como legado para seus filhos algum tipo de doença, não necessariamente o próprio hábito de beber. “Assim a paixão de beber não se transmite sempre sob esta forma aos descendentes, ella degenera muitas vezes em loucura. Do mesmo modo a alienação dos ascendentes póde tornar-se alcoolismo nos descendentes” (PINA, 1886, p. 24). A herança mais comum que um pai alcoólatra transmitia a seus filhos era a epilepsia. O autor não possuía dúvidas em relação à transmissão da loucura e da capacidade de cometer crimes. Esta situação seria tão freqüente que “a herança *psychologica* mórbida é geralmente admittida” (PINA, 1886, p. 33). No caso da loucura, o mal poderia diminuir ao longo das gerações, se apenas um dos pais tivesse a doença. A sífilis, a tuberculose e o alcoolismo foram eleitos como males sociais por excelência, necessitando, assim, de controle rigoroso e constante. Os portadores destas doenças foram responsabilizados pela maior parte das “heranças mórbidas” que a raça brasileira estava enfrentando (SOUZA, 2005; SILVA, 2005; DIWAN, 2007).

Em relação a um tipo considerado bastante perigoso de degenerado, aquele com os órgãos genitais deformados, a sociedade poderia contar com a sorte de eles não deixarem descendentes, fosse em razão da atrofia do seu órgão reprodutor, fosse em razão da esterilidade. Trata-se da mesma lógica adotada por outros autores em relação ao mestiço. Pensadores que assumiam a mestiçagem como problemática, e mesmo alguns dos que a consideravam como benéfica, acreditavam²⁶ que o mestiço ficaria estéril com o passar das gerações. Os motivos dessa suposta esterilidade estariam ligados à sua degeneração e ao seu espírito fraco e instável. É possível estabelecer diversas analogias entre os discursos apresentados pelos doutorandos da Faculdade de Medicina baiana, quer tratando de doenças,

²⁶ Os doutorandos acreditavam que suas crenças, por repousarem na tradição, não necessitavam de comprovação empírica. Após enunciadas por alguém com legitimidade para expressá-las, a exemplo dos integrantes das carreiras médicas, elas ganhavam imediatamente o *status* de verdade científica.

quer do mestiço – mesmo quando evitam tocar no assunto de forma mais clara. O degenerado teria “essencialmente espírito falso; quando elles adoptam uma idéa, por mais ridícula que seja, a sustentam e nada lhes póde demonstrar a falsidade ou o absurdo d’ella” (PINA, 1886, p. 45), rótulos muitas vezes atribuídos aos mestiços em geral.

Este será o mesmo discurso utilizado para dar conta do *louco, degenerado maníaco religioso, bandido* e, claro, do famoso mestiço que fundará alguns anos depois, no sertão da Bahia, sua nova Jerusalém. Em muitas das teses da Faculdade de Medicina baiana, Antônio Conselheiro será considerado como o exemplo máximo dos problemas que da mestiçagem poderia resultar. Alguns dos trabalhos de Nina Rodrigues²⁷ e diversas teses doutorais que discutiram o movimento de Canudos seguiram esta linha argumentativa. De fato, esse tipo de discurso, que associava os males sociais à mestiçagem, já estava presente na Faculdade baiana alguns anos antes, esperando apenas o momento propício para ser utilizado.

Após apresentar diversos exemplos que tentavam qualificar a maldade dos degenerados, mesmo quando crianças, Pina relata o caso mais famoso e comentado com relação aos problemas advindos da miscigenação de pessoas de classes sociais distintas. Johann Wolfgang Goethe teria tido alguns filhos com a sua criada. Estas crianças nasceram com uma inteligência medíocre (em comparação com a genialidade do pai) ou morreram assim que chegaram ao mundo. Este exemplo aparece em diversas teses. Em 1875, Domingos Guedes Cabral também oferecia esse mesmo exemplo aos seus leitores (CABRAL, 1876). O que estaria por trás da utilização desse exemplo em tantas teses, mesmo quando estão tratando dos assuntos mais diversos? Estamos diante de uma séria advertência para os perigos que poderiam advir da mistura social ou racial. O grande pensador alemão se “misturou” com alguém inferior intelectualmente e o resultado foi catastrófico. O concurso sexual entre pessoas de uma mesma raça, mas social e intelectualmente diferentes, seria, assim, muito perigoso. Imagine-se o que ocorreria em relação a pessoas de raças distintas. Antônio Pina está tratando do problema da mestiçagem, mesmo que não o faça abertamente.

²⁷ Alguns destes trabalhos foram mais tarde, na década de 1930, reunidos por Arthur Ramos no livro *As Coletividades Anormais* (RODRIGUES, 2006). Não restam dúvidas de que a guerra de Canudos serviu para formatar, em termos científicos, as muitas teorias raciais que circulavam pelo Brasil. Estudantes dos cursos de Farmácia e Medicina foram encaminhados para o palco da guerra, enquanto outros, juntamente com os professores da Faculdade baiana, ficaram responsáveis por tratar os feridos que chegavam à capital do Estado. Nesse teatro vivo, os estudantes puderam corroborar os postulados científicos que vaticinavam os perigos da mestiçagem e da religiosidade nos grupos que eram considerados os mais ignorantes da sociedade brasileira (PINHEIRO, 2009). Oscar Freire de Carvalho, por exemplo, pretendia apresentar a tese intitulada: *Fetichismo e o crime no Norte do Brasil*. Diante da impossibilidade de escrever esse trabalho, devido a problemas de saúde, escreveu a tese que discutimos em nosso estudo. Nos dois casos, ele pretendia enfrentar o problema da religiosidade exagerada do povo brasileiro, sendo que, no trabalho que não conseguiu realizar, pretendia conectar religiosidade com o crime (FAVERO, 1943).

2.7 MESTIÇOS E DEGENERADOS COMO “BORBOLETAS SOCIAES”

El etnógrafo que pase por Bahia, la gran metrópoli negra del Brasil, saca dos impresiones aparentemente contradictorias. Por un lado le sorprende la multiplicidad y la fuerza de las super-vivencias africanas que han marcado profundamente la vida de la ciudad, y por otro le impresiona el pequeño número de negros verdaderamente ‘negros’ que encuentra, incluso visitando los Barrios mas populares. (MÉTRAUX, 1951, p. 1).

Escrevendo alguns anos depois, em 1893, também sobre degeneração, outro doutorando emitirá opinião sobre a herança, também alertando para os perigos da mestiçagem, mesmo sem assumir explicitamente tal posicionamento. A posição extrema, contra ou a favor, é assumida por poucos doutorandos. A grande maioria opta por tangenciar o problema, conferindo um certo ar científico às suas conclusões. Elias da Rocha Barros estava convencido de que era capaz de identificar os degenerados. Para ele, o mal se dava “quasi sempre na vida intra-uterina, no momento da fusão dos elementos progenitores” (BARROS, 1893, p. I). O doente, da mesma forma que o mestiço, era um ser instável psicologicamente: “[O] germe mórbido, que alastra sempre todo seu systema nervoso, assignalando-lhe assim na vida futura um lugar mui instavel na hierarquia psychica” (BARROS, 1893, p. I). Um histérico não necessariamente produzirá um filho histérico, sua prole será dotada de algum tipo de distúrbio, podendo resultar tanto em “um epileptico, como um vesanico, como ainda um paralytico geral.” (BARROS, 1893, p. III).

Casos haveria em que a “investigação dos antecedentes hereditarios da[ria] resultados negativos, fazendo, portanto, crer que a degeneração psychica pode ser tambem adquirida, em virtude de accidentes de prenhez, do estado dos progenitores no momento da concepção, de molestias da adolescência” (BARROS, 1893, p. V). Eram muitas as possibilidades de um indivíduo obter sua “carteira” de degenerado – algumas no campo biológico, outras tantas no social. As causas externas que poderiam gerar as doenças seriam, exatamente, os males sociais, isto é, as doenças sexualmente transmissíveis e os excessos da vida moderna de seu tempo. O autor ressalta os perigos da extinção das raças a partir da perpetuação de taras entre os grupos – as famílias reais ou nobres seriam um exemplo desse tipo de perigo. Como se casavam endogamicamente, bastava o desenvolvimento de uma doença psíquica, para que toda a *raça real* estivesse condenada a desaparecer. Barros estava preocupado com a identificação dos estigmas da degeneração: “o degenerado é um ser a parte entre os alienados; ele possui uma atitude propria, vestes especiaes que nos traem a sua presença, estygmias que nol-o denunciam [...] como um predisposto á loucura.” (BARROS, 1893, p. XII).

O ser perigoso que ele pretendia identificar poderia levar a sociedade, ou mesmo uma raça inteira, à decadência. A mulher degenerada deveria ser encarada com bastante cuidado, ao tempo que a beleza feminina poderia esconder um grande perigo: “Os traços *physionomicos* que caracterizam a beleza podem se constituir arabescos delicados que occultam as maiores degeneradas” (BARROS, 1893, p. 2). Qualquer sinal serviria para identificar um degenerado. A leitura da tese suscita a impressão de estarmos diante do médico Simão Bacamarte, personagem criado por Machado de Assis para representar os exageros dos diagnósticos médicos de sua época (ASSIS, 1998).

Elias Barros enxergava degeneração em quase tudo: “fronte fugidia, a implantação viciosa dos cabellos, a calvície, a sutura tardia das fontanellas, o prognathismo, os dentes supranumerarios, as rugas precoces, as anomalias de conformação das orelhas, o beijo de lebre (simples ou complicado), a abobada palatina de forma ogival, a asymetria facial, a má implantação dos dentes, etc” (BARROS, 1893, p. 3). Além de todos esses exemplos, ainda chama a atenção para a barba na mulher, a falta de barba no homem, a surdez, a mudez, a gagueice e, claro, os problemas nos órgãos genitais. Tanto a capacidade de embriagar-se rapidamente como a de manter-se imune ao álcool poderia, também, ser considerada marca de degeneração. Qualquer sinal servia como identificador da degeneração, em face do que deveria ser bastante complicado para um representante das denominadas classes menos favorecidas socialmente conseguir manter-se longe de um hospício. Ou melhor, mantinham-se afastados por dois motivos principais: as casas destinadas a confinar os doentes do espírito eram poucas no período e, principalmente, porque não seria possível confinar nestes espaços (para “tratamento”) quase a totalidade da população brasileira – como fez o médico do romance machadiano.

Tanto as marcas registradas no próprio corpo, como a calvície ou o excesso de dentes, quanto as adquiridas por hábito, tal como embriagar-se ou não embriagar-se, funcionavam, da mesma forma, como prova da degeneração. Sem opor limites às suas formulações, Barros afirmava que tanto indivíduos dotados de uma inteligência privilegiada como aqueles que são reconhecidamente “idiotas” poderiam ser degenerados. Qualquer excesso, fosse de egoísmo ou altruísmo, poderia atestar a comprovação do mal. Os degenerados seriam de “uma volubilidade extrema, **verdadeiras borboleta sociaes**, passam do entusiasmo mais ardente ao esmorecimento mais deploravel” (BARROS, 1893, p. 11, grifos nossos).

Em relação aos dois tipos de degenerados mais comuns – os débeis e os degenerados superiores – ele afirma que os primeiros seriam “egoistas, ambiciosos, pusillanmes, vaidosos, em uma ultima palavra portadores de todos os defeitos moraes” (BARROS, 1893, p. 20),

enquanto os segundos seriam “individuos de um valor intellectual inconteste, porem cujas faculdades mentaes no seu conjuncto não guardam a relação normal, estão profundamente desequilibradas”. Estes seres ocupariam as profissões mais privilegiadas da sociedade e estariam “entre os medicos, os magistrados, os deputados, os jornalistas, emfim nas classes culminantes pela intelligencia”. Seriam os degenerados mais perigosos, podendo destruir qualquer sociedade, uma vez que “alguns attingem as mais altas posições sociaes, penetram mesmo até os pontos governamentaes das nações, e uma vez ahi chegados bem se póde calcular que desastres podem causar estas organizações fataes” (BARROS, 1893, p.21-22).

De acordo com o autor, um estudante de Direito, após ler Garofalo e Lombroso, questionou se não era ele mesmo um criminoso nato. Possivelmente, o doutorando responderia que se ele possuísse valor intellectual inconteste, seria um forte candidato a sê-lo. Acreditava que “o homem de gênio é quase sempre um degenerado” e que o desenvolvimento intellectual não poderia ser alcançado sem a perturbação de “outras qualidades do espírito” (BARROS, 1893, p.24-25). Dr. Elias Barros diagnostica esta perigosa doença inclusive nos próprios médicos, esquecendo que, se algo fosse tão freqüente que acomettesse a maioria das pessoas, não poderia ser considerado como anormal.

No ano seguinte, portanto em 1894, há um autor que se define como filiado ao darwinismo. Nos dias de hoje, qualificar-se-ia de social, como sinal de reprovação ao seu trabalho, a sua pretensa filiação – ou seja, ele seria tratado como darwinista social. Entretanto, não cabe julgar aqui o Dr. Antonio Almeida, um homem do seu tempo. Nos anos finais do século XIX, as ideias de Darwin e, principalmente, as de Spencer foram apropriadas por reformadores sociais que desejavam contribuir com o progresso de seus países através da extinção das raças menos adaptadas. Segundo Gay (1995), Spencer teria tentado explicar melhor sua teoria, dificultando a sua utilização direta no campo social, ao passo que Darwin teria se mantido em silêncio.

Alertando para os perigos que a mestiçagem poderia acarretar para o ser biológico, Antonio Almeida apresenta um exemplo de “cruzamento da raça branca com a preta” numa família composta por quatro filhos, sendo três moças e um rapaz. Apenas o último seria *normal*, conseguindo ter uma profissão – era marceneiro. O destino das três moças foi marcado pela anormalidade e degeneração: “enfraquecidas tiveram de ceder em breve á lei fatal de transformação da matéria”. A primeira morreu, como os próprios pais, de tuberculose; as outras duas, após a “suspensão do corrimento catamenial.” (ALMEIDA, 1894, p. 20).

Foi com o intuito de evitar os perigos às gerações futuras que outro doutorando, Antonio Raposo Pinto, escrevendo em 1905, propôs a criação do livro da família. Neste livro,

seria registrada “toda a historia de molestias havidas em seu seio.” O material ajudaria o médico que, no futuro, estivesse “encarregado de organizar uma estatística sobre o assumpto, ou obrigado a dar sua sentença sobre a nocuidade, ou não, de um casamento a realizar-se entre parentes” (PINTO, 1905, p. 27). Infelizmente, o doutorando, pelo menos nesse momento, não declara sua filiação a uma teoria específica. Mas não restam dúvidas de que muitos daqueles que se diziam darwinistas apoiariam as suas propostas. O mais difícil seria convencer as famílias a produzirem provas contra elas mesmas, registrando casos de doenças no seio familiar, situação que, possivelmente, muitas delas gostariam que fossem não conhecidas ou esquecidas.

O movimento reformador em curso, tanto na Europa como nos países periféricos, buscava uma teoria que conseguisse prever o futuro, mostrando que, na luta pela vida, os mais fracos estariam condenados ao desaparecimento. Para um país como o Brasil, que havia, há poucos anos, abolido, pelo menos formalmente, a escravidão, parecia necessário algum tipo de certeza em relação à vitória branca futura. A teoria de Darwin e Wallace, a partir da deformação produzida pelo darwinismo social, aparecia como uma bênção para os jovens pensadores brasileiros preocupados com o tema.

Com o intuito de tranquilizar os brancos, considerados mais adaptados aos novos tempos, o doutorando Pedro Americano Corrêa Filho afirmava que

a lei mais geral da vida é a lucta, lucta em que triumpham os mais fortes e cedem os mais desprotegidos. A guerra de todos contra todos, fórmula sob que Hobbes condensou o estado das sociedades, é uma verdade incontroversa nos dominios da Historia natural dos seres. (CORRÊA FILHO, 1895, p. 51).

Mesmo em relação às ideias, o doutorando, possivelmente seguindo Sylvio Romero (1895), defendia uma luta entre as mais fracas e as mais fortes, prevalecendo, claro, as últimas.

O Brasil passou por transformações intensas nos anos finais do século XIX e começo do XX, o que, seguramente, gerou uma profunda necessidade de produzir respostas para os diversos problemas que começaram a desembocar nas grandes cidades. Questões como aumento da violência e maior proximidade entre os diversos grupos étnicos, pelo menos em relação aos espaços físicos, foram grandes fontes de preocupação para pensadores e autoridades da época (FAUSTO, 2001).

Na tese de Pery Guimarães, a miscigenação aparece como uma das principais preocupações a serem enfrentadas. Guimarães não se posiciona diretamente contra a mistura racial, apenas alerta para os perigos dos intercursos sexuais entre raças muito desiguais. Segundo ele, deveria se “evitar o cruzamento, porém de raças muito desigual[is], entre typos

ou variedades da mesma raça o cruzamento não é condenável” (GUIMARÃES, 1911, p. 76). Opina pela imigração, desde que sejam observadas algumas prescrições, entre as quais, a uniformidade da raça. Para contribuir com o desenvolvimento de uma raça latina, seria necessário que fosse utilizada outra raça também latina. Neste sentido, elogia os ingleses “pois em suas colonias têm sempre mantido a sua unidade, pois, evitam os cruzamentos com os naturais do país e com outros estrangeiros” (GUIMARÃES, 1911, p. 77). A degeneração ocorreria porque os cruzamentos produziriam raças novas que não possuiriam a “alma da raça”, e este seria o caminho para a degeneração racial de um povo.

Uma das dificuldades apontadas por Guimarães seria em relação aos grupos formados a partir da mistura entre brancos e negros. Os mestiços gerados a partir destas uniões – realizadas sem intenção de incorporação da prole ao mundo dos brancos, já que eram fruto de violências sexuais entre senhor e escrava – não iriam querer se relacionar com os negros, por considerá-los inferiores. Por sua vez, não seriam aceitos no mundo dos brancos:

Ora, o producto desse cruzamento de um branco com uma negra africana, era um mestiço ou intermediario de raça, digamos, entre o senhor e a escrava. Dando-se também mais cruzamentos, esses mestiços, que já se consideravam como não iguaes aos pretos e quasi iguaes aos brancos, e sendo por estes repellidos, como não podendo entrar em sua intimidade, esses mestiços, dizemos nós, iam odiando os brancos e esse odio ia tanto mais se accentuando quanto mais se multiplicavam as gerações, pois, como já dissemos anteriormente, as qualidades dos paes podem se transmitir aos filhos. (GUIMARÃES, 1911, p. 79).

A produção de uma nova raça, à luz das diversas possibilidades, era preocupação constante na Faculdade de Medicina baiana. Ela poderia ser totalmente branca, negra ou mestiça. Cada pensador pintava com as cores que desejasse os benefícios ou malefícios dessa nova criação. Em relação à imigração, o doutorando adverte que, “iniciada que seja a emigração de raças diferentes, e havendo cruzamento é mister continuar a emigração com elementos melhores a fim de purificá-la” (GUIMARÃES, 1911, p. 80). Estamos diante de uma clara recomendação para revertermos o processo de mestiçagem com negros africanos, tão diferentes dos futuros brancos sonhados para o Brasil. Guimarães defende a possibilidade de trazer os chineses para povoar as áreas mais distantes do país, desde que fosse evitado qualquer tipo de mistura racial. Além disso, seria necessário que o governo fosse enérgico, fazendo com que o grupo se submetesse totalmente às leis nacionais.

Embora a degeneração racial fosse aceita como verdade científica à época, nem todos os intelectuais brasileiros concordavam que ela ocorresse apenas em determinados grupos raciais. Juliano Moreira, por exemplo, muitas vezes, se posicionou contra parte das ideias de Nina Rodrigues em relação à degeneração dos negros e mestiços. Do mesmo modo, ele não aceitava que as doenças mentais seriam, necessariamente, transmitidas a todos os membros do

grupo familiar problemático (ODA, 2003). De acordo com Passos (1975), Juliano Moreira também teria se posicionado de forma positiva em relação à imigração japonesa e uma possível miscigenação entre os dois grupos raciais²⁸ – diferentemente de Guimarães, que defendeu apenas a imigração sem que houvesse mistura racial.

Em diversos momentos, Guimarães cita um relatório apresentado por um representante do governo brasileiro no Congresso Internacional que tratou da harmonização das raças, em 1911, em Londres²⁹. Neste documento, são apresentadas sérias críticas à maneira como os negros foram tratados, no Brasil, no período da escravidão: “o preto era tratado como um animal qualquer, isto é, como se fosse pior [sic] que os cães”. Com o passar do tempo, houve intercurso sexual entre brancos e negras, gerando a raça mestiça. O aumento constante deste grupo “tem trazido embaraços ao progresso do Brazil”, principalmente devido à grande variedade racial resultante. O mestiço seria um produto transitório no desenvolvimento racial do Brasil, pois sua “população vae cada vez se diferenciando mais, pois o mestiço geralmente procura o branco para se casar”. Esta situação, apoiada por uma *boa emigração*, produziria, em breve, “uma raça verdadeiramente européa, rezultante do cruzamento do sangue portuguez, com italianos, allemães, inglezes, etc.” (GUIMARÃES, 1911, p. 83).

O ponto mais frágil em relação ao sonho de branqueamento estaria na falta de motivos para os europeus se miscigenarem com os brasileiros. Anteriormente Guimarães afirmou que os ingleses seriam poderosos devido à sua postura de não se misturar com os grupos nativos de suas colônias. Partindo desta perspectiva, como os povos europeus aceitariam a miscigenação no Brasil? Esta pergunta ficou sem resposta no relatório que o doutorando utiliza e com o qual parece concordar. Além disso, para João Batista de Lacerda, qualquer branco serviria como matriz para nossa nova raça, posição combatida anteriormente por Guimarães, quando afirmou que apenas uma raça próxima da nossa serviria para tanto. A raça latina necessitaria de outra raça latina para se regenerar. De acordo com o doutorando, se esta recomendação não fosse observada, seria o fim da alma da raça e, portanto, da própria nação.

²⁸ Nas primeiras décadas do século XX, houve uma grande discussão acerca das vantagens e dos perigos que a imigração japonesa poderia proporcionar à raça nacional. Em 19 de junho de 1928, o Dr. Baptista Pereira assume a tribuna da Faculdade de Direito de São Paulo para pronunciar a conferência *O Brasil e a Raça*, na qual defende a imigração e o povo japonês. Para Baptista Pereira, os japoneses eram racialmente desenvolvidos e, portanto, ideais para nosso povo. Defende, também, que o Sul do país, a partir de uma imigração que não gerou brasileiros e sim estrangeiros dentro do território nacional, era fonte de preocupação e desconfiança para Brasil enquanto Estado-nação (PEREIRA, 1928). Já Sílvio Romero defendia que a miscigenação jamais deveria ocorrer com os povos ditos amarelos: “com japoneses, ramo mongólico ou malaio, truculentos orientais nunca! Será falta irreparável.” (ROMERO, 2001, p. 246).

²⁹ O autor cita, com entusiasmo, o relatório e suas conclusões, sem se referir ao nome do representante do governo brasileiro. Quem representou o país nesse encontro foi João Batista de Lacerda, então diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro. Lacerda era um otimista em relação à mistura de raças, por acreditar que em um século o país estaria civilizado, ou seja, “branqueado.” (SCHWARCZ, 2008).

Os ingleses, por exemplo, não seriam capazes de nos ajudar nessa empreitada – as diferenças da alma nacional entre os dois grupos impediriam a aproximação dos indivíduos.

Nas conclusões do relatório, há quatro formulações do racismo científico desenvolvido no Brasil até, pelo menos, a Segunda Grande Guerra. Diz o documento citado por Guimarães:

1º o **mestiço**, produzido pela união sexual do branco com o negro, **não constitui uma raça verdadeira**, pois, além de não ter um typo, **apresenta tendências a voltar a uma das raças primitivas**. 2º a importação em vasta escala da raça negra para o Brasil, exerceu uma **influencia nefasta no progresso do paiz**; retardou por muito tempo seu progresso material. 3º a crescente emigração dos povos da raça branca e a seleção sexual cooperarão para o **desaparecimento dos mestiços**. 4º ao Brasil está reservado um futuro brilhante; será o ponto em que virá rejuvenescer a raça latina, como os Estados-Unidos são para a Anglo-Saxonia. (GUIMARÃES, 1911, p. 83, grifos nossos).

De acordo com Guimarães, as mulheres mestiças não estariam dispostas a se relacionar com homens de uma raça inferior à delas – seriam os homens brancos que “desceriam” até elas. Ele observa este envolvimento com otimismo, pois “o produto já será superior ao mestiço, mas, ainda inferior ao branco”. Defende a ideia, “profundamente científica”, de que a miscigenação entre brancos e negros levaria ao branqueamento total da população brasileira, o que seria um posicionamento otimista em relação ao futuro das raças. Em seguida, apresenta a opção pessimista, defendida por autores europeus, de que as levas de negros e, principalmente, de amarelos, invadiriam o Velho Mundo e o tornaria cada dia mais inferior.

Em relação aos possíveis agentes purificadores das raças, Guimarães não acreditava que através da morte natural o problema poderia ser resolvido. Este expediente só poderia ser eficaz em pequenos grupos, nunca em relação a sociedades de médio ou grande porte, embora reconhecesse que “a mortandade é maior nas classes inferiores”, fruto das condições sociais a que estão submetidas. Entretanto, observa que é bastante comum os africanos viverem “cem e mais annos”, situação que não ocorreria “nos naturaes do paiz”. Defende que a regeneração racial é possível, porém, requer muito tempo, e que a raça amarela, considerada por ele como intermediária e primária, continuará sempre a existir. O período de transição entre uma raça decadente e outra nova e purificadora seria bastante perigoso, podendo gerar diversos inconvenientes para o país em questão. Suas ideias sobre raça são profundamente influenciadas por reflexões acerca da nacionalidade e da estabilidade social, o que é bastante compreensível, já que Guimarães era admirador de Augusto Comte.

Como a imigração era central para o seu modo de pensamento, discute a questão a partir de dois pontos de vista opostos, percebendo-a tanto como solução quanto como problema. Os imigrantes que estavam chegando ao país, além de serem em pequena

quantidade – portanto, incapazes de resolver nosso problema – eram “mendigos estrangeiros” que, “mesmo sendo brancos”, causavam “certa repugnancia ao preto” (GUIMARÃES, 1911, p. 90). Ocorrendo rejeição entre as partes envolvidas, a imigração não faria sentido, posto que não haveria cruzamentos inter-raciais e, conseqüentemente, a melhoria da raça brasileira. Reclama da imigração do Sul do país, na qual os alemães e brasileiros se mantinham apartados racialmente. Além disso, o fato de o Brasil não obrigar os estrangeiros a aprenderem o português impossibilitava que eles se tornassem brasileiros de fato e rendessem lealdade ao Brasil enquanto Estado-nação, ao tempo que ensejava a criação de pequenos pedaços da Alemanha dentro do território brasileiro. Adverte que, quando esse processo fosse concluído, seria normal que esses grupos se pusessem sob a proteção do império alemão:

Entre nós tudo anda sempre ao contrario; as emigrações nunca são bem feitas; há cidades como Blumenau, centro de emigração allemã, onde não se cogita de melhorar a raça e sim de predominar o typo anglo-saxonio, em que até nas escolas se ensina ás creanças em allemão. Ora, a emigração de um povo da raça germanica, poderia ser proveitosa, se não houvesse esse desleixo da parte dos governos, em consentir que em territorio coberto pelo pavilhão brasileiro não se ensinasse a seus filhos o nome de sua patria! O que se observa actualmente no sul do Brazil em Paraná e Santa Catharina, é pura e simplesmente a germanisação de estados brasileiros; e assim como São Paulo, onde existe ainda o sangue brasileiro, já disse que bem podia se constituir um estado independente, Paraná e Santa Catharina, no dia em que se germanisarem por completo, revoltar-se-ão contra as leis desse pobre Brazil, indo colocar-se provavelmente sob azas protectoras da ‘aguia preta.’ (GUIMARÃES, 1911, p. 91).

Guimarães, aparentemente, concorda com Nina Rodrigues quanto ao retorno aos grupos primários envolvidos no processo de mestiçagem. Caso a mistura ocorresse a partir de negros e mestiços ou, inversamente, entre mestiços e brancos, o resultado seria diferente. No primeiro caso, haveria retorno ao tronco primário negro e, conseqüentemente, a aplicação da sentença de desaparecimento da alma da raça; no segundo, teríamos o branqueamento da raça brasileira e, desde que fosse observada a compatibilidade com o espírito da raça nacional, ocorreria o triunfo da civilização. Parece discordar, todavia, de Nina em relação à psicologia do mestiço. O cruzamento racial direcionado para o branqueamento seria benéfico, não apresentando as dificuldades de retorno às psicologias primitivas suscitadas por Nina Rodrigues. Lamentavelmente Guimarães não desenvolve o tema, assumindo-o como sendo de conhecimento geral, e referindo-se ao caso do mestiço, apenas, como uma “psychologia interessante”, sem apresentar qualquer explicação (GUIMARÃES, 1911, p. 102).

Como apontam DaMatta (1997), Skidmore (1976) e Schwarcz (2008), a questão da raça do povo brasileiro e suas implicações no campo social ganharam importância crescente durante as últimas décadas do século XIX, principalmente a partir das grandes manifestações abolicionistas ocorridas na década de 1870. Diversos doutorandos estavam atentos à

necessidade de explicação das diferenças entre os seres humanos à luz da biologia. Embora o Brasil tenha sido o país da América que mais retardasse a libertar seus cativos, sempre considerando que era necessário um pouco mais de tempo para que os “grupos de cor” estivessem prontos para interagir socialmente, nunca esteve pronto para receber os representantes desse grupo como cidadãos. A constituição de 1824 não reconheceu negros e índios como cidadãos. Dessa forma, era bastante fácil lidar com esses grupos subalternos. No entanto, a partir das lutas pela libertação dos escravos e, mais tarde, com a República, não haveria como evitar um embate ideológico. Fez-se necessário que novos mecanismos viessem em auxílio da Lei para ajudar a lidar com esse novo grupo social, agora formado por indivíduos com direitos assegurados. A ciência foi destacada para efetuar a tarefa de manter os membros do novo grupo como integrantes inferiores do Estado: poderiam ser aceitos como cidadãos, porém teriam que se conformar com a condição de segunda categoria. Sua conformação biológica, que influenciava em sua psicologia, favorecia o seu tratamento como inferiores. Deveriam assumir uma posição intermediária, posicionados entre os antigos escravos e os homens brancos, republicanos e, verdadeiramente, livres³⁰.

Nesta luta para mudar o contexto social brasileiro e, ao mesmo tempo, manter a hierarquia do *Sabe com quem você está falando?* (DAMATTA, 1978), o primeiro ponto a ser enfatizado por essa ciência de brancos seria a herança. Os doutorandos se filiam a essa ideia de forma entusiasmada. A imensa maioria defendia que a herança biológica e social transferia-se às novas gerações, ou seja, filhos de alcoólatras nasciam com alguma espécie de degeneração: poderiam ser alcoólatras, como seus pais, ou nascer com algum tipo de doença mental. Dificilmente seriam normais. O doutorando Manuel Sampaio Marques, por exemplo, apoiado na teoria da pangenese, de Charles Darwin, acreditava que “os paes poder[iam] transmitir aos seus filhos seus dotes phisicos, moraes e intellectuais.” (MARQUES, 1890, p. 96). Em relação aos abusos dos pais no mundo social e a uma possível transferência dos males sociais destes para a prole, o doutorando Francisco Pontes de Miranda afirmava que os “efeitos desastrosos não farão muito esperar” (MIRANDA, 1902, p. 45). Quatro anos depois, Armando Augusto Vaz Silva, escrevendo sobre a histeria, defenderá que “a herança é a mais commum de todas as causas predisponentes da hysteria e todos os auctores que a tem estudado, estão de accordo sobre este ponto de vista.” (SILVA, 1906, p. 9).

³⁰ Uma posição contrária à ideia de que só a partir de um determinado momento da história do Brasil existiu o racismo pode ser encontrada em Corrêa (2001). Esta autora defende que sempre existiu um posicionamento racial perceptível em nosso país, centrado no medo de acontecer aqui o mesmo que ocorreu no Haiti, onde os negros conquistaram à força sua liberdade. No entanto, conforme mostramos ao longo de nossa tese, existiam doutorandos, a exemplo de Rebello (1869), que entendiam a revolta dos negros haitianos como comprovação da civilização daquele povo.

O primeiro passo dado pelos intelectuais nacionais foi aceitar, sem reservas, a influência da herança nas gerações futuras. Em seguida, desenvolveram esse campo de estudo aproximando a herança da psicologia individual e racial. Após este percurso inicial, eles relacionaram as “sentenças hereditárias” daqueles grupos aceites como perigosos – as chamadas classes perigosas. O grupo que melhor se prestava à comprovação dessa teoria “científica” era o formado pelos mestiços, que já transitava no imaginário acadêmico e popular da época como inferior. Além disso, era exatamente este grupo que cada vez mais invadia as cidades em busca de oportunidades de sobrevivência, exibindo, assim, suas mazelas. Na ótica da maioria dos intelectuais da época, era neste grupo que poderia ser encontrado o maior contingente de bandidos, alcoólatras, trapaceiros, imorais etc. Era um laboratório científico ao alcance dos olhos dos pesquisadores que acreditavam que os dados falavam por si e que, ademais, eles próprios eram isentos de preconceitos, estando preparados para recolher as verdades que brotavam a partir de suas observações.

A sociedade precisava lidar com os grupos de negros que vagavam pelas cidades naquele momento – daí a necessidade de identificá-los como inferiores biológicos e sociais – assim como precisava, também, se precaver para o futuro. Por este motivo, defendeu-se a instabilidade psicológica do mestiço – advogando-se que, em uma situação limite qualquer, este grupo poderia regredir para versões incivilizadas da psicologia de seus antepassados. Os negros e mestiços sempre estariam sob a esfera do controle social, sempre seriam os mais prováveis (mais aptos, para usar uma designação do darwinismo social) ao cometimento de crimes de todos os tipos, requerendo, portanto, vigilância constante³¹.

A associação entre degeneração, loucura e crime é bastante evidente nas teses escritas após a década de 1870 e, principalmente, após o fim da escravidão oficial no país. Francisco Pontes de Miranda, citado anteriormente, é um dos que estabelecerá relação entre degeneração e aumento dos crimes, possivelmente a partir do aumento da população mestiça no país. Para o doutorando, “em relação directa com o progresso da degeneração acha-se a irrupção da multiplicidade de delictos que, em percentagem sempre crescente, registram as estatísticas criminaes” (MIRANDA, 1902, p. 46). Daí para a associação com a ancestralidade negra é um pequeno passo, que, seguramente, muitos doutorandos estavam dispostos a dar. Para José Rodrigues Mauricio, que escreveu, em 1906, sobre a *Psychologia do Instincto*

³¹ A partir do século XVIII, os Estados nacionais passaram a investir no controle social de grupos considerados perigosos. Ocorreu um grande investimento social para controlar os portadores de doenças contagiosas, criminosos de todos os tipos, homossexuais etc. Os grupos mais frágeis socialmente eram os alvos principais dessas investidas autoritárias (FOUCAULT, 2002b).

Sexual Humano, não haveria dúvidas de que recebemos dos nossos pais, por meio da hereditariedade, fatores biológicos e psicológicos:

está discutida e em admissão essa conformidade de **derivação hereditaria**, tanto para nossa **personalidade psychica**, como para nossa organização anatomo-physiologica, de modificações lentas sobrevindas dos **instinctos de nossos antepassados** e resultantes de modalidades ascencionaes do systema nervoso (MAURICIO, 1906, p. 24, grifos nossos).

Boa parte dos posicionamentos retomava a questão do livre arbítrio. A pergunta que, então, se formulava, era: afinal de contas pode ou não o homem, principalmente aquele submetido ao processo de degeneração, fugir ao seu destino? Para alguns, a educação poderia ser capaz de salvar esses “pobres degenerados”; para outros, mais identificados com as teses presentes em Lombroso (2007) e Garofalo (1997), nada haveria a ser feito senão controlar, de perto, esses grupos, tentando, assim, minimizar os danos ao mundo social. Um dos que se aventuraram a defender a cultura – leia-se, a educação – como capaz de frear as ações desses “grupos degenerados” foi o doutorando Landulpho Machado de Magalhães. Para ele, as escolhas seriam decorrentes das condições sociais às quais o grupo estivesse submetido:

pelo que toca á collectividade, não é difficil verificar que os povos em geral **pensam e querem conforme pensaram e quizeram aquelles dos quaes provieram**, feito o devido desconto d’aquilo que resulta do seu gráo de **adiantamento ou atrazo relativo á evolução da civilisação**, o povo ingles aventureoso e calculista, o francez sagaz e humanitário [...] Pode-se affirmar que quanto maior é o gráu [sic] de **cultura do individuo ou da sociedade**, tanto mais livre é: a ignorancia é a maior peia da liberdade moral, porque para bem resolver é preciso conhecer as cousas, e as determinações são tanto mais perfectas, quanto mais desenvolvidas são os conhecimentos. (MAGALHÃES, 1889, p. 71, grifos nossos).

Um autor que se manteve entre as explicações sociais e biológicas, tentando entender os estados anômicos que, supostamente, estariam assolando a sociedade, foi o doutorando Francisco de Souza Pondé (1902). Não obstante ele admitisse que as penitenciárias estavam povoadas de doentes mentais, discordava da relação direta estabelecida entre loucos e bandidos, que, muitas vezes, surgia em decorrência de determinadas interpretações baseadas nas formulações de Lombroso. Desde a publicação do livro *O Homem Delinqüente*, em 1876, muitos autores passaram a associar crime e loucura, acreditando tratar-se de um único fenômeno (LOMBROSO, 2007). É contra essa lógica biologizante que Francisco Pondé se insurge. Ele aceita como “cousa intuitiva e clara [que] um órgão naturalmente fraco está sujeito a molestar-se pelo contacto de uma cousa que seria impotente diante de outros cujos tecidos são bem constituídos”. Entretanto, observa, em uma nota de rodapé em seu trabalho, que “O homem chega, muitas vezes, obrigado pela miseria e pela fome, a praticar delictos que não estão de forma alguma de accordo com sua indole.” (PONDÉ, 1902, p. 49).

Defende que muitos dos que estão presos são, realmente, loucos degenerados. Porém, não acredita que os dois tipos possam ser fundidos em um só. Concorde com os autores que defendem “que entre os criminosos há muitos loucos”, mas não acredita que “isso [seja] motivo para que se exagere tanto.” Fatores biológicos e sociais concorreriam para a produção de criminosos: “tanto mais quando nós sabemos que grande numero de delinquentes são marcados pelo sello da degenerescência e soffreram a perniciosa influencia de um meio ordinario” (PONDÉ, 1902, p. 52). Resumindo, existiriam os criminosos degenerados, que seriam predispostos ao crime, e aqueles que ingressariam na carreira criminosa devido às condições sociais. No primeiro caso, tratava-se de uma sentença, principalmente se o indivíduo estivesse submetido a um “meio viciado”; no outro, seria, apenas uma condição, passível de ser alterada mediante o acesso a um ambiente adequado. Lança uma crítica direta a Lombroso: “Os criminosos natos de Cesare Lombroso, perfeitamente caracterizados a ponto de, pelo simples aspecto, fazer-se a diagnose da especie do crime a que se entregaram, não passam de simples degenerados mais predispostos que os demais a toda sorte de delictos” (PONDÉ, 1902, p. 54).

Para ele, “nenhuma teoria unilateral pode[ria] explicar nem abranger por si todos os casos”. Este seria o erro cometido por Lombroso, Benedickt, Lacassagne, Tarde “e tantos outros [que] pecam por exclusivistas”. Pondé relaciona pensadores que tentam explicar o crime através do biológico ou, ao contrário, através do social, afirmando que os dois grupos estariam errados por centrar as explicações em apenas um dos fatores. Ele chega mesmo a citar, lado a lado, autores, do ponto de vista intelectual, inimigos declarados³². Estava convencido de que, “só uma formula complexa poderá servir para a explicação de todos os factos” (PONDÉ, 1902, p. 55). Pelo menos neste particular, a tese de Francisco Pondé se aproxima da ciência posterior, reconhecendo que nenhuma explicação “exclusivista” resolveria o problema do crime e da criminalidade.

Para finalizar essa parte do nosso estudo, vamos apresentar um autor que, para o conjunto de nossas preocupações, apresenta reflexões bastante interessantes sobre a psicologia do mestiço. Antônio Ribeiro Gonçalves, escrevendo, em 1902, sobre menores delinquentes, nos ajuda a entender um pouco da visão médica sobre a psicologia dos grupos considerados mais atrasados. Afinal de contas, se os grupos étnicos considerados primitivos eram entendidos como sendo composto por crianças grandes e instáveis, nada melhor que estudá-

³² Cesare Lombroso, líder da *Escola* italiana de antropologia criminal, que centrava suas explicações sobre o crime no campo biológico, muitas vezes, enfrentou o professor Alexandre Lacassagne, líder da *Escola* sociológica de Lyon, que explicava o crime a partir do campo sociológico (DARMON, 1991).

los a partir dos jovens que cometiam crimes, principalmente porque a maioria desses jovens pertencia, também, a esses grupos estigmatizados.

Gonçalves começa elencando seus mestres sobre “a doutrina genealogica”. Para ele, os fundadores dessa doutrina teriam sido Lamarck, Goethe e Darwin. Este “communicou vigoroso impulso, seguindo com profundeza em todas as direcções, operou uma methamorphose radical, uma revolução grandiosa, cujos efeitos salutaes têm repercutido em todas as sciencias”. Entretanto, caberia a Herbert Spencer³³ “o mérito de ter applicado á psychologia a doutrina da evolução demonstrando de um modo irrefragavel que as forças do espirito se desenvolvem gradual e lentamente” (GONÇALVES, 1902, p. 3). Estamos diante de um autor que parece disposto a seguir o plano de trabalho proposto por Nina Rodrigues, principalmente, quando este analisa as dificuldades advindas com a instabilidade presente em determinados grupos no Brasil³⁴.

Para o autor, o homem não nasce virgem de impressões, como se fosse uma estátua. Nasceria com “uma organização neuro-sensorial que o predisp[ria] a pensar, a agir e sentir de uma maneira individual e peculiar.” Possuiria, em estado latente, “determinada somma de atrações e repulsões moraes que uma longa serie de gerações extinctas capitalisou e lhe transmittiu” (GONÇALVES, 1902, p. 4). Em resumo, o homem não nasceria livre das condições morais a que seus ascendentes estavam submetidos. Uma parte destas condições, oriundas de épocas anteriores, seriam transmitidas às gerações posteriores. Este conjunto de impressões, que dormita no espírito humano, poderia, a qualquer momento, acordar, tornando-se “revivescente sob o estímulo de sensações novas que, reiteradas sufficientemente, produzem impulsões e tendencias espontaneas”. Nenhum “acto mental” seria apagado, todos seriam registrados no cérebro humano e explicariam certos “modos de pensar, de agir e de sentir” (GONÇALVES, 1902, p. 5). Caso algum leitor ainda não tenha identificado a influência de Nina Rodrigues através dessas afirmações, embora já tenha encontrado Herbert Spencer, que é um dos autores mais presentes nas interpretações de Nina, basta prestar atenção à citação seguinte (relativa às emoções do nosso passado, situação a que todos os seres humanos estariam submetidos) e lembrar-se dos dois pareceres que Nina escreveu sobre

³³ Herbert Spencer é um dos autores mais citados quando o assunto é a transmissão dos caracteres psicológicos. A crença de que os indivíduos recebem de seus antepassados contribuições para sua psicologia individual recobre toda a sua obra. Para Spencer, no novo ser em formação no ventre materno, seria travada uma luta pela sobrevivência que envolvia os caracteres biológicos dos pais, que foram adquiridos durante as suas vidas, e os caracteres das raças das quais estes indivíduos faziam parte (CASTAÑEDA, 1995).

³⁴ Este raciocínio sobre a instabilidade emocional de alguns dos grupos que formavam a raça brasileira perpassa quase toda a obra de Nina Rodrigues, podendo ser identificada, com bastante segurança, nos livros: *As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil* (RODRIGUES, 1938), *Os africanos no Brasil* (RODRIGUES, 2004), *As Coletividades Anormais* (RODRIGUES, 2006).

o líder de Canudos: “são os nossos antepassados descansando no pó dos tumulos que vivem em nós. Forma-se conseguintemente, uma herança silenciosa, muda de desejos, associações, movimentos, juízos, sentimentos etc. que aguardam sazão propicia para irromper como a planta a florir e fructificar em estação determinada.” (GONÇALVES, 1902, p. 7).

Para Gonçalves, seria mais importante saber quem foram os pais de um determinado indivíduo do que saber quem foram seus mestres. A educação, como modelo para evitar ações indesejadas da parte de indivíduos ou grupos, esbarraria na ação da biologia: “somos ousados ou tímidos, verídicos ou mentirosos, arrogantes ou modestos, fogosos ou pacíficos, generosos ou egoístas, especialmente porque taes ou quaes dos nossos antepassados possuiram, fortaleceram ou adquiriram essas qualidades, que nos guiam na penosa romagem da vida” (GONÇALVES, 1902, p. 7). Esta situação é explicada pelo autor a partir da lógica defendida por alguns darwinistas, como Spencer e Haeckel, que afirmavam que “a ontogenia é um resumo ligeiro da phylogenia” (GONÇALVES, 1902, p. 8).

Ele compara as crianças aos “povos selvagens”. Suas representações estariam, em termos de desenvolvimento psíquico, no mesmo nível. Segundo o doutorando, “aqui ha uma analogia incontestavel cuja a verificação é de alto interesse: ella prende a infancia individual á das sociedades” (GONÇALVES, 1902, p. 18). Em relação ao egoísmo, que aparece como ponto importante de suas reflexões, possivelmente decorrente de uma orientação positivista francesa, o autor afirma que ele estaria relacionado à ancestralidade, e que se desenvolveria a partir de um ambiente viciado. Gonçalves não deixa claro se seria possível, para um indivíduo que carrega a hereditariedade egoística, conseguir ser altruísta a partir da convivência com um ambiente sadio. Aparentemente, o biológico interferiria, impedindo esta situação. Oferece exemplos de pais artistas, intelectuais ou bandidos cujos filhos teriam seguido a mesma “carreira”. Este tipo de exemplo aparece em muitas teses.

Para este autor, um ato só seria moral se fosse também intelectual, ou seja, pensado antes de ser realizado. Por este motivo, discorda de Augusto Comte, para quem um ato poderia ser moral sem ser intelectual. Esta forma de pensar é central para o entendimento da obra de Comte a partir da criação da religião da Humanidade, cuja análise incide sobre a importância do sentimento altruísta (COMTE, 1978). Para Gonçalves, os “inferiores” possuíam uma mente atrasada, sendo incapazes de produzir atos elaborados intelectualmente. Dessa forma, seriam, também, incapazes de comportar-se moralmente. Diante de atos criminosos, acreditava que se fosse comprovada a presença dos “estymas physicos do degenerado ou na arvore genealógica”, se fosse encontrada “a tara pathologica ou atávica”, a

sociedade deveria se proteger desse indivíduo e “todo esforço da educação preventiva deve[ria] ceder lugar á repressão deffensiva” (GONÇALVES, 1902, p. 82).

As crianças de todas as classes sociais seriam comparáveis, tal como já referido, aos primitivos – teriam uma inclinação natural para o crime. Através da educação e de um meio social civilizado, seria reparado este estado primitivo transitório. Entretanto, quando a criança já trazia inscrito, biologicamente, o germe da degeneração, seria quase impossível salvá-la, pois “a tara hereditaria de que vem animada a organização do menino, associada a impulsividade natural e ás condições mesologicas a que se adaptou, desenvolvendo, domina a scena” (GONÇALVES, 1902, p. 88). Um meio social degenerado poderia conduzir crianças sãs para o crime, mas um meio sadio não conseguiria resgatar uma criança degenerada da sua herança. Defende que “o crime é também hereditário” (GONÇALVES, 1902, p. 91).

A maior dificuldade verificada neste tipo de formulação é que ela define *a priori*, em quais grupos serão encontradas as taras. Dessa forma, cada vez que o médico examina membros de grupos considerados perigosos, identifica, prontamente, sinais de perigo. Mestiços, por exemplo, apresentavam-se sob uma situação bastante desfavorável diante do especialista médico. Ademais, como evidenciou o Dr. Gonçalves, algumas práticas rituais relacionadas “às danças e representações mímicas” ajudariam a identificar o estado de atraso cultural de determinados grupos. O candomblé, com suas danças e incorporações, apareceria como um *locus* privilegiado para a identificação da selvageria no povo negro e mestiço.

No próximo capítulo, discutiremos os diversos posicionamentos que aparecem na Faculdade de Medicina da Bahia sobre a religião e a religiosidade do povo brasileiro. Supomos que será crescentemente fácil perceber como os autores identificam uma estreita relação entre a raça de um determinado grupo social, sua religião, a loucura e os diversos crimes que ocorriam na sociedade brasileira – ponto final de todas as reflexões que pretendiam explicar as dificuldades vividas nesta sociedade. Essas reflexões se tornam mais “científicas” à medida que o problema da libertação dos escravos ganha força. Antes da necessidade de lidar com o novo grupo formado pelos libertos, não havia motivos para se tentar comprovar a inferioridade destes grupos raciais – eles eram considerados inferiores e pronto. A partir das lutas pelo fim da escravidão e sua efetivação na década de 1880, os discursos científicos criaram a figura de um cidadão que, embora livre do ponto de vista legal, estaria condicionado, biologicamente, a uma classe inferior.

No Quadro 1 é possível visualizar os autores discutidos no capítulo e identificar em quais outros capítulos eles reaparecem.

Quadro 1 – Autores citados no primeiro capítulo desta Tese.

AUTOR	NOME DA TESE	ANO	CAPÍTULOS
1. Pery Guimarães	Ligeiras Considerações sobre as raças humanas	1911	1º, 2º, 3º
2. Luiz Pinto de Carvalho	O Sobrenatural em Therapeutica	1898	1º, 2º, 3º
3. Oscar Freire de Carvalho	Etiologia das Formas Concretas da Religiosidade no Norte do Brasil	1902	1º, 2º, 3º, 4º
4. Adolpho Rabello Leite	Relação entre a Materia e os Phenomenos Espíritas	1905	1º, 2º
5. Claudemiro A. de Moraes Caldas	As Raças Provieram d'uma só Origem?	1868	1º, 2º
6. Eugenio Guimarães Rebello	As Raças Humanas Descendem de uma só origem?	1869	1º, 2º, 3º
7. Elias da Rocha Barros	Estygmas da Degeneração	1893	1º
8. Manoel L. D'oliveira Campos	Em que Consistem os Temperamentos? É possível Modificá-los, Transformá-los, Destruí-los? Quaes os Meios Hygienicos?	1873	1º, 2º
9. Pedro Americano Corrêa Filho	A Genealogia Humana	1895	1º, 2º, 3º, 4º
10. Octavio de Souza Brandão	Do Casamento e sua Regulamentação	1905	1º, 2º
11. Antonio Raposo Pinto	Traz o Casamento Consanguineo a Degeneração da Raça?	1905	1º, 2º
12. Antonio Cavalcante Pina	Herança Physiologica e Pathologica	1886	1º, 2º, 4º
13. Antonio Nunes P. de Almeida	Ligeiras Considerações sobre Embryogenia Humana (...)	1894	1º
14. Armando Augusto Vaz Silva	Das Causas da Hysteria	1906	1º
15. Francisco Pontes de Miranda	A Insanidade Mental como Dirimente dos Delictos	1902	1º, 3º, 4º
16. Manuel Sampaio Marques	Hysteria no Homem	1890	1º, 3º
17. José Rodrigues Mauricio	Ensaio de Psychologia do Instincto Sexual Humano	1906	1º, 2º
18. Landulpho M. de Magalhães	Hypnotismo e Livre Arbitrio	1889	1º, 3º, 4º
19. Francisco de Souza Pondé	Assistencia Publica aos Loucos Delinquentes no Brazil	1902	1º, 3º, 4º
20. Antônio Ribeiro Gonçalves	Menores Delinquentes	1902	1º, 3º, 4º

FONTE: Produção do autor.

3 RELIGIÃO E RELIGIOSIDADE NA BAHIA

[...] pesquisas etnológicas e sociológicas, preocupadas em desentranhar as complexas características da resistência cultural e da mobilização política empreendidas pelas culturas populares – para usar um termo amplo, embora ambíguo – no campo religioso, já que nelas se manifesta o potencial revolucionário que pode ter a religião nas mãos dos dominados. (BARABAS, 1987, p. 112).

O estudo do sentimento religioso é o melhor caminho para se penetrar na psicologia de um povo. Leva diretamente a esses estratos profundos do inconsciente coletivo, desvendando-nos essa base emocional comum, que é o verdadeiro dínamo das realizações sociais. (RAMOS, 2001, pp. 28-29).

Dentre as diversas questões tratadas nas teses da Faculdade de Medicina da Bahia, duas delas, a religião e a religiosidade do povo brasileiro, principalmente do baiano, chamam a atenção devido ao grande número de teses nas quais o tema é tratado. Os posicionamentos se apresentam em diversas direções, três das quais são mais recorrentemente encontradas. Primeiro, há um grupo de doutorandos, cujas teses são anteriores à década de 1870, que assume uma postura de defesa em relação à fé, principalmente àquela de origem cristã. Depois, em período em que as críticas à Igreja Católica se acirram, há o grupo mais preocupado em atacar todas as religiões e, notadamente, a religião católica (COLLICHIO, 1988; PAIM, 1966; MARTINS, 1996). Por fim, há aqueles que estão tentando equacionar as duas formas de saber – a científica e a religiosa – e encontrar um espaço de atuação, tanto para as “verdades” do mundo religioso como para aquelas oriundas do mundo da ciência. Este último grupo aparece imbricado com os outros dois.

Seguramente, uma questão que estava suscitando preocupação entre os doutorandos da Faculdade de Medicina da Bahia até os anos finais da década de 1860, concernia às dificuldades que a religião católica e, em alguns casos, a própria fé, estavam enfrentando. Há teses dispostas a defender a Igreja Católica e seu edifício simbólico de forma bastante incisiva. Possivelmente, essa posição pode ser explicada pelas diversas tentativas de introdução, no meio intelectual baiano, de ideias oriundas de outros locais que não apenas da França católica.

Mostramos, em outro trabalho (ALMEIDA, 2005), que existia, desde os primeiros anos da década de 1870, uma grande pressão contra a entrada de autores estrangeiros no curso de medicina baiano. Alguns lentes da Faculdade reclamavam que, com a entrada de autores ingleses e, principalmente, alemães, viria, também, um grande número de ideias materialistas, que, conseqüentemente, dariam mais força aos jovens estudantes brasileiros que se manifestavam contra a Igreja Católica, a forma de governo do país, a escravidão, a educação inspirada em saberes religiosos etc. Nunca é demais lembrar que o darwinismo, a “doutrina”

que acarretará mais prejuízos ao modelo científico/religioso embasado na Bíblia, ingressará no Brasil nos primeiros anos da década de 1870.

Na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, o darwinismo é introduzido através das ideias do doutorando Miranda de Azevedo, que apresentou, em 1874, essa teoria em uma das famosas conferências da Glória, tão importantes e disputadas que contavam, inclusive, com a presença do Imperador Pedro II. Além dessa apresentação, Miranda de Azevedo retomou a questão, no mesmo ano, ainda que de forma superficial, em sua tese de doutoramento (LOPES CID, 2004; COLLICHIO, 1988).

Já na Faculdade de Medicina da Bahia, o darwinismo fez a sua inserção a partir da tese *Funções do Cerebro*, no doutoramento de Domingos Guedes Cabral, em 1875³⁵. Esta tese foi uma das poucas recusadas por uma faculdade brasileira durante o século XIX e o começo do XX. Os motivos foram principalmente de três ordens. Primeiro, tratava-se de uma tese que defendia que a alma humana e, conseqüentemente, Deus, não existiam; segundo, o doutorando procedia de uma família com tradição de luta contra a Igreja Católica, a monarquia, a escravidão etc; e, por fim, era uma tese darwinista, possivelmente o estudo brasileiro mais importante embasado nesta teoria, à época. O darwinismo introduzia, assim, um conjunto de ideias materialistas na Faculdade baiana, o que muitos lentes queriam evitar (ALMEIDA, 2005).

Uma outra porta de entrada da teoria darwinista no Brasil foi a Faculdade de Direito do Recife, preliminarmente através da tese de doutoramento de Sylvio Romero e, de forma mais madura e articulada, em sua grande obra do período, *A Filosofia do Brasil*. Neste livro, escrito em 1876 e publicado em 1878, Romero passa em revista tudo de importante, pelo menos sob a sua ótica, que estava sendo produzido no campo intelectual brasileiro (ROMERO, 1969). Para Collichio (1988), esta será a obra mais importante de divulgação do darwinismo no Brasil até o final da década em que foi publicada.

Na *Filosofia do Brasil*, encontramos comentários sobre os diversos trabalhos produzidos, principalmente nas Faculdades de Medicina e de Direito do Brasil. O autor procura apresentar até mesmo aqueles trabalhos que estão em desacordo com suas próprias perspectivas teóricas, não obstante o tratamento dispensado aos autores que não estariam colaborando – ainda na visão do autor – com o desenvolvimento e progresso do Brasil fosse dos mais duros possíveis, bem ao estilo Sylvio Romero de tratar os inimigos.

³⁵ Em verdade, esta tese não chegou a ser defendida, pois foi recusada pela congregação da Faculdade de Medicina baiana. Guedes Cabral se doutorou com uma pequena tese sobre a febre amarela. *Funções do Cerebro* saiu, no ano seguinte, sob a forma de livro. Para uma discussão mais apurada da recusa, consulte-se Romero (1969), Lima (1995), Martins (1996), Almeida (2005) e Almeida & El-Hani (2007).

Apresentaremos, a seguir, alguns exemplos com o propósito de transmitir um pouco da dimensão assumida pelo debate presente na Faculdade de Medicina da Bahia durante o período sob exame. Deixemos um pouco de lado o contexto teórico e histórico no qual o Brasil estava mergulhado e retomemos o foco do nosso trabalho, isto é, as teses da Faculdade de Medicina da Bahia.

3.1 A “SANTA E SUBLIME RELIGIÃO”

Todo plano da natureza evidencia um autor inteligente, e nenhum investigador racional pode, após uma séria reflexão, suspender por um instante sua crença em relação aos primeiros princípios do puro monoteísmo e da pura religião. (HUME, 2005, p. 21).³⁶

Embora nem sempre os títulos das teses guardem relação com as discussões que estão no corpo do texto, há, em 1851, uma que deixa clara sua intenção diretamente através do título. É a tese do Dr. José Muniz Cordeiro Gitahy, intitulada *Da Medicina e do Christianismo e suas Relações entre si*. Não há como duvidar do seu “projeto acadêmico” – seu trabalho poderia ter sido escrito dentro de um Seminário religioso. Ele fala do cristianismo, entenda-se religião católica, como sendo uma “Santa e sublime religião”, e de Jesus como um “homem admirável, que possuía duas naturezas – divina e humana” (GITAHY, 1851, p. 12).

Mais à frente, o autor reclamará da racionalidade que estaria tomando conta dos discursos dos homens de seu tempo. Diz ele: “hoje a religião christã não se acha bem gravada no animo dos homens [...] elles não querem admitir senão aquillo de que se podem convencer, se[m] reflectirem que sua razão é limitada e não pôde ultrapassar o circulo de seu poder.” (GITAHY, 1851, p. 14). Segundo o autor, mesmo os “selvagens” do Brasil acreditariam em um Deus superior denominado “Toupan”. Embora entenda que a religião cristã é superior, finaliza com a constatação de que “a fórmula da religião, porém, é variavel, porque ella pertence aos homens, e produz muitas vezes dissensões entre elles” (GITAHY, 1851, p. 14). Esta é uma pequena tese, de poucas páginas, cujo objetivo é mostrar a grandeza da religião católica e os descaminhos a que a razão pode conduzir.

Nos anos de 1868 e 1869, há duas teses com títulos praticamente iguais, mas que defendem pontos de vista um tanto quanto diferentes. Na primeira, *As Raças Humanas provieram D’uma só Origem?*, elaborada pelo doutorando Claudemiro Augusto de Moraes

³⁶ Este pequeno trecho da obra de David Hume, no qual ele apresenta credenciais de homem de fé, parece estar em contradição com seus outros escritos, a exemplo dos *Diálogos*. Uma possível explicação é que ele “evitou ser muito direto em sua abordagem” contra a religião, “mantendo em alguns casos, argumentos que na realidade destrói em outros escritos”. Esta seria uma forma de se proteger contra uma possível acusação de blasfêmia (CONTE, 2005, p. 127).

Caldas, prevalece uma visão interessada na defesa da fé cristã. Para ele, Deus teria colocado nos homens as necessidades de crer e raciocinar, que deveriam estar em harmonia, pois a intensificação da primeira levaria à superstição e a da segunda, à incredulidade. Eram duas situações que deveriam ser evitadas para o bem coletivo:

Ora, a fé e a sciencia, constituindo a pedra angular sobre que repousa o grande edificio social, sendo as duas condições imprescindiveis, essenciaes e necessarias da civilisação e progresso do genero-humano, porque só ellas podem, conservando as suas autonomias respectivas, de mãos dadas, encaminhar o homem para fruição benefica e vivificante da verdade; segue-se, pois, que o magno problema da intelligencia humana consiste no meio de intimamente confraternisar a crença e o raciocinio, e não de tentar o impossivel, pretende[r] annular um ou outro destes dous sentimentos innegaveis e perpetuos da consciencia universal. (CALDAS, 1868, p. 1).

Ao que parece, conforme a percepção do autor, na eventualidade de que apenas uma das duas necessidades humanas prevalecesse e a outra fosse abandonada, teríamos uma situação de anomia social, nos moldes durkheimianos, que só poderia persistir por um curto espaço de tempo. O sistema filosófico que conseguisse “por mutuas e amigaveis concessões, consagrar as duas necessidades fundamentaes do espirito humano, tornando, d’est’art, tranquila a coexistencia e simultaneidade dellas”, seria aquele que obteria o triunfo definitivo (CALDAS, 1868, p. 2). A proposta é que haja um certo equilíbrio entre as duas formas de pensar o mundo. A filosofia que estaria apta a desempenhar tão nobre papel seria aquela de cunho cristão, ou melhor, católico. Atento a esse projeto católico/científico, Caldas fará uma dura crítica à filosofia grega, que teria negado toda a possibilidade de o ser humano ter fé. Resumindo a questão e não deixando qualquer espaço para dúvidas em relação ao seu projeto, ele afirma: “é só no gremio da philosophia christan que o homem se acha no seu estado natural e perfeito” (CALDAS, 1868, p. 3).

Em um trecho que evoca, fortemente, a pregação religiosa, Caldas defenderá que os filósofos cristãos são os “depositarios de todas as verdades” e donos de todas as virtudes, “sabedoria que elles haviam colhido aos pes da cruz”. Essa filosofia, por ser altamente religiosa, teria conseguido resolver todas as questões relativas à “origem das idéas, da união d’alma com o corpo” (CALDAS, 1868, p. 6). Ao se referir à Europa do século XV, elaborará uma dura crítica àqueles que se teriam deixado seduzir por uma lógica pagã, cultivando “com enthusiasmo delirante a philosophia, a eloquencia, a poesia e as artes do paganismo”. (CALDAS, 1868, p. 10). Discute os séculos seguintes e afirma que, a partir do século XVII, a Europa teria entrado em uma fase de decadência intelectual. Vale notar que o período referido é exatamente aquele no qual os historiadores modernos postulam ter ocorrido, principalmente em países protestantes, o renascimento das ciências e da filosofia,

dando início a algumas tentativas isoladas de reflexão sobre a ciência apartada da religião. O doutorando pensa justamente o contrário:

Portanto, a renascença, tão celebrada por corypheus do racionalismo, é merecidamente considerada pela História, fria e severa, mas verdadeira e justa, do espirito como a epocha nefasta em que teve logar a pernicioso intrusão do paganismo na philosophia, na litteratura, no direito publico, nas artes, nos costumes e até na religião; porque foi no seio peçonhento dessa epocha de retrogradação que gerou-se o embryão desta vasta e immensa heresia, que, mais tarde, medrando em bem triste conjuntura, ameaçou assoberbar a Europa, sob o nome de protestantismo. (CALDAS, 1868, p. 12).

Caldas ataca duramente o protestantismo, qualificando-o como heresia. A única verdade possível seria aquela produzida pela religião católica. De acordo com o seu pensamento, a leitura que os protestantes fazem da Bíblia estaria de acordo com a lógica materialista. Empreende uma dura crítica a Descartes e a filósofos nascidos em países protestantes. Descartes, como sabemos, embora tenha produzido uma filosofia centrada na razão, elaborou reflexões e mesmo um método embasados na existência de um Deus criador, circunstância que o autor não toma em consideração.

Finaliza a tese com uma crença difundida entre o século XVII e as primeiras décadas do XIX, isto é, de que o nosso planeta teria, no máximo, seis mil anos³⁷. É interessante lembrar que ele está escrevendo nove anos após o lançamento do livro *A Origem das Espécies*, que propõe uma interpretação para a evolução da vida no planeta que não deixa espaço para reflexões sobre um período tão curto de existência da vida na Terra:

Foi por isso que Deus, conforme os mysterios de sua sabedoria, depois de ter feito surgir do nada a Terra e o Céu, creou, pela sua vontade omnipotente, o mais bello, o mais nobre, o mais magnificante e tambem o mais preciso de todos os seres materiaes – a luz [...] Há sessenta seculos que ella foi creada pelo mandato soberano do senhor, e ainda hoje se ostenta e rebrilha tão virgem, tão bella e tão pura, como o fôra na origem do mundo. (CALDAS, 1868, p. 19).

Outro autor que tratou do mesmo tema, no ano seguinte, 1869, foi Eugenio Guimarães Rebello, que escreveu a tese *As Raças Humanas Descendem de uma só Origem?*. A preocupação é a mesma, o que mostra que, naquele momento, esse era um tema considerado interessante como objeto de tese. Rebello, todavia, parece estar interessado em produzir um trabalho que não seja uma pregação religiosa, como o anterior. Entretanto, mesmo sem postular que todo o conhecimento produzido fora da filosofia católica não tem valor, chegando mesmo a ser prejudicial, como o fez Caldas, empreende uma dura crítica à filosofia materialista, reafirmando a necessidade de se ter bom senso e equilíbrio na hora de dosar fé e racionalidade:

³⁷ Para uma discussão mais detalhada, ver Gould (2002), Sepulveda (2003), Domingues & Sá (2003).

As sciencias philosophicas sem o auxilio das sciencias mathematicas e naturaes, induzem o espirito a abstrações perigosas, offerecem campo vasto ás hallucinações da imaginação, e não raramente cream systemas absurdos e pretenciosos [...] As sciencias mathematicas e naturaes sem o amplexo daquellas, geram o egoísmo, a vaidade, o orgulho, e preparam o coração e o espirito para recebêrem o germen amaldiçoado do materialismo. Do osculo fraternal de todas ellas, surge quasi sempre a verdade, filha de deus, resplendente de fulgor e magestade [...] Uma, extremamente credula precipita-se muitas vezes nos devaneios da mythologia; outro, demasiado exigente navega sem bussula no mar tempestuoso das conjecturas e incerteza. De um lado, o supernaturalismo cego, a razão religiosa exclusiva; do outro, o racionalismo descarnado, a razão philosophica soberana. (REBELLO, 1869, p. II).

Para Rebello, a questão de saber se as raças descendem de uma única origem não é tarefa fácil, já que envolve uma questão de três ordens: zoológica, filosófica e histórica. Dessa forma, acredita não ser possível uma conclusão segura, já que a ciência ainda não estaria em condições de produzi-la. Para o doutorando, “a origem das raças perde-se na noite dos tempos” (REBELLO, 1869, p. III). Assume-se monogenista e afirma pretender apresentar essa escola e refutar as pretensões da escola poligenista.

Utiliza sua tese para fazer propaganda da fé – situação comum, desde quando ele acredita que “o genesis é, na verdade, um monumento histórico, científico e religioso”. Assim, só a Bíblia poderia responder, com um grau mínimo de segurança, a esse tipo de questionamento: “A palavra de Deus é uma, imutavel como o destino, eterna como a sua essencia. Nem a evolução dos seculos, nem o progredir das sciencias, nem os cataclismos da ordem physica poderão modificar um só verbo daquella redacção positiva, alterar uma phrase daquella expressão divina.” (REBELLO, 1869, p. IV).

Mais para o final da tese pedirá aos que o lerem que tenham “justiça e deferencia” para com a sua maneira de pensar, pois estaria escrevendo de acordo com sua consciência, que o ensinaria a pregar a caridade e o fortalecimento da fé, “nos alentando, na esperança e acompanhando-nos na estrada real da razão e do direito, há de sempre reinar Deus” (REBELLO, 1869, p. 39).

Em 1905, é apresentada uma tese que, embora constitua uma defesa da religião, não trata do catolicismo. Trata-se da *Relação entre a Materia e os Phenomenos Espiritas*, do doutorando Adolpho Rabello Leite, que defende o espiritismo. Ele avisa, logo no “prólogo”, que não se trata de uma tese original, mas de um “ligeiro apanhado do pouco que temos lido sobre o espiritismo.” Dessa forma, pondera que não merece ser lida “pelos competentes na materia”. Para ele, o espiritismo prestará um grande serviço à medicina e, talvez, até para toda a humanidade, mediante contribuições tanto ao campo da moral como da ciência (LEITE, 1905, Prólogo). Os intelectuais espíritas se ocupavam de defender a religião dos constantes

ataques dos pensadores materialistas e, ao mesmo tempo, buscavam se afastar dos espíritas evangélicos – que aceitavam a doutrina de forma dogmática. Havia uma preocupação real em aproximar a religião espírita do campo científico (HESS, 1987).

De acordo com Adolpho Leite, seu trabalho seria o primeiro a defender a “theoria espírita” na Faculdade de Medicina da Bahia. Preliminarmente, ele procede a uma apresentação sobre força e matéria, uma vez que pretende provar a existência da alma humana, pois, segundo o autor, o “instincto hereditario” nada explica diante da matéria do cérebro que se renova constantemente. Seria, então, necessário admitir que existiria “um principio intellectual individualizado, indestructivel, immortal”, local onde se gravariam as impressões, volições e pensamentos (LEITE, 1905, p. 24). Em verdade, o autor parece estar defendendo a existência da alma nos moldes defendidos, no século XIX, por Ernest Haeckel, que acreditava na existência da alma para todos os animais. Ademais, Haeckel afirmava que os mamíferos possuíam capacidade intelectual. O problema é que Hackel não autorizaria nenhum leitor a defender que a alma humana é superior, como parece ser o projeto do espiritismo, muito menos que a alma possui uma forma específica:

Portanto se a alma existe e pode ocupar um lugar no espaço, se ella actúa sobre o corpo material e conserva lembranças, não pode ser absolutamente uma essencia pura, um ser immaterial, porque a immaterialidade seria o nada e o nada não é coisa alguma, não pode existir; se, na verdade ella existe, tem uma forma que a individualisa. (LEITE, 1905, p. 28).

Para o doutorando, corpo seria um segundo envólucro para possibilitar que a alma se mantivesse em contato com a natureza. Morta a pessoa, restaria apenas a própria alma. Leite cita Lombroso como colaborador de uma sociedade inglesa que se ocuparia de questões relacionadas com o tema. Essa informação não suscita estranhamento, pois o mestre de Turim, como era chamado, esteve muito próximo de questões relacionadas às práticas espíritas (LOMBROSO, 1945).

Defender práticas espíritas era uma das formas de manter a fé em Deus e continuar acreditando na existência de “criminosos natos”. Como poderia um homem de fé aceitar que Deus criou um ser para se tornar criminoso, sem alguma justificativa para esta situação? A crença em um determinado ser humano nascido com uma doença ou maldade específica do espírito passa a ser justificada a partir das ações desse indivíduo em outras vidas. O espaço para a salvação seria o de nascer predisposto a cometer algum tipo de crime e, mesmo assim, não cometê-lo, ficando livre desse castigo na próxima vida (ALMEIDA, 2005).

O objetivo do doutorando era o de extrair o espiritismo das mãos dos ignorantes e conduzi-lo para o campo científico. Segundo ele, o Brasil estaria muito atrasado nessa questão

e seria necessário afastá-lo dos supersticiosos e dos “boçais” da terra para que pudesse “entrar nas nossas faculdades e constituir um objeto de estudo especial” (LEITE, 1905, p. 52). A loucura teria causas menos materiais do que defendiam outros médicos do período. Enquanto a maioria associava a loucura a um cérebro doente, fruto de alguma anormalidade, Leite, nas proposições finais de sua tese, dirá que o problema é espiritual, pelo menos para a predominância dos casos, aproximando, assim, as doenças mentais do campo religioso. O que os seus coetâneos encaravam como um problema, ou seja, a religião lidando com a loucura, será apresentado como a grande solução para a questão.

Esta forma de pensar o espiritismo, a partir de sua suposta capacidade para tratar as doenças do espírito, estava presente nas reflexões do médico cearense Bezerra de Menezes, ao longo de toda a década de 1890. O Dr. Bezerra de Menezes acreditava que a desobsessão era um novo tipo de tratamento para lidar com as doenças mentais, sendo, inclusive, corroborado pelas pesquisas empíricas da escola parisiense de psicologia (WARREN, 1984). Para o espiritismo de Bezerra: “A sessão médica respondia, então, a um modelo religioso de doença: ela convocava ‘espíritos superiores’ para decodificar os sintomas ‘morais’ do paciente e essas entidades desencarnadas operavam no sentido de persuadir os ‘espíritos inferiores’ a arrepender-se e a desistir de perseguir a vítima/paciente” (WARREN, 1984, p. 58). O modelo de cura era, como em muitos outros discursos médicos da época, direcionado para uma terapia moralizante do indivíduo. Mesmo após a morte do corpo, os espíritos poderiam responder, de forma positiva, aos apelos do campo moral dos vivos.

O modelo que toma a religião espírita como capaz de resolver, ou pelo menos enfrentar os problemas mentais, pode ser encontrado em toda a sua força, cento e três anos após a defesa da tese de Adolpho Leite, no livro *Transtornos Psiquiátricos e Obsessivos*, do líder espírita brasileiro, Divaldo Franco, publicado em 2008. Este livro, supostamente, ditado por Manoel Philomeno de Miranda (1876-1942) que, na “condição de repórter gentil”, entrevistou os espíritos responsáveis pela terapêutica em uma casa de saúde mental, é um exemplo marcante do projeto médico/religioso do doutorando Adolpho Leite.

Vejamos o que nos diz Divaldo Franco, ou melhor, Manoel Philomeno Batista de Miranda, sobre a relação entre doenças mentais e espiritismo:

No processo da **evolução espiritual**, as **heranças do passado**, caracterizadas pelo despautério, pelo **abuso e extravagância**, não raro pela crueldade e desrespeito à própria como à vida do próximo, respondem por inúmeros **fatores genéticos** que dão lugar aos **transtornos psicóticos**, assim como a **neuroológicos degenerativos** que desviam os Espíritos.

Concomitantemente, as obsessões de caráter espiritual enxameiam na sociedade, dando lugar a **aberrações** de diversos portes e fenômenos de **loucura** que se **confundem com as psicopatologias academicamente classificadas**.

Desse modo, são múltiplas as manifestações do **desequilíbrio mental** e emocional, cujas causas são sempre fixadas no cerne do Espírito, por ser o responsável pelos **pensamentos, palavras e atos** que constituem a existência. (MIRANDA, 2008, p. 8, grifos nossos).

Não restam dúvidas de que estamos diante de um discurso religioso totalmente afinado com a ciência do século XIX e primeiras décadas do XX. O espírito que ditou o referido trabalho para Divaldo Franco se converteu ao espiritismo na segunda década do século XX (1914), devendo ser normal, portanto, que continue acreditando nos dogmas da ciência produzida na Bahia imperial. Diversos doutorandos, mais próximos da religião e da religiosidade, defendiam que aquilo que os materialistas associam ao cérebro humano, como os pensamentos, as palavras e os atos pensados são, em verdade, de responsabilidade do espírito imortal. Esta lógica é muito forte no texto de Miranda & Franco.

O doutorando Nestor Pires, em sua tese *Necessidade de uma Campanha Anti-Espirita*, de 1927, não parece estar muito preocupado em defender a fé de uma forma geral. Em sua pequena defesa do catolicismo, ele ataca, em verdade, os jornais que divulgam a crença no espiritismo. Esse tipo de divulgação, tanto de posições favoráveis como desfavoráveis por parte da imprensa, foi bastante comum no período (ALMEIDA, 2005). Diz Pires de um determinado periódico:

Ao lado d'uma bonita chronica laudatoria á Igreja e aos seus santos e martyres, parallelamente publica uma longa columnna de vulgarisação e apologia da anti-hygienica e criminosa seita de Allan; é portanto uma gazeta que inculca, facilita, incentiva um crime que subverte, que desrespeita as leis assecutorias da saude da comunidade. (PIRES, 1927, p. 91).

No período estudado, no entanto, é possível perceber ataques a todas as formas de religiosidade encontradas na Bahia e no Brasil. Na seção seguinte, apresentaremos um pouco desse enfrentamento entre fé e ciência.

3.2 RELIGIÃO – COMO “UM MAL SOCIAL”

Já não se conta o número de espíritos ortodoxos, conta-se a atração dos nossos cérebros mais lúcidos pela ciência da revelação. A Marinha, o Exército, a advocacia, a medicina, o professorado, o grande mundo, a imprensa, o comércio têm milhares de espíritas. Há homens que não fazem mistério de sua crença [...] A Federação tem 800 sócios e ainda o ano passado expediu oito mil receitas. (JOÃO DO RIO, 2006, p. 268).

No projeto de atacar a religião católica e a fé como um todo, muitos caminhos serão trilhados pelos doutorandos. Como referimos anteriormente, os títulos das teses nem sempre esclarecem sobre o seu conteúdo. Os doutorandos eram compelidos a dissertar sobre um dos

pontos fornecidos pela instituição e, muitas vezes, escreviam sobre uma outra questão, que não guardava relação com o ponto dissertado³⁸.

A tese do doutorando Pedro Americano Corrêa Filho, anteriormente referida, aproximava os homens dos outros animais – situação em flagrante contraste com o que pregava a religião católica. Mostrava que a crença em um projetista sábio e onisciente desenhando seres perfeitos não se sustentava diante da comprovação da existência de “órgãos rudimentares inúteis ou prejudiciais ao corpo humano, só podendo explicar-se pela doutrina da descendência” (CORRÊA FILHO, 1895, p. 24). Para ele, os “metafísicos”, por ignorância em relação à anatomia humana, continuavam considerando que o homem era um ser perfeito, projetado à imagem e semelhança de seu Deus.

Corrêa Filho afirma não compreender como seria possível que, após a embriologia ter desvendado os segredos da ontogênese, ainda existissem homens que utilizavam a metafísica para compreender o organismo humano (CORRÊA FILHO, 1895, p. 44). Embora ele se pretenda darwinista e conhecedor da teoria de Darwin e Wallace, empreende uma dura crítica à obra de Darwin, acusando-o de metafísico e chegando a afirmar que, não fosse por Ernest Haeckel e o seu monismo, toda a reflexão produzida estaria perdida.

A reclamação de Corrêa Filho quanto à introdução de ideias metafísicas no livro *A Origem das Espécies*, a partir da sua segunda edição, deve ser contextualizada. Ela se deve, também, a um pedido da esposa do famoso naturalista que, sendo muito religiosa, temia que após a morte ela fosse para o Paraíso e Darwin para o Inferno. Por este motivo, a partir da segunda edição de *A Origem das Espécies*, o naturalista evita descartar a necessidade da existência de um projetista para as espécies (DESMOND; MOORE, 2001; BORGES; GALVÃO, 2005). A crítica do doutorando é bastante severa:

Darwin foi um transformista que recuou ante as consequências últimas da sua grande philosophia zoologica. [...] desfigurou o monismo do seu systema philosophico, admittindo a interferencia de um poder extra natural nas primeiras formas da vida sobre a superficie da Terra. A penetração d’esse tom metaphysico na synthese da sua concepção philosophica do universo representa uma discrepancia manifesta do cunho positivo da sua doutrina [...] O ecletismo aberto por Darwin com uma concessão de ordem metaphysica é, digamol-o a despeito de nossa incompetencia, uma mostruosidade do seu genio... contraproducente com as idéas emitidas na origem das especies, o remate metaphysico, theologico de Darwin é uma conclusão forçada, completamente deslocada das premissas, em uma palavra, um absurdo perante a logica e o bom senso. (CORRÊA FILHO, 1895, p. 53-56).

Corrêa Filho utilizará um conjunto de informações, oriundas da obra do antropólogo francês Paul Broca, para tentar demonstrar que a necessidade de possuir uma religião é

³⁸ Sobre as teses e os pontos escolhidos pelos doutorandos nas duas Faculdades de Medicina do Brasil no século XIX, veja: Castro, (1973); Collichio, (1988); Ribeiro, (1997).

suscitada na criança a partir do convívio com pessoas mais velhas. Para Broca, a religiosidade não poderia ser considerada universal, pois estaria ausente em algumas pessoas e mesmo em povos inteiros (CORRÊA FILHO, 1895, p. 74). Para o doutorando, as práticas dos povos “selvagens”, bem como a sua necessidade de acreditar, lançando mão de fetiches, aproximavam os homens dos animais inferiores. Entretanto, ele não discute nem problematiza os costumes dos povos ditos civilizados de portar cruzes, terços, santinhos etc que, guardadas as devidas proporções, se aceitarmos as ideias propostas pelo autor, estariam muito próximas do fetichismo:

A religião em sua humilde e singela manifestação é representada pelo fetichismo ou naturismo, em que todos os seres do universo animados ou inanimados podem ser uma potencia divina. [...] Para o selvagem, o seu idolo, o seu fetiche não é um symbolo da idéa, é a propria crença corporisada. [...] A adoração do seu fetiche em nada differe da obediencia que o anthropoide domesticado tributa ao seu senhor. Quasi que todas as differenças de quantidade que separam as faculdades do homem da dos animaes desaparecem aqui n'um nivelamento completo. (CORRÊA FILHO, 1895, p.75-77).

A religiosidade seria fruto da ignorância, fosse de uma pessoa em particular ou de um povo inteiro:

Chegamos, finalmente, á forma mais elevada da religiosidade, aquella que é a condensação final do sentimento religioso no requinte da abstração: o monotheismo ou concepção monistica da religião. [...] Os povos mais atrasados são justamente aquelles em que o sentimento religioso é mais aguçado. Isto é um facto de tão immediata verificação que nos dispensamos de insistir por mais tempo. (CORRÊA FILHO, 1895, p. 79-93).

Um dos trabalhos mais curiosos e excêntricos entre os que consultamos, seguindo a trilha dos “inimigos da fé”, no acervo da Faculdade de Medicina baiana, é a tese do doutorando Luiz Pinto de Carvalho, defendida em 1898 e intitulada *O Sobrenatural em Therapeutica*. O projeto de Carvalho era analisar, a partir das informações disponíveis em determinada publicação, certa figura histórica, tentando comprovar tratar-se de uma pessoa acometida por uma grave doença mental. As informações sobre esse indivíduo estariam disponíveis em certo livro sagrado e seriam de um tipo muito especial para as pessoas de uma determinada religião. Supomos não ser necessário dizer que estamos nos referindo aos cristãos, à Bíblia e a Jesus Cristo³⁹.

Partindo da premissa de que tudo que está escrito no livro seria verdadeiro, o doutorando analisará a sanidade mental de Jesus Cristo a partir das informações contidas na própria Bíblia. Esse projeto é revelador de uma série de mudanças pelas quais a Faculdade de

³⁹ Projetos desse tipo existiam em grande número na Europa: os estudos do Prof. Binet-Sanglé, “materialista ateu que consagrou a vida a demonstrar que o Antigo e o Novo Testamento são povoados apenas por degenerados, que Moisés sofria de alucinações auditivas e que Jesus não passava no fundo de um alienado sofrendo de delírio ambulatório”, constituem um exemplo (DARMON, 1991, p. 198).

Medicina da Bahia passou ao longo do último quartel do século XIX, contrastando com o período imediatamente anterior, quando Domingos Guedes Cabral teve sua tese de doutoramento proibida de ser defendida em 1875, entre outras razões, porque questionava as existências da alma humana e de Deus.

Luiz Pinto de Carvalho afirma que o Brasil, embora rico em possibilidades naturais, era dominado pelo amor ao sobrenatural, devido à infelicidade de haver sido colonizado por “um povo no ultimo gráo da decadencia psychica” (CARVALHO, 1898, p. I). A atração pelo místico teria levado a nação à desgraça na qual o autor acreditava estar o país mergulhado. Ele dá provas de um positivismo vigoroso, exortando a crença no próprio homem – “Cria no progresso, na sciencia, na vontade! Tenha a crença de si proprio, de seu talento, de seu poder!” (CARVALHO, 1898, p. II) – afirmando que as intervenções divinas que o fiel acredita acontecer nos momentos de dificuldades nada mais seriam do que a prevalência da força do próprio indivíduo.

Ele responsabiliza “os grandes oradores, os padres de toda e qualquer seita religiosa, o jornalismo com tudo quanto tem com elle relação” (CARVALHO, 1898, p. 15) pelas grandes dificuldades pelas quais, sob sua ótica, o Brasil estaria passando. Como pode ser percebido, o autor não está disposto a poupar ninguém. A crítica aos jornais, notadamente aos de cunho religioso, teria relação com a sua defesa das religiões, pois, afinal, ele imputa à fé religiosa todas as mazelas do país: “acima de todos, porem, pelo numero de submissos como pela intensidade com que actua, acha-se a fé religiosa, cujas suggestões são verdadeiramente invenciveis” (CARVALHO, 1898, p. 15).

Carvalho trata as curas realizadas pelas religiões como meras sugestões – o indivíduo acreditaria que seu Deus o estava curando e, apenas por este motivo, curava-se – mas não discute que a situação referida por ele só seria nociva para os médicos, pois se o doente ficou realmente curado, e, aparentemente, ele acreditava que em muitos casos isso seria possível, só os médicos seriam prejudicados por perderem pacientes. Entretanto, não podemos perder de vista que a argumentação do doutorando é um pouco mais sofisticada; ele pressupõe que as curas religiosas são nocivas, exatamente, por fortalecerem a fé e a religiosidade dos brasileiros⁴⁰.

⁴⁰ No Brasil, antes e depois do período republicano, os médicos formados pelas escolas de medicina foram obrigados a disputar os espaços, “nas trincheiras da cura”, com diversos outros profissionais responsáveis pelas artes de curar no país. Além das dificuldades em se conseguirem médicos formados para todas as regiões, em muitos casos, a própria população desconfiava desse novo saber e, por essa razão, optavam por procurar os diversos tipos de curandeiros disponíveis, muitos deles, com forte aproximação com o mundo religioso (SAMPAIO, 2001).

Embora não faça muita diferenciação entre a fé católica e a de outras religiões, sua crítica principal é direcionada à Igreja Católica: “religião para elle [baiano/brasileiro] é uma entidade indispensavel, e crê com sinceridade nos mysticismos da fé catholica. O seo deus, como os seos semi-deuses, que são os santos, tem poderes illimitados, e na plebe propriamente a carolice é a regra” (CARVALHO, 1898, p.87).

Após empreender uma dura crítica à fé, de uma forma geral, e ao cristianismo, em particular, o autor introduz a questão principal de sua tese que, como afirmamos anteriormente, é provar que Jesus Cristo era um desequilibrado mental. Começa afirmando que, no local e na época em que Jesus viveu, a inteligência era medíocre. Dessa forma, um homem que tivesse uma capacidade intelectual privilegiada estaria fadado a comandar os outros:

Nascido em terras onde a intelligencia era n'aquelle tempo proverbialmente mediocre, Jesus demonstrou desde a infancia dotes intellectuais de verdadeiro genio... era filho de José, pobre carpinteiro da Galiléia, e de Maria, da qual parece ter-lhe vindo a tara mais pesada [...] [um Irmão de Jesus] apresentava os sinais mais positivos de uma degeneração accentuada [...] Essa religiosidade excessiva, cunho talvez de sua familia, preparou-lhe [Jesus] certamente o terreno para o desenvolvimento amplo e complexo do delirio para que já tinha predisposição (CARVALHO, 1898, p. 122-123).

Apresenta diversos exemplos de loucura na família de Jesus Cristo, segundo ele, retirados da própria Bíblia e, portanto, dignos da confiança de qualquer fiel. Os exemplos são similares aos utilizados para comprovar a loucura de Antônio Conselheiro. Para Luiz Pinto de Carvalho, os fatos que comprovariam a doença de Jesus seriam “a vagabundagem completa em que vivia [...] somente o facto de abandonar toda e qualquer profissão para dedicar-se a essa vida de pregador denota já que n’elle o equilibrio mental não era perfeito”, e o “o extase que teve Jesus quando subio a um monte com dous de seos discipulos.” (CARVALHO, 1898, p. 136).

Para ele, não seria aceitável a crença de que Jesus era um homem são e de grande talento e que, só depois dos sofrimentos infligidos pelos judeus, teria ficado perturbado mentalmente; ao contrário, a doença sempre teria existido e se manifestado no momento mais adequado. Conclui sua tese convencido de que conseguiu seu intento – demonstrar a loucura de Jesus a partir da Bíblia: “De onde concluimos que: Jesus foi um degenerado typico, soffreo da loucura dos hereditarios classica e completa, manifestando-se ella sob a fórma de delirio systematisado, sendo o delirio o mystico.” (CARVALHO, 1898, p. 151).

No nosso entender, uma das teses mais interessantes e esclarecedoras da Faculdade de Medicina da Bahia sobre as diversas conexões entre raça, religião, crime e loucura é a

Etiologia das Formas Concretas da Religiosidade do Norte do Brasil (CARVALHO, 1902). Este autor será, mais tarde, reconhecido como um dos principais representantes da “Escola” de Nina Rodrigues⁴¹. Para o autor, a crença religiosa seria fruto do medo, da admiração e da esperança diante dos fenômenos da natureza, havendo apenas duas formas de estudo científico das religiões:

A sciencia objectiva das religiões occupa-se da natureza das relações do homem com a divindade, sua verdade objectiva, vendo-a nas relações dos seres cosmicos entre si, em sua genese e efeitos [...] A sciencia subjectiva das religiões considerada como um ramo da psychologia, estuda as manifestações religiosas como um producto da mentalidade humana. (CARVALHO, 1902, p. 29).

Carvalho julgava constituir-se um erro pensar que a religião seria um fato primeiramente sociológico, embora enquadrasse o seu estudo no campo da sociologia. Defenderá que são fatores psicológicos que explicam o surgimento da necessidade de uma religião, embora suponha, também, que logo essa necessidade se torna social:

Entram, ainda que tardiamente, em sua tecitura, elementos sociologicos, não só porque se comprehende que um de seos elementos – a moral – é da pura alçada da sociologia, como tambem que phenomenos inicialmente psychologicos por individuaes, para logo se tornarem collectivos e consequentemente sociologicos. [...] erro se me parece considerar a religião como factio primitivamente sociologico, pois ainda que para logo se socialise, é no inicio de seo desenvolvimento psychologico. (CARVALHO, 1902, p. 30).

Para o doutorando, o lugar de Deus é no cérebro do homem. Ele cita Trezza para corroborar esse posicionamento, e Le Bon para explicar o processo de mudança pelo qual toda religião passaria. Tanto para o mestre francês como para o jovem doutorando brasileiro, o modelo religioso de um determinado grupo humano dependeria das exigências da história e do contexto social. Os indígenas brasileiros “em materia de religião andavam pela astrolatria alguns e outros pelo mais rudimentar feiticismo” (CARVALHO, 1902, p. 53). Possivelmente tentando mostrar como os autóctones eram atrasados, Carvalho afirma, em diversos momentos, que os nativos do Brasil eram indolentes e que os colonizadores haviam notado essa característica. A sua visão etnocêntrica o impede de perceber que os indígenas estavam lutando contra as tentativas de espoliação por parte dos invasores.

Ao analisar a religião dos antigos escravos africanos e de seus descendentes, que será o foco de suas preocupações, embora esteja interessado na religião como um todo, o autor utilizará as reflexões presentes na obra de Nina Rodrigues. Entretanto, como poderá ser

⁴¹ O mito de origem dessa Escola era o seguinte: “Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906), brilhante professor e pesquisador, dotado de uma personalidade carismática e cujo valor intelectual foi reconhecido pelas personagens médicas internacionais mais importantes de sua época, reuniu em torno de si na Faculdade de Medicina da Bahia um grupo de não menos brilhantes discípulos que, depois de sua morte prematura, se espalharam por vários pontos do país, dando continuidade a sua obra e fundando tanto a Medicina Legal brasileira como uma Antropologia Nacional.” (CORRÊA, 1982, p. 54).

percebido, ele não concorda completamente com as formulações de seu mestre. Discorda, por exemplo, quanto à questão de ter ocorrido um processo de mestiçagem entre a religião africana e a dos portugueses. Nina Rodrigues estaria certo quanto à questão da degradação religiosa, fruto de uma compreensão deturpada, por parte dos negros, do catolicismo, que era mais desenvolvido, mas estaria equivocado em relação à mestiçagem religiosa. Aponta para o fato de o culto fetichista fazer parte das crenças de brancos de todos os grupos sociais: “a infiltração dessas idéas feiticistas mascaradas, se deu pelo meio domestico na influencia das criadas e mucamas que vão inconscientemente moldando-as em os cerebros malleaveis das creanças.” (CARVALHO, 1902, p. 108).

Ele identifica dois tipos principais de religiosidade entre os africanos: um grupo mais atrasado, que professava um animismo mais grosseiro, e outro, mais adiantado, que seguia a religião do profeta Maomé:

No terreno religioso ... os africanos andavam pela maioria nas sombras do animismo mais grosseiro e primitivo [...]. Por outro lado os contactos das raças [...] que vae da Gambia e Golpho de Guinéa á Abyssinia com Berberes-Tuaregues e representantes outros de civilizações adiantadas, plantaram o islamismo em seo seio [...] No Brasil os negros vindos obedeciam a estas duas correntes religiosas como desprende a analyse paciente de meu mestre professor Nina Rodrigues. (CARVALHO, 1902, p. 57).

O protestantismo não teria conseguido combater essas ideias, tanto em razão do seu pequeno número de adeptos proporcionalmente aos católicos e crentes das religiões de origens africanas, como das convicções arraigadas nos residentes do Norte do Brasil (CARVALHO, 1902, p. 109). Tendências psíquicas, herança sociológica, má educação e meio ambiente são alguns dos fatores que explicariam a aceitação das crenças africanas pelo povo brasileiro e concorreriam para seu suposto atraso, que tanto incomoda nosso doutorando. Para ele, possivelmente seguindo ideias presentes em autores como Augusto Comte, a religião deveria seguir uma determinada direção evolutiva:

Peiado pelas suas tendencias psychicas, pela herança sociologica, pela influencia do meio, pela má educação, pela hereditariedade religiosa, o brasileiro do Norte tende ao mais perfeito concretismo, manifestação inferior pois, como já evidenciei, **é uma lei basica do desenvolvimento intellectivo, a passagem do concreto ao abstracto** [...] de facto a superstição na sua accepção mais lata, é uma degradação concreta de uma manifestação religiosa superior; é feitisação [sic] de uma crença mais elevada.” (CARVALHO, 1902, p. 110, grifos nossos).

Ele aproxima católicos, sejam brancos ou mestiços, que acreditam no poder de seus símbolos religiosos, dos negros que fazem feitiços. Oitenta por cento dos baianos usariam algum tipo de proteção passível de ser comparada com o uso dos fetiches, referindo-se a uma pesquisa que empreendeu para verificar a presença de fetiches em residências de fieis

católicos. Esse dado é importante por dois motivos: primeiro, por se tratar de uma pesquisa de campo realizada pelo próprio autor, o que mostra, assim, que seu trabalho não faz parte daquelas antropologias de gabinete, bastante comuns no período; segundo, pelo menos na ótica do autor, a sua pesquisa serve para corroborar as afirmações presentes em sua tese, quando aproxima brancos, mestiços e negros em torno de um modelo de crença religiosa comum. Carvalho defende que, no Norte do Brasil, leia-se, na Bahia, a mente dos indivíduos, em sua grande maioria, ainda se encontrava em um estágio primitivo. Seria esse estado infantil da mente humana que possibilitaria a crença fetichista:

Em nada se distingue o fetichista do supersticioso, ambos vêm em substancias inanimadas, fontes sobrenaturaes ou forças mysteriosas, agindo por meios ainda mais mysteriosos... O eticista tem seu feitiço; o supersticioso tem seu bentinho, seu patuá, o seu rosario protector. [...] Não conheço homem religioso, por mais superior que não se ligue ao bentinho, ao rosario, que nem de longe, que não necessite da excitação continua, o que é expressão do concretismo... de 300 casas que percorri, 252 tinham imagens e resas protectoras nas portas e nas janelas, 80% dos bahianos usam bentinhos e amuletos. (CARVALHO, 1902, p.110-111).

O autor conclui seu trabalho com a promessa de realizar um estudo, baseado no material colhido para sua tese, sobre religião e crime, que a pressa para concluir o curso o impedira de realizar. Entretanto, pelo menos no material apresentado em sua tese doutoral, não conseguimos vislumbrar nenhuma conexão entre a religião e crime, que justificasse a pretensão do autor. Nossa tese pretende compreender, exatamente, esse tipo de afirmação (qual seja, a de que existiria alguma relação entre raça e religião, religião e loucura, crime e loucura, crime e religião, raça e crime etc.) que, meio intempestivamente, recorre a muitas teses da Faculdade de Medicina da Bahia.

Supomos que essa conexão só é suscitada porque o autor, assim como muitos de seus colegas que estavam escrevendo logo após o desfecho do conflito armado de Canudos, no sertão baiano, associava diretamente crime, loucura, raça e religião. Essas categorias aparecem juntas ou dispersas, mas, de acordo com o nosso entendimento, elas são a base que alimenta as reflexões desenvolvidas sobre quaisquer dos temas tratados nas teses. Diz Carvalho: “Terminando resumo minhas teses: as formas concretas da religiosidade, tão frequentes no Norte do Brasil, reconhecem por causa: a raça, o meio physico e principalmente a herança religiosa bem como a educação.” (CARVALHO, 1902, p. 111).

Nas preposições, Carvalho apresenta, de forma clara e evidente, sua crença na relação entre crime e religião: “O factor religioso é um elemento principal na etiologia do crime no Brasil.” [...] “O factor religioso é attenuante da imputabilidade” [...] “A religiosidade só favorece e alimenta o crime em suas manifestações concretas.” (CARVALHO, 1902, Preposições).

Pery Guimarães, em sua tese *Ligeiras Considerações Sobre as Raças Humanas*, aproxima a discussão da raça com a da religião, principalmente quando trata da questão da origem da vida ou da origem do homem. Nestes temas, ele necessitará fazer uma escolha entre as opções discursivas disponíveis na Bíblia ou aquelas oriundas de reflexões pós 1859, quando foi publicada a primeira edição do livro *A Origem das Espécies*, de Charles Darwin.

O autor começa discutindo a origem da vida e defende que tanto Darwin quanto Virchow afirmaram não ser possível opinar em questões relativas à origem. De acordo com o autor, “Luiz Agassiz defendeu o dogma de Lutero, sendo entretanto nessa época, 1858⁴² [sic], publicados os memoráveis trabalhos de Darwin que derrubaram por completo essa crença que já se sentia estranhada no cérebro humano” (GUIMARÃES, 1911, p. 7). Ele acreditava que, se existisse um assunto que merecesse atenção daqueles preocupados com a ciência, seria exatamente a tentativa de explicar a origem dos homens (GUIMARÃES, 1911, p.15). O darwinismo teria encontrado, no Brasil, fruto da intervenção do catolicismo, um terreno pouco fértil para se desenvolver, estando assentado apenas em uma pequena parcela da comunidade científica. Entretanto, ele supõe que no futuro a situação pudesse se reverter e a crença no transformismo de Darwin passasse a ser mais aceita:

Em nosso meio, e no Brazil inteiro, onde o catholicismo existe em grande escala, e onde os dogmas religiosos têm exercido sempre uma influencia completa sobre o cerebro humano, o desenvolvimento das doutrinas de Darwin não acha apoio senão em parte do grupo de cientistas. [...] Nos proprios centros de instrucção superior ainda ha quem considere o transformismo uma invenção ou phantasia como outra qualquer; sem fundamento, sem verdade, sem razão de ser! [...] Quero crer que mais cedo ou mais tarde desapparecerá semelhante modo de pensar, e a idéa scientifica triumphará da idéa religiosa. (GUIMARÃES, 1911, p. 15-16).

Apresentará sua objeção à ideia, recorrente em alguns autores, de que existe uma alma imaterial a governar o corpo e as ações humanas. Ele identifica essa crença como uma das maiores dificuldades para a aceitação da teoria transformista, uma vez que seria difícil para os “metafísicos” aceitar que a alma humana proviria do macaco. Os religiosos davam como certo que a similaridade entre a alma humana e a própria figura de Deus era a maior prova da existência de um poder superior (ALMEIDA, 2005). Pery Guimarães, embora não cite Hackel nessa parte da sua tese, utilizará sua obra para reafirmar a existência da alma tanto nos homens como nos outros animais. O autor encerra sua crítica à religião católica afirmando que

⁴² É importante lembrar que o livro *A origem das Espécies*, de Charles Darwin, foi publicado em 1859, embora, em dois artigos de 1858, com a participação Alfred R. Wallace, tenha vindo a público a primeira defesa das ideias contidas, de forma clara, no livro que saiu no ano seguinte. Supomos que o autor se equivocou quanto ao ano. Para uma análise sobre o tema, inclusive sua repercussão, consulte-se DESMOND; MOORE, (2001); KEYNES, (2004); PAPAVERO, (2003).

a questão seria simples se fosse admitida que a alma não guarda relação com Deus, e que constitui apenas uma das muitas faculdades dos animais:

Uma das cousas que mais se oppunham a origem transformista do homem, era a existencia da alma – era impossivel que a alma proviesse do macaco [...] Ora, em primeiro lugar, as idéas que esses naturalistas (se é que assim se podem chamar) tinham sobre a alma, eram dogmaticas, assentadas em um fundo religioso [... no sentido religioso acredita que] alma é cousa que não existe [...] Os animaes outros tambem teriam uma alma a qual representava a sua personalidade psychica; e como absolutamente não se admite uma alma immortal a um cão ou outro animal, não podemos acreditar que exista essa alma no homem, cuja organização, já dissemos, é igual a dos anthropoides geraes. (GUIMARÃES, 1911, p. 23-26).

Nunca é demais lembrar que os autores que combatiam contra a ideia de alma humana poderiam lançar mão, pelo menos, de dois textos importantes sobre o tema. Em 1755, David Hume disponibilizava dois importantes artigos que tentavam comprovar, logicamente, que a alma humana imortal era uma fantasia do mundo simbólico, não guardando qualquer possibilidade de existência. Os textos *Da Imortalidade da Alma* e *Do Suicídio* afirmavam que não fazia sentido associar a ideia de alma exclusivamente aos seres humanos, que tal associação teria que ser algo comum a todos os animais, mantendo-se, pois, distante do suposto de que o homem seria a imagem e semelhança de Deus. Sob a suposição de que a alma humana não era necessária para compreender o ser humano, passa a defender que o suicídio também não traria qualquer dificuldade para o mundo do sagrado. Para Hume, as duas desculpas utilizadas para tentar conter o suicídio eram frágeis diante da argumentação lógica. Na primeira, defendia-se que o ato de se matar ofenderia a Deus; na segunda, apontavam-se os danos sociais desse evento. Para o autor, não seria lógico – do ponto de vista da religião cristã que criou um Deus onisciente e onipresente – aceitar que a morte de um homem, voluntária ou não, acontecesse sem a autorização de seu Deus. Por sua vez, ele chama a atenção para o fato de que um homem que se mata deixa de contribuir, apenas, para o bem estar da sociedade. Entretanto, de acordo com o autor, quando um indivíduo chega a atentar contra sua própria vida é porque ele já não estaria mais contribuindo para a sociedade, e esta, conseqüentemente, não estaria perdendo muito com a partida desse membro problemático (HUME, 2006). O mais relevante é que os autores que lutavam contra as ideias “metafísicas” dentro da Faculdade de Medicina baiana não utilizavam este autor para corroborar suas pesquisas, não obstante os seus textos estivessem disponíveis em francês, que era o idioma mais utilizado nas pesquisas acadêmicas da Faculdade baiana, desde o ano de

1770 (CONTE, 2006). Hume aparecia apenas nas teses dos metafísicos, sendo apresentado de forma negativa devido ao seu ceticismo⁴³.

Nos anos de 1926 e 1927, há duas teses que atacam de frente os problemas ocasionados, segundo os seus autores, pela religião espírita. Eles conseguem divisar uma nítida relação entre a existência dessa crença e diversos problemas que afligem a sociedade, a exemplo do aumento da loucura e do crime. A primeira, defendida em 1926, por Genaro Veiga Sampaio, é *Espiritismo e Loucura: Contribuição ao Estudo das Chamadas 'Psichoses Espiritas'*. A segunda, em 1927, é *Necessidade de uma Campanha Anti-Espirita*, defendida por Nestor Pires. Nestes dois exemplos, os próprios títulos já deixam entrever qual será a direção dos discursos. Apresentaremos, preliminarmente, as ideias contidas na tese de Genaro Veiga Sampaio.

Ele começa referindo-se aos trabalhos de Nina Rodrigues sobre a religião dos negros baianos, embora advirta não pretender tratar da questão ligada exclusivamente ao feitichismo e à suposta contribuição da religião dos negros para o aumento das “psichopatias”. Sua preocupação incidirá sobre a “massa de ignorantes” prejudicada por qualquer tipo de crença religiosa. Ao que parece, o autor está tentando dar à sua tese uma dimensão maior, evidenciando que está preocupado com um problema social importante, qual seja, os males sociais advindos das práticas espíritas, e não apenas com o fenômeno religioso⁴⁴.

Ele adverte, ainda, situação comum a muitas teses, que só aceitará críticas oriundas de especialistas, aqueles que tenham passado pelos “**humbraes sagrados da imponnentissima basilica do ensino medico no Brazil**” (SAMPAIO, 1926, p. II, grifos nossos). Seguramente, esse procedimento busca afastar críticas de pessoas consideradas não qualificadas para a discussão intelectual que, naquele período, pelo menos para a Bahia, muitos supunham só poder ser travada por médicos.

Utilizando-se dos trabalhos de Gustave Le Bon, Sampaio afirma que a crença é impulsionada pela ação dos meios sociais e, principalmente, da educação recebida na mais

⁴³ Não parece muito aceitável acreditar que os doutorandos não utilizassem as ideias de David Hume por falta de conhecimento pois, como nos referimos, os “metafísicos” o citavam de forma negativa. Além do mais, como acreditar que os autores estivessem pouco informados em relação aos autores importantes da Europa, se temos figuras como Afrânio Peixoto que, em sua tese de doutoramento, escrita em 1897, cita um texto de Freud do ano anterior? Nunca é demais lembrar que, nesses anos, o *pai da psicanálise* ainda era um jovem médico tentando conseguir um espaço dentro do campo científico. A tese de Afrânio Peixoto foi publicada no ano seguinte à sua defesa. O mais importante nessa publicação é que ela é apresentada, ao mesmo tempo, por Nina Rodrigues e Juliano Moreira (médicos bastante distintos em termos teóricos). A presença dos dois autores prefaciando o texto mostra o prestígio do jovem doutor e suas dúvidas em relação a qual o melhor modelo intelectual para enfrentar os diversos problemas que aproximam a doença do crime (PEIXOTO, 1898).

⁴⁴ Os dois autores centram suas críticas sobre o espiritismo kardecista, possivelmente, por ser esse tipo de crença “metafísica” que mais estava chamando a atenção “dos nossos cérebros mais lúcidos”, como evidenciou João do Rio, em 1904 (JOÃO DO RIO, 2006).

tenra idade. Essa ação de agentes externos facilitaria, ou mesmo potencializaria, a ação de agentes internos, tais como o “psiquismo inferior e o inconsciente ancestral”, que, aparentemente, justificariam a necessidade de se ter uma religião. Ele se refere ao crente que cai aos pés do “incompreendido nazareno” e, depois, recebe a hóstia das mãos de um “cidadão tão pecador quanto nós outros”, para tentar evidenciar como a religiosidade é danosa para o espírito intelectual, mesmo quando se trata de religiões “mais evoluídas”, como o catolicismo:

Essa **ação fraquíssima** da **inteligência consciente** sobre esse **sentimento instintivo**, ação quasi nulla, para conter as explosões do nosso **psychismo inferior**, um como **inconsciente ancestral**, a educação recebida, a moral religiosa, quotidianamente, desde a mais tenra idade, no lar, no collegio, em toda parte, a soar, a respigar aos nossos ouvidos, **obrigando o individuo a acreditar** [...] assim somos todos nós, acreditamos porque devemos e temos de acreditar. (SAMPAIO, 1926, p.3-4, grifos nossos).

A argumentação desenvolvida pelo doutorando observa a mesma direção das ideias desenvolvidas pelos trabalhos de Nina Rodrigues sobre a existência de um certo inconsciente ancestral, que pode ser identificado, de forma mais evidente, nos diversos textos que mais tarde comporão o livro *Coletividades Anormais*, organizado por Arthur Ramos, na década de 1930 (RODRIGUES, 2006). Outra referência para esse tipo de pensamento é o próprio Arthur Ramos que, segundo Sampaio, o apoiou durante a elaboração da tese. Ramos defendia, apoiado nas ideias do filósofo Levy-Bruhl, que a crença religiosa era fruto de uma certa infantilidade ancestral da mente do crente, argumento por ele desenvolvido tanto em sua tese de doutoramento, *Primitivo e Loucura*, defendida em 1926 (um trabalho que se pretendia teórico), como em diversos trabalhos práticos, pareceres que produziu ao longo de sua vida profissional e que mais tarde foram reunidos em forma de livro (RAMOS, 1937). Vale notar que esse tipo de argumentação, que pretende encontrar explicações para o mundo social embasadas na ideia de um inconsciente ou alma ancestral, pode ser encontrada em períodos muito mais recuados, como, por exemplo, na Grécia antiga, na obra do filósofo Platão (VERNANT, 1996).

Para Sampaio, o espiritismo, em seu começo, nos Estados Unidos da América, representou um divertimento, um passatempo ou mesmo um meio para obtenção de algum dinheiro extra. A partir da contribuição de Kardec, passou a chamar a atenção dos sábios da época e “a reação científica não se fez esperar” (SAMPAIO, 1926, p. 20). Ele afirma não se poder negar a existência dos fenômenos espíritas, “mesmo porque não chegaríamos a ser tão ousados”; em verdade, está se referindo à existência de fenômenos metafísicos (SAMPAIO, 1926, p. 25). Reclama um estudo sobre o feitichismo, parecendo esquecer os trabalhos de Nina Rodrigues que foram utilizados, largamente, na argumentação de sua tese, e esclarece

quais são seus propósitos: “queremos fallar aqui do **feitichismo**, entre nós, a sua relação com as **psychopathias**, e a sua grande influencia nos **negros e ignorantes**” (SAMPAIO, 1926, p. 26, grifos nossos).

Dá provas de sua crença positivista, afirmando que, a partir do desenvolvimento das técnicas científicas, já seria possível resolver diversos problemas enfrentados tanto pela psiquiatria como pela medicina como um todo. Para ele, aceitar explicações metafísicas para o tratamento de questões do campo científico fazia parte do passado. O seu presente era o da ciência com todas as suas possibilidades (SAMPAIO, 1926, p. 29). Como positivista, acreditava que era necessário ver e sentir os fenômenos que estavam sendo examinados: considera-se isento de preconceitos para discutir o tema, tomando em conta apenas a perspectiva da ciência. Descreve como funciona uma sessão espírita, ao tempo em que enumera os perigos para quem está predisposto aos problemas mentais:

Logo após a concentração [...] começando uma serie de contracções, convulsões, movimentos hystericos do medium, o mais convencido de todos, ou as **palhaçadas do supposto, gritos, caretas, poses estereotypadas**, proprias para **enganar** o do mais pacato burgez [...] iniciando-se, então, a serie phantastica das revelações extraordinarias, advinhações, prophcias, e o mais importante de tudo o **espírito a se fazer de therapeuta, uma das maiores explorações do espiritismo** [...] Agora se encarmos o psychopata, o predisposto, o mentalmente debil, que não póde de modo algum reagir, veremos que o choque será terrivel [...] e a loucura a pouco e pouco se assenhorando da **pobre victima digna de cuidado maior**. [...] estabelecemos, pois, como premissa, ser o trauma psychico produzido pela pratica do espiritismo, facto incontestado, **choque emocional dos mais perigosos na eclosão das psychoses**, pensando comnosco a totalidade dos psychiatras. (SAMPAIO, 1926, p. 45-46, grifos nossos).

Sampaio cita o professor E. Régis⁴⁵ em apoio às suas conclusões sobre os danos que a religião espírita e as práticas associadas a ela, como a hipnose, poderiam produzir na sociedade. Para esse professor, as superstições e a religiosidade exageradas poderiam ser extremamente nocivas às pessoas mais ignorantes, uma vez que o medo desencadearia uma série de doenças psíquicas. No entanto, pelo menos em relação à hipnose, não constata problema se praticada por um médico (SAMPAIO, 1926, p. 47).

A loucura, que poderia ser desencadeada pela crença religiosa, é, seguramente, a grande preocupação do doutorando. Para ele, assistir a sessões espíritas poderia desencadear doenças mentais. Cita diversos exemplos de pessoas que, com apenas uma sessão, tiveram problemas. De acordo com Sampaio, “frequentes, muito frequentes, são, também as psychopatias originadas pelo comparecimento mais ou menos assiduo ás sessões espiritas. Os

⁴⁵ Possivelmente, está se referindo ao professor Emmanuel Régis, da clínica de doenças mentais de Bordeaux, que escreveu, em 1914, junto com A. Hesnard, o livro *A Psicanálise das Neuroses e das Psicoses*.

fenômenos médiumnicos impressionam e abalam profundamente o psychismo, produzindo grande numero de delirantes e allucinados” (SAMPAIO, 1926, p. 50).

Entretanto, admite que nem todo espírita é louco, mesmo porque, segundo ele, não haveria lugar para tanta gente: “não podemos, portanto, ir á velleidade de dar todo o espírita como um louco, e se assim fora não havia manicômios que coubessem a assombrosa avalanche de doentes” (SAMPAIO, 1926, p. 54). A observação sugere que a religião espírita estava em franca ascensão neste período, pois ele, embora critique também a religião dos negros, enfatiza, recorrentemente, estar preocupado com o espiritismo. Quanto à associação com a loucura, acredita não ser plausível pensar que o espiritismo seja o único causador da doença, já que ele apenas potencializaria e faria aflorar algo já existente: “A influencia de espiritismo não vae ao ponto de no quadro nosographico haver uma loucura por elle somente causada” (SAMPAIO, 1926, p. 58). Sampaio finaliza a tese dando a entender que o que é realmente importante são as condições pré-existentes do indivíduo.

A segunda tese (*Necessidade de uma Campanha Anti-Espírita*), que trata do mesmo assunto, é, seguramente, uma das que mais atacam a fé religiosa e o espiritismo, em particular. O seu autor, Nestor Pires, avisa que há muito tempo estava pensando em escrever sobre a necessidade de uma campanha contra as práticas espíritas, enfatizando, principalmente, os malefícios oriundos tanto do baixo como do alto espiritismo⁴⁶. Provavelmente, ele está se referindo aos transe nas religiões de matriz africana e ao espiritismo kardecista, respectivamente:

De há muito pensavamos fazer como objecto de these inaugural, a necessidade de uma campanha saneadora contra os multiplos maleficios oriundos da doutrina e da pratica espíritas [...] A despeito de serem de conhecimento vulgar alguns dos sortilegios do baixo-espiritismo, nos propomos provar à sociedade todos os muitos inconvenientes que advêm do baixo como alto-espiritismo, para que fique amplamente justificada a razão de sêr do objecto da presente dissertação (PIRES, 1927, “Antes do Assunto”).

Embora se diga preocupado com todo tipo de espiritismo, Pires centrará suas críticas sobre aquele que tem origem na obra de Alan Kardec, considerado uma “falcatura muito

⁴⁶ David Hess, apresentando o estudo *O poltergeist de Suzano*, escrito por Hernani Guimarães Andrade, chega à conclusão de que os intelectuais do espiritismo, notadamente os médicos espíritas, tendem a pensar os estudos de Kardec como material do século XIX e, portanto, necessitando de nova roupagem científica. Dessa forma, esses intelectuais terminam por agir como reformadores da doutrina. Ainda refletindo sobre o estudo de Andrade, Hess afirma que, para os intelectuais do espiritismo, uma das possíveis interpretações oferecidas para o termo *magia negra*, que muitas vezes aparece relacionada aos problemas espirituais, seria o de aproximá-lo tanto do mal como da África. Portanto; “dessa perspectiva (que representa uma das múltiplas leituras possíveis), desobsessão representa uma tentativa de desobcecar o Brasil da sua herança africana” (HESS, 1987, p. 44). É interessante notar que o doutorando Nestor Pires não faz muita diferença entre o espiritismo vindo da África e o vindo da Europa. Os médicos do final do século XIX e começo do XX que se posicionavam contra as ideias *metafísicas*, a exemplo do espiritismo, comumente se posicionavam contra qualquer lógica que pregasse a existência de entidades não-físicas.

grosseira” e de uma “insalubridade à toda prova”. O espiritismo seria a única teoria a reconhecer uma causa fora do mundo natural para os fenômenos que estuda, uma vez que nenhuma outra acreditaria na fala ou materialização dos mortos a partir da intervenção de um especialista, no caso, o médium: “Das vinte theorias e de 42 investigadores affeitos ao ocultismo e que publicaram suas interpretações do espiritismo, nem uma só admite a falla, a materialisação das almas de pessoas fallecidas por interferencia instrumental do medium.” (PIRES, 1927, p. 16).

Haeckel é referido como tendo afirmado que o espiritismo seria uma das formas mais notáveis de superstição. Embora não cite a obra de Haeckel da qual extraiu a citação, sabemos que este autor tratou de questões ligadas às religiões em diversas obras, principalmente porque uma das suas principais preocupações era discutir a origem da vida em geral e do homem, em particular. Daí estar ele, freqüentemente, enfrentando pensadores que buscavam embasar suas teorias nas crenças religiosas (HAECKEL, 1919a, 1919b).

Nestor Pires apresenta um grande número de exemplos que “comprovariam” que o espiritismo é uma prática nociva à sociedade. Em um deles, relata uma história que teria acontecido no Maranhão, na qual um homem procura, desesperado, o bispo da cidade para contar-lhe que um médium, incorporado em um espírito, teria afirmado que sua esposa estaria prestes a falecer. A história foi levada ao bispo em 15 de fevereiro de 1913 e a morte adviria em 21 de dezembro daquele mesmo ano. O bispo teria procurado acalmar-lhe, assegurando-lhe que a esposa não morreria na data prevista e que, diante da falha na data, o espírito marcaria outra. A intenção do médium, segundo o discurso do bispo, seria a de manter o crente sob o seu controle e levá-lo à loucura: “o Snr. terá outra comunicação do espirito, dizendo que se enganou e que será para outra epoca mais recuada. O que quer o seductor é levá-lo a algum desatino e ao desespero. Olhe si sua esposa, por uma fatal coincidencia, morresse a 21, o Snr. se suicidaria” (PIRES, 1927, p. 22). Como pode ser deduzido pelo discurso do bispo, se é que podemos confiar nessa informação, haveria a possibilidade de uma determinada religião causar a loucura de um crente.

Para Pires, os médiuns seriam dotados de uma grande instabilidade nervosa, “são facilmente suggestionaveis e muito emotivos” (PIRES, 1927, p. 23). Na verdade, sua descrição os caracteriza como pessoas desequilibradas e perigosas. Oferece o exemplo, à página 23 de sua tese, de um médium da capital federal que teria estuprado uma menor após hipnotizá-la. Para ele, os operadores do espiritismo são sempre desonestos e sofrem de uma patologia, aludindo à “personalidade doentia e do feitio moral dos mediuns, do transe mediunico deante da pathologia nervosa e mental, e finalmente, vimos o ambiente da conjuração e as scenas

insolitas que nelles se consumam.” (PIRES, 1927, p. 32). Tomando-se em conta os discursos correntes na própria Faculdade de Medicina da Bahia, nos quais as pessoas consideradas doentes mentais deveriam ser “protegidas”, afiguram-se estranhos os ataques do Dr. Nestor Pires aos espíritas, já que ele mesmo os considerava como doentes. Entretanto, não podemos perder de vista que, para uma parcela significativa dos médicos do período, a proteção dos doentes mentais era equivalente à internação em instituições destinadas a proteger a sociedade das figuras perigosas. Ou seja, a preocupação estava relacionada com a sociedade e não com o doente, como evidenciou Fry (1982), para o caso de Febrônio Índio do Brasil.

Há na tese de Nestor Pires uma estreita conexão entre a religiosidade – principalmente aquela que envolve uma relação mais direta com o mundo do sagrado, como o espiritismo e as religiões de matriz africana, nas quais entidades metafísicas penetram no corpo do crente – e a diminuição ou perda da racionalidade, podendo ocasionar, inclusive, a loucura completa. Os perigos são de dois tipos: as práticas espíritas poderiam tanto enlouquecer o indivíduo, incutindo-lhe manias, quanto enlouquecer a comunidade religiosa como um todo.

Para ele, seria de conhecimento vulgar que a maioria dos adeptos do espiritismo encerraria a vida nos manicômios. Cita um grande número de autores, nacionais e estrangeiros, que corroboram essa informação e, buscando enfatizar a relação direta que acreditava existir entre religião, crime e loucura, afirma:

O espiritismo pode sêr responsavel, por isso que a observação já consignou, pela hysteria minor, hystero-epilepsia, vertigens, neurasthenia, suicidio, impulsos homicidas, defloramentos, devassidão, assassinato, e pelo charlatanismo interesseiro e criminoso. (PIRES, 1927, p. 35).

Em outras palavras, ao espiritismo poderia ser atribuída toda sorte de atos criminosos que os doentes mentais pudessem cometer⁴⁷.

O doutorando cita o Dr. Bonifácio Costa, que teria apresentado uma comunicação ao Congresso de Práticos de 1922, na qual afirmava que a maioria dos médiuns morre louco, “nevropata” ou vítima de paralisia progressiva (PIRES, 1927, p. 38). Os crentes desse tipo de religião se apreenderiam como “victima passiva dos espiritos”, que governam sua vida e fazem com que a atenção seja investida apenas em um suposto mundo invisível, deixando de

⁴⁷ O interessante é que, em 1927, quando Nestor Pires defende sua tese de doutoramento, já faziam 30 anos da publicação do livro de Durkheim sobre o suicídio. Neste livro, o pensador francês considera o suicídio como algo possível de ser praticado apenas por pessoas que estivessem de posse de suas faculdades mentais. A morte voluntária dos insanos não deveria ser considerada suicídio, pois o agente poderia não ter a noção exata da conseqüência dos seus atos. Além disso, defende uma certa normalidade social no ato de se matar, afirmando que todas as sociedades (independente da época) ofereceriam um número específico de seus membros para essa prática (DURKHEIM, 1978). O doutorando não leva este autor e sua obra em consideração (talvez por desconhecimento) e utiliza o suicídio como prova de que a religião e a loucura estariam entrelaçadas.

lado suas obrigações com um mundo real (PIRES, 1927, p. 40). De acordo com autores referidos por Pires, a exemplo do Dr. Francisco de Paula, muitas pessoas morreriam durante essas sessões, “mas esses horríveis acidentes ficam escondidos ou dissimulados” (PIRES, 1927, p. 47).

Os principais “sofredores” seriam os neófitos que, submetidos a todos os tipos de dúvidas, seriam levados, muitas vezes, ao desespero e à loucura. E, alertando para os perigos a que poderiam estar submetidas famílias inteiras, o autor cita um caso divulgado pelo jornal *A Gazeta de Notícias*, de 08 de dezembro de 1913, observando que se algo não fosse feito, este seria o destino de muitas famílias de adeptos das práticas espíritas:

João da Silva Lucas, com toda a sua família, doze pessoas ao todo, enlouqueceram devido às práticas do espiritismo [...] Quando a polícia foi chamada, devido ao barulho das sessões que aconteciam na casa teve de arrombar a porta... perguntando-se ao dono da casa porque não abria a porta, disse – esta porta não podia ser aberta senão daqui a três dias, um **espírito enviado de ‘umbanda’** veio dizer-nos que a maldade lá estava. (PIRES, 1927, p. 57, grifos nossos).

O autor concluirá, desolado, que “o espiritismo é um mal social” (PIRES, 1927, p. 69) e, por este motivo, reclama providências urgentes das autoridades competentes. Ademais, sob sua ótica, os perigos rondavam não só os mais ignorantes, mas, também, pessoas com um certo conhecimento, principalmente aquelas dadas às “leituras sensacionais”. Diz ele: “O espiritismo e seus magnates seduzem não só o espírito tacanho popular, como também muitos dos semi-illustrados, amantes de leituras sensacionaes, os neophytos delirantes do ocultismo, os curiosos atreitos às novidades anti-sociaes de Allan Kardek” (PIRES, 1927, p. 71). Para Pires, não restariam dúvidas de que a doutrina de Alan Kardec era um culto ao pessimismo, principalmente devido às suas preocupações com o mundo extra-físico, deixando de lado as belezas e responsabilidades do mundo dito real.

Defende, pois, uma campanha dura e impiedosa contra essa prática religiosa. Na parte final da tese, procura retomar a conexão que defendeu, de forma explícita, em diversos momentos, isto é, que existiria uma estreita relação entre as ideias religiosas, a loucura e o crime: “Com o rosario de psychoses, neuroses e crimes a que o espiritismo já deu origem, pensamos estar plenamente justificada a necessidade urgente de uma campanha sem tréguas a todas as formas desta funestissima seita” (PIRES, 1927, p. 88).

A tese é finalizada com a informação, aos seus leitores, de que o médico especialista não faz campanha contra o espiritismo por interesse próprio. Como não acredita nas curas realizadas nas sessões espíritas, o médico não estaria preocupado com a concorrência, mas buscava reprimir as práticas espíritas movido por interesses humanitários: “O medico especialista não a faz por interesse egoistico, pois aquelles que forem ao espiritismo e ficarem

alienados, lhe aumentarão a clientela, e aqueles que já o forem e por lá passarem voltaram dissilludidos” (PIRES, 1927, p. 89).

3.3 RECAPITULANDO...

Iniciamos este capítulo apresentando três possibilidades de reflexão que poderiam ser encontradas, no período compreendido entre 1850-1928, na Faculdade de Medicina da Bahia, quando os temas eram a religião e a religiosidade do povo brasileiro. Havia autores preocupados com a defesa da fé, para os quais a religião seria algo do campo do sagrado e, conseqüentemente, fundamental para a vida em sociedade. Atacá-la ou tentar destruí-la seria o equivalente a promover a desordem social. Para os autores que comporiam um segundo grupo, posicionados, em termos teóricos, em uma situação diametralmente oposta, a religião seria a responsável pelos diversos desequilíbrios que acometeriam a sociedade naquele momento. Os casos de loucura registrados, que estariam ocasionando o aumento da criminalidade, lhe eram imputados. O terceiro grupo, que estaria mais preocupado em apaziguar os ânimos, reserva espaço tanto para a fé quanto para o discurso científico. Este modelo estava presente tanto nos discursos contrários como nos favoráveis à religião.

O que é, por outro lado, mais interessante nos discursos contra a fé, presente em boa parte das teses analisadas, é que eles preconizavam que a necessidade de crença em uma religião seria fruto do mau desenvolvimento do cérebro. Era como se a religião constituísse uma representação do nosso passado ancestral. Para esses autores, a mente infantil, que caracterizava a maioria dos seres humanos, que se encontrava em estado selvagem, compeliaria alguns indivíduos, ou mesmo sociedades inteiras, a acreditarem em explicações metafísicas.

Diante de tal assertiva, pareceria normal acreditar que a única solução para pôr termo aos problemas advindos dessa necessidade infantil seria submeter o homem à educação e ao progresso, para que, dessa forma, se livrasse desse incômodo companheiro de viagem, que é o seu lado primitivo. Entretanto, este não parece ser o caminho trilhado em muitas das teses. Há, por exemplo, um grande número de doutorandos dispostos a comprovar que tanto a civilização como a educação seriam nocivas aos seres humanos, gerando, inclusive, a maioria das doenças mentais registradas na sociedade. Evidentemente que também há, como no caso da religião, um grupo disposto a defender o progresso e a educação como a grande solução para os problemas da humanidade, principalmente aqueles relacionados às doenças do espírito.

Passaremos a apresentar, na sequência, as diversas contendas e enfrentamentos entre esses dois grupos no interior da Faculdade de Medicina da Bahia. É interessante observar que a academia médica baiana se comportava de modo similar às diversas academias ao redor do mundo, aceitando determinadas ideias e rejeitando outras. Estávamos, realmente, em um espaço de disputas acadêmicas, no qual a escolha de uma posição implicava o rechaço de outras.

3.4 CASAMENTOS, NACIONALISMO E CIVILIZAÇÃO

Porque quem observa com atenção o nosso paiz, nota que lhe falta espirito nacional. Não o espirito nacional capaz de todos os sacrificios na hora do perigo. Mas o espirito nacional numa forma mais energica e menos estatica: o espirito nacional no estado radiante. (PEREIRA, 1928, p. 5).

Uma das questões centrais para muitos médicos do período estudado concernia, como corretamente observou Jurandir Freire Costa, às dificuldades que o Estado-nação e a ideia de nacionalidade teriam que enfrentar para deslocar o poder centrado nos patriarcas das famílias extensas, rompendo, assim, com a relação de fidelidade ao grupo familiar, devolvendo-o ao Estado. Estávamos diante de uma tentativa de fortalecer o espírito nacional a partir da diminuição do poder interno às famílias (COSTA, 2004).

O objetivo de produzir cidadãos identificados com o Estado não era novo, podendo ser encontrado mesmo nas tentativas de criação do espaço da pólis a partir do século V a.C. Os primeiros objetivos dos reformadores gregos estavam relacionados à criação de um sentimento de equilíbrio nos homens, possibilitando o desenvolvimento do ideal da *sophrosyne*, ou seja, a criação do homem contido e devotado à cidade. Para tal empreendimento, fez-se necessário o rompimento com os diversos grupos familiares que dominavam territórios distintos, bem como a destinação desses homens ao poder e à cidade. Houve um grande investimento político, social e religioso para deslocar o sentimento de fidelidade das mãos dos diversos grupos familiares para esse novo modelo nascente (VERNANT, 1996).

Os médicos nacionais investiram maciçamente na tentativa de criar um novo homem, que fosse capaz de entender e colaborar com as diversas exigências do mundo civilizado e altamente competitivo do século XIX. Para essas novas tarefas, para as quais os seres humanos estavam sendo preparados, havia a necessidade de introdução da figura do especialista (COSTA, 2004; DIWAN, 2007).

A partir de um determinado período, as famílias passaram a necessitar da ajuda de diversos profissionais distintos. Para os médicos brasileiros, afigurava-se necessário que os indivíduos fossem aconselhados por peritos das áreas de educação física, moral, intelectual e, principalmente, sexual. O médico seria o responsável pela escolha dos cônjuges e pelas informações necessárias aos nubentes acerca de como se comportarem para ter uma família higienicamente saudável. O período anterior, quando o Brasil ainda era uma colônia portuguesa, passou a ser visto como um momento dominado por “práticas disgênicas”. Parecia, então, urgente romper com o passado e estabelecer de vez o novo ideal proposto pelos higienistas (COSTA, 2004).

Produzir um novo ser humano higiênico e contido, capaz de controlar seus apetites sexuais e canalizá-los para a esposa, gerando, assim, filhos saudáveis e não contaminados pelos diversos males sociais, tais como o alcoolismo e as diversas doenças sexualmente transmissíveis, eram os objetivos. Esse projeto de tentar gerar homens e mulheres auto-controlados e sensíveis aos interesses da família e do Estado lembra, de perto, os ideais gregos apontados anteriormente. Entretanto, os diversos médicos brasileiros estavam seguindo pensadores bem mais próximos, tanto em termos cronológicos quanto de afinidade intelectual.

Alguns pensadores franceses dos anos finais do século XVIII deram uma grande contribuição para a conformação desse ideal burguês de família. Possivelmente um dos mais preocupados e atentos a essas novas necessidades foi J. J. Rousseau.

De acordo com Ewald (1996), os anos finais do século XVIII e começo do seguinte presenciaram a tentativa de produzir um novo tipo de homem, embasado em uma “pedagogia moral do esclarecimento”. Esse modelo, que estava alicerçado na crença da racionalidade humana, abarcava três linhas de atuação.

Na primeira, prevalece a tentativa de mudar o homem a partir da crença em um projeto tecnológico/racional/intelectual que proporcionaria um mergulho nas novas possibilidades oriundas do mundo tecnológico. Este momento estaria representado pela “encyclopédie” de Diderot e D’Alembert. Este projeto visava, primordialmente, conhecer os ofícios e os equipamentos utilizados pela nova tecnologia e apresentá-los aos franceses. Estávamos diante da crença de que, após entendido e internalizado pela massa, o conhecimento geraria esse novo homem.

A segunda linha de atuação estaria representada por um projeto pedagógico moralizante capitaneado pelas obras do filósofo francês J.J. Rousseau, principalmente o *Émile*. O Estado deveria contribuir para a produção desse novo homem e dessa nova mulher que, totalmente identificados com os ideais da nova família burguesa, colaborariam para a

produção de uma prole mais saudável. De acordo com Ewald, houve um grande investimento na produção de manuais que ensinavam como os novos casais deveriam se comportar a partir daquele momento – a “casa agora é um lar feliz e doce, e a família deve ser um espelho desse estado” (EWALD, 1996, p. 9).

Rousseau procurou estabelecer metas tanto para os novos homens/maridos/pais, como para as novas mães/esposas/mulheres. Entretanto, ocorreu uma nítida diferenciação em relação aos papéis femininos e masculinos. No caso feminino, a mulher foi preliminarmente considerada mãe, para, logo em seguida, ter lugar uma grande valorização social desse papel, possibilitando, assim, que ela permanecesse subsumida à atividade materna (PRADO, 1979). O mesmo não teria ocorrido com o homem, que continuou mantendo diversos outros compromissos no âmbito social. Seguramente, um dos investimentos intelectuais de maior alcance nessa nova configuração do papel feminino foi a obra *Júlia ou A nova Heloísa*, de Rousseau, que delineava as novas especialidades e competências esperadas do sexo feminino (ROSSEAU, 1994).

A terceira linha, que será exatamente a mais útil para a tese que estamos elaborando, procurou dar conta de um projeto de regeneração moral. Esse empreendimento deve ser pensado a partir da obra *Traité Médico-philosophique sur l'Alienation Mentale*, de Philippe Pinel. O que estava em questão, a partir dos anos iniciais do século XIX, era a preocupação em proporcionar um processo de regeneração pública, mediante uma regeneração moral (PINEL, 2007). Esse empreendimento, presente desde a Revolução Francesa, deveria dar conta, principalmente, da figura do louco. Para Ewald (1996), “dentro deste horizonte, a loucura era percebida como incapacidade para o trabalho e como impossibilidade de integração social”, sendo, então, necessária a intervenção do especialista com suas práticas e seus métodos moralizantes e capazes de proporcionar um corpo de cidadãos moral e fisicamente sãos para a sociedade (EWALD, 1996, p. 11). De acordo com Oda e Dalgarrondo (2007), o processo terapêutico proposto por Pinel pressupunha o afastamento do paciente do meio social, enviando-o para um local calmo e distante das agitações da vida cotidiana. Além disso, só “poderia ser conduzido por um médico alienista cuja autoridade fosse inquestionável, devido à sua alta estatura moral, e que mesclasse sabedoria, bondade e firmeza” (ODA; DALGARRONDO, 2007, p. 27).

Estamos diante de um projeto pedagógico/intelectual que pretendia enfrentar os diversos problemas sociais da época. A partir das primeiras décadas do século XIX, pensadores dos mais diversos países, inclusive do Brasil, tentaram encarar e resolver as diversas crises e surtos sociais com os quais, na opinião de muitos médicos, as sociedades

civilizadas e em vias de civilização estavam envolvidas. No caso brasileiro, muitas das teorias que procuravam dar respostas às crises sociais foram gestadas dentro das duas Faculdades de Medicina do Brasil.

Algumas dessas “soluções” procuravam fortalecer o Estado-nação e suscitar a necessidade de os médicos assumirem as responsabilidades pela produção e gestação de uma família mais saudável e, portanto, mais comprometida com a nova ordem civilizada mundial.

Alguns dos questionamentos mais recorrentes nas teses que procuravam enfrentar os problemas advindos do processo civilizatório estavam relacionados aos casamentos, fosse no que concernisse às proibições presentes no código penal, fosse quanto aos cuidados com a produção de uma prole sadia e livre de qualquer possibilidade de degeneração. Para Costa (2004), as preocupações com os nubentes estavam diretamente relacionadas com a constituição de um Estado nacional forte e soberano. Entretanto, embora concordemos com parte dessa reflexão, pretendemos demonstrar que, para os médicos do século XIX e começo do XX, havia outras preocupações mais urgentes, como, por exemplo, enfrentar os problemas da degeneração, da loucura e do aumento da criminalidade, que, aos olhos da época, pareciam estar fora do controle.

Uma tese sobre a qual é possível afirmar que guarda certa relação com a filosofia, principalmente aquela produzida por Arthur de Schopenhauer, foi defendida, em 1906, por José Rodrigues Mauricio. Sua orientação filosófica o levou a postular que as escolhas no casamento teriam a finalidade de perpetuar e melhorar a espécie: “a escolha pois, exerce de um modo inconsciente no interesse da espécie uma sorte de selecção pela qual uma raça tende constantemente a melhorar” (MAURICIO, 1906, p. 29). Mauricio defende a transmissão dos caracteres morais e intelectuais, hipótese aceita por diversos autores brasileiros do período. Seguramente, um dos que mais investiu e acreditou nessa possibilidade foi Tito Lívio de Castro, com o projeto de tentar acelerar o desenvolvimento do cérebro feminino (CASTRO, 1893)⁴⁸.

O ciúme seria, de acordo com Rodrigues Mauricio, a comprovação de que determinados povos ainda se encontrariam em um estado atrasado. Ele cita estudos que apresentam os brasileiros como “os mais ricos de todos dessa enfermidade psicologica”, obviamente, decorrente do atraso em que se encontrava esse povo. Finaliza com algumas

⁴⁸ Tito Lívio de Castro faleceu em 1890, aos 26 anos de idade. O livro *A Mulher e a Sociogenia* foi publicado em 1893, a partir de um grande esforço de seu pai adotivo, que, ao que tudo indica, contou com o apoio de Sylvio Romero, que, inclusive, prefaciou a obra. Castro acreditava que a inferioridade feminina era fruto dos caminhos que a natureza havia tomado. O autor pretendia inserir a mulher no mundo da cultura para que ela desenvolvesse o seu cérebro e transmitisse essa evolução às gerações futuras (CASTRO, 1893).

“observações científicas” bastante comuns à época, tais como: “a embriaguez no momento do acto sexual favorece a produção de monstros” e a prostituição causa a infertilidade feminina (MAURICIO, 1906, p. 44-46).

Uma das poucas unanimidades no tocante às reflexões médicas do período concernia à condenação ao celibato. Não encontramos, mesmo nas teses que buscavam defender a religião católica, nenhuma que considerasse o celibato religioso, ou de qualquer outro tipo, como algo aceitável. Os médicos eram muito duros com homens e mulheres que, por algum motivo, se mantinham longe do casamento, a única forma que se lhes afigurava aceitável de o Estado ganhar novos cidadãos. Ademais, os que optavam pelo celibato eram vistos como responsáveis pelo aumento da prostituição e, conseqüentemente, das diversas mazelas sociais que se supunham atreladas a essas práticas, tais como a diminuição da fecundidade feminina e o aumento das doenças sexualmente transmissíveis.

3.4.1 Casar ou não casar, eis a questão

A vocação é tudo. O estado eclesiástico é perfeitíssimo, contanto que o sacerdote venha já destinado de berço. Não havendo vocação, falo de vocação sincera e real, um jovem pode muito bem estudar as letras humanas, que também são úteis e honradas. (ASSIS, 1997, p. 84).

O doutorando José Muniz Cordeiro Gitahy, um defensor da religião católica, não deixa dúvidas, em 1851, sobre a sua filiação à defesa do casamento como uma instituição sagrada e necessária para a estabilidade social. Para ele, ademais de uma relação envolvendo apenas os indivíduos, seria uma instituição importante para a “felicidade política das sociedades humanas”. Da mesma forma, o celibato seria a “violação do laço de família”, e, portanto, “prejudicial à estabilidade das nações”, bem como “uma origem fecunda da prostituição” (GITAHY, 1851, p. 19).

O casamento seria também responsável pelo aumento da população, situação contrária àquela relacionada à prostituição. Portanto, ele defenderá um ponto de vista compartilhado com muitos autores da época, qual seja, o de que a prostituta perde com o tempo a capacidade de gerar filhos. Para Gitahy, “O casamento concorre muito para o aumento da população, prevenindo a esterilidade da mulher, porquanto a observação tem mostrado que as prostitutas são em geral estereis”. Tanto a medicina como o cristianismo (leia-se, catolicismo), “ligados assim em seus interesses”, acreditariam no casamento como capaz de “refrear a prostituição e a immoralidade.”(GITAHY, 1851, p. 19).

O celibato será um dos poucos temas a perpassar quase todo o período estudado. Encontramos, na década seguinte, a já referida tese *As raças humanas descendem de uma só origem?*. Esta tese, que estaria preocupada com as raças humanas, dedica uma grande parte de suas reflexões aos perigos que a abstenção sexual, voluntária ou não, poderia acarretar tanto para o indivíduo como para a sociedade. O autor se comporta tanto como médico quanto como cientista social, ou melhor, espera debelar as doenças que atingem os seres humanos e a sociedade em que estes estavam inseridos.

Os formandos da Faculdade de Medicina baiana começavam, desde cedo, a se preparar para combater a grande doença que eles supunham estar corroendo a sociedade brasileira da época, isto é, a deterioração da moralidade. Estavam dispostos a realizar um duplo movimento para mudar a sociedade e inseri-la no contexto de um mundo moderno, que julgavam, porém, cheio de atrativos, diversões e perigos. Pretendiam contribuir para que o Brasil ingressasse no mundo civilizado e, ao mesmo tempo, nutriam certo receio em face dos perigos que esse processo modernizante poderia acarretar, principalmente para a velhice dos celibatários:

É incontestavel a influencia do celibato sobre a saude do homem, como sobre seos habitos moraes e regimen social. Emquanto a mocidade, excitada pelo turbilhão dos prazeres e pelo encanto da variedade, recebe do mundo as ovações que por sua vêz lhe tributa, o cazamento parece ser um obstaculo a essa permuta de affectos illusorios, de dedicações simuladas. Quando, porem, a decrepitude impossibilita o celibatario para essa actividade incessante que lhe faz olvidar o excepcional da sua posição, a sua existencia de então é uma compensação bem amarga da sua liberdade de outr'ora. (REBELLO, 1869, p. 16).

Uma outra preocupação relacionada com o celibato, e é esta que nos interessa mais de perto, é a relação, muitas vezes direta, que alguns doutorandos estabeleciam entre o celibato e a loucura e, conseqüentemente, o crime. O celibatário estaria mais vulnerável aos ataques ao sistema nervoso. As estatísticas inglesas comprovariam que muitos dos suicidas “pertencem ás fileiras dos celibatarios” (REBELLO, 1869, p. 17). Enfim, o hábito de manter-se longe do casamento, pois é apenas dele que muitos celibatários se mantinham distantes, procurando prostitutas para a satisfação dos desejos sexuais, era pensado como nocivo à moralidade, à religião e, de certa forma, bastante perigoso para o Estado. A crença de que a prostituta perdia a capacidade de gerar filhos, principalmente filhos não degenerados, alimentava uma gama de críticas aos homens que usavam esse expediente, e criavam, assim, dificuldades para o firme estabelecimento do Estado-nação:

Geralmente a abstenção do commercio sexual resulta: no homem, do fanatismo e da falsa apreciação dos deveres religiosos; na mulher, nem só destas causas como principal e muito justificadamente do pudôr natural, e da susceptibilidade da sua reputação que se marêa ao mais brando halito mundano [...] Se o celibato spontaneo ou livre, isto é, aquelle a que o homem ou a mulher se vota por livre arbitrio e até quando lhe aprez, influe directamente assim sobre o seo physico como seo moral, o

celibato forçado, o celibato clerical e as profissões de ambos os sexos são além de uma tyrania cruel um insulto as leis naturaes, uma revolta contra a instituição divina da propagação das especies. As luzes do seculo hão de fazer justiça a esta conclusão da sciencia despejando os claustros de milhares de individuos que seriam uteis á sociedade da qual o preconceito os sequestrou. (REBELLO, 1869, p. 17).

Independente do período em que a crítica à abstenção sexual e, principalmente, ao celibato seja formulada, ela vem sempre acompanhada de, pelo menos, duas questões básicas: o crime social, ou seja, a privação da sociedade de membros sadios proporcionados pelos casamentos, e a preocupação com uma suposta deterioração moral que estaria ocorrendo nas sociedades mais civilizadas. Para muitos doutorandos, essas mudanças não só colocariam em xeque a estabilidade e o futuro das sociedades, como também gerariam um grande contingente de pessoas com doenças mentais e, conseqüentemente, um aumento na criminalidade. Filhos saudáveis só seriam possíveis dentro do casamento e longe das práticas nocivas que sempre apareciam eivadas de descontroles e males sociais.

O doutorando Octavio de Souza Brandão, em sua tese *Do Casamento e sua Regulamentação*, defendida em 1905, formula, também, duras críticas aos celibatários. Além de concordar com outros posicionamentos dos colegas, defende que essa prática seria responsável pela decadência das raças. Ele começa suas reflexões pelas questões de ordem social, redargüindo a associação entre o aumento da natalidade e a geração de fome, no futuro, pois é sua pressuposição que, para enfrentar o problema da produção de alimentos, tornava-se necessário aumentar o contingente demográfico. Dessa forma, o progresso acarretaria, necessariamente, o aumento da quantidade de alimentos:

Por nossa vez, pensamos que a esterelidade voluntaria é um crime. E quanto ás prophcias mentirosas de Malthus, sob o ponto de vista da subsistencia, vê-se que a multiplicação dos homens em todas as nações dá incremento ao progresso em todos os ramos da industria, havendo um augmento constante dos produtos e o aperfeiçoamento em tudo, até da intelligencia. (BRANDÃO, 1905, p. 68).

Em sua dura crítica ao celibato, ele não poupa a religião católica, que considera como sendo uma chaga social. Põe-se em defesa dos protestantes, porque estes aceitariam que seus ministros se casassem e gerassem filhos. Para ele, “o celibato voluntario foi sempre a origem da libertinagem e, como tal, considerado uma das causas da decadencia das raças” (BRANDÃO, 1905, p. 81). De acordo com Brandão, a opção de não casar e ter filhos terminou gerando desprezo dos homens pelas mulheres e, conseqüentemente, a depravação dos costumes. Ele recrimina expressamente o uso de preservativos, cuja utilização constituiria um atentado à moral e aos bons costumes: “envolucros impermeaveis, ou condom, cuja venda clandestina é um attentado à moralidade e à lei.” (BRANDÃO, 1905, p. 67). Sua reclamação é

bastante compreensível se lembrarmos que o grande projeto do autor era aumentar o número de filhos por família. O preservativo, sendo um contraceptivo, aparecia, assim, como um empecilho à realização desse projeto.

De fato, para muitos doutorandos, só haveria uma alternativa para salvar a sociedade da grande avalanche de males sociais a que estava submetida. O casamento, sem sombra de dúvidas, foi o grande eleito para cumprir essa nobre tarefa, mas apenas mediante as alianças que lograssem a aprovação dos especialistas.

3.4.2 O “Casamento medico”

Ao termo de uma seleção rigorosa, esses ganhões [homens selecionados a partir das técnicas da antropologia médica] serão colocados em ‘haras humanos’ onde ‘quarenta celibatários deverão fecundar, à razão de três a cada dez dias ou de 180 por ano, mulheres celibatárias pertencentes às elites nacionais e provinciais; 4320 mulheres de elite serão assim anualmente engravidadas’ (DARMON, 1991, p. 199)⁴⁹.

Os discursos dos doutorandos variavam muito quando o assunto era a intervenção do especialista na união dos nubentes. Para uma parcela significativa da sociedade, essa deveria ser uma questão de exclusivo interesse da esfera privada, ou seja, restrita às famílias dos dois envolvidos. As argumentações dos doutorandos, contudo, poderiam seguir por diversos caminhos, um dos quais era, seguramente, o que associava casamento à nacionalidade.

É possível encontrar formulações contra o consórcio dentro da própria família, principalmente sob a alegação de que esse procedimento acarretaria dificuldades para o desenvolvimento e a manutenção dos Estados-nação. Como indicam as pesquisas de Costa (2004), uma das questões centrais nas teses da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro era a tentativa de romper com o patriarcado e com as relações de fidelidade dentro das próprias famílias, possibilitando, assim, a integração e a lealdade dos cidadãos ao Estado. Supomos que esta era também uma das preocupações presentes na Faculdade de Medicina baiana, entre algumas outras igualmente importantes.

Entretanto, encontramos, também, nesta última Faculdade, alunos dispostos a defender o casamento consangüíneo, a exemplo de Antonio Raposo Pinto, cuja tese, *Traz o Casamento Consanguíneo a Degeneração da Raça?*, apresentada em 1905, questionava os males atribuídos aos casamentos entre parentes. Para ele, as argumentações e seus resultados não

⁴⁹ O médico Renato Kehl, em seu livro *O que pretendem os eugenistas*, defende abertamente a necessidade de impedir que os grupos mais “disgênicos” procriem. Ao mesmo tempo, advoga que as “pessoas bem dotadas”, equilibradas, inteligentes e belas, sejam convencidas de suas responsabilidades com a procriação de filhos saudáveis. (DIWAN, 2007).

guardavam relação com o método científico. Defendia que as restrições a esse tipo de aliança estariam relacionadas às proibições oriundas do mundo religioso, tentativas de salvaguardar o campo da moral individual e social, e não a questões relativas à degeneração da raça⁵⁰:

O que parece estar assentado é que a igreja dificulta uns e proíbe outros casamentos, entre parentes, como uma boa medida de moral, alta medida de moral social, incontestavelmente. Fica, pois, determinado, que foi a igreja levada a este acto, por um sentimento de confraternização, de respeito, de caridade, honra, enfim, para com as gentes, e não porque pensasse em degeneração da raça. (PINTO, 1905, p. 9).

Antonio Pinto se refere às diferenças entre os homens do passado e do presente em relação à força física, ao talhe e à robustez. Aparentemente, ele supunha não ter havido, no passado, interdição de casamentos entre parentes, razão pela qual os seres humanos seriam mais saudáveis do ponto de vista racial. Segundo o autor, os pesquisadores que sustentavam que o casamento entre parentes seria prejudicial não ofereciam qualquer prova conclusiva: “Nem Mac Lennan, nem Lubbock, nem Spencer, nem Kokler, nem Morgam, nem o grande Westermarck mesmo, nenhum teve poder de deixar uma prova inconteste de que suas theorias, engenhosas aliás, eram verdadeiras, eram sãs” (PINTO, 1905, p. 11).

De acordo com suas reflexões, indivíduos sadios, independentemente de serem parentes, não gerariam filhos degenerados. Entretanto, se os nubentes fossem portadores de alguma tara, a descendência seria, também, degenerada. Ou seja, “consanguíneos são casando-se não levão á raça nenhum perigo, pois os sêres são que se unem, unem elementos de saude e os transmitem a sua descendencia, fortificando-os: consanguíneos, doentes de qualquer tara, se casando, agravão, augmentão o mal” (PINTO, 1905, p. 11). Pinto se queixa de que os médicos, que pertenciam ao grupo de homens mais esclarecidos da sociedade,

⁵⁰ A preocupação com a moral perpassa todo o período sob exame. Os médicos observavam o comportamento dos indivíduos e dos grupos sociais e definiam se aquela forma de agir era moral ou imoral. Embora saibamos que os doutorandos eram bastante influenciados por pensadores franceses, não encontramos referências às obras de Durkheim nas teses (exceto na tese de Oscar Freire de Carvalho, escrita em 1902). Para o sociólogo francês, a moral era pensada de forma dedutiva, isto é, os pensadores definiam *a priori* o que deveria ser considerado moralmente aceito e, distanciados da base empírica, qualificavam o comportamento racionalmente. Durkheim queria aproximar a ideia de moral da de sociedade e defendia que ela teria um duplo componente: dever e prazer. Uma regra moral era seguida porque os indivíduos atribuíam-lhe coercitividade, devido a sua existência estar acima deles, da mesma forma que assim agiam com a sociedade. Ao mesmo tempo, sentiam-se ligados por teias sociais, o que fazia com que sentissem prazer em executar e fortalecer essas regras. Uma regra moral deveria ser algo dado, do tipo que o indivíduo segue sem ter que pensar nela (WEISS, 2007). O problema de aceitar essa lógica proposta por Durkheim em um país que manteve por tanto tempo o trabalho escravo compulsório, como era o caso do Brasil, estaria relacionado à necessidade de responder à pergunta: o que faria com que os grupos inferiorizados (negros e mestiços, por exemplo) se sentissem parte da sociedade abrangente e coagidos a se comportar da forma moralmente aceita pelos brancos? Os doutorandos baianos precisavam enfrentar a impossibilidade de incorporação de uma grande parcela de indivíduos à sociedade. O único comportamento moral aceito dos negros, mestiços e pobres era a submissão completa aos valores dos brancos e poderosos. Para aceitar a lógica proposta por Durkheim, eles teriam que concordar com a existência de muitas morais agindo dentro da sociedade brasileira, o que implicaria contradição para a proposta, em razão da impossibilidade de associar a moral à sociedade.

estariam se comportando como “agricultores ignorantes”, ao se deixarem envolver por ideias vigentes no senso comum, como aquela de que uma raça, para ser boa, necessitaria de “refrescar sempre o sangue, por um sangue novo” (PINTO, 1905, p. 14).

O autor desenvolve uma das discussões mais importantes para este trabalho no que concerne à questão da mestiçagem. De acordo com suas informações, alguns autores acreditavam que a união entre parentes gerava esterilidade, afirmação que também era feita em relação aos mestiços. Até meados do século XX, para muitos autores ao redor do mundo, os mestiços, após algumas gerações, ficariam estéreis. Não é fortuito o fato de tanto Franz Boas no começo da década de 1930 (BOAS, 2005), como Arthur Ramos, ao final dos anos 1940, tentarem comprovar que essa informação não possuía base científica (RAMOS, 2004)⁵¹. Em relação às uniões entre parentes, Pinto afirma não existir qualquer inconveniente e questiona a cientificidade dos argumentos dos que pensam o contrário: “Dizem que os casamentos consanguíneos provocam a esterilidade. Mas porque não há quase um casamento de parentes, que não dê filhos? Porque a esterilidade não se manifesta sempre?” (PINTO, 1905, p. 29).

Os médicos seriam os únicos juízes aptos a emitir veredictos sobre a normalidade ou não de um casamento. Por tratar-se de um tema muito importante, a decisão deveria estar a cargo da ciência, e não da família. Ao lado da igreja e das leis, aparece, de forma marcante, a ideia do “casamento médico”. Diz o autor:

Pensamos, que, ao lado das condições que impõe a Igreja e o Direito civil para que um casamento, consanguíneo ou não, possa realizar-se deverião rigorosamente figurar as **condições exigidas** pela **conservação, saneamento e aperfeiçoamento das raças**; queremos, que ao casamento religioso, ou civil, preceda o ‘**casamento médico**’, isto é a **opinião do médico da família** de cada nubente, sobre as **boas condições de ambos**, para se consorciarem. (PINTO, 1905, p. 35, grifos nossos).

Há, por outro lado, um grande número de teses preocupadas em analisar a letra da Lei brasileira em relação aos casamentos. Os médicos estavam profundamente preocupados com os problemas advindos de leis frouxas ou mesmo sem sentido, quando o assunto era casamento. Para o doutorando Belmiro de Lima Valverde que, em 1906, estava escrevendo sobre *A Influencia da Syphilis na Sociedade*, este era um tema que merecia ser tratado com muito cuidado pelas autoridades jurídicas e médicas. Ele defendeu um conjunto de ideias,

⁵¹ Em 1969, a Unesco publicou dois artigos que tratam da questão racial e discutem as quatro declarações da Instituição sobre a raça, mostrando os avanços e as dificuldades que os textos introduziram nas cenas política e científica do mundo ocidental. Os autores tentam demonstrar que as diferenças entre os grupos humanos são de ordem puramente social, não fazendo sentido pensar agrupamentos humanos em termos raciais. Seguramente a questão racial ainda era um tema que requeria tratamento especial, mesmo nos anos finais da década de 1960 (HIERNAUX, 1969; BANTON, 1969).

parte das quais, seguramente, deveria estar em desacordo com o pensamento hegemônico dos colegas e da instituição.

De acordo com essas ideias, “sempre o individuo é sacrificado á espécie”. Entre todos os animais, inclusive o homem, o ser individual deveria existir apenas enquanto pudesse ajudar na perpetuação da espécie. Mesmo em relação à prole, os pais deveriam permanecer próximos, apenas enquanto esta exigisse cuidados adicionais para sobreviver. Partindo dessa suposta necessidade de existência do individuo apenas para o processo de procriação, Valverde defenderá, juntamente com “um grande sábio americano” que teria formulado essa ideia em um congresso científico de New York, “que o individuo dos sessenta annos em deante podesse, como lhe conviesse, pôr termo á vida”, já que nesse período começaria a decadência física e mental dos seres humanos (VALVERDE, 1906, p. 30). Supomos não ser preciso dizer que ele era totalmente contrário ao casamento de pessoas de idade mais avançada, principalmente quando ocorresse com pessoas mais jovens.

Em relação à autorização necessária para a realização de casamentos, e a obrigatoriedade dos exames de saúde, desejada por médicos tanto no Brasil como na Europa ou nos Estados Unidos (ANTUNES, 1999; STEPAN, 2005), o doutorando assumirá uma posição mais equilibrada. Ele chama a atenção para os perigos que essas ideias autoritárias poderiam suscitar. Escrevendo logo após a grande revolta da vacina, que deixou o Rio de Janeiro em estado de alerta em relação às dificuldades que leis que estivessem em desacordo com as expectativas da população poderiam gerar, ele assinalava:

[...] não poderíamos também querer a obrigatoriedade da semelhante lei, pois ainda está gravada em nosso espirito a revolta occasionada pela discussão da lei da vacinação obrigatoria. Não somos adeptos de leis que coajam a liberdade individual, mas não comprehendemos também como o atrazo moral de um povo possa chegar ao ponto de se esquecer dos seus mais salutaes deveres [...] Se o legislador deixou ao arbitrio individual mandar examinar os candidatos ao casamento, foi porque elle conhecia os perigos que podiam resultar da inobservancia de semelhante medida e porque sabia que todos tem o direito de zelar pela saúde de sua progenie. (VALVERDE, 1906, p. 31-32).

Em uma tese cujo título não revela ao leitor distanciado dos assuntos do período qualquer preocupação com o casamento, o doutorando Aurelio Domingues de Souza tratará do tema a partir de seu estudo sobre a *Prophylaxia das Molestias Mentaes*, defendida em 1907, que termina se interconectando com o tema do casamento. Afinal de contas, para a grande maioria dos médicos da época, a hereditariedade das doenças mentais era quase um dogma. Dessa forma, impedir casamentos que pudessem desencadear e potencializar estados degenerados na prole era, pelo menos na ótica do Dr. Domingues de Souza, um dever tanto dos médicos quanto dos operadores do Direito.

Logo nas primeiras páginas da tese, o autor assume uma posição bastante diferente da do seu colega citado anteriormente. Para ele, haveria necessidade de intervenção por parte dos médicos, inclusive mediante aporte técnico, para que as leis protetivas da sociedade fossem criadas e aplicadas nesse sentido. Sobre os casamentos e sua relação com o desenvolvimento das doenças mentais, afirma:

Ora, como eu considere a **hereditariedade morbida**, o **casamento precoce**, o **casamento tardio**, o **casamento com disparidade de idades**, a má educação das idéas na creancice e na primeira infancia e a **sobrecarga intellectual** como os mais importantes factores das molestias da mente, [...] resolvo a estudar nesta parte do meu trabalho a prophylaxia das **molestias do espirito** em relação ás citadas causas, das quaes as quatro primeiras podem se resumir aliás em uma só rubrica: o **casamento realizado fora das leis naturaes**, como causa das **insanidades da alma**, não só da prole, como dos proprios conjuges. (SOUZA, 1907, p. 1, grifos nossos).

Ele reclama das legislações de diversos países, entre os quais o Brasil, que não dariam a devida atenção aos casamentos. Em verdade, a grande preocupação do doutorando é fazer com que o médico tenha o direito e o dever de participar das decisões relacionadas à constituição dos matrimônios. Sua pesquisa para a tese incidia sobre a legislação brasileira em relação aos casamentos, mais precisamente, o artigo 20 do decreto 181, que tratava dos exames obrigatórios para a liberação desse tipo de consórcio ⁵².

Ele encaminha um questionário sobre problemas relacionados ao Direito para “o Dr Espinola, talentoso advogado e dignissimo professor da Faculdade Livre de Direito da Bahia” (SOUZA, 1907, p. 2). Uma das perguntas, em relação à obrigatoriedade dos exames pré-nupciais, deixa clara sua intenção de exercer controle sobre os nubentes. O seu projeto era transferir, com o amparo da lei, o poder de decisão dos envolvidos diretamente no casamento para o controle dos médicos. Ele indaga: “Haveria lesão ao direito e a moral ordenando, ao envez de facultar, o exame medico de que cogita o artigo 20 do Dec. 181 na legislação brasileira? [...] Seria possivel transferir este poder [às] auctoridades publicas hygienistas, alienistas e médicos-legistas?” (SOUZA, 1907, p. 3).

De acordo com a resposta obtida, o casamento seria ao mesmo tempo um contrato pessoal e social. Dessa forma, haveria grande motivação, da parte das autoridades, em defender os interesses sociais desse ato aparentemente individual. A intervenção deveria ocorrer principalmente “quando se trata[asse] da saude publica e do aperfeiçoamento da espécie” (SOUZA, 1907, p. 6). Ainda de acordo com o professor consultado, nenhuma

⁵² Em seu artigo 20, o Decreto 181, de 24 de janeiro de 1890, diz o seguinte: “Os paes, tutores ou curadores dos menores ou interdictos poderão exigir do noivo ou da noiva de seu filho, pupillo ou curatelado, antes de consentir no casamento, certidão de vaccina e exame medico, attestando que não tem lesão, que ponha em perigo proximo a sua vida, nem soffre molestia incuravel, ou transmissivel por contagio, ou herança”. O Decreto está disponível em <www.camara.gov.br>. Acesso em: 23 ago. 2010.

legislação, mesmo as dos países mais adiantados, se encontrava em harmonia com as necessidades da espécie ou continha “considerações medico-hygienicas”. As diversas proibições encontradas nas sociedades seriam de ordem moral e estariam em acordo com a religião, e não com aquelas considerações.

Finalmente, para o professor, o mais interessante seria a promoção de uma campanha de esclarecimento, na qual fossem evidenciados os perigos individuais e sociais dos casamentos *disgênicos*. Entretanto, no caso específico do exame pré-nupcial, ele concorda com o doutorando e defende sua obrigatoriedade.

3.4.3 A “Herança do caracter nacional”

Um mero confronto com a Argentina mostra que seus estadistas e pensadores conseguiram criar um estado psychico, feito de orgulho e ancia de aperfeiçoamento, que se traduz numa simples palavra: la argentinidad. (PEREIRA, 1928, p. 5).

Outra forma de pensar a relação do médico com o casamento pode ser identificada através de outras teses como, por exemplo, a do doutorando Luiz Pinto de Carvalho, já discutida anteriormente. Para ele, as relações sociais na Bahia se encontravam em uma fase bastante primitiva, sendo que os “hábitos de comunidade civil assemelham-se por muitas faces aos que dominavam ha séculos” (CARVALHO, 1898, p. 86). Como pode ser depreendido, o autor aproxima a ideia do nosso atraso, discurso bastante corrente no período, aos hábitos da comunidade civil. Após afirmar que a Bahia é um “fóco innegavel dos miasmas do mysticismo”, fruto dos “costumes patriarchaes”, oferece a explicação de que esse entrelaçamento de ideias seria fruto dos ensinamentos recebidos pelas “tradições do passado”, que dariam conta do “nosso indubitavel atrazo” (CARVALHO, 1898, p. 86).

Uma interpretação que, de certa forma, está em desacordo com as perspectivas admitidas por Jurandir Freire Costa (autor que estamos utilizando largamente em nossa tese), no tocante ao fato de as preocupações dos médicos estarem centradas na constituição da família para formar membros para o nascente Estado-Nação brasileiro (COSTA, 2004), é apresentada na tese *Em que Consiste os Temperamentos? É Possivel Modifical-os, Transformal-os, Destruil-os? Quaes os meios Hygienicos?* defendida, em 1873, pelo doutorando Manoel Ludgero D’oliveira Campos que, até onde é possível perceber, tem um entendimento bastante abrangente acerca das responsabilidades do médico.

Estaria preocupado com os “melhoramentos” passíveis de advir de uma procriação assistida por especialistas. Estes, de posse dos conhecimentos acerca do comportamento da

hereditariedade, poderiam direcionar a prole para um caminho mais saudável, possibilitando, assim, a formação de uma sociedade mais forte e robusta. Suas preocupações partem em duas direções que se completam: conseguir o “melhoramento” individual para que, depois, este se reflita no “melhoramento” da sociedade como um todo. A preocupação com a melhoria racial do indivíduo e da sociedade era constante nos autores que, de alguma forma, defendiam a utilização da eugenia como modelo adequado para a produção de uma raça melhor adaptada aos tempos civilizados (STEPAN, 2005; DIWAN, 2007).

Campos trabalha com uma noção de história que, aparentemente, não guarda relação com o empirismo e as fontes, utilizando apenas a razão para compor o quadro histórico que está sendo explicado. Em alguns momentos, temos a nítida impressão de que ele está se ocupando da história nos moldes de pensadores como Vico ou Hegel, que defenderam um tipo de história racional e desconectada da realidade empírica (GARDINER, 1995). Ele desenvolve a ideia de que tanto a sociedade como os indivíduos podem melhorar ao longo do tempo, posição encontrada em filósofos como Augusto Comte (GIANNOTTI, 1978; COMTE, 2002).

Produzir uma prole mais saudável seria a justificativa para a ciência envolver-se com a questão dos casamentos, “impondo condições que se referem ao grau de parentesco, a idade, aos temperamentos, etc” (CAMPOS, 1873, p. 37). Os parentes deveriam ser desaconselhados a se casar entre si. Quando um indivíduo portasse algum tipo de degeneração, fosse física ou psicológica, deveria ser impedido de se consorciar matrimonialmente com alguém que também portasse essa mesma degeneração, sob pena de esses defeitos serem potencializados na prole. Para o doutorando, esta questão, de importância extrema, requeria a atenção de médicos, religiosos e juristas:

A observação tem demonstrado que a união de dous individuos de constituição fraca e temperamento lymphatico produz descendencia ainda mais fraca, mais lymphatica e singularmente predispostas para as escrofulas, os tuberculos, o rachitismo, etc; que nos filhos d'individuos igualmente nervosos são exagerados as condições do temperamento nervoso etc; donde se conclue que taes alianças não devem ser aconselhadas; que, pelo contrario, é preciso renovar a constituição, melhorar o temperamento por meio d'uma compensação methodica.[...] A questão da herença physiologica é de tão alta importancia, que d'ella se occuparão não só medicos como os legisladores e theologos de todos os séculos. (CAMPOS, 1873, p. 37-38).

O ser humano necessitava de ser orientado pelo médico especialista em relação aos hábitos que poderiam ser nocivos tanto para o ser individual como para a sociedade como um todo, pois ele o considerava responsável, simultaneamente, pela saúde e pela vitalidade social. Para além dessas reflexões, o autor defenderá, possivelmente a partir de uma lógica lamarquista, que é possível reverter, lançando-se mão de exercícios físicos, uma sentença

dada pela natureza. Seria o cultural enfrentando, e vencendo, o mundo natural. A partir dessa perspectiva, a herança biológica poderia ser redirecionada e desconstruída, sendo necessárias, apenas, algumas mudanças nos hábitos individuais:

A História nos mostra exemplos celebres de constituições primitivamente debeis, que pela gymnastica adquirirão vigôr e forças notaveis [...] Assim pois, os exercicios empregados com discernimento, alternando com o necessario repouso, podem modificar favoravelmente a organização, annular uma disposição hereditaria pela direcção especial do movimento nutritivo e da innervação. (CAMPOS, 1873, p. 40).

Uma posição bastante diversa pode ser encontrada na tese do doutorando Antonio Cavalcante Pina, que defendeu, em 1886, a existência de uma explicação simbólica para a constituição de cada povo ou raça, algo perene como um espírito nacional; algo que definisse, *a priori*, a alma de cada grupamento humano, embora o autor prefira falar em herança psicológica dos povos. Entretanto, consideremos que, durante muito tempo, a ideia de alma humana esteve associada ao que, nos dias atuais, chamamos de mente, em certas situações, assumindo funções que, hoje, estão a cargo do cérebro (ALMEIDA, 2005). Além disso, vale a pena lembrar que essa tese foi defendida nos primeiros anos da década de 1880, momento posterior à grande efervescência intelectual que tomou conta do Brasil, quando diversos pensadores nacionais procuram contribuir para que o país superasse o suposto atraso em que se encontrava mergulhado (COLLICHIO, 1988; COUTINHO, 1988; GUALTIERI, 2003; MARTINS, 1996; PAIM, 1966). Para muitos desses pensadores, esse atraso seria fruto das crenças em categorias metafísicas, tais como alma, deuses, santos etc.

Temos de lembrar, ademais, as diversas mudanças pelas quais a própria Faculdade de Medicina baiana estava passando, acometida que estaria, pelo menos na visão de alguns lentes, pelas ideias materialistas (leia-se, ateístas) oriundas da Alemanha e da Inglaterra. No caso sob exame, estamos diante de um autor que acreditava na existência de uma alma social, ou seja, uma entidade a comandar os destinos da humanidade como um todo. Cada Estadação teria sua própria alma:

Se trata agora da influencia da herança, não mais sobre os individuos, mas sobre as massas [...] Cada povo tem uma somma de caracteres psychicos que se encontram em toda a sua História, em todas as suas instituições, em todas as epochas e que se chama **caracter nacional** [...] A permanencia do caracter nacional é o resultado e ao mesmo tempo a prova experimental da herança psychologica nas massas. (PINA, 1886, p. 28).

Para Antonio Cavalcante Pina, quando a ciência médica passou a se concentrar nas questões de ordem natural, abandonando os estudos dedicados à metafísica, devido à percepção de que “a investigação das causas primarias era sempre esteril”, teria passado a produzir trabalhos mais modestos, porém “infinitamente mais út[eis]” (PINA, 1886, p. 32).

Aparentemente, estamos diante de uma contradição, pois, ao mesmo tempo em que o autor defende a existência de uma suposta alma nacional, festeja a suposição de que a ciência teria abandonado os estudos metafísicos. O leitor haverá de convir que seguir o raciocínio de nossos médicos não constitui tarefa fácil. Seguramente, a questão mais interessante nesta tese tem a ver com seu posicionamento em relação à prole dos nubentes e aos direitos dos noivos no que concerne ao segredo médico.

O doutorando assume posição tanto em relação a este último quanto aos possíveis filhos degenerados oriundos de um casal com alguma tara hereditária. Este posicionamento, vale observar, está em desacordo com o pensamento corrente na Faculdade de Medicina baiana da época, pois, de acordo com Antonio Pina, o médico não teria qualquer missão pública em resguardar a sociedade de novos membros degenerados. O autor assume uma posição bastante distinta daquela defendida mais tarde, em 1905, por seu colega Antonio Raposo Pinto, que propunha a necessidade de se realizarem “casamentos médicos”, nos quais o especialista seria o principal responsável pela prole gerada. Diz Antonio Pina:

Um noivo não tem pois nenhum direito de receber a verdade do medico de sua futura, a não ser autorisado por ella em presença mesmo do medico; ainda assim o medico não deve ao par senão uma verdade relativa. [Caso a família de um dos noivos procure o médico para saber sobre a situação do pretendente] O proceder do medico é então encerrar-se no silencio absoluto, porque elle não tem dever para com essa família estranha, **e não tem a missão publica de salvaguardar as gerações provindas do casamento projectado n'esta família.** (PINA, 1886, p. 54, grifos nossos).

Já para Nestor Pires, que, tal como enfatizamos anteriormente, formulou uma dura crítica à religião espírita, a socialização e a civilização seriam os grandes motores do equilíbrio social, produzindo pessoas higienicamente saudáveis. O trabalho do médico era pensado em termos de cura social. Assim, um indivíduo que cometesse crimes estaria doente e demandaria atendimento tanto pela ciência como pela lei. A sociedade, por sua vez, deveria ser “composta de individuos responsaveis, solidarios, respeitadores dos bens materiais alheios, de individuos justiceiros [sic], fraternos e altruistas, em summa, de individuos civilisados”. A produção de cidadãos perfeitos e tão bem integrados ao meio social seria possibilitada pela educação, por meio da qual a sociedade produziria esse “novo individuo socializavel ao meio social” (PIRES, 1927, p. 69).

A sociedade teria, desse modo, o direito de eliminar aqueles indivíduos que não se enquadrassem e corrigissem. Pires aponta o caminho que o mundo social deveria seguir para lidar com diversos grupos que, pelo menos na percepção dos médicos, eram problemáticos. Este posicionamento é importante, porque o doutorando está, em verdade, promovendo uma

severa crítica aos espíritas. Para ele, os adeptos dessa religião seriam os mais suscetíveis de cometer todos os tipos de crimes. Dessa forma, defende a existência de uma relação entre religião, doenças mentais e crimes, e apresenta as diversas punições que a sociedade teria o direito de aplicar quando necessitasse lidar com cidadãos “incivilizados”:

A sociedade regida pelas leis encarcera ou elimina os elementos civilizados, que lhe forem contraventores; segrega do seu meio, os alienados mentaes porque se tornaram extra-sociaes; sequestra, por maxima conveniencia dos seus elementos, os leprosos, pestosos e outros individuos portadores de doenças contagiantes que sejam perniciosos ao bem commum e finalmente caça a liberdade e impõe castigos, com o fim de punição e emenda aos seus componentes quando transgridem suas normas. (PIRES, 1927, p. 69-70).

Embora defenda a educação e a civilização como meios de obtenção de seres humanos mais sadios para a sociedade que idealiza, empreende uma rigorosa crítica ao seu tempo. As diversas doenças mentais que estariam acometendo as sociedades, aliadas ao grande número de crimes cometidos por indivíduos socialmente doentes, seriam fruto de condições intrínsecas e extrínsecas ao indivíduo, ou seja, o social e o biológico, inter-relacionados, gerariam a situação de desordem social que o autor acreditava que as sociedades civilizadas estavam vivenciando naquele momento:

Por razões intrinsecas ao individuo, por razões extrinsecas ligadas ao ambiente, ligados a sua **profissão**, por condições de uma **educação não acurada**, pela convivencia num **meio viciado**, pelas ingentes **difficultades de vida**, pela **perversão dos costumes austeros** de entanho, pela **tendencia ao erotismo**, ao epicurismo, cada vez mais crescente, pela **facilidade do contagio de molestias graves e chronicas**, pelo menoscabo e **transgressão da moral religiosa e civica**, pela pratica dos meios nephelibaticos, pelos habitos dipsomanos, de todo nocivo á saúde, e outros meios enervantes, o **homem hodierno** é facilmente um **predisposto ás doenças da esphera cerebral**. (PIRES, 1927, p. 72, grifos nossos).

Estamos, pois, diante de um moralista com discurso bastante forte em relação ao posicionamento que deveria ser observado pelas autoridades responsáveis por manter a ordem social, isto é, os médicos e juristas. Estes dois grupos profissionais, supostamente, estariam aparelhados para enfrentar os ataques dos que pretendessem criar conflitos nos meios sociais, impedindo, assim, o aumento do número de doentes mentais na sociedade e, conseqüentemente, de pessoas predispostas a cometer os mais diversos tipos de crimes. Tal percepção só é possível a partir da associação que o doutorando faz entre a religião e o aumento dos casos de loucura que, por sua vez, propiciaria maior número de eventos criminosos. Seu discurso contra a religiosidade, de uma forma geral, e o espiritismo, em particular, é contundente:

Elle subtrahe á sociedade muitos dos seus valiosos elementos, uns se eliminam, outros vão augmentar a **fauna manicomial**, outros com a estatica vital fundamental avariada se tornam componentes inuteis ao bem commum; elle [espiritismo] pode concorrer para o **crime**, para a **devassidão**, para **fanatização**, que constituem fortes

golpes de clava nas normas sociais. Em summa, elle **contravam as leis** que são o esteio da sociedade. (PIRES, 1927, p. 78-79, grifos nossos).

A liberalidade de escolha entre as diversas orientações teóricas que, aparentemente, preponderavam na Faculdade de Medicina da Bahia ensejava que alguns autores defendessem situações e formulações que deveriam causar desconforto na maioria dos colegas. No ano de 1911, por exemplo, com a República brasileira ainda em seu início, o doutorando Pery Guimarães atacou as formas de governo e tentou mostrar que elas concorrem para a “conservação de uma raça”. Para ele, os ideais de um governo deveriam ser “a expressão dos sentimentos da alma da raça”, sendo que “essa alma é o elemento unico a sua integridade”. Cada país deveria ter a sua própria forma de governo, sendo que algo que fosse bom para um poderia não sê-lo para outro, tudo dependendo da alma da raça do país em questão.

O autor, parecendo esquecer a história do Brasil, e especialmente a sua condição de república com apenas 22 anos, estabelece uma comparação entre o povo brasileiro e o norte-americano, para concluir que a forma de governo dos dois países só seria adequada a um deles: “Os Estados da America do Norte foram descobertos em 1492, oito anos apenas antes do Brasil; entretanto, **com o mesmo governo**, é enorme, enormissima a diferença existente entre os dois paizes” (GUIMARÃES, 1911, p. 68, grifos nossos).

Segundo o autor, não haveria uma única forma de governo intrinsecamente boa. Para funcionar, seria necessário que estivesse de acordo com a alma da raça do povo, e que fosse “patriótica e [houvesse] moralidade”. Essas considerações, “reunindo-se a outras condições, ajudará a evolução e não provocará a degeneração da raça”. O mais curioso é a associação estabelecida entre degeneração racial e forma de governo, assim como a acepção de evolução adotada, aparentemente marcada por algo pré-estabelecido que já faria parte da denominada alma do povo.

Guimarães faz coro com os que acreditam haver algo de errado com o povo brasileiro. Enquanto nos Estados Unidos as instituições estariam alinhadas com a alma de seu povo, no Brasil isso não aconteceria e, mais grave, o povo não teria qualquer espírito de sociedade, só conseguindo pensar de forma individual. Esse alinhamento entre as instituições e a alma dos povos constituiria outra condição necessária para a prosperidade social:

Desde o momento que as instituições sejam apropriadas, muito provavelmente não se observará a decadencia [...] Entre nós os governos são exactamente o contrario do que deviam ser. Em vez de se harmonizarem as instituições com a indole do povo, são ellas oppostas; os nossos legisladores bem longe de procurarem o bem estar universal (referimo-nos ao paiz), cuidam apenas do bem estar individual, que lhes constitui a lei suprema. (GUIMARÃES, 1911, p. 70).

3.4.4 A civilização e o aumento dos “males sociaes”

[em 1908] O doutor Cássio de Rezende detectou um movimento ascendente da taxa ponderada de suicídios, o qual julgava ser devido ao ‘afrouxamento progressivo dos sentimentos religiosos verdadeiramente sinceros’; à maior intensidade na vida comercial, em todas as suas conseqüências; à dificuldade crescente no convívio urbano; à competitividade e concorrência em todos os ramos de atividade; à difusão do ensino público. (ANTUNES, 1999, p. 159).

Um dos doutorandos mais radicais no posicionamento contra o processo civilizatório que, para muitos, seria o grande responsável pelas diversas mazelas sociais em que o Brasil estaria mergulhado, é Cid Emiliano de Olinda Cardozo, que, em 1857, defendeu a tese *Influencia da Civilisação sobre o Desenvolvimento das Affecções Nervosas*. Trata-se de um trabalho bastante curioso e merecedor de uma análise mais apurada. Para o autor, “é no desenvolvimento intellectual e moral que consiste a civilisação” (CARDOSO, 1857, p. 4), pretendendo, ele, explicar o papel da civilização na produção das diversas doenças nervosas.

Cardoso supõe que as mudanças sociais poderiam ser percebidas através do aumento das doenças nervosas. Para ele, “todas as influencias, quer phisicas, quer moraes exercidas sobre o homem tem uma acção mais ou menos pronunciada sobre o seo systema nervoso”, e o estado social da civilização influenciaria diretamente as “affecções nervosas” (CARDOSO, 1857, p. 5). No que concerne às relações entre o mundo biológico e o social, Cardoso está em posição oposta àquela que será defendida por Nina Rodrigues, muitos anos depois. Este autor, como é sabido, defendeu ser o estado infantil da mente humana o responsável por proporcionar um retorno à selvageria presente em nosso passado ancestral (RODRIGUES, 2006). Mesmo acreditando que as doenças mentais de todos os tipos poderiam encontrar terreno favorável no Brasil e nos brasileiros e propondo que o cérebro humano era uno, diferenciando-se apenas no grau de desenvolvimento em que a sociedade se encontrava, Nina defendeu que o estado de civilização de um povo comprovaria o estágio de desenvolvimento superior do cérebro desse povo (ODA, 2003). Essa formulação está em total desacordo com o que defendeu o doutorando Cid Emiliano Cardozo quarenta anos antes, para quem, quanto mais desenvolvida fosse uma sociedade, maior seria o número de casos de “affecções nervosas”. Ele apresenta diversos exemplos de associação entre civilização e loucura, e afirma: “mormente no que diz respeito a loucura [...] Londres e Paris, as duas metropoles da civilisação, como as chama o Sr. Levy, são as que apresentam o maximo de alienações, assim como de nevroses de outros generos.” (CARDOZO, 1857, p. 6).

De acordo com a sua argumentação, as doenças nervosas atacam mais as pessoas que pertencem “as classes mais illustradas”, aos que se dedicam aos trabalhos científicos e

literários e àqueles que estão próximos dos negócios públicos de um país. Uma das maiores dificuldades suscitadas por esse tipo de argumentação é não deixar qualquer espaço para a sociedade se desenvolver. Para a maioria dos autores do século XIX, a educação seria o único caminho para salvar a população das fragilidades que o seu cérebro apresentaria em relação aos dos seus antepassados, dado que um indivíduo poderia, a qualquer momento, ser remetido para uma das versões incivilizadas do seu inconsciente. Não podemos esquecer, todavia, que essa tese foi exposta antes do ingresso das ideias darwinistas no país – em verdade, antes mesmo de Charles Darwin publicar sua grande obra *A Origem das Espécies*, que é de 1859. Nesse sentido, estamos apresentando e discutindo a tese de Cardozo à luz da teoria darwinista apenas para mostrar como as ideias da Faculdade de Medicina baiana mudaram de foco teórico no curso de algumas décadas. A tese de Cardoso pode ser classificada como um contraponto aos trabalhos produzidos a partir dos anos de 1870 e, principalmente, àquelas teorias dos anos finais do século, como as produzidas por Nina Rodrigues.

Para o doutorando, as diversas mudanças nos hábitos das sociedades civilizadas seriam as responsáveis pelas doenças nervosas que estariam devastando o mundo social. Com a fragmentação e modificação dos hábitos tradicionais, as sociedades entrariam em crise moral. O autor lista os diversos eventos que estariam causando a degeneração dos costumes:

a) as plantações – já que os alimentos passaram a ser produzidos com uma “grande quantidade de substancias estimulantes.” (CARDOZO, 1857, p. 8);

b) álcool – pois o consumo teria aumentado a partir da produção em escala industrial;

c) os vestidos – para ele, um simples vestido poderia destruir a moral de uma sociedade inteira, além de causar uma série de doenças. O autor pretende dar uma ideia exata dos perigos que este artefato feminino poderia representar. Um excerto de sua tese exemplifica, com clareza, a multiplicidade de discursos que poderiam ser produzidos no “Templo do Saber bahiano”;

Para se ter uma idéa mais ou menos exata da malefica influencia que sobre o systema nervoso exercem alguns vestidos inventados ou modificados pelos caprichos da moda, bastará ter-se em vista um exemplo mais frisante. Olhai para essas moças, que se dizem civilisadas, e que frequentão a alta sociedade: tereis vergonha de vel-as com grande parte do corpo exposta aos olhos da laciúria; porem ainda mais tereis de vel-as arrochadas por um desapiedado espartilho [...] Os vestidos, de que usão em geral as mulheres, independente mesmo de ridiculos abusos, não são indifferentes na produção de affecções nervosas; por isso que largos e flutuantes, como são, deixão muitas vezes circular livremente pelo seo interior uma correnteza de ar, que, em contacto com toda parte inferior do tronco, pode dar em resultado, por qualquer abaixamento de temperatura paralisias, hysteralgias, e suspensões de menstruação, que podem ser origem de varias nevroses [...] Aqui cabe

lançar, em nome da hygiene, a maldição contra um novo vestido, que acaba de ser produzido pela caprichosa iniquidade da moda: a saia ballão! Alem de quanto há de feio e indecente neste moderno aborto da invenção humana, há muito de pernicioso a saude e á vida; por isso que mais do que nenhum outro, favorece a penetração do ar até nas partes inferiores do tronco. (CARDOZO, 1857, p.8-9).

d) leitos – manter o corpo sob calor excessivo poderia dar lugar a molestias nervosas;

e) banhos – “a addição de substancias aromaticas e estimulantes ao liquido do banho da-lhe uma acção energica sobre o systema nervoso (...) Os banhos prolongados e repetidos produzem tãobem [sic] desordens de enervação.” (CARDOZO, 1857, p. 9);

f) perfumes – ao lado dos vestidos, esse seria, também, um poderoso inimigo da boa saúde feminina:

muitas pessoas há, e mormente no sexo feminino, cuja excitabilidade nervosa exalta-se excessivamente pela presença de um aroma qualquer, a ponto de serem immediatamnte atacadas de syncopes, de hysteria, ou de outra affecção do mesmo genero [...] Não há muito tempo que foi publico nesta cidade o factu de uma infeliz moça, que recebendo, ao abrir a gaveta do seu guarda roupa, a impressão subita do cheiro de uma perfumaria, que ahi existia soffreo um choque nervoso tal, que occasionou-lhe immediatamente suspensão das regras, que bem cedo atirou-a no tumulto ainda no sorrir da vida. (CARDOZO, 1857, p. 10-11).

g) tabaco – o consumo teria aumentado com o advento da civilização, embora o autor não liste os danos que poderia ocasionar;

h) profissões mecânicas – “as profissões mecanicas ou industriaes” poderiam causar uma série de doenças.

Essas profissões ganharam, realmente, um grande incremento com o processo civilizatório. Mas, se acolhermos seu argumento, abriremos espaço para diversos questionamentos: não deveriam causar doenças nervosas apenas as profissões que utilizassem mais o cérebro? Quais seriam as atividades inofensivas à saúde? O processo civilizatório deveria ser interrompido? Infelizmente, o autor não pode responder a nenhuma dessas perguntas.

Estamos diante de um crítico sem limites às diversas mudanças que a sociedade estava experimentando. O doutorando é, basicamente, um conservador aturdido pelas mudanças sociais, usando o espaço da Faculdade para se pronunciar contra a situação. Ele ainda produzirá mais duas listas de eventos/atividades considerados nocivos à saúde e que, em sua opinião, surgiram ou foram agravados com o desenvolvimento social. Na primeira, cita a música, o teatro, os bailes, o jogo, o onanismo, profissões liberais etc. No caso da música,

será ou não nociva a depender da modalidade; em relação ao teatro, afirma que “os espetáculos dramaticos, digo, tem uma influencia manifesta e poderosa sobre o systema nervoso, exaltando a imaginação e despertando os sentimentos” (CARDOZO, 1857, p. 13).

Os bailes, considerados “escolas de desmoralisação, parto abortivo de uma civilisação desmandada”, teriam uma grande influência sobre o sistema nervoso. Acreditava que o movimento das danças prejudicaria o bom funcionamento do cérebro das jovens moças, sentenciando que era responsável por diversos males: “vede-as no vertiginoso rodopio de uma walsa immoral e assassina com o cerebro a voltejar, com todo o organismo convulso, e não tereis difficuldades em prever a triste consequencia de todo aquelle desmando” (CARDOZO, 1857, p. 13). Para além disso, todo o ambiente no qual ocorria o baile era considerado como anti-higiênico, devido à concentração de perfumes, longas vigílias, ar quente e impuro, fadigas etc. Ele assinala não pretender proibir as danças, defendendo, apenas, que fossem realizadas com mais moderação e guardando a moralidade (CARDOZO, 1857, p. 13).

Seriam muitos os eventos passíveis de suscitar desequilíbrios mentais, todos nascidos ou agravados com desenvolvimento das sociedades. Contudo, em parte alguma de sua tese, indica o que deveria ser feito para deter os males sociais que foram potencializados pelo processo civilizatório, apenas oferece algumas regras moralizadoras que, segundo ele, possibilitariam o controle da situação.

Outra tese que segue a mesma linha de interpretação, pelo menos em relação ao libelo contra os prejuízos causados pelo desenvolvimento civilizatório, é *Paralysia Geral dos Alienados*, de Octavio Vieira de Mello, defendida em 1902. Na primeira página da tese, o autor deixa clara sua posição quanto a uma das “nevroses” mais temidas da época, isto é, a paralisia geral dos alienados. De acordo com seus estudos, “é a paralyisia geral, por assim dizer, um fructo da civilisação moderna [...] na sua producção entram em jogo tres factores capitaes: predisponentes, occasionaes e determinantes” (MELLO, 1902, p. 1). O autor estava mais preocupado com os dois primeiros, que envolveriam idade, sexo, clima, profissão, alimentação, inteligência e a herança. Defende que, quanto mais adiantada e afastada do estado primitivo estiver uma civilização, mais será alvo da paralisia geral. Os excessos venéreos seriam os maiores produtores da moléstia, ao passo que a masturbação ocuparia um “logar secundario na genese da enfermidade” (MELLO, 1902, p. 4). Enquanto Foucault (2002) defendia que os médicos do passado encaravam a masturbação como central para entender/explicar as doenças que envolviam o equilíbrio físico e mental, o doutorando, um médico escrevendo em 1902, classificava a masturbação como prática secundária.

Francisco Pontes de Miranda, também escrevendo em 1902, apresentou, como em muitas outras teses, os males sociais como os principais responsáveis pelo desenvolvimento de algumas doenças e, no caso estudado por ele, pelo desenvolvimento e agravamento da paralisia geral: “dessa synergia de elementos maleficos a única consequencia aparente tem sido a perturbação profunda do dynamismo organico e funcional de quantos têm experimentado seus efeitos aniquiladores” (MIRANDA, 1902, p. 44). A ideia defendida por muitos doutorandos é que, embora a civilização seja nociva aos seres humanos, seus efeitos negativos poderiam ser minimizados mediante uma conduta moral mais severa.

Conforme já assinalamos, alguns atacavam a religião e a religiosidade, enquanto outros buscavam defendê-la. Um grupo supunha que a civilização seria nociva aos cidadãos, outro a percebia como benéfica; e, a imensa maioria pensava que a degeneração biológica não poderia ser corrigida por meios externos, como a educação e a ginástica. Identificamos até posições discordantes em relação ao papel do médico no tocante à saúde ou doença da prole. Enfim, muitos eram os posicionamentos dos doutorandos e de suas teses. Não obstante, haviam pontos de convergência, todos acreditavam que a sociedade brasileira estava submetida a um alto grau de desordem social, necessitando, assim, de algum tipo de intervenção do especialista médico.

No caso de doutorandos que supunham existir uma correlação entre a religiosidade, o aumento das doenças mentais e os crimes, uma parcela significativa associava a correlação ao nosso passado ancestral. Para muitos, o povo brasileiro já nascia condenado devido à herança genética que carregava em seu corpo e seu espírito. E, ao contrário do que pode parecer, a crítica não era direcionada apenas à mestiçagem com negros e índios, mas abrangia, de forma muito dura, também a nossa parcela européia. Veremos, agora, essa crítica direcionada aos nossos antepassados brancos, responsabilizados por muitas de nossas mazelas.

3.4.5 A herança branca como negativa

Deslocando-se com rapidez, deitando-se com qualquer raça e aceitando todos os climas, o português realiza a proeza de não só se multiplicar e assegurar a sua presença nas mais longínquas regiões do planeta mas também a de fazê-lo através de um tipo singular de colonização, baseada em um íntimo contato com as terras e os povos por ele conquistado. (ARAÚJO, 2005, p. 43).

Algumas teses, mesmo não tratando diretamente de questões relacionadas com a nossa ancestralidade, problematizam o fato de termos sido colonizados pelos portugueses. Apresentaremos algumas ideias contidas em três delas e refletiremos sobre quais eram, na

visão de alguns dos autores, as vantagens (ou desvantagens) de descendermos de um povo europeu, tal como os portugueses.

Seguramente, uma das questões mais criticadas era a opção religiosa dos nossos colonizadores. Diversas teses apresentam a religiosidade dos portugueses como algo negativo. O doutorando Luiz Pinto de Carvalho produziu, em 1898, a seguinte reflexão sobre nossos antepassados do velho mundo: “de seos primeiros colonisadores, os portugueses, herdou o brasileiro essa crença exaggerada dos dogmas catholicos, crença que era geral por entre os portugueses e pela qual combateram diversas vezes.” (CARVALHO, 1898, p. 89). Conforme a sua percepção, os portugueses eram degenerados e muitos dos nossos defeitos poderiam ser explicados a partir dessa incômoda herança ancestral, a exemplo das superstições e crenças em curas religiosas:

Os habitos simples e primitivos de nosso povo, a influencia preponderante da crença catholica, e finalmente o africanismo, acrescente-se a tudo isso a **profunda degeneração** que herdamos dos nossos **primeiros colonisadores** e que é **cunho principal de nossa raça latina** – e ter-se-á por essa fôrma conseguido descobrir a razão por que tornou-se a Bahia um **fóco da theurgia medica**. (CARVALHO, 1898, p. 96-97, grifos nossos).

Quando um pensador nacional discutia religião, fanatismo e, principalmente, a loucura decorrente de uma crença desregrada, era comum que tanto a figura de Antônio Conselheiro como a raça de seus seguidores fossem evocadas. Os diversos problemas enfrentados pelos adeptos de Conselheiro eram, por exemplo, explicados a partir de sua origem latina: “era tal a convicção d’aquella pobre gente, **cerebralmente enfraquecida** pela **fatal degeneração da raça latina**, já de antemão preparada para todos os **desvios mysticos** pelo ensinamento religioso exclusivo” (CARVALHO, 1898, p. 113, grifos nossos), do que resultava que a sua experiência histórica não poderia ter sido outra.

Oscar Freire de Carvalho apresentava uma visão negativa dos portugueses, sendo, inclusive, muito mais crítico do que Luiz Pinto de Carvalho. Para ele, Portugal era, à época do descobrimento do Brasil, uma monarquia quase absoluta cerceada pelo poder religioso que governava tanto o campo da moral como o direito. Quanto aos hábitos da época, principalmente aqueles que guardavam relação com o religioso, diz ele: “a superstição exagerada e o fanatismo profundo e annoso mal encobriam e antes acoitavam toda a degradante desmoralisação da época.” (CARVALHO, 1902, p. 38).

Aprofundando a crítica e buscando demonstrar a sua relação com Nina Rodrigues, Freire de Carvalho fala da concretude da religião praticada pelos portugueses. Ele aproxima a religião portuguesa da praticada pelos negros baianos, uma vez que as duas estariam no estágio do concreto, em visível contraste com o caráter abstrato das religiões mais adiantadas:

O estadio de **degradação da sociedade portuguesa**, corroída pelo **fanatismo** e pelas **superstições**, que era o *primum movens* de todos os actos, tendo em mira tendencias e aptidões, costumes e ideias, se pode imaginar o quanto fundamentalmente preponderava a **religiosidade concreta**, mantida e alimentada por **profunda degeneração**, que assustadoramente grassava ao bafejó deste estado social que lhe era tão eugenésico. [...] O que **Portugal, porém, deu ao Brasil**, desde o inicio de sua vida, **foi a escoria social**, o **stratum derradeiro** em que repousavam os mais **profundos estados degenerativos**. (CARVALHO, 1902, p. 40, grifos nossos).

Pensando em termos tão desalentadores, não surpreende que Carvalho tenha uma visão tão pessimista em relação ao nosso futuro como nação. Os primeiros colonizadores eram retratados como detentores de uma mentalidade inferior e como sendo criminosos nocivos ao processo civilizatório. Ao destacar os tipos humanos que foram enviados ao Brasil, diz se tratar de “condemnados e judeus degredados, de criminosos homisiados, de mulheres mais ou menos perdidas e muito rara gente boa” (CARVALHO, 1902, p. 66).

No que concerne aos contatos sexuais que geraram o processo de miscigenação do povo brasileiro, o autor é igualmente preconceituoso, imputando a culpa dos males advindos desses intercursos aos brancos, que teriam se aproveitado da situação de fragilidade a que os outros dois grupos étnicos estavam submetidos para pervertê-los:

O portuguez pôz-se em contacto com raças inferiores ou como explorador para encher-as de crimes e crueldades, ou como devasso indusido por sua sensualidade, crusando-se com ellas [...] as escravas negras e indigenas serviam indifferentemente aos prazeres de toda a familia dos brancos e a mestiçagem crescia na complexidade das mil formas em que entravam, ora dous, ora tres dos elementos ethnicos. (CARVALHO, 1902, p. 69).

O já referido Pery Guimarães também não se furta a se posicionar sobre os grupos étnicos que estão na origem do Brasil. Como seus colegas dos anos anteriores, defende que as soluções aqui são mais complexas, devido ao povo que se estabeleceu nessa parte do mundo. Nossos primeiros colonizadores são lembrados de forma igualmente negativa, sendo a eles atribuída a responsabilidade por nossos males e atrasos: “Portugal [seria] um pobre paiz victima da crença religiosa”. Quando o cólera morbus invadiu a Ilha da Madeira, muitos morreram, comenta o autor, devido ao “fanatismo religioso, que impedia a acção da hygiene” (GUIMARÃES, 1911, p. 75).

As crenças, ideias e “outros elementos” é que concorreriam para a decadência ou o progresso de um povo. O processo de imigração, que muitos entendiam como a alternativa para resolver os problemas relativos a uma raça disgênica, foi discutido por Guimarães. Ele acreditava que só deveriam ser aceitos imigrantes que estivessem de acordo com a alma da raça do povo que necessitasse ser regenerado. Povos latinos deveriam ser recuperados racialmente por outros povos latinos em estado mais adiantados (GUIMARÃES, 1911, p. 75).

No caso brasileiro, por questões históricas, fomos colonizados por um povo inferior, que necessitou importar, da África, outros povos mais inferiores ainda. Desolado, ele afirmava:

Tivemos a infelicidade de ser colonizados por um **paiz relativamente atrazado**, onde o **elemento clerical** predomina sobre tudo, paiz pequeno e **população deficiente**. Como consequencia, houve o trafego [sic] dos africanos para se poder tentar uma colonisação. O trafego [sic] dos negros da Africa para o Brasil foi o elemento quasi predominante na **degeneração da nossa raça**; e, se hoje ainda existem brancos entre nós, devemos unicamente agradecer á Inglaterra que, dizendo-se movida por piedade pelos infelizes pretos, impedia o trafego ás outras nações, deixando cruzeiros no atlantico que ao mesmo tempo lhes protegiam o trafego para suas colônias. (GUIMARÃES, 1911, p. 76, grifos nossos).

Vale notar, por sua vez, que a sua tese apresenta contradições bastante evidentes. Aparentemente disposto a escapar da determinação biológica, ele defende que o que define uma raça como superior ou inferior é a sua civilização. Segundo ele, “as raças européas” que atingiram uma civilização muito elevada poderiam ser consideradas como raças superiores, não obstante considere os “povos amarelos”, definidos por muitos como inferiores biológicos, possuidores de uma civilização bastante adiantada: “o corpo de saude do exercito japonéz é melhor do que os da Europa” e o seu exército não temeria o de nenhuma outra potencia civilizada (GUIMARÃES, 1911, p. 76).

Todavia, mesmo tendo defendido que o biológico não deve ser levado em consideração de forma tão extremada em termos de avaliação racial (como no caso do povo “amarelo”) e chamando a atenção para os equívocos que advêm quando definimos a raça de um povo apenas a partir do seu desenvolvimento tecnológico/cultural, como era comum na sua época, Pery Guimarães afirmará não restar dúvidas de que “a raça negra mereça o qualificativo de inferior” (GUIMARÃES, 1911, p. 76). Ele apresenta a possibilidade de purificar da raça brasileira a partir da mestiçagem, situação que possibilitará o desaparecimento da população negra:

Como se pode purificar uma raça? [...] os optimistas, dão innumeros factores como podendo auxiliar a purificação: o amor é um dos grande elementos purificadores das raças. A mulher preta ou india com a maior facilidade se entrega ao branco, tendo as primeiras uma certa repugnancia aos seus irmãos; os cruzamentos desiguaes são sempre entre o branco e a amarella ou preta, ou entre o amarello e a preta. Muito mais difficilmente se encontra o cruzamento de uma branca com um preto. Conclue-se que o homem desce até a mulher, mas, esta raramente desce ao homem! (GUIMARÃES, 1911, p.87).

Os três grupos principais envolvidos na composição étnica brasileira eram, para muitos doutorandos, formados por seres inferiores e com forte tendência a estados “disgênicos”. A relação entre raça, religião, loucura e crime percorre as teses de forma marcante, sendo a discussão sobre esses temas percebida como parte de um todo organizado. Da raça inferior, decorreriam as nossas dificuldades no campo social, que, para alguns,

comporiam um estado de anomia social constante. Vamos agora visitar as teses que tratam da loucura e verificar o que os médicos do passado podem nos dizer sobre esse tema.

No Quadro a seguir, é possível visualizar os autores discutidos no capítulo e identificar em quais outros capítulos eles reaparecem.

Quadro 2 – Autores citados no segundo capítulo desta Tese

AUTOR	NOME DA TESE	ANO	CAPÍTULOS
1. José Muniz C. Gitahy	Da Medicina e do Crhistianismo e suas relações entre si	1851	2º,
2. Claudemiro A. de Moraes Caldas	As Raças Provieram d’uma só Origem?	1868	1º, 2º,
3. Eugenio Guimarães Rebello	As Raças Humanas Descendem de uma só origem?	1869	1º, 2º, 3º
4. Adolpho Rabello Leite	Relação entre a Materia e os Phenomenos Espíritas	1905	1º, 2º,
5. Nestor Pires	Necessidade de uma Campanha Anti-Espírita	1927	2º, 3º
6. Pedro Americano Corrêa Filho	A Genealogia Humana	1895	1º, 2º, 3º, 4º
7. Luiz Pinto de Carvalho	O Sobrenatural em Therapeutica	1898	1º, 2º, 3º
8. Oscar Freire de Carvalho	Etiologia das Formas Concretas da Religiosidade no Norte do Brasil	1902	1º, 2º, 3º, 4º
9. Pery Guimarães	Ligeiras Considerações sobre as raças humanas	1911	1º, 2º, 3º
10. Genaro Veiga Sampaio	Espiritismo e Loucura: Contribuição ao Estudo das Chamadas “Psychoses Espiritas”	1926	2º, 3º
11. José Rodrigues Mauricio	Ensaio de Psychologia do Instincto Sexual Humano	1906	1º, 2º
12. Octavio de Souza Brandão	Do Casamento e sua Regulamentação	1905	1º, 2º
13. Antonio Raposo Pinto	Traz o Casamento Consanguineo a Degeneração da Raça?	1905	1º, 2º,
14. Belmiro de Lima Valverde	A Influencia da Syphilis na Sociedade	1906	2º,
15. Aurelio Domingues de Souza	Prophylaxia das Molestias Mentaes	1907	2º, 3º
16. Manoel L. D’oliveira Campos	Em que Consistem os Temperamentos? É possível Modifical-os, Transformal-os, Destrui-os? Quaes os Meios Hygienicos?	1873	1º, 2º
17. Antonio Cavalcante Pina	Herança Physiologica e Pathologica	1886	1º, 2º, 4º
18. Cid Emiliano de Olinda Cardoso	Influencia da Civilisação sobre o Desenvolvimento das Affecções Nervosas	1857	2º
19. Octavio Vieira de Mello	Paralysis Geral dos Alienados	1902	2º, 3º, 4º

FONTE: Produção do autor.

4 A LOUCURA E SONHO DE PUREZA

No Haiti, o Dr. Lhérisson estabeleceu o paralelo entre a possessão vodu e os fenômenos de dissociação histórica da personalidade. [...] O candidato à iniciação (Hunci-Bossales) é quase sempre um histérico em quem observa aquele médico estigmas bem evidentes de neuroses. (RAMOS, 2001, p. 215).

“A Loucura é um país estrangeiro.”
(PORTER, 1991, p. 16)

Para uma parcela significativa de doutorandos da Faculdade de Medicina baiana, a loucura ou “doenças do espírito”, como alguns preferiam denominá-la, era fruto de problemas relacionados, conjuntamente, ao biológico, ao psicológico e ao social. O primeiro, representado pelo corpo físico; o segundo, pela herança ancestral; e o último, relativo ao meio ambiente no qual o indivíduo estava inserido. Era, portanto, um problema que necessitava ser enfrentado, simultaneamente, em diversos campos de atuação. A grande maioria dos doutorandos da Academia baiana se considerava capaz de lidar com aqueles que, fosse por questões de ordem biológica, psicológica ou social, enveredavam pelas desordens do espírito.

O sentimento de medo diante desse complicado problema de saúde pública levou diversos pensadores da época em exame, muitos dos quais filiados a algum tipo de positivismo, a defender que a ordem e a disciplina seriam eficazes para conter os desmandos do espírito produzidos pela doença. Acreditavam que, obrigando os loucos e desequilibrados a retornarem para a boa moral, conseguiriam restabelecer a segurança e a paz da sociedade como um todo. A desordem psíquica, social ou individual, estaria associada aos estados impuros do ser humano e, conseqüentemente, próxima da ideia de perigo. Os médicos pretendiam purificar os homens para, desta forma, atingir a harmonia e a paz social almejadas. Tudo aquilo que representasse distanciamento em relação à norma estabelecida era considerado como inconveniente, gerando medo, nojo e desprezo. De acordo com o médico alienista Philippe Pinel, considerado uma espécie de herói fundador dessa nova forma de tratar os insanos (usando a “regeneração moral”), os homens ditos “normais” viam os “doentes” com reservas:

No princípio, há um distanciamento natural e uma forte repugnância por homens dentre os quais alguns espantam por vociferações contínuas e gritos de fúria, outros nos expulsam com uma dureza rústica e selvagem; ainda outros nos atordoam por uma espécie de loquacidade sem ordem ou sequência. (PINEL, 2007, p. 65).

Diante do exercício da loucura, as certezas assumiam um estado de suspensão, no qual os não loucos temiam ser arrastados para os estados de desordem moral que viam se desenrolar diante dos seus olhos.

Correlacionando pureza/beleza com estados desejados e seguros e impureza/feiúra com a ideia de perigo (DOUGLAS, 1976; ECO, 2007), os médicos baianos pensavam nos seguintes termos:

- a) saúde/beleza/sanidade mental/harmonia/ordem/moralidade – deveriam ser cultuadas, mesmo que compulsoriamente;
- b) doenças/feiúra/alienação/degenerescência/desordens/imoralidade – deveriam ser purificadas através das técnicas dos especialistas.

O projeto de regeneração social visava dois movimentos distintos e interligados: em nome da segurança, pretendia afastar os alienados do convívio geral (já que eles eram vistos como perigosos e impuros), e ambicionava, quando possível, devolvê-los ao mundo social totalmente restabelecidos. Os loucos eram os principais impuros das sociedades, muitas vezes sendo classificados abaixo dos animais irracionais. Alienados perambulando pelas ruas das grandes cidades serviam tanto para lembrar aos “homens de bem” das suas responsabilidades com os menos favorecidos, como para alertá-los sobre o perigo que rondava suas vidas. O nojo costuma despertar um sentimento de algo fora do lugar, que está em desacordo com o esperado, requerendo, assim, ser purificado (BAUMAN, 1998). Os médicos baianos do período percebiam os doentes mentais como se eles estivessem fora da ordem e da disciplina (suscitando medo e nojo nos cidadãos) e, portanto, necessitando da ajuda do especialista para conseguir reingressar no mundo sócio- moral. Como lembra Rodrigues (1983), tratando da relação com o nojo de uma forma geral:

A reação do nojo se aproxima da reação do medo, na medida em que ambas se defrontam com o perigo representado pelas coisas anômalas, ambíguas, intersticiais e transgressoras, que ameaçam o controle que o homem exerce sobre o mundo, controle que lhe proporciona toda a sua segurança. A impureza é anormal, insólita e excepcional, como as coisas de que se tem medo – mas, diferentemente do que acontece no medo, o nojo exige purificação. (RODRIGUES, 1983, p. 140).

Em boa parte das explicações sobre a loucura, a sua gênese aparecia associada a determinados grupos étnicos. Parte significativa das explicações sobre loucura e crime, comumente associados nos discursos médicos do século XIX, atrelava os estados de desordem (biológica, psicológica e social) a uma suposta relação com algum grupo étnico específico, que, naquele período, se confundia com um grupo racial. Representar alguém como “étnico” suscitava certa distância geográfica em relação ao falante. Ou seja, referir-se a alguém como “étnico” significava, principalmente, que o referido era um estrangeiro e, conseqüentemente, um “diferente” do ponto de vista biológico. Como lembra Leite (1976),

experimentamos um sentimento confuso e assustador diante do estrangeiro, daquilo que não conhecemos:

[...] O estrangeiro provoca a nossa desconfiança, às vezes o nosso medo. Nem sempre entendemos os seus gestos e certamente não compreendemos a sua língua. [...] o estranho provoca uma reação de medo mais ou menos intenso; outras vezes, essa reação é de asco ou repugnância, mais ou menos freqüente diante de alimentos exóticos. (LEITE, 1976, p. 11-12).

Alienados mentais e negros africanos (ou seus descendentes) geravam um grande desconforto nas pessoas que faziam parte da elite branca brasileira do século XIX, principalmente quando ousavam sair dos locais que lhes eram designados. Afinal de contas, admitir que aquelas figuras “estranhas” e com costumes “bizarros” eram brasileiros implicava aceitar que todos os brasileiros poderiam ser considerados estranhos para o mundo civilizado. Com o intuito de se proteger desse tipo de associação entre os “estabelecidos e os *outsiders*” (ELIAS; SCOTSON, 2000), os gregos usavam o termo “étnico” para se referir aos que não eram gregos, aos chamados bárbaros (DE HEUSHE, 2000). Atribuir o rótulo de étnico a um indivíduo (ou grupo) possibilitava certa distância entre o falante e aquele citado na preleção, viabilizando, dessa forma, um discurso preconceituoso acerca da inferioridade do outro, sem que o falante fosse atingido pela gramática utilizada.

Não era comum encontrar-se nas teses da Faculdade de Medicina da Bahia, no período em exame, a ideia de grupo étnico relacionado às lutas na arena política, na qual os envolvidos lançam mão de sinais diacríticos e/ou de uma História simbólica de diáspora que os identifique para lutar por supostos direitos que possuem (WEBER, 2004)⁵³. Se nos abstermos de uma análise absolutamente técnica, poderemos supor que os médicos, tanto do passado como do presente, se comportam como um grupo equivalente a um grupo étnico: exibiam/exibem sinais diacríticos de seu grupo na utilização de roupas e instrumentos específicos; usam linguagem e mesmo caligrafia próprias; acreditam que possuem identidade geográfica (relacionada às Faculdades de Medicina); se reconhecem e são reconhecidos pelo grupo como parte dele e, o mais importante de tudo, comumente se lançam na arena política para obter vantagens que acreditam ser de direito do seu grupo⁵⁴.

⁵³ Um único exemplo que encontramos que possibilita uma reflexão contrária seria a tese de Rebello (1869). O autor defende que a revolta do Haiti, na qual foram dizimados diversos grupos brancos, seria uma manifestação normal do campo da política. Os diversos atores sociais do Haiti se enfrentaram pelo poder, situação que Rebello acreditava ser sinal de civilização.

⁵⁴ A principal dificuldade de pensar os médicos como um grupo étnico reside no fato de que eles, no campo político, não aceitavam disputar com os outros grupos estabelecidos no país. Eles supunham que apenas eles detinham os direitos às vantagens proporcionadas pela existência de um Estado brasileiro. Percebiam-se como os principais representantes da civilização do povo brasileiro e, portanto, os únicos com demandas legítimas no campo social e político.

Embora saibamos que os escravos se agrupavam para comprar sua liberdade ou para lidar com as responsabilidades advindas com a morte (REIS, 1995, 2008), os doutorandos baianos não consideravam essas manifestações de integração com a realidade circundante como prova de que os negros e mestiços eram iguais a eles, apenas com hábitos e costumes diferentes. Todo costume internalizado parece melhor que aqueles professados por outros grupos (WEBER, 2004; BOAS, 2005). Dessa forma, muitos dos hábitos e costumes dos negros e mestiços da Bahia foram manipulados por médicos e alunos das Faculdades de Medicina do país para servirem como exemplos da sua inferioridade cultural e biológica. Diante dessa dificuldade, os negros e mestiços optavam pela adesão aos costumes e hábitos do grupo dominante, como uma estratégia para se fazerem passar por menos diferentes.

Da mesma forma que as autoridades do Brasil buscavam controlar os ex-escravos que ingressavam na sociedade branca e livre, supostamente poluindo a visão harmônica que alguns acreditavam existir, o mesmo ocorria em relação aos doentes mentais, que, perambulando livremente pelas ruas das grandes cidades, pareciam atestar a nossa inferioridade racial, questionando, inclusive, nosso futuro como nação desenvolvida. O controle dos loucos era bem mais fácil que o de negros e mestiços em geral. Era consenso que os doentes não possuíam qualquer direito, a não ser o de receber os *cuidados* do especialista. Assim, para a sua “segurança”, deveriam ser mantidos longe da população. Para alguns doutorandos, a exemplo de Corrêa Filho (1895), os doentes mentais eram inferiores aos animais irracionais. Os negros, mestiços e pobres, de uma forma geral, eram as principais vítimas das acusações de loucura. Seus hábitos e costumes sociais tidos como primitivos facilitavam o seu enquadramento no rol das muitas doenças do espírito disponíveis naqueles tempos, possibilitando o seu encaminhamento à esfera do “cuidado” médico e o ingresso na “carreira” de doente mental (GOFFMAN, 2008). A religiosidade, por sua vez, era comumente vigiada devido ao fato de ser considerada como um local privilegiado para a manifestação dos diversos tipos de loucura.

Um exemplo marcante da identificação entre pessoas com trânsito no mundo religioso não oficial com a loucura e com o crime pode ser encontrado no famoso ensaio de Peter Fry sobre Febrônio Índio do Brasil⁵⁵. Mesmo sem nunca ter sido julgado e condenado por seus

⁵⁵ Em agosto de 1927, o corpo de um menor estrangulado foi encontrado em um matagal na Ilha do Ribeiro. “Após levantar as primeiras testemunhas, a polícia suspeitou de Febrônio Índio do Brasil como autor do crime devido a seus antecedentes criminais.” A prisão de Febrônio Índio do Brasil ganha destaque na imprensa nesse mesmo ano, e é a partir desse debate público que o cidadão comum ganha conhecimento das “teorias eruditas da sua época, traduzidas num vocabulário não só mais acessível, mas também mais empolgante.” (FRY, 1982, p. 68). Os jornais procuravam munir o grande público dos conhecimentos necessários para que pudesse identificar quais eram as figuras mais nocivas à sociedade civilizada da época. Febrônio foi rotulado de louco,

supostos “crimes”, à época em que Fry o conheceu, em 1982, Febrônio estava com 86 anos de idade e 55 anos de confinamento em um hospital psiquiátrico. Era, possivelmente, o *preso* com maior tempo de confinamento do país, já que a legislação brasileira só permite que alguém seja mantido em “cativeiro” por, no máximo, 30 anos. Para Fry (1982), Nina Rodrigues e seus seguidores poderiam ser denominados “empresários morais”, expressão tomada de empréstimo de H. S. Becker para designar indivíduos capazes de criar rótulos adequados para a estigmatização social (GOFFMAN, 2008). Uma das grandes vantagens sociais desse tipo de empreendimento moral era que os indivíduos ou grupos rotulados negativamente passavam a se comportar de acordo com o que se esperava, viabilizando, assim, discursos e ações repressivas com a finalidade de confiná-los em espaços próprios às suas supostas condições: asilos, sanatórios, prisões etc (VECHI, 2004). No caso de Febrônio, esses “empresários” formataram um discurso que abrangia sua pretensa loucura, a acusação de bruxaria, a acusação de assassinato e sua homossexualidade. Este investimento acusatório possibilitou que o condenado não tivesse chance de apelar, sendo dispensável um julgamento para efetivar a condenação⁵⁶.

Os diversos atores envolvidos no caso, tanto os responsáveis por sua condenação como por sua defesa, compartilhavam estereótipos científicos acerca da existência de monstros morais, que, embora em muitos casos devessem ser considerados inimputáveis, necessitavam ser afastados do convívio social. Os pareceres dos especialistas eram fundamentais para a condenação ou absolvição do suposto criminoso. Esses documentos percorriam a história de vida do acusado e buscavam refletir acerca dos seus familiares para verificar a existência de antecedentes criminais no seio do grupo. Ao mesmo tempo, investigavam a história biológica do indivíduo, buscando identificar sinais estranhos em seu

louco moral, doente, homossexual, curandeiro, assassino, monstro, profeta etc. Esses rótulos sempre vinham acompanhados das explicações necessárias para que os leitores identificassem esses seres na vida cotidiana.

Os médicos legistas e os psiquiatras responsáveis pela emissão dos pareceres sobre a responsabilidade/irresponsabilidade criminal de um suspeito investigavam, juntamente com as autoridades policiais, os diversos eventos da vida cotidiana do acusado. Desse estudo, seriam retiradas as conclusões necessárias para considerar o suspeito como capaz de cometer o crime de que estava sendo acusado.

No caso de Febrônio, sua história de vida recheada de passagens por delegacias, suas práticas religiosas e sexuais (pouco ortodoxas), além da frieza com que cometera os supostos crimes que lhe eram atribuídos, forneciam todo o aparato médico necessário para que ele fosse considerado um “mostro moral” e, portanto, incapaz de responder por seus crimes, sendo remetido à esfera do “cuidado” médico. A partir desse momento, dependerá, para sempre, dos pareceres dos especialistas para ser considerado apto a viver novamente em sociedade, situação que, no caso descrito, jamais acontecerá.

⁵⁶ Em relação aos estigmas, diz Goffman (2008, p. 14): “Podem-se mencionar três tipos de estigmas nitidamente diferentes. Em primeiro lugar, há as abominações do corpo – as várias deformidades físicas. Em segundo, as culpas de caráter individual, percebidas como vontade fraca, paixões tirânicas ou não naturais, crenças falsas e rígidas, desonestidades, sendo essas inferidas a partir de relatos conhecidos de, por exemplo, distúrbio mental, prisão, vício, alcoolismo, homossexualismo, desemprego, tentativas de suicídio e comportamento político radical. Finalmente, há os estigmas tribais de raça, nação e religião, que podem ser transmitidos através de linhagem e contaminar por igual todos os membros de uma família”.

corpo. Esses julgamentos prévios ocorriam de forma ritualizada, cada especialista conhecendo exatamente o seu campo de atuação, embora, por vezes, os médicos tentassem invadir os espaços dos bacharéis. A partir de um determinado momento, o acusado, agora identificado como doente, passava a ser apenas uma peça no grande teatro no qual reinavam, absolutos, os especialistas. À Febrônio caberia, apenas, esperar que os debates “científicos” chegassem ao fim e que sua “sentença” fosse lavrada, mesmo sem que um julgamento houvesse, efetivamente, ocorrido.

O modelo de julgar pessoas e considerá-las doentes, exigindo a intervenção de um saber especializado, faz parte do edifício jurídico do mundo ocidental. De acordo com Foucault (2002), a “verdade” utilizada nos meios jurídicos não existe independente da história de vida dos sujeitos. Por não possuir uma essência particular, essa verdade precisa ser criada a partir de um conjunto de “encaixes”, pequenas verdades particulares. A cada momento o especialista vai incorporando mais uma pequena contribuição que ajuda a comprovar que o “acusado” é, realmente, o “monstro” definido nos autos do processo. O suposto criminoso é submetido a fragmentos de “verdade” sobre sua vida familiar e sobre sua biologia. Ao final desse empreendimento, surge uma “verdade total” e, se impossível de ser desmentida, é compartilhada mesmo pela própria defesa do acusado.

4.1 OS LOUCOS CRIMINOSOS E OS ESPECIALISTAS

Como muitas vezes acontece, a imagem era uma representação altamente simplificada das realidades sociais. Criava um desenho em preto e branco que não deixava margem para a diversidade constatada entre os moradores do lugar. Corresponhia à ‘minoría dos piores’. [...] O problema era saber como e por que o comportamento de uma minoría passara a dominar a imagem que os ‘aldeões’ tinham da comunidade inteira. (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 114-115).

Dois exemplos podem ajudar o leitor a compreender melhor como a loucura circula no imaginário social. O primeiro, do mundo da literatura, retrata o julgamento de um desses “monstros” sociais, encontrado no livro *O Estrangeiro*, de Albert Camus; o segundo, uma espécie de autobiografia que discute a condenação do autor sem que tenha havido um julgamento, presente no livro *O Futuro Dura Muito Tempo*, de Louis Althusser. Estes exemplos lançam luz sobre o modelo ocidental de punir pessoas, utilizando a figura do especialista. É a busca para identificar se o suspeito de ter cometido um crime pode, ou não, ser responsabilizado por seus atos. Não é a violência do ato criminoso que estará em julgamento, mas todas as ações praticadas pelo indivíduo ao longo de sua vida. Seu cotidiano será a principal fonte de material para sua defesa ou condenação. Para os especialistas

envolvidos, incluindo os advogados do réu, o importante será demonstrar que o crime cometido comprova o estado de anormalidade mental do suspeito. Tal situação necessitará ser corrigida através das técnicas e dos processos de purificação disponíveis a partir da intervenção dos profissionais capacitados.

No livro de Camus, o personagem é acusado de cometer um assassinato logo em seguida ao falecimento de sua mãe. Por esse motivo, é preso e submetido a um julgamento. Diante dos acontecimentos transcorridos no tribunal, ele percebe que nada tem a ver com o teatro que se desenrola à sua frente, perdendo o interesse pelo caso. O assunto tratado diz respeito, apenas, aos especialistas envolvidos na questão: o promotor, o juiz, o advogado de defesa e os médicos peritos. Os eventos cotidianos da vida do acusado são cada vez mais valorizados, e o crime cometido passa para segundo plano. O que, de fato, importa é a comprovação da “monstruosidade” do “criminoso”. Os diversos atores envolvidos no caso, embora disputem espaço no campo intelectual, compartilham o mesmo conjunto de crenças e concordam que o mais importante é proteger a sociedade. Como observa Ruth Harris:

Apesar das inevitáveis brigas acerca da questão da insanidade criminal que periodicamente prejudicavam o relacionamento entre juristas e psiquiatras nos tribunais, o *fin de siècle* distinguiu-se pela colaboração entre as duas profissões ao criarem novos caminhos para a administração criminal. Suas formulações, por vezes esotéricas, tiveram um impacto vital no progresso dos julgamentos criminais. Por exemplo, ao discutirem um ‘degenerado’ alcoólatra acusado de assassinar a família, os médicos-legistas mediadores, os magistrados investigadores, e até os juízes nos tribunais demonstravam haver entre eles áreas de consenso. Em vez de tentarem determinar a responsabilidade do réu, quase sempre se contentavam em analisar a sua ‘periculosidade social’, definindo se possuíam ou não ‘personalidades criminosas’ e se representavam um ‘risco’ para a sociedade. (HARRIS, 1993, p. 93).

O fato de ter internado a mãe em um asilo, de não ter chorado diante do seu corpo, de ter fumado enquanto esperava no velório, de ter bebido café com leite, de ter ido à praia no dia seguinte ao enterro, de ir ao cinema assistir um filme de comédia, de começar um novo caso amoroso etc., foram enfatizados como capazes de comprovar a insensibilidade emocional do réu. Além disso, o juiz de instrução não conseguia aceitar que ele não se arrependesse diante da cruz. Afirmava: “os criminosos que aqui vieram, choraram sempre diante dessa imagem de dor” (CAMUS, 1979, p. 235). Os diversos atores sociais envolvidos não possuíam dúvidas de que o ser perigoso que estava sendo submetido à Justiça poderia destruir toda a sociedade. Como observa o promotor: “o vazio de um coração como o que descobrimos nesse homem se torna um abismo onde a sociedade pode sucumbir” (CAMUS, 1979, p. 273). Seu julgamento não guarda, assim, qualquer relação com o crime cometido e o que estaria em jogo, pelo menos ao nível dos discursos, seria a necessidade de proteger a sociedade da falta de altruísmo daquele ser monstruoso.

Camus usa com maestria todas as possibilidades discursivas recorrentes entre o século XIX e o começo do XX, quando os especialistas apenas utilizavam as testemunhas para corroborar suas certezas. O promotor acusa uma das testemunhas de defesa de ser “um monstro moral” e, portanto, inapto para atestar a idoneidade do acusado. Muitas vezes, diante de um assassinato, o processo e o julgamento buscavam comprovar que o suspeito era um “monstro moral”, empreendimento só possível de ser realizado através da gramática dos especialistas. Ao mesmo tempo, mantinha-se certo cuidado para que o “criminoso” não se “beneficiasse” do fato de ser considerado inimputável. O discurso assumia duas direções: procurava-se comprovar a insensibilidade do acusado e, ao mesmo tempo, mostrava-se que ele sabia o que estava fazendo, não sendo, portanto, apenas um doente que necessitava de tratamento. Todos os eventos da história de vida do acusado eram utilizados como evidências de sua culpa. Esse tipo de direcionamento pode ser verificado, por exemplo, nos diversos pareceres fornecidos, nas primeiras décadas do século XX, pelos especialistas da medicina legal do Brasil, a exemplo de Ramos (1937). O fim da personagem do livro de Camus não podia ser outro, condenado à morte para que a sociedade se sentisse mais protegida.

Nem sempre a história de vida do acusado estava recheada de eventos que pudessem corroborar sua “monstruosidade moral”. Em alguns casos, o acusado de assassinato era um homem acima de qualquer suspeita, como um intelectual, por exemplo. Diante desse tipo de evento, o modelo de acusação adotado sofria mudanças para continuar funcionando. O que não mudava era a necessidade do discurso especializado para explicar o crime. Nesses casos, os especialistas caracterizavam a monstruosidade do agente criminoso sem que ele fosse destruído fisicamente, tal como no exemplo do livro de Camus.

Em 16 de novembro de 1980, o mundo acadêmico foi surpreendido pela notícia de que um dos nomes mais conhecidos e respeitados do marxismo, Louis Althusser, havia estrangulado sua esposa Héléne, em seu apartamento na Escola Normal Superior, em Paris. O velho mestre marxista experimentaria a força do mais importante Aparelho Ideológico do Estado, a mídia⁵⁷. Diversos jornais do Brasil noticiaram o fato em um tom que misturava euforia e certezas. O evento não foi tratado apenas como uma notícia relacionada a um homem importante (um intelectual mundialmente conhecido) que matou a esposa, mas ganhou contornos de enfrentamento entre o mundo teórico e o prático. Parecia evidenciar os

⁵⁷ Althusser (1985, p. 68) considerava a mídia como um dos aparelhos ideológicos do Estado, que ele definia como “AIE de informação (a imprensa, o rádio, a televisão, etc)”, embora não lhe tenha conferido um papel decisivo. Possivelmente, a mídia não possuía tanta força no período em que o livro foi escrito. No entanto, quando ocorreu o assassinato praticado pelo autor, os jornais foram os principais divulgadores da ideologia do Estado para enfrentar os loucos desajustados que cometem crimes.

perigos a que os indivíduos estavam submetidos quando optavam por uma lógica equivocada de percepção do mundo. Em 1911, quase setenta anos antes do crime, o doutorando baiano Pery Guimarães já chamava a atenção para os perigos representados pelas ideias socialistas (GUIMARÃES, 1911). Em 1980, surge a possibilidade real, através do crime cometido por Althusser, de associar determinadas posições teóricas socialistas com as desordens sociais e psíquicas. Os jornais do mundo inteiro não perderam tempo. Algumas horas após o ocorrido, o filósofo já havia recebido sua nova identidade de louco, que necessitava, apenas, ser corroborada pelos especialistas para que fosse afastado do mundo social, ingressando em uma “instituição total”, na qual seria destituído do seu direito de emitir opinião sobre qualquer coisa, incluída sua pessoa. (GOFFMAN, 2008).

Althusser não estava disposto a aceitar, passivamente, essa nova posição que lhe foi atribuída, e tratou de problematizar o evento de sua “condenação” sem julgamento. A partir de uma crítica profunda ao sistema judiciário francês, questionou o direito dos especialistas (notadamente os psiquiatras) de impedi-lo de defender-se e de explicar a morte de sua esposa. Não estava buscando provar sua inocência; pelo contrário, ao que tudo indica, supunha-se culpado. No entanto, não aceitava que os especialistas falassem em seu nome, sem que tivesse oportunidade de se pronunciar. Desejava ser ouvido e queria que a mídia divulgasse a sua versão para os fatos. Na sua ótica, a principal dificuldade que um louco assassino enfrentava na França era o de ser submetido a uma lei de 1838⁵⁸, que definia que algumas pessoas não deveriam ir a julgamento e os considerava em “estado de não-responsabilidade”. A partir desse ponto o julgamento não era mais considerado necessário e o louco assassino perdia

a personalidade jurídica, delegada pela autoridade competente a um ‘tutor’ (advogado) que tem sua assinatura e age em seu nome e em seu lugar – enquanto um outro condenado só a perde em ‘matéria criminal’ (ALTHUSSER, 1992, p. 27).

Oxalá este evento, vivido pelo famoso filósofo marxista francês, conseguia transmitir um pouco do poder que os médicos adquirem diante de alguém considerado incapaz de responder por seus atos. No caso de ocorrer um julgamento, como no exemplo do personagem de Camus, o acusado não perdeu o seu direito de falar, e mesmo submetido aos especialistas

⁵⁸ A Lei de 30 de junho de 1838, que tratava dos alienados, era muito dura com aqueles que estavam sendo submetidos aos “cuidados” psiquiátricos, mesmo aqueles que ainda não haviam sido interditados. O Art. 33, por exemplo, dizia que “O Tribunal, por solicitação do administrador provisório, ou por iniciativa do procurador do rei, designará um mandatário especial com o fim de representar em justiça qualquer indivíduo não interdito e internado em um estabelecimento de alienados, que esteja engajado em uma contestação judiciária no momento da internação, ou contra o qual seja movida uma ação posteriormente [...]”; o Art. 35 estabelecia: “No caso em que um administrador provisório tiver sido nomeado por julgamento, as notificações à pessoa internada em um estabelecimento de alienados serão feitas a esse administrador. As notificações ao domicílio, de acordo com as circunstâncias, poderão ser anuladas pelos tribunais. O artigo 173 do Código de comércio não fica prejudicado” (CASTEL, 1978, p. 314-315). Como pode-se perceber, o internado perde sua capacidade de se representar em juízo, mesmo quando ainda não foi considerado totalmente incapaz.

(médicos, advogados, promotores, juízes etc.), continuou investido do direito de se defender, podendo, inclusive, recorrer de uma sentença percebida como injusta. Além disso, desde que não seja condenado à morte, recebe uma sentença, podendo ter diversas garantias de redução de pena, entre outras razões, por bom comportamento. Após o cumprimento da sentença (em teoria), ganha o direito de ser integrado à antiga vida.

Aqueles que recebem o benefício de serem considerados não-responsáveis por seus atos perdem, imediatamente, o direito de guiar sua vida. A partir daquele momento, tudo que afirmarem requererá ser validado por um poderoso especialista – o médico psiquiatra. Dentre as muitas questões tratadas pelos doutorandos baianos em relação ao louco assassino, estavam sempre na pauta das discussões saber se eles deveriam ser considerados responsáveis por seus crimes, qual o papel do médico especialista no desfecho jurídico do caso, qual o destino dos acusados etc. Como assinala Bauman (1998), ao tratar da “ilusão” causada pela pós-modernidade, os estranhos e os impuros precisam ser combatidos para que o mundo de fantasia imaginado por alguns grupos possa ser engendrado. Os loucos e, principalmente, os loucos criminosos eram, dentre todos os indesejáveis que circulavam pelas grandes cidades brasileiras após a abolição da escravatura, os que mais incomodavam os detentores do poder. Como pode ser constatado, através do exemplo vivido por Althusser na França do final do século XX, nesse assunto as mudanças ocorrem muito lentamente.

Verifiquemos o que têm a nos dizer os doutorandos baianos do final do século XIX e começo do XX sobre a loucura e os loucos assassinos.

4.2 OS DOENTES MENTAIS COMO PROBLEMA DE PESQUISA

Após 1890, o caráter da imigração para a América [Estados Unidos] havia mudado significativamente. Os compatíveis ingleses, alemães e escandinavos, que antes predominavam, cederam lugar para as hordas de gente mais pobre, escura e pouco familiar, provinda do Sul e do Leste europeus. A lista de estereótipos nacionais proclamava que essa gente – principalmente italianos, gregos, turcos e eslavos – era deficiente, tanto intelectual como moralmente. (GOULD, 1992, p. 287).

Com o crescente desenvolvimento das práticas místicas associadas aos fenômenos metafísicos na França, principalmente no tocante às mesas girantes e ao próprio espiritismo (que podiam ser encontrados com mais frequência a partir da década de 1840 (MACHADO, 1983)), os pensadores franceses, principalmente aqueles dedicados à medicina, decidiram contra-atacar, reconduzindo os eventos que, supostamente, estavam relacionados ao mundo extra-físico, ao mundo natural. Uma das dificuldades era que os espíritas não estavam apenas preocupados em cuidar dos seres desencarnados, defendendo a existência de uma relação

direta entre a loucura e os problemas espirituais. Essa crença lhes habilitava a lidar com a loucura e com os loucos. O próprio Estado brasileiro chegou a reconhecer essa habilidade quando, em 1921, o Estado do Espírito Santo entregou seus doentes mentais, tanto aqueles que perambulavam pelas ruas como os que se envolviam em alguma desordem, aos cuidados de um Centro Espírita situado em Cachoeiro do Itapemirim. De acordo com Jabert (2005), o reconhecimento da capacidade dos centros espíritas para lidar com a loucura foi recorrente em diversos Estados do Brasil até a década de 1930.

A partir de um determinado momento, no Brasil, aproximadamente nos anos finais da década de 1860, os médicos passaram a investir em explicações físicas para dar conta dos casos de desarranjo do espírito, como uma alternativa às curas praticadas pelos “metafísicos”, cuja atuação predominante era a dos espíritas, fossem ou não formados em medicina.

Para explicar as doenças mentais, os doutores de todo o mundo civilizado começaram a considerar os eventos ocorridos na vida dos doentes. Dessa forma, pancadas na cabeça, pressões atmosféricas e o tipo de trabalho realizado passaram a ser considerados na tentativa de desvendar as doenças psíquicas. No caso das mulheres, a menstruação, gravidez, amamentação etc. eram largamente utilizadas como justificativas para eventos aparentemente inexplicáveis, como, por exemplo, o cometimento de um crime por uma mulher insuspeita. Não seriam mais necessárias, assim, explicações religiosas que recorriam a deuses, diabos, santos, anjos ou espíritos dos mortos. Todos os desarranjos do espírito poderiam ser diagnosticados e explicados a partir de eventos físicos (HARRIS, 1993).

Não havia dúvidas, por parte dos doutorandos baianos, acerca da presença de fatores físicos e sociais na produção das moléstias mentais. Entretanto, em relação a uma possível interferência de eventos metafísicos, muitos deles preferiam esperar “o advento da ciência futura, que muito melhor dirá sobre tudo isso, e esclarecerá os muitos pontos obscuros que ainda existem” (SAMPAIO, 1926, p. 30). Diante das dúvidas, em sua grande maioria, eles preferiam apostar nas explicações que levavam em consideração o ambiente (físico e social) e a própria biologia do paciente, como estava ocorrendo na França desde o final da década de 1820 (HARRIS, 1993).

Segundo o doutorando Genaro Sampaio, a opção seria dividir “as causas das psychopatas em dois grandes grupos”, os quais abrangiam “todas as moléstias mentaes” e tanto as causas endógenas como as exógenas. O primeiro grupo, composto por fatores inatos e congênitos, concernia às partes do “eu” individual, não havendo nada “que possa transformar, nem mesmo a reacção de si mesmo, e o infeliz com o terreno predisposto, não tarda a se ver presa do ferrete da loucura”, tornando-se, ainda segundo Sampaio, no “doente merecedor de

compaixão de nós outros, mas que serve de mofa á ignorancia e á estupidez de muitos” (SAMPAIO, 1926, p. 32). O autor fará uma exaustiva discussão acerca das causas endógenas que, como vimos, é uma sentença que espera, apenas, o momento propício para ser proferida. Quanto às causas exógenas, defenderá que elas não “representa[m] papel essencial na genese das molestias mentaes”. Seriam, apenas, o gatilho que dispara a doença pré-existente, “factor simplesmente traumatico responsavel pelo surto das psychopatias”.

As causas endógenas poderiam ser predisponentes ou ocasionais. No primeiro grupo, estavam os famosos “males sociais” advindos do processo de civilização, como a sífilis, o alcoolismo e a herança; no segundo, os traumatismos físicos, as infecções e as intoxicações. Mesmo as causas endógenas, que representavam maior perigo diante das dificuldades do seu tratamento, poderiam ser fruto de causas exógenas presentes em outras pessoas como, por exemplo, um pai que transmite sífilis para seu filho (SAMPAIO, 1926, p. 43). Para alguns doutorandos, a religião seria o campo privilegiado para o aparecimento das doenças psíquicas, principalmente aquelas religiões que tentam materializar o mundo do sagrado. Segundo Sampaio, “seria necessário realizar uma Prophylaxia das praticas espiritas” com a finalidade de proteger aqueles “que, por ventura não tenham seu psychismo normal”, já que esse tipo de religião constitue “um grave perigo para os constitucionaes psychopatas, devido ao trauma que é, em relação ao psychismo anormal” (SAMPAIO, 1926, p. 69).

Parecia consenso que a sugestão era a grande vilã a empurrar cérebros frágeis para os precipícios da desordem mental. Os médicos decidiram lançar mão dessa mesma arma para tratar aqueles que já se encontravam doentes. Se a “sugestão” criava o problema, também poderia ser usada como solução para conduzir os desajustados ao caminho da ordem psíquica. Os médicos franceses, por exemplo, estavam bastante interessados nas possibilidades disponíveis a partir da hipnose. Muitos deles pretendiam comprovar que era possível fazer pessoas, principalmente mulheres, obedecerem a ordens emitidas antecipadamente e cumpridas horas ou mesmo dias depois. Além disso, acreditavam que era possível conseguir estados de hipnose com o paciente distante, utilizando o telefone ou mesmo as ondas cerebrais (HARRIS, 1993). Por este motivo, encontraremos um grande número de teses e doutorandos brasileiros ocupados com esse problema (digo, com essa solução!).

4.3 SUGESTÃO E EDUCAÇÃO: PROBLEMA E SOLUÇÃO AO MESMO TEMPO

Temos uma sensação esquisita, quando, já na idade madura, mais uma vez recebemos ordem de fazer uma redação escolar. Mas obedecemos automaticamente, como o velho soldado que, à voz de ‘Sentido!’, deixa cair o que tiver nas mãos e se surpreende com os dedos mínimos apertados de encontro às costuras das calças. É estranho como obedecemos às ordens prontamente, como se nada de particular houvesse acontecido no último meio século. (FREUD, 1996, p. 247).

Na tese de Luiz Pinto de Carvalho, encontramos a definição mais direta do que seria a sugestão: “o acto pelo qual uma ideia é introduzida no cerebro e é aceita por elle” (CARVALHO, 1898, p. 6). Esta definição procura contemplar uma preocupação que reaparecerá em diversas outras teses, qual seja, o cuidado que devemos ter com ideias oriundas de outras pessoas. A educação seria a arte de fazer as crianças aceitarem certas sugestões capazes de conduzi-las a um fim desejado. Educar, embora fosse importante, não resolvia todos os problemas. Tudo dependia (como sempre!!) da herança para se tornar eficaz: “Os filhos de homens de certa educação, de qualidades elevadas, de alma boa e generosa, apresentam geralmente esses mesmos sentimentos” (CARVALHO, 1898, p. 9). A mesma sorte não terão aqueles “que tiverem a desgraça de nascer de paes que já respiram o ar putrefeito dos manicômios, filhos de ladrões, de assassinos, de usurarios, de homens de character baixo e miseravel”, estes seguem sempre a “róta traçada pelos progenitores” (CARVALHO, 1898, p. 9). Após esta definição, que deixa pouco espaço de ação para que os jovens escapem da sentença advinda da sua ascendência, Carvalho informa que os mestres e as escolas possuíam grande importância na confecção do novo indivíduo que busca ingressar na sociedade. Como isso seria possível, se ele já destacou a importância primordial da herança? Provavelmente, a suposição prevalente era que os sentenciados pela ascendência não chegariam à escola.

A ideia da possibilidade de transmissão da cultura via arquétipos que perpassam grupos e os conectam com a humanidade inteira sempre esteve presente no pensamento médico-psico-antropológico. O problema se apresenta

quando o termo remete de forma mais ou menos explícita a uma transmissão hereditária de caracteres culturais adquiridos, jamais demonstrada, suas pretensões explicativas parecem não só inconsistentes mas também potencialmente racistas. (GINZBURG, 2007, p. 30).

Ao que tudo indica, esta era a posição da maioria dos doutorandos e médicos da Bahia no período sob exame.

Carvalho orienta seus leitores em relação às crianças. Os pais não deveriam agredir seus filhos. As crianças aprenderiam através de “exemplos dignos de imitação, em sugestões

sabiamente dirigidas para o bem” (CARVALHO, 1898, p. 12). A imitação valeria para todas as classes sociais, e mesmo os homens mais intelectualmente dotados estariam sujeitos a esta regra. Ele cita os trabalhos de Nina Rodrigues sobre a epidemia de “astasia-abasia”,⁵⁹ na qual uma “affecção nervosa” contagiou um grande número de pessoas a partir do processo de imitação. O autor adverte para os perigos da imitação, principalmente quando acontece coletivamente. A advertência procede se lembrarmos que o Brasil, na visão dos médicos da época, era constantemente invadido por eventos coletivos de imitação em grupo, tanto no campo social, a exemplo da “abasia coreiforme epidêmica”, como no religioso, a exemplo de procissões aos santos da terra e, principalmente, os eventos ocorridos em Canudos e São Leopoldo, encarados como atentatórios ao Estado-nação. Para ele: “por isso, comtudo, não deixaremos de dizer que não há um único homem que não esteja sujeito a realizar actos automaticos: pelo contrario, todos realisam-n’os e mais commumente do que se poderia pensar” (CARVALHO, 1898, p. 30). Os perigos rondavam a sociedade e os histéricos, devido à fragilidade de suas opiniões, eram as principais presas da sugestão.

Alguns homens não estariam sujeitos à hipnose, pois suas doenças os tornariam insensíveis a esta técnica:

os loucos em geral formam essa cathegoria. Os maníacos, os que tem ideas fixas, em verdadeiro estado de monoideísmo, repellem qualquer ideia nova que se lhes queira suggerir. Os neurasthemicos, os hypocondriacos fazem também parte d’esse grupo. Todos esses são em geral inhypnotisaveis. (CARVALHO, 1898, p. 39).

A sugestão tanto poderia produzir as doenças quanto curá-las: “a suggestão póde de fato modificar a todas as funcções principaes do nosso organismo.” Dessa forma, deveria ser usada como “therapeutica suggestiva” (CARVALHO, 1898, p. 45), para curar as doenças e não só para produzi-las (como no caso das sugestões religiosas).

Dez anos antes, em 1888, esse tipo de argumento se apresentava em duas teses com o mesmo título: “Da suggestão no Tratamento das Doenças Psychicas”. Isso possibilita deduzir que a Academia baiana estava de portas abertas para aceitar práticas acionadas tanto dentro como fora dos portões da Faculdade, já que esta era, de acordo com alguns doutorandos, uma técnica utilizada pelos espíritas. Segundo o doutorando Carlos Affonso Alves, que, ao que tudo indica, pretendia se estabelecer como especialista no tratamento das doenças psíquicas utilizando a sugestão como terapia, “se no estado de saúde, a imaginação póde determinar uma molestia, é certo que no estado pathologico póde restabelecer a saúde” (ALVES, 1888, p. 20). Em relação às doenças psíquicas, diversas curas poderiam ser obtidas a partir da fé do

⁵⁹ Possivelmente, está se referindo à comunicação *A abasia coreiforme epidêmica no Norte do Brasil*, apresentada por Nina Rodrigues ao 3º Congresso Médico Brasileiro, que aconteceu na Bahia em 15 de outubro de 1890 (RODRIGUES, 2006).

paciente em um objeto inanimado qualquer. A confiança no poder da relíquia, atuando sobre a imaginação, lograria o resultado benéfico. Mesmo nas doenças físicas, bastaria “dirigir a imaginação em um certo sentido”, para as partes doentes, “que o resultado não se fará esperar, mesmo sem recorrer ao emprego de medicamentos inertes” (ALVES, 1888, p. 30). Para Alves, os amuletos poderiam produzir as diversas curas que, supostamente, ocorriam nas situações de epidemia. Opinião similar pode ser encontrada na outra tese sob o mesmo título: “Não param por ai os beneficios da suggestão: é assim que ella mostra o bom reultado na nostalgia, na insomnia, nas moléstias symphaticas, taes como a pseudo-choréa, vulgo treme-treme, molestia mui conhecida na cidade de S. Salvador” (D’ANDRADE, 1888, p. 47). Os autores estão trabalhando, intuitivamente, com a noção de “eficácia simbólica” defendida por Lévi-Strauss (1988), mais de meio século depois. Não seria apenas a farmacologia da droga administrada ao paciente que serviria para curar, mas, também, uma predisposição socialmente baseada na forma simbólica e ritualizada com a qual os doentes tratavam suas doenças.

Oscar Freire de Carvalho, refletindo sobre a produção das doenças nervosas, encontrou um meio termo entre a educação e a herança. Defendeu não ser possível definir, com um grau mínimo de segurança, qual dos dois eventos seria mais eficaz na produção daquele tipo de doença. Os transtornos psíquicos ocorreriam em presença de uma educação viciada, em um indivíduo já degenerado pela herança. O autor designa educação a todos os estágios da vida de um ser humano: desde o dia em que é concebido até aquele em que está sendo analisado. Tanto o indivíduo intelectual, formado pela herança, como o indivíduo moral, formado pela educação, “só se formam por uma integração progressiva de suas personalidades” (CARVALHO, 1902, p. 88). Como resultado do encontro da educação (mundo social) com a herança (mundo biológico) é que seria gerado o indivíduo como produto final. Esta fórmula valeria, também, para a formação das raças. A má educação seria nociva para o cérebro de brancos, negros e mestiços, indistintamente: “se o fato da degeneração entra, como eu acredito, em grande numero de casos não é, entretanto, a causa de facto assignalado; a causa é a má educação” (CARVALHO, 1902, p. 91).

O doutorando Francisco Pontes de Miranda defendeu situação similar quando afirmou que o caráter do indivíduo era formado, lentamente, pela educação, entendida em um sentido mais largo, como na tese de seu colega do mesmo ano. A vontade seria adquirida “demoradamente pela acção synergica da educação, instrucção e varias outras circumstancias, formando-se então o caracter individual, seu elemento primordial” (MIRANDA, 1902, p. 32). Havia doutorandos, a exemplo de Gonçalves (1902, p. 83), que

atribuíam à educação um papel de “uma verdadeira selecção social”. Os jovens seriam recrutados pelas escolas do crime e aprendiam através dos exemplos que os maus feitores já formados forneciam. A educação poderia seguir em qualquer direção; daí a sua importância para os médicos baianos.

Uma questão interessante que recorre as teses do mesmo ano e que tratam do mesmo tema de pesquisa (muitas vezes lançando mão do mesmo título) é que elas convergem em diversos aspectos teóricos e práticos. O fato de os alunos não escolherem o tema sobre o qual vão dissertar pode lançar alguma luz sobre os motivos desse tipo de concordância. Ao que tudo indica, eles tentavam escrever algo próximo daquilo que o professor selecionador do tema para aquele ano pensava.

Os objetivos eram bastante claros em relação ao tipo de interação/intervenção pretendida para aqueles considerados mentalmente inapropriados para o mundo social. Os doutorandos estavam dispostos a fazer uma “prophylaxia das molestias mentaes”, como no caso de Aurelio Domingues de Souza, que tentou empreender uma cruzada moralista no campo médico, com o objetivo de prevenir e controlar os portadores dessas doenças. Acreditava que: “uma boa educação das edéas na creancice e na primeira infancia é um grande factor de prophylaxia das moléstias mentaes”. O autor coloca a responsabilidade nos ombros das famílias. Estas deveriam ser as principais responsáveis pela educação moral das crianças: “antes de qualquer iniciativa no sentido propriamente da instrucção do espirito, da aprendizagem da leitura, da escripta de materias cada vez mais complexas”, a criança deveria ser preparada, no aconchego do lar, para seguir as regras morais da sociedade (SOUZA, 1907, p. 24). Para ele, seria um erro colocar as crianças na escola muito cedo, situação que as obrigaria “cerebrações” para as quais ainda não estavam espiritualmente preparadas. Essa situação poderia abrir caminho para as doenças mentais na idade adulta. Proteger o cérebro das crianças dos possíveis agentes perturbadores era o objetivo desse tipo de admoestação aplicada por Aurélio Souza⁶⁰.

Com os representantes das “classes perigosas” invadindo as grandes cidades brasileiras, os trabalhadores negros e mestiços (que buscavam a cidade após o fim da escravidão), vagabundos dedicados aos pequenos furtos, anarquistas oriundos das imigrações,

⁶⁰ Possivelmente, o doutorando Florival Ulysses Barbuda, que escreveu em 1910 sobre a “*Genese da Personalidade Psychica*”, possuía uma opinião diversa de seu colega Aurelio Domingues Santos. Florival Barbuda reclamava do pouco conhecimento que os jovens possuíam e das dificuldades para realizar os exames finais. Diz ele: “Na Bahia, a falta de preparo dos aspirantes ao curso normal os inibe de fazerem sem esforço o curso, de modo que na maior parte das materias levante grande celeuma, por parte dos interessados, contra inhabilitações finaes do curso lectivo” (BARBUDA, 1910, p. 79). A partir do título da tese, caso o doutorando julgasse relevante, deveríamos encontrar alguma referência aos perigos da educação dos muito jovens para a “personalidade psychica” do adulto, mas isso não ocorre.

representantes das novas religiões (a exemplo dos espíritas), estrangeiros buscando fortunas fáceis etc. os doutorandos se preocupavam com a sugestão e com a imitação que essas classes ofereciam aos que possuíam um cérebro pré-disposto, que, no Brasil, se acreditava ser a maioria. Na França, principal fonte de conhecimento do Brasil da época, os médicos estavam assustados com as possibilidades nefastas produzidas a partir da sugestão/hipnose e da imitação. Alguns defendiam que era possível controlar a mente de homens frágeis mesmo à distância. No caso brasileiro, há os diversos trabalhos de Nina Rodrigues, através dos quais ele procurava evidenciar os perigos presentes tanto na imitação (*A abasia coreiforme epidêmica no Norte do Brasil*), como na sugestão para o cometimento de crimes (*O regicida Marcelino Bispo*). A hipnose se apresentava como tendo um grande potencial, fosse para o bem ou para o mal.

4.4 HIPNOSE, A SUGESTÃO POR EXCELÊNCIA

Possuir um diploma não significa muito, é certo, mas não exibi-lo já dizia tudo. E esta classe de destituídos não deveria violentar a membrana protetora dos virginais bacharéis – virginais, isto é, não corrompidos pelo mercantilismo da lei da oferta e da procura -, nem introduzir-se oportunisticamente nos orifícios desocupados de um inocente mercado de trabalho, a que não haviam chegado ainda as inevitáveis regras (SANTOS, 1999, p. 8).

Os doutorandos estavam convencidos do potencial da técnica de hipnose e reivindicavam que ela fosse realizada por médicos e “profissionais competentes”, para que desta forma não se tornasse um “perigo para o paciente” (SAMPAIO, 1926, p. 47). Quais seriam esses profissionais competentes que poderiam atuar, além dos médicos? Seriam os farmacêuticos? É bem possível, pois alguns professores da área de farmácia trabalhavam com hipnose na Faculdade baiana.

O hipnotismo era considerado o “melhor agente para aumentar a sugestibilidade de cada um” (CARVALHO, 1898, p. 34), mas apenas como mais um dos resultados de uma sugestão: “a sugestão do sommo” (CARVALHO, 1898, p. 34). Essa parece ser a grande encruzilhada a que os médicos, fosse do Brasil ou da França, chegaram. Como utilizar os diversos conhecimentos disponíveis no campo social sem que isso acarretasse desprestígio para a medicina? Como lançar mão das técnicas hipnóticas desenvolvidas por religiosos (seja das religiões africanas, seja do espiritismo), sem que a medicina se aproxime dessas religiões? Como separar o uso médico, que servia para curar as doenças psíquicas, dos usos religiosos, que “serviam para gerar as doenças”? Para esse grande número de questionamentos, que

surgiam quando os médicos enveredavam por áreas de atuação relacionadas à religião, nem sempre os doutorandos ofereciam respostas satisfatórias. Boa parte deles apenas procurava demonstrar haver perigo quando a hipnose era utilizada por leigos. Outros, a exemplo de Carlos Affonso Alves, que escreveu sobre o tema, em 1888, chamavam a atenção para as dificuldades que a utilização da hipnose terminava gerando. Havia uma enorme disputa pelo direito de usar a técnica: “enorme celeuma tem levantado o emprego da hypnose e das sugestões no tratamento das doenças psychicas” (ALVES, 1888, p. 80).

A histeria, uma das “doenças” que a medicina baiana mais investigava durante o século dezenove, foi considerada o espaço da hipnose por excelência. Como informa Carvalho (1898, p. 37): “o extase hysterico é por si mesmo um estado quase tão proprio ás sugestões quanto a hypnose”. Este mesmo autor lista aqueles que não podem ser hipnotizados: “os loucos em geral formam essa cathegoria. Os maniacos, os que tem ideias fixas, em verdadeiro estado de monodeismo, repellem qualquer ideia nova que se lhes queira suggerir”. Além deles, temos ainda os “neurasthemicos” e os “hypocondriacos” “todos esses são em geral inhypnotisaveis” (CARVALHO, 1898, p. 39). Definir quem poderia ou não ser hipnotizado era de grande importância para a medicina, por demonstrar poder de alguns grupos sobre outros. Por este motivo, o doutorando Aristêo Ferreira D’Andrade, em sua tese *Das Sugestões no Tratamento das Doenças Psychicas*, defendida em 1888, oferece uma lista daqueles que podem ser hipnotizados: mulheres; homens que possuem o sistema nervoso “quasi ou semelhante ao da mulher”; os soldados e marinheiros, “devido aos habitos da disciplina” (D’ANDRADE, 1888, p. 4).

A hipnose podia aprisionar tanto indivíduos como grupos específicos, a exemplo dos profissionais de determinadas áreas, como soldados e marinheiros. Portanto, não é surpreendente que o doutorando tenha formulado as observações a seguir justamente sobre a hipnose: “de todas as profissões a que menos se presta é a profissão medica” e “as pessoas de côr preta prestam-se melhor que as de côr branca ao phenomeno da hypnose, assim como as pessoas de pequena estatura, as que têm os dentes implantados viciosamente” (D’ANDRADE, 1888, p. 5). O interessante é que apenas o preconceito justificaria as afirmações de que os médicos não poderia ser hipnotizados e que os negros e os degenerados seriam os mais propensos a essa técnica. Como sempre, a intenção é controlar os grupos considerados perigosos. Quanto àqueles que já eram considerados “loucos”, os doutorandos preferiam acreditar que eles não podem ser hipnotizados, assim se protegiam das dificuldades em explicar quais seriam os motivos para não utilizar a sugestão em sua recuperação.

Os autores não negavam que a histeria era uma doença que atingia homens e mulheres. No entanto, defendiam que era passageira neles e duradoura nelas. De acordo com Mello (1890)⁶¹, que escreveu sobre a histeria no homem, a teoria de Haeckel, a partir da adaptação e da hereditariedade, conseguia explicar a histeria sem necessidade de recorrer às teses antigas, que a relacionavam com os ovários, nas mulheres, e com os testículos, para os homens. Como sempre, tudo seria culpa da “degeneração da espécie por herança” (MELLO, 1890, p. 8). O doutorando prescreve a mesma receita de sempre: evitar os abusos sociais, principalmente aqueles relacionados com a vida sexual, em especial porque, “a hereditariedade gosa, porém, de influencia preponderante no desenvolvimento da hysteria” (MELLO, 1890, p. 10). Os que vivem de forma mais intensa as suas emoções são as presas mais fáceis da histeria, a exemplo de “artistas, escriptores, poetas, etc., que vivem mais emocional que physicamente” (MELLO, 1890, p. 11). Eduardo de Mello concorda com seu colega Aristêo Ferreira D’Andrade quanto à relação entre histeria e as profissões, e aponta igualmente os soldados e marinheiros como predispostos à doença, devido às condições climáticas a que são submetidos.

Como em Nina Rodrigues, que acreditava que uma ordem dada (através de uma sugestão) a um indivíduo de cérebro inferior seria sempre cumprida, como no caso de Marcelino Bispo (RODRIGUES, 2006), Eduardo Mello defendia que a moralidade poderia barrar determinadas ordens por um certo tempo, mas ao final seriam executadas. Ele apresenta um exemplo curioso que, por falta de uma nomenclatura melhor, designarei de “experimento científico”. O leitor hodierno haverá de se perguntar quais seriam as reais intenções desse tipo de “experimento”, ao passo que, por não dever julgar os cientistas do passado, simplesmente apresentarei o exemplo:

Nem todas as sugestões, porém, são executadas pelos suggestionados, desde que a isso se opponha um sentimento profundo como aconteceu com Gilles de La Tourette á quem uma hypnotisada recusou a suggestão de banhar-se com elle, ficando rigida ao tirar o espartilho. Mas nem sempre isso succede: insistindo o hypnotisador no cumprimento da ordem ella será executada, embora haja a principio uma tal resistencia da parte do individuo.” (MELLO, 1890, p. 30).

Para Fabio Lopes dos Santos, que estudou o hipnotismo em 1880, existem “estados” que são mais propícios para a hipnose: “os estados ultra-physiologicos (a prenhez)” os “estados pathologicos, como o alcoolismo, a chlorose, as nevropathias, excepto a loucura, são predisposições” (SANTOS, 1880, p. 11). Ele acreditava que os predispostos poderiam ser

⁶¹ Nesse mesmo ano, era defendida a tese de Manuel Sampaio Marques, que, além de ter o mesmo título “Histeria no Homem” (MARQUES, 1890), compartilhava algumas das conclusões de seu colega Eduardo Janssem Mello. Segundo Marques (1890, p. 5), a histeria no homem “é dos dias hodiernos sua elevação á cathegoria de verdade scientifica”.

hipnotizados mesmo sem a sua autorização. Como no exemplo citado anteriormente, que lembrava as ideias de controle defendidas por Nina Rodrigues, o doutorando afirma que:

sugestão hypnotica é a direção dada ao pensamento do individuo hypnotizado e mais precisamente é a ordem imposta [...] O somnambulismo é incapaz de querer, de ter por si mesmo uma Idea, de crear uma imagem, é o juguete da vontade de outrem, nas impressões exteriores e das reflexões que ellas determinão... a espontaneidade psychica desaparece. (SANTOS, 1880, p. 20).

Alguns estudiosos do assunto conduzem a hipnose para o campo da “metafísica”, situação que faz com que ela acabe perdendo qualquer relação com o estado positivo que eles mesmos defendiam. Fabio Lopes, por exemplo, acreditava no controle da mente à distância pelo hipnotizador, inclusive dispensando o uso de remédios para curar as doenças: “Foi Puysegur, diz Morin, quem notou, com espanto, que os somnambulismos magnéticos obedeciam ao pensamento d’elle, cantando arias que elle modulava mentalmente, vião o interior de seus próprios corpos e prescrevião remédios para curar suas molestias” (SANTOS, 1880, p. 24). Embora cite diversos exemplos desse tipo de procedimento, como defensor do positivismo, mostra-se aturdido e com “o espírito abalado entre o receio de aceitar uma theoria, que não tem explicação physiologica, e a duvida no criterio do observador” (SANTOS, 1880, p. 25).

As dificuldades que os novos conhecimentos “científicos”, a exemplo da hipnose, estavam acarretando aos seguidores do positivismo podem ser evidenciadas em diversas teses. Os doutorandos estavam às voltas com um inimigo bastante poderoso – o livre arbítrio – e pretendiam dedicar suas forças a combatê-lo. A maioria dos médicos do período defendia que os seres humanos não podiam escolher entre fazer o certo ou o errado, uma vez que as condições biológicas definiriam o que cada ator social faria em sua trajetória moral na sociedade. Um pequeno grupo defendia, seguindo Lombroso, que os caracteres físicos identificavam aqueles predispostos à loucura e ao crime. A grande maioria, contudo, seguia a escola francesa comandada por Lacassagne e apostava na herança combinada com fatores sociais. Os diversos grupos que ascendiam à sociedade brasileira nas últimas décadas do século dezenove seriam perigosos devido à identificação com seu passado ancestral. Os negros e mestiços eram considerados instáveis e, portanto, hipnotisáveis. Eles poderiam ser compelidos à loucura e, conseqüentemente, ao crime. Como seria possível pensar em igualdade de condições para tais pessoas perigosas? O melhor era garantir que eles nunca ocupassem cargos de destaque e que fossem mantidos sob vigilância cerrada.

Magalhães (1889) usava a hipnose como prova de que o livre arbítrio não existia. Para ele, o psicólogo que estudasse a hipnose descobriria uma “modificação profunda dos phenomenos da esphera volitiva” (MAGALHÃES, 1889, p. 33), o que comprovaria que os

criminosos estavam isentos de culpa pelos crimes cometidos sob o efeito da hipnose. Ele chama a atenção para os perigos que a técnica poderia acarretar no seio da sociedade: “a suggestibilidade existe no estado normal, como provam a educação moral da criança e a **orientação das massas populares pelos espíritos superiores** que revolvem as opiniões dos povos, **agitando as questões sociais, políticas e econômicas**, que lhes interessam de perto” (MAGALHÃES, 1889, p. 34, grifos nossos). Chegamos, enfim, ao problema que preocupava os doutorandos do período, isto é, as possíveis agitações que poderiam ocorrer na sociedade brasileira se um degenerado superior resolvesse, lançando mão da religião, por exemplo, comandar os diversos cérebros frágeis disponíveis. Boa parte dos doutorandos defendia que o único capaz de lidar com esse novo e perigoso conhecimento seria o médico formado:

É tão sensível a necessidade do conhecimento do hypnotismo no Brazil, quanto é já notável o numero das victimas da crendice espirita, que tem arrastado em sua devastação até cerebros mais illuminados pellos esplendores de uma erudição variada, como poderíamos citar nomes. E os casos de loucuras e adulterações intellectuaes já deviam ter chamado a atenção dos competentes. A sciencia nunca foi nociva, tem sido e será o principal factor do bem; mas a impostura que se occulta á sombra da sciencia, sempre foi e é prejudicial. (MAGALHÃES, 1889, p. 80)⁶².

4.5 LOUCURA E FRAGILIDADE CEREBRAL: O ASILO PRISÃO

Doutor: Meus senhores, vou lhes apresentar

A figura do homem popular,
Esse tipo idiota e muquirana
É um bicho que imita a raça humana

O homem: O doutor exagera e desatina

Pois quando o pobre tem o seu repasto
O direito a escola e proteína
O seu cérebro cresce qual um astro
E começa a nascer pra todo lado
Jesus Cristo e muito Fidel Castro
(Desafio: Tom Zé/ Gilberto Assis)

No ano de 1927, o doutorando Nestor Pires defendeu a tese de que a raça brasileira estava se tornando cada vez mais instável. O homem das primeiras décadas do século XX teria “uma feição nervosa muito menos resistente que a de vossos antepassados”, seria um “hyper-esthesico”, um “super emotivo”, situação que lhes conferia “uma hyper-tensão psychica, que o torna facilmente vulnerável pelas doenças mentaes” (PIRES, 1927, p. 72). Essa posição está de acordo com as diversas questões defendidas anteriormente pelo doutorando, que acreditava que o homem do passado possuía um físico mais harmônico. Desde os anos finais do século dezenove, para aqueles que seguiam a teoria francesa, não

⁶² A numeração das páginas da tese de Magalhães (1889) está trocada em alguns momentos embora, aparentemente, trate-se apenas um erro de impressão, optamos por seguir os números de páginas indicadas na edição que se encontra disponível na biblioteca da antiga Faculdade de Medicina da Bahia.

existia mais espaço para a defesa exclusiva da degeneração física. Os médicos precisavam explicar como alguém que possuía formas corporais regulares podia cometer crimes. A resposta continuava centrada na degeneração, mas, ao contrário dos pensadores italianos aliados de Lombroso, os franceses e seus seguidores no Brasil apostavam em uma degeneração psíquica que não implicaria, necessariamente, degeneração física (HARRIS, 1993; DARMON, 1991).

Seguindo a crença nos perigos que a civilização poderia representar para os seres humanos, Octavio Vieira de Mello discutiu, em 1902, a paralisia geral dos alienados. Ela seria produzida no momento da procriação (através de pais com cérebros cansados). Embora ele defenda que a doença tem relação com a civilização, recusa-se a afirmar que atinge apenas os indivíduos mais inteligentes e que sejam degenerados:

assalta mesmo as mais bellas e poderosas organizações cerebraes. Um fator de alta monta na etiopathogenia da affecção é a herança. Os factos demostram que os individuos de cerebro cansado procrêm [sic] candidatos a todas as molestias do systema nervoso, especialmente á paralyisia geral (MELLO, 1902, p .3).

Tanto os homens como as mulheres estariam sujeitos à doença. O autor oferece um grande número de observações de casos, mas no único em que é identificado a cor do enfermo (que era branco), afirma não entender os motivos da doença, já que os familiares do enfermo não apresentavam os antecedentes necessários.

Mello fornece um excelente panorama dos estabelecimentos para doentes mentais no período. Ao que tudo indica, já que o doutorando não é o único a reclamar desses espaços, eles **serviam, apenas, para aprisionar e matar pessoas indesejáveis**, proibindo-lhes de circular livremente pelas ruas das cidades. Segundo ele, não havia registros de que um único paralítico geral tenha saído curado do Asilo São João. Dali só saíam para o cemitério, principalmente porque nenhum meio terapêutico era posto à disposição dos doentes. Em verdade, para as autoridades da época em exame, era muito mais proveitoso tratar as classes perigosas como doentes do que como bandidos comuns. Doentes necessitam ser tratados por um período definido pelo especialista, podendo nunca ser liberados para retornarem ao seio da sociedade. Além disso, se os estabelecimentos não estiverem preparados para lidar com esses doentes, eles seriam, apenas, sacrificados sem que fosse necessário qualquer julgamento. As críticas em relação a esses espaços de cuidados médicos existentes no Brasil são muito duras e a de Mello não constitui exceção:

No asylo S. João de Deus jamais se viu um paralytico geral sahir siquer em uma phase de remissão; **sahem apenas para o cemiterio**. Meios therapeuticos de especie alguma são alli postos em pratica. Uma utilidade única se vê na excellente casa de caridade: é o **aprisionamento ou sequestração dos pobres loucos** e mesmo dos assim julgados ou **pseudo-loucos, sem fito algum de os melhorar**, exacerbando até

a molestia, diminuindo e arrancando os poucos e contados dias dos pobres e resignados enfermos, efeito o mais das vezes da impericia, do descuido e da falta de piedade por parte dos prepostos ao serviço do estabelecimento [...] É com pureza de consciencia, convicção plena, e na qualidade de **testemunha**, que lançamos nosso protesto contra essa **carnificina**, essa **matança sem exemplo**, que cada dia se vê realizar nessa descuidosa terra, sem um projecto sequer de providencia pondo um paradeiro a tudo isso. (MELLO, 1902, p. 63-64, grifos nossos).

Este tipo de avaliação quanto ao “Asylo São João” é bastante frequente nas teses que discutem as doenças mentais no período em análise. Francisco de Souza Pondé, que em 1902 tratou da “Assistencia Publica aos Loucos Delinquentes no Brasil”, também era muito crítico acerca das condições desses estabelecimentos em todos os Estados da República, consideradas as piores possíveis. Os cuidados dispensados aos loucos criminosos seriam iguais aos dos séculos dezessete e dezoito: “metem-nos nos hospitaes improprios, mal vestidos, mal nutridos e **os que são menos protegidos vão povoar as masmorras de mistura com os ladrões e os malfeitores**” (PONDÉ, 1902, p. 124, grifos nossos). O único exemplo contrário seria o Asilo de São Paulo: “o estabelecimento é dirigido habilmente pelo Exm. Sr. Dr. Franco da Rocha, distincto psychiatra”, que utilizaria os preceitos “hygienicos mais modernos” e conseguia apresentar “resultados promettedores relativamente á cura, a mortalidade não excedendo a 6,5%” (PONDÉ, 1902, p. 126).

Sobre a única casa disponível no Estado da Bahia, diz: “A Bahia está em condições inferiores. A casa que existe nesta cidade é a mais impropria para o mistér; mal dividida, sem hygiene alguma, e insufficiente para o **numero de alienados que augmenta de continuo**, de que resulta ficarem muitos delles a espera de uma vaga na casa de correção de mistura com criminosos de toda especie” (PONDÉ, 1902, p. 129, grifos nossos). E finaliza, enfatizando que “o asylo S. João de Deus é uma affronta [aos] tempos modernos” (PONDÉ, 1902, p. 133). Em Miranda (1902), encontramos a defesa da construção de uma casa específica para abrigar os loucos criminosos, que devem ser afastados do convívio social. No entanto, devem ser resguardados dos criminosos comuns e dos loucos criminosos mais violentos: “não queremos a cadeia, com todo o seu tetrico cortejo, para os loucos criminosos; auguramos o estabelecimento de um asylo especial onde elles sejam detidos, não só para garantia social e dos proprios loucos pacificos, bem como para que possam usufruir os salutaes efeitos de um tratamento regularmente dirigido.” (MIRANDA, 1902, p. 53). Pondé (1902), também defende a construção de um espaço diferenciado para os loucos criminosos:

Um mixto de hospital e prisão destinado aos loucos delinqüentes [...] A questão principal é haver um logar seguro onde elles sejam guardados, em bem proprio e da sociedade sem se fazer interesse pelo nome de prisão que, geralmente, é tida como uma cousa mui penosa. Em se tratando de enfermos, é necessario proceder-se com toda brandura, até nos termos, para que não se augmentem seus infortúnios. (PONDÉ, 1902, p. 59).

Os doutorandos acreditavam ser possível curar diversas doenças mentais identificadas no período, o que não ocorria devido às condições impróprias às quais os internos estavam submetidos. A única preocupação das autoridades estaria relacionada com a retirada dos indesejáveis das ruas das grandes cidades. Os primeiros anos do século vinte foram palco de diversos discursos sobre as doenças nervosas que afligiam a sociedade brasileira, tendo ocorrido um grande aumento da preocupação com essas doenças a partir das últimas décadas do século dezenove e começo do século vinte. Seguramente, as preocupações com as condições de civilização do país, com nossos cérebros frágeis e com o aumento das doenças definidas como males sociais (todas elas geradoras de “doenças do espírito”), têm a ver com o aumento da população de indesejáveis perambulando nas grandes cidades. Com o fim da escravidão e o advento da República, muitos moradores das zonas rurais migraram para as cidades em busca de novas oportunidades de vida. Conseqüentemente, houve um aumento nas reflexões acerca do que se deveria fazer com esses grupos nos momentos em que excedessem os espaços a eles destinados ou quando se mostrassem insatisfeitos com a situação de miséria em que viviam. Seria necessário que medidas de caráter científico auxiliassem aqueles que mantinham a ordem e o controle social. Os médicos, considerados mais preparados para lidar com as desordens no campo psíquico, pois caracterizavam os estados desarmônicos dos atores sociais como sendo desarranjos do espírito, foram recrutados como “engenheiros da ordem” – expressão que tomamos de empréstimo de Santos (1999, p. 10).

Com isso, não estamos supondo que os médicos eram maus e que estavam a serviço dos brancos e contra os pobres. Da mesma forma que Harris (1993), quando tratou dos médicos franceses do final do século dezenove e começo do século vinte, e Corrêa (2001) para a Escola Nina Rodrigues, acreditamos que boa parte dos doutorandos que se interessava pelas dificuldades advindas com a civilização e com os novos tempos de liberdade republicana eram homens bem intencionados e que buscavam fazer o melhor para o Brasil, enquanto Estado-nação. As dificuldades mais marcantes que enfrentavam estavam relacionadas aos preconceitos que nutriam em relação aos novos cidadãos brasileiros que foram criados com o fim da escravidão. Os médicos tentaram equacionar a existência de um Estado eugenicamente sadio, com um povo de cérebro fraco e aceito como perigoso e instável⁶³. Dentre os diversos grupos definidos como “classes perigosas”, os religiosos eram

⁶³ Um exemplo marcante desse tipo de dificuldade pode ser percebido na obra de Nina Rodrigues. Conforme apontam Ramos e Maio (2010, p. 42), esse autor “afirmava que os negros eram inferiores aos brancos e que sua presença era um dos aspectos determinantes do atraso do Brasil em relação aos países onde predominava a raça branca. Ao mesmo tempo, ele demonstrou repetidas vezes simpatia pelos negros e por sua cultura

os mais temidos. O medo residia na possibilidade de que um desses degenerados, que possuísse capacidade para dominar usando o carisma pessoal, utilizasse a religião como espaço aglutinador dos diversos grupos insatisfeitos com as condições de vida do país. Essa situação já havia acontecido antes e após a República. Portanto, o medo era real e tinha razão de ser.

4.6 LOUCOS, RELIGIOSOS E PERIGOSOS: DOIS MILENARISTAS DE PESO⁶⁴

Por aquela mesma ocasião, **diversos jornais** da então província **publicaram artigos violentíssimos**, profligando, nos termos mais acrimoniosos, as desordens que se davam em casa de Maurer [...]. Depois de acentuar bem que o movimento da seita de Maurer era **perigoso**, e de tal forma perigoso que urgia que o governo **lançasse mão de todos os meios para abafá-lo**, o articulista passava a demonstrar ponto por ponto: que a seita era **imoral**, pois **pregava o comunismo**, estendendo-o até o matrimônio; que era **perigosa para a sociedade**, porque ali se ensinava que aqueles que não pertenciam à seita, deveria ser contado entre os mortos, e que o Mucker que matasse os adversários, fosse qual fosse o número destes, não matava senão animais; que a seita constituía uma **ameaça e um perigo para o próprio Estado**, pois ali se conculcavam as leis do país, e se o preparava o caminho à **revolução**; que se o governo não livrasse a sociedade daqueles **monstros**, não seria de se admirar se os colonos alemães recorressem ao linchamento, resultando daí mortes e assassinatos. (SCHUPP, 2004, p. 147, grifos nossos).

Antes de apresentarmos os dois exemplos milenaristas de que aqui trataremos, faz-se necessário um esclarecimento. Os dois exemplos já foram visitados e revisitados por diversos autores consagrados ao longo do século XX, principalmente o episódio de Canudos. Portanto, com o intuito de não desagradar os especialistas da área de religião (sociólogos, antropólogos, historiadores etc.), informamos que não pretendemos discutir a questão messiânica que envolve os eventos. Além disso, reconhecemos que tentar comparar os dois eventos históricos demandaria uma tese de doutoramento, o que escaparia do escopo desta tese. A nossa intenção, quando referimos os percalços pelos quais passaram Jacobina Maurer e Antônio Conselheiro é, apenas, de evidenciar os perigos que os doutorandos poderiam prever (por já terem acontecido tais eventos antes) quando tratavam das classes perigosas que faziam parte da população brasileira.

‘africana’ – o que o levou a embates com a polícia baiana em defesa dos cultos de candomblé, quando estes foram postos na ilegalidade.”

⁶⁴ Um líder religioso cuja história de vida guarda relação com os dois exemplos tratados no nosso estudo é Aparecido Galdino Jacinto, que, após despontar como curadeiro na última metade do século XX, foi preso e confinado em um sanatório sob a acusação de desequilíbrio mental. Assim como nos dois casos discutidos no nosso trabalho, podemos verificar a aproximação entre a religião estabelecida no país, as forças repressoras do Estado e a medicina oficial, com o intuito de retirar de circulação os “desordeiros” que se mostram insatisfeitos com determinada situação social (CARVALHO, 2007).

A História, afirmava Nietzsche (2005), é o espaço no qual pequenos fragmentos são lembrados, enquanto outros tantos são esquecidos. No caso dos médicos brasileiros, esta parecia ser a regra. Buscavam apresentar e discutir os exemplos que ajudassem a corroborar suas teses e esqueciam aqueles que produzissem um efeito contrário. Um exemplo marcante desse tipo de empreendimento “histórico-científico” dos médicos e doutorandos baianos pode ser identificado na comparação entre o espaço dedicado, nas teses, a Jacobina Mauer e aquele reservado a Antônio Conselheiro. Como justificar uma Jacobina tão esquecida e um Conselheiro tão presente em nossa História? Alguém poderia defender que Canudos foi um evento de grande porte, que teve repercussões em nível nacional, enquanto os acontecimentos do Ferrabrás (em São Leopoldo) não tiveram senão repercussão local, e não apresentaram um inconveniente que merecesse destaque a ponto de ressurgir nas teses da Faculdade de Medicina da Bahia.

Outro questionamento passível de ser sustentado é quanto à possibilidade de os doutorandos baianos não terem tido conhecimento do fato ocorrido no Sul do país. Mostramos, em outro local (ALMEIDA, 2005), que os estudantes baianos possuíam bom nível de conhecimento do que se passava em outros países, traduzindo para o português notícias interessantes divulgadas nos jornais estrangeiros (principalmente franceses) e citando textos científicos produzidos recentemente. Poderíamos, inclusive, lembrar que, na tese *Epilepsia e Crime*, defendida por Afrânio Peixoto, em 1897, há referências aos trabalhos de Sigmund Freud em um período em que este autor ainda não havia alcançado o prestígio dos anos seguintes. Supomos não ser aceitável a hipótese da falta de conhecimento dos doutorandos baianos em relação aos fatos ocorridos no sul do Brasil, já que estes foram amplamente noticiados nos jornais brasileiros, inclusive com a publicação de um livro na Alemanha, em 1900. Acreditamos que, para conseguir naturalizar as ações humanas a ponto de enquadrá-las nas ciências naturais, os “cientistas” dos séculos dezenove e começo do vinte necessitaram distinguir entre eventos que mereciam ser lembrados e eventos que deveriam ser esquecidos⁶⁵.

⁶⁵ Como parte desse projeto de rememorar alguns exemplos de delírios coletivos que, supostamente, comprovariam a fragilidade mental dos mestiços brasileiros, temos a obra *O Negro Brasileiro*, de Arthur Ramos, na década de 1930 “[...] O Brasil tem tido as suas formas de psicoses gregárias, bastando citar a grande epidemia de astasia-abasia coreiforme, de 1882, na Bahia, estudada por Alfredo Britto e Nina Rodrigues, a epidemia mística de Canudos, também estudada por Nina Rodrigues, e imortalizada na obra de Euclides da Cunha, a do Contestado, e estas outras, endêmicas, do vale do Cariri, de Juazeiro do Ceará, do nordeste baiano, com a sua população de ‘beatos’, ‘penitentes’ e ‘cangaceiros’, de uma flagrante e dolorosa realidade contemporânea” (RAMOS, 2001, p. 213). É interessante perceber que o autor, mesmo mostrando uma grande erudição sobre o tema, inclusive citando eventos de diversos locais do Planeta, esqueceu de relacionar o caso do Muckers no Brasil.

4.7 OS MUCKERS: “[...] MISCIGENAÇÃO DE COMPORTAMENTOS E SENTIMENTOS [...]”

Vamos entender aqui por ‘profeta’ um detentor de carisma puramente pessoal, que, em virtude de sua missão, anuncia uma doutrina religiosa ou uma ordem divina. Não vamos, além disso, estabelecer aqui nenhuma diferença fundamental quanto à questão de saber se o profeta anuncia de novo uma revelação (real ou supostamente) antiga ou se tem a pretensão de trazer revelações inteiramente novas; ou seja, se se apresenta como ‘renovador de uma religião’ ou como ‘fundador de uma religião.’ (WEBER, 2006, p. 88).

Quando os primeiros imigrantes alemães chegaram à Colônia alemã de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, em 1824, enfrentaram grandes dificuldades para se estabelecer. Faltava quase tudo e, para piorar, o governo brasileiro não ofereceu facilidades para aqueles que escolheram o país para recomeçar a vida. Os imigrantes foram quase abandonados à própria sorte. Logo perceberam que poderiam contar, apenas, com a família e com os outros colegas de infortúnios. Tratados como inferiores pelos nacionais livres, que os viam como se fossem os novos escravos (apenas com a diferença de serem brancos e europeus), buscaram se pensar como um grupo étnico distinto daqueles que aqui se encontravam. Todos os que imigravam para o Brasil haviam deixado suas diferenças, títulos, hierarquias etc. na Alemanha. Aqui deveriam se pensar como iguais. Tinham direito a um lote de terra do mesmo tamanho e acreditavam que venceriam a partir do valor de seu próprio trabalho. A igualdade e os fortes laços de amizade e parentesco que eram reiteradamente cultivados possibilitavam um clima de harmonia entre os colonos, ocorrendo, apenas, os enfrentamentos normais de qualquer comunidade pacífica. Protestantes e católicos, estes constituindo a minoria do grupo, casavam-se entre si e assumiam, indiferentemente, parentescos fictícios a partir do sistema de compadrio.

Os colonos viviam isolados em uma ilha dentro do território brasileiro. Em sua grande maioria, não se interessavam pela política, pelos brasileiros ou pelas leis do país, que nem conseguiam entender. Os imigrantes chegados posteriormente notaram que, embora os mais antigos continuassem falando o alemão, pois eram poucos os que se comunicavam em outro idioma, não eram mais alemães legítimos, devido aos costumes nacionais que haviam adquirido. Os mais antigos estavam em uma situação delicada, nem eram aceitos como

Possivelmente, a principal dificuldade estaria relacionada ao fato de serem os protagonistas da revolta brancos (supostamente puros), protestantes e pequenos proprietários de terra, exatamente aqueles que poderiam contribuir para o futuro étnico do Brasil, conforme se acreditava.

brasileiros, pois o Brasil dificultava ao máximo sua nacionalização, nem eram mais pensados como alemães, por terem se miscigenado culturalmente (AMADO, 2003).

A situação de igualdade e harmonia havia perdurado até os meados da década de 1840, quando uma nova forma de conduta social passou a vigorar. As dificuldades começaram a se agravar para alguns que, com o crescimento das famílias, precisavam retalhar os lotes recebidos com os filhos, tornando a pobreza cada vez mais evidente. Para outros, no entanto, que se dedicaram ao comércio e se adaptaram melhor às complexas regras do Estado brasileiro da época, a situação começou a mudar, para melhor. O enriquecimento de um pequeno grupo contrastava com a pobreza da grande maioria, principalmente aqueles que chegaram posteriormente (quando a especulação imobiliária já havia rompido todos os limites suportáveis), pois a obtenção de terra estava mais difícil para novos e antigos. A partir daí, os imigrantes alemães começaram a relativizar os laços de parentesco e intensificaram a identidade de classe. Os padrinhos, cônjuges e amigos, antes escolhidos livremente entre os moradores, passaram a ser definidos a partir da classe social. Para Amado (2003), esta é, embora não seja a única, uma das explicações para o evento da revolta religiosa ocorrida na região.

Os antecedentes do conflito começam quando o lavrador e marceneiro João Jorge Maurer, que era analfabeto e evangélico, se casou com Jacobina Mentz, em 26 de abril de 1866. Após morar um ano com a família da esposa, mudou-se para um terreno no Ferrabraz, comprado de seus cunhados. Em determinado período, possivelmente em 1868, João Jorge mudou de profissão e se tornou curandeiro. A saúde, na área em que o antigo lavrador morava, estava realmente a cargo desses profissionais, já que “não havia médicos habilitados na área rural, e em São Leopoldo o preço das consultas geralmente era alto demais para os colonos” (AMADO, 2003, p. 141). Em verdade, as dificuldades de conseguir um médico formado para se tratar, tão evidentes em São Leopoldo, eram as mesmas enfrentadas por qualquer brasileiro pobre do período em que estamos examinando (SAMPAIO, 2001; COELHO, 1999). Em 1872, João Jorge já estava estabelecido como curandeiro famoso, atraindo gente de locais distantes de sua residência. Os preços praticados variavam de acordo com o tratamento e com o que a pessoa podia pagar, sendo, inclusive, dispensados em alguns casos.

Sua esposa, Jacobina Maurer (que não se sabe se desde criança, como querem alguns, ou após o casamento, como querem outros), sofria de crises que a tiravam do estado normal, possibilitando sua aceitação entre os moradores da localidade como alguém dotada de algum

tipo de poder que a elevava para além da humanidade. Nesses estados de torpor, começou ajudar o marido no seu trabalho de curandeiro:

estudiosos que analisaram a personalidade de Jacobina sob o ponto de vista médico chegaram a diversos diagnósticos: alguns afirmaram tratar-se de personalidade psicopática, com crises histeroepilépticas. Outros a classificaram como legítima histórica. Na falta de um diagnóstico preciso, este estudo considera mais importantes as manifestações da doença de Jacobina do que o nome que se dê a elas. (AMADO, 2003, p. 144).

Nós comungamos da mesma opinião que a autora. O que importa é saber que a esposa de Maurer, que assumirá cada vez mais espaço na condução da seita, era acometida de crises que a elevavam para além do mundo comum e possibilitavam-lhe contato com o mundo do sagrado, de onde recebia informações sobre as doenças que acometiam o enfermo, e qual deveria ser o seu tratamento. Nesse período, embora os eventos no sítio pudessem ser classificados como místicos, ainda não ocorria pregação religiosa nem enfrentamento entre os muckers (palavra usada como sinônimo de beato, fanático, santarrão) e os outros moradores da colônia. A partir de um determinado momento, as reuniões se ampliaram e o caráter das pregações começou a mudar. Jacobina pregava um novo entendimento da bíblia e abriu a seita para o ingresso de novos adeptos dispostos a aceitar as interpretações da sacerdotisa. A concorrência que antes era feita apenas aos médicos, passou a afetar também os religiosos profissionais. Ademais, a seita começou a pregar algo com que os simpatizantes já possuíam muita proximidade, a valorização da pobreza – incomodando, também, os ricos comerciantes, que temiam que seus negócios fossem prejudicados com essa nova postura diante da vida. Os adeptos da seita passaram a ser cada vez mais ridicularizados e atacados pelos diversos moradores da Colônia, que não se sentiam mais ligados por laços de parentesco e amizade, embora quase todos fossem parentes entre si.

O movimento passou a existir entre os anos de 1868, quando começaram as curas, e 1874, quando três expedições policiais destruiriam o sítio, matando todos os prosélitos que foram encontrados. O grupo religioso havia passado por diversas fases em seus seis anos de existência. Iniciou com o curandeiro substituindo a figura do médico, que era totalmente ausente na vida daquelas pessoas; alcançou uma medicina simbólica, que, além do uso de ervas, acreditava na existência de uma religião natural; e, finalmente, devido às pressões que começaram a sofrer, mudaram para um grupo messiânico e milenarista. Esta terceira fase é a que mais tem sido discutida.

No estudo de Amado (2003), a fase messiânica pode ser explicada tanto por razões econômicas (o empobrecimento crescente pelo qual o grupo passou), como pela estrutura sócio-cultural que se desenvolveu na Colônia. Os imigrantes foram abandonados pelas

religiões (protestante e católica) que professavam e necessitaram recriar uma religiosidade, sem contar com o apoio da estrutura da igreja enquanto instituição. Os próprios colonos escolhiam, entre aqueles que dominavam, minimamente, as letras e que não possuíam condições de trabalhar como lavrador, o “padre” ou “pastor” que conduziria os estudos religiosos. A atividade era considerada inferior, pois praticada por homens que não possuíam condições de desenvolver as atividades na lavoura. Além disso, como era escolhido e pago pelos colonos, podia ser demitido a qualquer momento, desde que o grupo assim o desejasse. Essa liberdade com as coisas do mundo do sagrado, que era mais um acordo entre o “ministro” de Deus e seus seguidores, causou muita indignação nos primeiros religiosos profissionais que chegaram à Colônia. Eles defenderam que os colonos antigos não eram mais alemães puros, devido à miscigenação cultural que haviam experimentado.

A fase dos conflitos agudos entre moradores e seguidores, que se confunde com o período messiânico/milenarista e com as três investidas contra os religiosos da seita, se deu entre os anos de 1873 e 1874. O padre Ambrósio Schupp, que chegou ao Rio Grande do Sul no final do ano de 1874, logo após o desfecho da última expedição, que dizimou os últimos sobreviventes, escreveu um livro sobre o conflito – publicado, na Alemanha, em 1900. O livro é um documento importante sobre o evento e é utilizado, com ou sem críticas, por todos os estudiosos do caso mucker. O padre assumiu a defesa da igreja e se posicionou abertamente contra os partidários de Jacobina. Recolheu depoimentos dos sobreviventes e leu os documentos gerados pela polícia da época, produzindo um livro que, para os dias de hoje, pode ser considerado extremamente preconceituoso. Os adjetivos que usa para qualificar Jacobina e a seita são dos mais grosseiros possíveis. Refere-se ao grupo como “embustre religioso” e critica a “torpe sensualidade” da profetisa. Não restam dúvidas de que o livro pretende desqualificar totalmente aquelas pessoas e mostrar os perigos que podem advir das “escolhas equivocadas” no mundo religioso. O autor procura, sistematicamente, evidenciar a impossibilidade da existência de uma crença religiosa fora da hierarquia da igreja.

Atualmente, o livro seria considerado não-científico e repleto de informações preconceituosas sobre o evento. No entanto, temos motivos para acreditar, a partir da leitura das teses produzidas na Faculdade de Medicina da Bahia daquele período, que a maioria dos questionamentos suscitados pelo padre seriam corroborados pelos doutorandos baianos, principalmente a afirmação de que o grupo era composto por pessoas ignorantes e, por essa razão, predispostas ao discurso de Jacobina e seus “apóstolos”. De acordo com o padre, os líderes eram pessoas com problemas mentais, que se afastaram dos ensinamentos da igreja. Outra reclamação do padre que os doutorandos provavelmente, corroborariam, estava

relacionada às críticas que esse lançava contra aqueles que assumiam o lugar do médico na cura do corpo. Schupp defendia que cada especialista tem direito a seu espaço: padres cuidam da alma; policiais, das condutas perigosas; médicos, do corpo físico. Os “fanáticos” não respeitavam o espaço de cada profissional, invadindo toda e qualquer área de atuação. O padre transcreve um depoimento tomado pela autoridade policial, no qual fica evidenciada essa posição:

Então você não tem feito reuniões em sua casa, sem licença, e até contra a proibição expressa das autoridades? Quem há aí que não saiba que vocês têm comprado pólvora, chumbo e armas, amontoando-as aqui? Ainda há dias, o subdelegado tirou a prova disso. Não anda você a impingir por aí as suas moxinifadas, **como se fora médico formado ou licenciado?** Não sabe você que isso é proibido por lei? **Aonde você foi buscar os conhecimentos de médico, ou quem lhe deu licença para exercer a medicina?** Além de tudo, não consente você que em sua casa se preguem **doutrinas novas, transtornando a cabeça aos colonos** e espalhando discórdias e rixas no seio das famílias. (SCHUPP, 2004, p. 120, grifos nossos).

A crença de que os adeptos do movimento mucker eram loucos, criminosos e perigosos foi bastante difundida nos jornais da época, a exemplo do Rio-Grandense, que os considerava como “monomaníacos religiosos” e definia Jacobina como “Messalina devassa, imoral e sanguinária”, situação descrita tanto por Amado (2003), como por Schupp (2004).

Basta verificarmos alguns dos títulos dos capítulos do livro do padre Ambrósio Schupp para termos uma ideia aproximada de suas intenções: Livro I: Os fanáticos, Cap. XVII “Jacobina na polícia – O seu despertar – Cena grotesca – Interrogatório”; Livro II: Assassinos e incendiários, Cap. I “A primeira cena de sangue”, Cap. III “Só dinheiro e audácia”, Cap. VI “Novas cenas de sangue”, Cap. IX “Plano de nova atrocidade”, Cap. X “Uma façanha de canibais”, Cap. XIII “A noite da carnificina”, Cap. XXI “Orgia de sangue nas picadas” etc. Os exemplos são muitos, ficando, então, o convite para a leitura do livro. A questão principal é: como um incidente desse porte, que tratamos de forma superficial porque sua análise detalhada escapa aos objetivos desta tese, pode ter sido esquecido e estar ausente nas teses dos doutorandos baianos – sempre ávidos por exemplos que corroborem os perigos que podem surgir a partir das crenças religiosas? Ou ainda, quais os motivos para o evento de Canudos (que, em “termos médicos”, se parece profundamente com o de São Leopoldo) ser lembrado a cada instante da nossa história médica? Para responder essas perguntas, precisamos pensar o que distancia os dois eventos, esquecendo aquilo que os aproxima.

4.8 CONSELHEIRO: UM MESTIÇO METIDO A MÉDICO E PADRE

O jagunço destemeroso, o tabaréu ingênuo e o caipira simplório, serão em breve tipos relegados às tradições evanescentes, ou extintas [...] A civilização avançará nos sertões impelida por essa implacável ‘força motriz da História’ [...] no esmagamento inevitável das raças fracas pelas raças fortes.

A campanha de Canudos tem por isto a significação inegável de um primeiro assalto, em luta talvez longa [...] Aquela campanha lembra um refluxo para o passado.

E foi, na significação integral da palavra, um crime.

Denunciemo-lo (CUNHA, 1995, p. XXIX).

A campanha de Canudos, como se tornaram conhecidos os enfrentamentos entre religiosos e as forças oficiais brasileiras entre os anos de 1896 e 1897 é, possivelmente, o evento mais importante de questionamento do Estado brasileiro de que se tem notícia. De acordo com Calasans (2002), que escreveu sobre o ciclo folclórico que ganhou corpo durante e após o evento, as pregações de conselheiro perduraram algumas décadas. A diferença é que, no começo, o beato estava disposto, apenas, a erguer igrejas e recuperar cemitérios, só depois liderando um movimento messiânico que pregava o fim do mundo. A exemplo dos acontecimentos do sul do país, duas décadas antes, os sertanejos religiosos foram compelidos para uma nova forma de lidar com suas crenças.

Não pretendemos, aqui, discutir em profundidade o evento de Canudos, pois ultrapassa totalmente o nosso objetivo. Além disso, quando José Calasans defendeu sua tese de livre docência, em 1950, ele já listava trinta e três documentos sobre o evento, e, hoje, eles podem ser contados aos milhares. Os interessados no conflito não terão dificuldades em encontrar farta documentação a respeito. Queremos, apenas, entender quais os motivos que levaram os médicos a se dedicarem aos acontecimentos ocorridos na Bahia e silenciarem em relação aos do Sul do Brasil. Assim como Jacobina, Antônio Conselheiro também foi tachado de “doente mental” (que, embora perigoso e requerendo ser controlado, era digno de pena), de possuir apóstolos, de atentar contra a harmonia social etc. Em Calasans (2002), livro escrito em 1950, com a finalidade de revisar as ideias acerca do conflito, encontramos referências à fragilidade mental dos seguidores de Conselheiro, a Maciel como “profeta bronco” e a última fase do evento como sendo de um “messianismo da raça”.

Os diversos autores que trataram do movimento, no período que estamos analisando, a exemplo de Nina Rodrigues e Euclides da Cunha, concordavam que aquela não era uma situação normal e evidenciavam a necessidade de se recorrer a explicações acerca da fragilidade mental/racial para explicar os eventos considerados (CUNHA, 1995; RODRIGUES, 2006; CALASANS, 2002). Cunha (1995, p. 51) apresentava esta conexão

quando, estudando o homem brasileiro, afirmava desolado: “não temos unidade de raça. Não a teremos, talvez, nunca”. A crença comum dos cientistas da época era que a raça gerada a partir do meio ambiente e da biologia do indivíduo poderia explicar os diversos acontecimentos que se desenrolavam na Bahia. Este raciocínio funcionava bem em relação aos seguidores de Conselheiro, mas apresentava dificuldades para explicar Jacobina e seu grupo.

Embora semelhantes, os dois eventos messiânicos se distanciavam, exatamente, nas hipóteses científicas utilizadas para explicá-los. Comparando-se os dois acontecimentos sociais, percebemos as dificuldades que os médicos e os pensadores nacionais do período enfrentariam se tivessem que lidar com os episódios do Sul do país. Como nos lembra Jean Roche:

E eis aqui tantos motivos de surpresa e perplexidade (uma crise diametralmente oposta à de Canudos): no extremo sul do Brasil, **nada tropical, nem seco**; numa zona de imigração européia, **sem mestiços**; numa sociedade constituída por **pequenos proprietários**; uma **população alfabetizada** (pelo menos, em alemão) e com dois terços de **religião protestante**. (ROCHE, 2003, p. 14, grifos nossos).

Seguramente, quando o evento de Canudos ocorreu, não deveria ser fácil lembrar as “desordens” ocorridas no sul do país. A memória não permite que qualquer evento se transforme em fato histórico, ela faz uma seleção a partir das necessidades dos atores sociais que estão responsáveis pelos registros (NIETZSCHE, 2005; DARNTON, 1986).

Os médicos baianos se depararam com a seguinte dificuldade: se usassem os eventos que envolviam alemães brancos e submetidos a condições meteorológicas totalmente distintas daquelas encontradas na Bahia, teriam que abrir mão de todas as certezas que a ciência da época oferecia aos grupos que se debatiam em relação ao futuro branco do Brasil. Como o meio acadêmico baiano poderia lidar com um evento histórico que negava toda e qualquer possibilidade de melhorar o futuro do país? Os acontecimentos de São Leopoldo precisavam ser esquecidos, e o ocorrido em Canudos, que envolvia mestiços em um ambiente inóspito, deveria ser lembrado – assim, a ciência da época seria salva e, com ela, nosso futuro como nação.

Tanto em São Leopoldo como em Canudos os profetas faziam curas, ocupando indevidamente o lugar do médico, e lidavam com o mundo do sagrado, usurpando o espaço dos religiosos profissionais. Mesmo com o advento da República, o Brasil continuou a ser um país religioso e os representantes de Cristo continuaram a ter bastante influência nas decisões praticadas no território nacional. Os profetas messiânicos conseguiam a façanha de colocar lado a lado todos os defensores da ciência e da fé – uma situação impensável para o século

dezenove, principalmente a partir da década de 1850, quando os lados foram cada vez mais se distanciando. Poucos eram os que ousavam, na “basílica do ensino médico baiano”, se autodeclarar homem de ciência e de Deus ao mesmo tempo.

Sobre Conselheiro, o doutorando Luiz Pinto de Carvalho afirmou, logo após o conflito, em 1898, que era “o retrato exacto do novo desequilibrado” e que usava “[...] vestes especiais, que eram longa tunica presa á cintura por grosso cordão, andava em **vagabundagens** pelos sertões, **dizendo-se o novo Messias**, e **fazendo mesmo diversas curas.**” (CARVALHO, 1898, p. 69-70, grifos nossos). Os grifos permitem identificar os problemas sobre os quais já havíamos chamado a atenção anteriormente, os profetas interferindo nos ofícios dos médicos e dos padres. Além disso, desconsideravam a forma correta de agir na sociedade (pois andavam em “vagabundagens”) e serviam de exemplo negativo para a população do sertão baiano. Para o doutorando, Conselheiro “incitava a acompanharem-n’o as populações do interior, alimentando **a preguiça** e incitando-as nas tristes doçuras da **indolência**” (CARVALHO, 1898, p. 112, grifos nossos). Em verdade, autores como Carvalho estavam se posicionando contra todas as religiões e, em especial, os diversos tipos de cristianismo. É nessa tese que ele tenta mostrar que Jesus Cristo era apenas mais um dos muitos loucos que circulavam na Jerusalém do passado. Temia que o estado de atraso social retornasse através de figuras como Antônio Conselheiro. Compara os dois “profetas”, aproximando o “louco” do presente e o do passado: “o que nos interessa mais de perto é que o maniaco ambicioso, o louco que pretendia elevar-se á altura de um Christo, arrastava atraz de si a todos aquelles pobres de espiritos, infelizes propensos a todas as adorações, a todas as crenças, exactamente como segiam a Jesus as mulheres e a plebe de Jerusalem” (CARVALHO, 1898, p.112-113).

O tema que mais preocupava o doutorando era a ocupação do espaço médico por alguém não habilitado para o ofício. O interessante é que os médicos não discutiam se as “receitas” dos profetas estavam funcionando, nem se posicionavam contra a terapêutica (que, na maioria dos casos, era a sugestão), apenas discutiam quem estaria apto a utilizar a sugestão como técnica para curar: “Importa saber que Antonio Maciel era também medico dos seus ardentes proselytos, e por certo era a sugestão religiosa o seo medicamento predilecto” (CARVALHO, 1898, p. 113). Segundo o doutorando, as curas realizadas pelo “delirante religiosos da Bahia” só faziam efeito devido “[à] convicção d’aquella pobre gente, **cerebralmente enfraquecida** pela fatal **degeneração da raça latina**, já de antemão preparada para todos os desvios mysticos pelo ensinamento religioso exclusivo” (CARVALHO, 1898, p. 113, grifos nossos). O medo em relação aos perigos que a religião,

supostamente, poderia acarretar era freqüente entre os doutorandos baianos. O pior dos mundos se instalava quando um dos degenerados superiores se tornava profeta e aproveitava a fragilidade cerebral dos seus seguidores para direcionar as pregações para ações contra o Estado, ameaçando a sociedade como um todo. A matéria prima para construção desses seres perigosos estava em toda parte, tanto no Sertão, devido à pobreza a que os seres humanos estavam submetidos, como nas grandes cidades, consideradas espaços de degeneração moral por excelência, nos quais os abusos de drogas e sexuais levavam ao desenvolvimento desenfreado dos males sociais. Perdurava, ainda, a certeza de que o cérebro dessa gente, tanto da cidade como do interior, era frágil, só necessitando a intervenção de um louco com capacidade de oratória para que as pessoas enveredassem pelo que realmente assustava as classes dirigentes do Brasil – o crime.

Analisaremos, agora, o que realmente assustava os médicos baianos, considerado caminho “natural” de uma “raça” com cérebro inferior quando se dedicava à religião, como no caso da “raça brasílis”. A raça instável empurrava as pessoas para uma religião que, após despertar as doenças presentes em seus cérebros frágeis, as conduzia ao mundo do crime.

No Quadro 3 a seguir, é possível visualizar os autores discutidos no capítulo e identificar em quais outros capítulos eles reaparecem.

Quadro 3 – Autores citados no terceiro capítulo desta Tese

AUTOR	NOME DA TESE	ANO	CAPÍTULOS
1. Eugenio Guimarães Rebello	As Raças Humanas Descendem de uma só origem?	1869	1º, 2º, 3º
2. Pedro Americano Corrêa Filho	A Genealogia Humana	1895	1º, 2º, 3º, 4º
3. Pery Guimarães	Ligeiras Considerações sobre as raças humanas	1911	1º, 2º, 3º
4. Genaro Veiga Sampaio	Espiritismo e Loucura: Contribuição ao Estudo das Chamadas “Psychoses Espiritas”	1926	2º, 3º
5. Luiz Pinto de Carvalho	O Sobrenatural em Therapeutica	1898	1º, 2º, 3º
6. Carlos Affonso Alves	Das Suggestões no Tratamento das doenças psychicas	1888	3º, 4º
7. Atistêo Ferreira D’ Andrade	Das Suggestões no Tratamento das doenças psychicas	1888	3º
8. Francisco Pontes de Miranda	A Insanidade Mental como Dirimente dos Delictos	1902	1º, 3º, 4º
9. Antônio Ribeiro Gonçalves	Menores Delinquentes	1902	1º, 3º, 4º
10. Oscar Freire de Carvalho	Etiologia das Formas Concretas da Religiosidade no Norte do Brasil	1902	1º, 2º, 3º, 4º
11. Aurelio Domingues de Souza	Prophylaxia das Molestias Mentaes	1907	2º, 3º
12. Ulysses Florival Barbuda	Genese da Personalidade Psychica	1910	3º
13. Manuel Sampaio Marques	Hysteria no Homem	1890	1º, 3º
14. Eduardo Jansen Mello	Hysteria no Homem	1890	3º
15. Fabio Lopes dos Santos	Hypnotismo e Livre Arbítrio	1880	3º, 4º
16. Landulpho M. de Magalhães	Hypnotismo e Livre Arbítrio	1889	1º, 3º, 4º
17. Nestor Pires	Necessidade de uma Campanha Anti-Espírita	1927	2º, 3º
18. Octavio Vieira de Mello	Paralysis Geral dos Alienados	1902	2º, 3º, 4º
19. Francisco de Souza Ponde	Assistencia Publica aos Loucos Delinquentes no Brazil	1902	1º, 3º, 4º

FONTE: Produção do autor.

5 CRIMES E CRIMINOSOS: A HORA DA FAXINA SOCIAL

Sua cor é o que eles olham
 Velha chaga
 Teu sorriso é o que eles temem
 Medo medo [...]

 Independência ou morte
 Descanse em berço forte
 A paz na terra, amém.
 (Feira Moderna: Lô Borges, Beto Guedes, F. Brant)

Ao longo do século dezanove, o medo da violência ou da possibilidade de ela fugir totalmente ao controle, atingindo níveis inaceitáveis do ponto de vista social, aparece como preocupação constante das autoridades brasileiras. Para Vellasco (2004), que analisou a Comarca do Rio das Mortes, nas Minas Gerais oitocentista, existiria mesmo uma “cultura da violência”, utilizada como mecanismo para resolução dos conflitos internos dos grupos e entre as diversas classes sociais. O autor cita o aumento da população da Comarca, que quase triplicou entre os anos de 1776 e 1821, passando de 82.781 para 213.617, como um dado importante para se entender o aumento e a maior visibilidade conferida ao cometimento de crimes. A Comarca seria o local para onde convergiriam diversos grupos interessados em fazer fortuna: “além da migração interna, a Comarca [...] passava a atrair os emigrantes europeus, sobretudo os portugueses” (VELLASCO, 2004, p. 173). A violência seria generalizada e “não [poderia] ser explicada apenas como resultado derivado das condições de marginalização e escassez. Era parte constitutiva e indissociável da forma como o mundo era percebido e aceito como tal [...]” (VELLASCO, 2004, p. 175).

O autor analisou os processos de crimes do período citado e concluiu que, embora o recurso à violência estivesse de acordo com o modelo cultural da época, os processos evidenciavam que também havia a tentativa de resolução de conflitos por métodos ditos mais civilizados – a exemplo da busca de mediação pelas Leis do Estado. O que nos importa salientar é que, de acordo com o autor, as diversas classes sociais do século dezanove entendiam os crimes violentos como legítimos quando cometidos para resolver conflitos sociais da época, funcionando “como um padrão de interação que regia a sociabilidade na sociedade oitocentista” (VELLASCO, 2004, p. 195).

Os grupos menos estabelecidos economicamente, como os pobres livres e os escravos, competiam por bens simbólicos (inclusive a posse de mulheres) e se enfrentavam cotidianamente, quase sempre com desfechos violentos. Para além disso, os escravos, comumente, canalizavam reações vingativas contra os seus senhores. Em um dos muitos exemplos citados por Vellasco, temos, em 1833, a “revolta das Carrancas”, que envolveu 36

escravos e deixou como saldo “a morte de nove membros da família Junqueira” e 17 sentenças de morte por enforcamento para escravos envolvidos na revolta – além de outras tantas punições ao resto do grupo (VELLASCO, 2004, p. 189).

Podem ser percebidas diferenças marcantes entre os discursos relativos à criminalidade, tal como discutida por Vellasco (2004) e por nosso estudo. Enquanto ele trabalhou com processos envolvendo pessoas acusadas do cometimento de crimes e, portanto, submetidas à Justiça e às leis do país, nós estamos trabalhando com autores que tentavam encontrar alternativas para que o número de crimes (que, ao que tudo indica, estava em processo de crescimento ao longo de todo o século XIX) fosse reconduzido aos níveis por eles supostos mais aceitáveis. Além disso, os autores que examinamos pretendiam desenvolver técnicas médicas para que os grupos definidos como perigosos – escravos, libertos, loucos, pobres, imigrantes e “disgênicos” de todos os tipos – pudessem ser controlados mais eficazmente.

Os despossuídos economicamente sempre representaram um grande perigo para os grupos em melhor posição no país. Seguramente, era muito mais fácil lidar com escravos, pois estes não dominavam sequer sua força de trabalho, último bem para os que nada possuem. As leis produzidas para lidar com os cativos podiam ser duras, pois não atingiam as camadas mais abastadas da população. Entretanto, como lidar com homens supostamente livres e submetidos às mesmas leis dos brancos?

Se aceitarmos a violência como a principal moeda de troca da sociedade brasileira do século dezenove, situação aparentemente plausível e à qual os ex-escravos estariam acostumados (pois a vivenciavam cotidianamente), poderemos aceitar as preocupações dos médicos após o fim da escravidão como justificáveis. Aos olhos dos responsáveis pela saúde pública da época, o “destempero” na resolução dos conflitos representaria uma doença a inviabilizar a formação de uma sociedade desejada para o século vinte, na qual os homens deveriam resolver suas diferenças com o diálogo. Os médicos se escalaram (ou foram escalados) para curar essa ferida e conduzir o país à civilização. Como nos ensina Freyre (2009), é aceitável pensar que as mudanças em curso nos anos finais do século XIX geravam doenças e desajustes sociais nos grupos mais fragilizados economicamente. Generalizando suas conclusões para qualquer país que tenha passado por processos drásticos de mudança, ele afirma:

É evidente a importância que possa ter para o aparecimento ou desenvolvimento de distúrbios dessa espécie, não só mentais como orgânicos, o fato de ser um indivíduo social apenas hóspede sociológico de uma comunidade que não o aceita plenamente como membro da sua estrutura social ou participante da sua cultura específica; ou da qual o indivíduo, ele próprio, não deseja ou não possa ser pleno ou integral

participante. Distúrbios semelhantes podem ser provocados ou agravados no indivíduo (...) pelas mudanças tecnológicas de ordem social que acompanham transformações de ordem tecnológica, na comunidade a que o mesmo indivíduo socializado em pessoa pertença como membro nato e que sejam mudanças ou transformações que sua personalidade já estratificada não consiga assimilar ou aceitar. (FREYRE, 2009, p. 110-111).

A criminalidade era, sem sombra de dúvidas, o ponto de chegada de boa parte das análises empreendidas pelos doutorandos baianos dedicados à compreensão dos distúrbios sociais. O medo que as classes consideradas perigosas despertavam na pequena comunidade branca brasileira era tão profundo que os futuros doutores se dedicaram com esmero à tarefa de encontrar uma solução para garantir a segurança da população branca da terra. Durante a escravidão, esse medo já existia; com a abolição, ele se intensificou. Em Reis (2003), encontramos algumas das medidas adotadas contra escravos africanos após a década de 1830, as quais tinham como objetivo conter as muitas rebeliões que começaram a irromper por todo o território brasileiro. Dois exemplos marcantes, são os castigos excessivos e a deportação para escravos e libertos envolvidos em rebeliões.

A ciência médica se encarregou de pensar uma solução para o complicado problema das classes perigosas. Enquanto a Escola de Medicina do Rio de Janeiro se dedicou ao estudo das doenças que afligiam o país (segundo se pensava, engendradas a partir do convívio social entre as diferentes raças), a Escola baiana enveredou pelo estudo do “doente” gerado através dos cruzamentos e da degeneração racial, e que, supostamente, seria um predisposto a alguma forma de loucura e, claro, ao tão temido comportamento criminoso (SCHWARCZ, 1995). Em verdade, os dois modelos se entrecruzavam na tentativa de assegurar a sonhada tranqüilidade social no mundo dos brancos.

A análise empreendida em processos criminais nos dias de hoje e, principalmente, no passado, pode ser bastante enganosa se não levarmos em consideração que os registros estão relacionados a um projeto específico, para o qual esses documentos foram produzidos (GINZBURG, 1987; DARNTON, 1986). Vellasco (2004) apresenta um grande número de exemplos de crimes e criminosos “atendidos” pelo sistema penal, retirando daí a ideia de que a sociedade da época em exame havia desenvolvido uma “cultura da violência”, sem, no entanto, questionar o contexto histórico e social da época em que os documentos foram produzidos. Na sua ótica, pelo menos aparentemente, todas as classes sociais apareciam representadas diante do Tribunal. Em momento algum, ele discute quais seriam os motivos para que a violência aparecesse representada de forma tão evidente nos processos – possibilitando sua visibilidade ao pesquisador do futuro. Questionamentos relacionados à raça, à nacionalidade e à condição social dos envolvidos, caso fossem apresentados, seriam

valiosos e, seguramente, ajudariam a compor o quadro explicativo do aumento dos registros dos crimes no período. Neste ponto, o autor se cala e opta por simplificar o discurso, tratando de categorias como “elite”, “camadas médias”, “livres pobres” etc., que, de acordo com a nossa percepção do problema, não conseguem dar conta da complexidade social da época.

No presente, o aumento da população carcerária em alguns países pode nos ajudar a compreender algumas questões do século XIX, quando pensadores brasileiros enfatizavam a necessidade de se investir contra as classes consideradas perigosas. Conforme estamos defendendo na nossa tese, o objetivo principal dos estudiosos da violência no período pós-escravidão era transformar “as classes perigosas” – negros, mestiços, estrangeiros pobres, loucos, pedintes, criminosos etc. – em indivíduos e grupos à parte do Estado brasileiro. Pretendiam torná-los estrangeiros, independentemente do local do seu nascimento. Nesse sentido, o aumento da população prisional na França e nos Estados Unidos da América no século XXI parece resultar das mesmas regras e lógicas presentes no Brasil do século XIX.

De acordo com Wacquant (2004), a França estaria investindo “pesado” no aprisionamento de pessoas, inclusive jovens dos 13 aos 16 anos de idade, ao tempo em que dificultaria ao máximo o livramento condicional. O autor sentencia que: “se a França continuar nessa via, em menos de cinco anos seus efetivos carcerários estarão duplicados” (WACQUANT, 2004, p. 217). E fornece pistas que explicam os reais motivos desse endurecimento contra o crime e os criminosos naquele país. As autoridades francesas pretendem:

utilizar a prisão como ‘aspirador social’ para **limpar as escórias das transformações econômicas em curso** e retirar **do espaço público o refugio da sociedade de mercado** – os **pequenos delinquentes ocasionais**, os **desempregados** e os **indigentes**, os **sem-teto** e os **sem documentos**, os **toxicômanos**, os **deficientes** e **doentes mentais** deixados de lado por incúria da proteção sanitária e social, assim como os **jovens de origem popular** condenados a uma (sobre)vivência feita de expedientes e de furtos para suprir a precariedade dos salários. (WACQUANT, 2004, p. 217, grifos nossos).

Ao que tudo indica, quando se trata de grupos despossuídos de bens materiais, a história caminha muito lentamente, algumas vezes, retomando modelos do passado, os quais já se supunham totalmente superados. Os nossos grifos evidenciam os mesmos interesses defendidos nas teses da Faculdade de Medicina da Bahia até as duas primeiras décadas do século XX, quando o principal questionamento estava relacionado ao enfrentamento das chamadas classes perigosas. Atualmente, os mais visados para receber esse tipo de atendimento por parte do Estado francês são “os jovens das classes populares [e] imigrantes magrebins confinados na periferia” (WACQUANT, 2004, p. 218). Ou seja, aqueles que a elite econômica francesa supõe serem os mais predispostos ao cometimento de crimes.

Para Massola (2007), que analisou certas reflexões sobre o crime e sua punição na obra *Punishment and social structure*, escrita em 1939 por Rusche e Kirchheimer, uma espécie de livro visionário que antecipava muitas das críticas relacionadas ao sistema de punição a partir da década de 1960: “a punição não deve ser vista como algo socialmente universal, como faz Durkheim [...] não se pode falar de punição como algo abstrato, mas apenas em sistemas concretos de punição”, pois cada modo de produção geraria seu próprio modelo de punir. As instituições penais deveriam ser pensadas em estreita relação com outras instituições, também derivadas do modo de produção: “a punição, fundamentalmente, não deve ser vista como uma resposta ao crime, mas como fruto da luta de classes entre proprietários e não-proprietários dos meios de produção, luta que é travada principalmente em torno do mercado de trabalho” (MASSOLA, 2007 p. 133-134). Partindo dessa perspectiva, quando o salário entra em processo de desvalorização, fruto do aumento da oferta de trabalhadores, o sistema prisional deve acompanhar essa mudança, tornando-se mais duro do que era até então – esta seria a fórmula para manter a eficácia simbólica do combate ao crime. De acordo com Massola, embora o livro de Rusche e Kircheimer tenha sido considerado simplista em suas formulações, por atribuir ao modo de produção um lugar de destaque nas explicações relativas ao sistema prisional, possibilitou novas análises, a exemplo daquelas empreendidas por Adorno e Horkheimer (MASSOLA, 2007).

Em um pequeno texto, *Fragmento de uma teoria do criminoso*, Adorno e Horkheimer pensaram o sistema prisional como parte integrante do desenvolvimento das sociedades ocidentais. Trabalharam com a ideia de três tipos de criminosos: os que já eram doentes antes de ser presos; aqueles que agiram de acordo com a situação, ou seja, como qualquer outro ser humano; e os que possuíam uma dose a mais de crueldade – que os autores aproximaram dos líderes fascistas. O primeiro tipo, que durante o século XIX será pensado como doente, foi o que recebeu mais atenção dos autores. Eles seriam perigosos, exatamente por seu mimetismo, por sua tendência a largar-se e a regredir ao estado de natureza.

No caso brasileiro, por motivos relacionados à suposta inferioridade racial, o criminoso como doente foi o tema dominante das teses da Faculdade de Medicina da Bahia, dos anos finais do século XIX até as três primeiras décadas do XX. Uma possível regressão aos estágios inferiores da raça humana foi, seguramente, o aspecto que mais preocupou os nossos “engenheiros morais” posicionados na Faculdade de Medicina baiana. O “doente racial”, o “degenerado moral” e o “monstro criminoso” foram explicados a partir da inferioridade racial e, conseqüentemente, pensados como parte de um problema que

necessitava ser enfrentado – a mestiçagem. De acordo com Massola (2007), a regressão a etapas inferiores da humanidade foi um dos aspectos que mais preocupou o mundo civilizado:

A mimese está presente nos interstícios da sociedade esclarecida que, aparentemente, a banuiu, **considerando-a sinal de regressão à pré-história** [...] há um movimento contínuo de separação do indivíduo frente à natureza mas que, por desconsiderar o que o próprio indivíduo tem de natural, guarda sempre um **elemento regressivo**. Ou seja, a mimese está sempre presente no desenvolvimento da humanidade **como algo reprimido** que **ameaça voltar** e jogar o homem de novo no **estado de barbárie** do qual, com tanto sofrimento, procurou desvencilhar-se. (MASSOLA, 2007, p. 135, grifos nossos).

Até a segunda grande Guerra, era marcante o medo de uma suposta relação entre atos criminosos e um possível retorno aos estágios inferiores da humanidade. As práticas mágicas, que proliferavam em alguns grupos étnicos, no Brasil, serviam como comprovação dos estágios distintos em que esses grupos se encontravam. Para muitos pensadores até meados do século XX, mesmo dentro das sociedades mais desenvolvidas (a exemplo da França ou Inglaterra), seria possível observar pequenos focos de representantes do passado a partir das suas práticas cotidianas:

O mimetismo encontra-se ainda explicitado nos rituais da magia. Nesses rituais, opera-se uma intervenção na natureza, mas esta intervenção ainda não pressupõe a constituição de um ego estável [...] que se destaque frontalmente da natureza a fim de suplantá-la, reconduzindo-a a conceitos abstratos. (MASSOLA, 2007, p. 135).

Se transportarmos esse tipo de preocupação para o Brasil da época em exame, teremos os negros e mestiços (com suas práticas mágicas que aproximam natureza e cultura) como candidatos por excelência à posição de detentos – já que, levando-se em consideração o que se pensava sobre a mimese, eles representavam, através das suas práticas cotidianas, a primitividade. A magia Afro-brasileira, através de suas práticas místicas, transformava as coisas conhecidas em desconhecidas e irracionais, ao contrário das ciências, que reconduziriam o desconhecido ao campo da razão, transformando o misterioso em conhecido.

Com o avançar da civilização, os homens esclarecidos acreditaram no banimento da mimese como uma demanda da própria natureza, que estaria sempre em processo de aperfeiçoamento. Daí a necessidade de segregar e individualizar os que representavam o nosso passado ancestral – aqueles que estariam fora do lugar no mundo dito civilizado. Aos escravos, estavam reservados espaços demarcados pela distância estamental, sendo, portanto, normal a sua aceitação, já que, na maioria dos casos, eram apenas energia para a produção de riquezas para os grupos “mais evoluídos”. Aos negros e mestiços que se tornaram livres com o fim da escravidão, estariam reservados a fábrica (para alguns poucos), o sanatório e a prisão (para a grande maioria). A intenção era segregar os filhos da natureza, para que os filhos da cultura ocupassem seu merecido local de destaque.

O candomblé, com suas festas e danças, possivelmente apareceria como comprovação máxima do atraso racial dos seus frequentadores. Em um mundo civilizado, que valorizava o trabalho, a alegria das festas representaria o passado irresponsável dos inferiores. Mas, particularmente em uma sociedade como a brasileira, que, durante quatro séculos, pensou o trabalho como algo degradante, que deveria ser realizado por inferiores, é no mínimo curiosa a aceitação desse tipo de lógica. As teses baianas evidenciam certo aturdimento da parte dos doutorandos em relação à felicidade apreendida nas manifestações dos africanos e seus descendentes.

Discutindo a presença galega na Salvador das primeiras décadas da República, Bacelar (1994) estabelece uma interessante comparação entre as representações relacionadas ao mundo do trabalho na visão dos estrangeiros (que vinham tentar enriquecer no novo mundo) e na visão dos moradores da cidade. Estes, independente da sua condição social, percebiam-na da seguinte forma:

Cidade das festas populares (desde o período colonial), religiosas e cívicas, momentos maiores de confraternização e integração para o lazer, a oração ou a consagração. O carnaval dos cortejos africanos e dos clubes europeus; o Bonfim dos sábados com as quermesses e passeios de carro, e as quintas-feiras das negras-de-saia lavando o chão da igreja, com seus parceiros esperando a segunda-feira gorda para jogar capoeira e dançar; as missas e procissões com a sua ordenação hierárquica espacial secular; as cerimônias cívicas retumbantes, como o 2 de Julho, das autoridades das associações, do povão: todos juntos a consagrar o espírito amável e festivo dos baianos (BACELAR, 1994, p. 26).

A partir de um contexto europeu, mas que poderia ser transposto para o brasileiro sem dificuldades, Massola (2007) afirma que:

É a coerção social dos dominadores frente aos seus descendentes e subordinados e, atualmente, da sociedade toda sobre o desenvolvimento infantil, que consolida a identidade e impede o indivíduo de **entregar-se aos prazeres da imitação**. O mimetismo, que lembra nossa herança pré-histórica, ameaça sempre reaparecer ali mesmo onde foi reprimido, através de um **retorno a uma imaginária felicidade passada**. Entre outras coisas, **é esta imagem de felicidade que não pode ser tolerada pelo indivíduo forjado no sofrimento**, e esta intolerância mostra, também ela, que o mimetismo é uma força ainda presente no homem. (MASSOLA, 2007, p. 136, grifos nossos).

De acordo com o autor, essa lógica estava presente mesmo na antiguidade. No entanto, foi a sociedade burguesa quem intensificou o controle e a intolerância contra a mimese, “transformando os comportamentos imitativos em tabus”. O trabalho passa a ser valorizado como principal componente para afastar o comportamento mimético, diante de uma “sociedade [que] não tolera a atitude do criminoso”. O criminoso que se entrega aos prazeres, esquecendo-se dos encantos oriundos da ética do trabalho, é pensado como um ser nocivo, já que, “por sua atitude, lembra a própria sociedade sua herança esquecida”. O desajustado

social se mostrava como doente por apresentar um “eu” frágil, incapaz de opor-se ao fluxo da natureza e direcionar sua trajetória para o mundo da razão, tornando-se, então, um “opositor do progresso inflexível” e trazendo “à tona aquilo mesmo que não pode mais ser tolerado pela civilização”. Por essa razão, desperta “o ódio das pessoas [...] [e] é como símbolo desse ódio que os homens constroem as penitenciárias” (MASSOLA, 2007, p. 136).

A economia europeia do século XIX já apresentava um grande contingente de mão de obra excedente, possibilitando que a sociedade do trabalho (tão defendida pelos ideólogos burgueses como a única capaz de produzir a felicidade humana) fosse questionada: artistas, vagabundos e criminosos, com suas reivindicações de direito ao lazer, mostravam que se poderia experimentar um estado de felicidade sem necessariamente passar pelo sofrimento e humilhações do mundo do trabalho, pelo menos para uma pequena parcela da população. O modelo que associava o criminoso a um traidor da civilização (portanto um doente, uma vez que o homem estaria em constante processo de aperfeiçoamento físico e intelectual proporcionado por sua capacidade de conter os impulsos biológicos naturais), prestava-se, assim, a justificar o sistema prisional até a ascensão dos regimes totalitários que se desenvolveram na Europa da primeira metade do século XX, e que desembocaram na Segunda Grande Guerra. Nos regimes totalitários, não existiria mais a necessidade de uma justificativa teórica para encarcerar aqueles que se opunham à sociedade: aqueles que não buscassem se enquadrar seriam, sumariamente, eliminados (MASSOLA, 2007).

No entanto, mesmo para o século XXI, quando o discurso da suposta doença portada pelo criminoso não se sustenta mais, o sistema prisional continua servindo como depósito de seres humanos. Em verdade, nas décadas finais do século passado, ganhou um grande incremento, tornando-se moeda de troca de políticos tanto nos Estados Unidos da América como em países europeus, a exemplo da França. O modelo de encarcerar os “desajustados sociais” continua firme no imaginário dos homens ditos “civilizados” e bem posicionados socialmente. Desta forma, resta-nos tentar entender quais são as justificativas modernas utilizadas como base ideológica para que o sistema não entre em colapso, possibilitando que discursos como os de “tolerância zero” continuem a fazer parte do vocabulário de quase todos os ideólogos do estado de pureza burguês, no qual a felicidade social e individual ainda aparece atrelada ao mundo do trabalho. Nos dias atuais, não é politicamente correto supor que aqueles que estão fora do mundo do trabalho (seja compulsoriamente, como no caso dos que estão sendo “atendidos” pelo sistema prisional ou psiquiátrico; seja porque “optaram” por mendigar pelas ruas das grandes cidades) são doentes. No entanto, esses indivíduos continuam sendo considerados indesejáveis sociais, pessoas que devem ser controladas devido

à sua periculosidade moral, física e, principalmente, simbólica. Os desajustados sociais permitem que nos enxerguemos no “espelho social” que carregam em suas mãos.

Discutiremos, agora, um texto escrito em 2008, sobre os Estados Unidos da América, e que, conforme nossa avaliação, consegue apresentar, um pouco, do espírito presente nos projetos dos administradores do Estado brasileiro dos séculos XIX e XX em relação às classes perigosas e aos desajustados sociais que circulavam pelas cidades brasileiras.

5.1 OS DESAJUSTADOS DO SÉCULO XXI: O ENCONTRO ENTRE O PASSADO E O PRESENTE

La tuberculosis y las enfermedades mentales graves son afecciones muy disímiles cuando se las considera desde el punto de vista clínico y también desde el epidemiológico. Sin embargo, los sistemas de atención a los que cada una de ellas dio origen en Buenos Aires guardan tan estrechas similitudes que motiva a la comparación [...] La inexistencia de un tratamiento eficaz y su contagiosidad [da tuberculose] la situaron como una afección peligrosa y capaz de comprometer el orden público. La respuesta consistió en intentar hacerla circular por espacios conformados por dispensarios y hospitales reservados exclusivamente para los afectados. (KOHL, 2010, p. 3).

Os Estados Unidos da América, seguramente o Estado-nação que mais investe na imagem de país das oportunidades para aqueles que querem trabalhar (“fazer à America”, como era comum escutar até a metade do século XX) é também o local onde mais se encarceram pessoas. Nos últimos vinte e cinco anos, esse número foi multiplicado por cinco, fazendo com que alguns defensores dos direitos civis advogassem que essa situação só poderia ser explicada à luz da crise que o capitalismo estava enfrentando, na qual gananciosos empresários norte-americanos pressionavam os governos estaduais para erguer prisões com a finalidade de obter lucros, cuja finalidade seria a apropriação da mão de obra barata proporcionada pelos detentos. Para Wacquant (2008, p. 9), a primeira precaução a ser observada, para entender o que está acontecendo naquele país, é de abandonar “o conto oposicionista do ‘complexo industrial prisional’”. Outro erro cometido quando se discute o aumento dos encarceramentos seria a tentativa de defini-los como resultado de uma “guerra contra o crime”.

Ele aponta três aspectos que devem ser levados em consideração nessa discussão e que impossibilitariam pensar o problema em termos de guerra declarada contra o crime/criminosos. Segundo o autor, as “guerras são empreendidas por militares contra inimigos externos da nação”, o que não seria o caso do combate ao crime; além disso, a suposta guerra deveria atingir o crime de uma forma geral, situação que não ocorre, pois os

combates centram-se, apenas, nos “crimes de rua cometidos em bairros de classes desfavorecidas e segregadas das metrópoles norte-americanas”; por fim, chama a atenção para a modificação que estaria ocorrendo nas funções do Estado e que possibilitaria o “enxugamento” de suas responsabilidades com o bem estar social das populações mais carentes (WACQUANT, 2008, p. 10). Ou seja, o Estado norte-americano estaria redirecionando seus recursos para áreas próximas da punição e se afastando das áreas de atuação social.

Enquanto as detenções, entre os anos 1975 e 2000, cresciam em “termos exponenciais”, passando de 380 mil para 2 milhões de detentos, o “número de beneficiários do welfare cai[a] vertiginosamente de 11 para menos de 5 milhões”. Ao mesmo tempo, os gastos com todo esse aparato repressor cresciam assustadoramente, tornando o sistema prisional o terceiro maior empregador no ano de 1998 (WACQUANT, 2008, p. 10). Se os gastos cresciam de forma exponencial, é evidente que a tese que advogava a utilização dos presos como mão de obra barata perdia força, já que os custos com esse “trabalho barato” eram muito maiores do que com qualquer outro. Mesmo com todo o investimento do Estado na construção de novas casas de detenção, não foi possível suprir a crescente necessidade de vagas nas penitenciárias públicas, o que levou o Estado norte-americano a terceirizar parte dessa demanda, fazendo com que, “em apenas uma década, operadores com fins lucrativos domina[ssem] 7% do ‘mercado’, oferecendo 120 mil vagas adicionais em 1998, o equivalente à população carcerária da França, Itália e Espanha juntas” (WACQUANT, 2008, p. 11). Essa mudança de investimento do campo social para o encarceramento é, segundo esse autor, um projeto claro de controle das populações mais carentes. Este seria o modelo gestado no século XIX e que obteve cada vez mais êxito nas décadas finais do século XX.

Conforme estamos defendendo nesta tese, as autoridades administrativas e médicas brasileiras das décadas finais do século XIX e começo do XX (muitas vezes representadas pelas mesmas pessoas) tentaram empreender uma campanha que possibilitasse, a qualquer momento, encarcerar, no sanatório ou na prisão, os grupos que representassem perigo para o desenvolvimento do Estado brasileiro. Um dos objetivos dessa prática era fazer com que trabalhadores negros e mestiços (recém saídos do sistema escravista) se submetessem a atividades mal remuneradas e sem qualquer possibilidade de ascensão social, o que deveria parecer melhor do que passar a vida confinados em uma das “instituições totais” disponíveis no período. Em verdade, devido aos altos custos de um projeto prisional, tanto os médicos como os juristas brasileiros sabiam das dificuldades para se obter um modelo eficiente e capaz de aprisionar um número muito grande de pessoas. Desta forma, o mais conveniente seria

criar um discurso científico capaz de amedrontar aqueles que pretendessem lutar por direitos no campo político, em face do que todos que estivessem próximos das camadas mais empobrecidas da população brasileira estariam sob a observação médico/jurídica, podendo, a qualquer momento, perder seus poucos direitos como cidadãos do Estado brasileiro. Como nos informa Wacquant, tratando do caso norte americano:

Em primeiro lugar, o sistema penal contribui diretamente para a regulamentação dos segmentos mais baixos do mercado de trabalho – e o faz de um modo mais coercitivo e significativo do que a legislação trabalhista, os sistemas de seguridade social e outras políticas públicas, muitas das quais nem mesmo abrangem o trabalho não regulado. [...] A prevalência e a escalada impressionantes de sanções penais ajudam a disciplinar as parcelas reticentes da classe trabalhadora, aumentando o custo das estratégias de resistência ao trabalho assalariado dessocializado por intermédio de uma ‘saída’ para a economia informal. (WACQUANT, 2008, p.11-12, grifos do autor).

Ao ameaçar os pobres com punições exacerbadas, mesmo para o caso de pequenos delitos, o sistema penal produzia candidatos aos empregos mais frágeis: “afrentados por uma polícia agressiva, tribunais severos e a possibilidade de sentenças de prisão estupidamente longas para crimes envolvendo drogas ilícitas e reincidência, muitos evitam entrar ou afastam-se do comércio ilegal de rua e submetem-se aos princípios do trabalho não-regulamentado” (WACQUANT, 2008, p. 12). Esse modelo perverso ainda cria uma falsa taxa de desemprego, retirando das estatísticas alguns milhões dos que estariam desempregados, caso estivessem nas ruas. O objetivo seria apresentar a economia dos Estados Unidos da América como forte e justa: “estima-se que o confinamento carcerário tenha diminuído o índice de desemprego dos Estados Unidos em dois pontos percentuais durante a década de 1990”. O modelo possibilitaria, ainda, um grande incremento nos empregos públicos relacionados com a punição, que teriam mais que dobrado entre 1982 e 1999, passando de 300 mil para 716 mil funcionários (WACQUANT, 2008, p. 12).

Em relação aos negros e aos estrangeiros inferiorizados de todos os tipos, diz o autor que “o encarceramento é apenas a manifestação paroxista da lógica da exclusão etnoracial da qual o gueto tem sido instrumento e produto desde sua origem histórica” (WACQUANT, 2008, p. 13). No que concerne aos negros e mestiços do Brasil no período após o fim da escravidão formal, os rótulos de instáveis, largamente utilizados pelos médicos, principalmente aqueles que seguiam Nina Rodrigues, inviabilizavam para sempre qualquer sonho de ingressar na sociedade brasileira pela porta da frente – para eles, sempre seriam disponibilizados os espaços subalternos. A intenção era de transformar negros e mestiços (nascidos ou não no Brasil) em estrangeiros. Um dos caminhos trilhados pela ciência da época foi postular que eles eram mais propícios do que os europeus à degeneração, à loucura e ao

crime. Como nos lembra Porter (1991, p. 16), “a loucura é um país estrangeiro”, portanto, um perigo que requeria controle.

Abandonemos as preocupações com o século XXI e retornemos aos médicos baianos do período em exame, no intuito de verificar algumas de suas formulações relacionadas ao crime e aos criminosos no Brasil.

5.2 O MÉDICO COMO JURISTA, SOCIÓLOGO E PSICÓLOGO

A simples descrição dos atos, sem qualquer referência ao estado mental do agente, não vai de encontro aos propósitos da sociologia, cujo objetivo não é apenas registrar – mas, sim, entender o comportamento do ser humano na sociedade. Portanto, a sociologia não pode levar a cabo sua tarefa sem amparar-se, a cada passo, na psicologia. Ele [Malinowski] observa o ser humano em sua totalidade, ciente de que o homem é uma criatura dotada de paixões tanto quanto de razão, e não poupa esforços para descobrir a base tanto racional quanto emocional do comportamento humano. (FRAZER, 1978, p.6).

Para um número significativo de pensadores que se ocuparam das supostas desordens sociais pelas quais o Brasil estaria passando dos anos finais do século XIX em diante, o primeiro passo seria estabelecer cientificamente o papel central do médico no enfrentamento e controle dos diversos problemas relacionados à loucura, entendida como principal porta de acesso ao mundo do crime. Após essa etapa, lidariam com os desmandos cometidos por criminosos, que se acreditavam fora de controle no período. A solução encontrada, tanto no Brasil como na Europa, foi propor mudanças na estrutura do edifício jurídico que possibilitassem reformar os inquéritos e a condução dos julgamentos, aumentando, cada vez mais, a utilização e o espaço da figura do especialista médico (DARMON, 1991; HARRIS, 1993).

Para alguns, haveria casos em que o criminoso (na posição de doente) sequer saberia que cometera um crime. Essa situação ocorreria, por exemplo, na hipótese de o crime ter sido cometido sob o efeito da hipnose, tornando o agente criminoso tão vítima quanto a pessoa que sofreu a ação. Nestes termos, pensava o doutorando Fábio Lopes dos Santos em 1880⁶⁶. Para ele, só o médico, em uma nova sessão de hipnose, poderia desvendar os verdadeiros culpados, comprovando, assim, a inocência do acusado. Tratar-se-ia de uma situação muito complexa, que impossibilitava a ação de amadores: este seria o espaço, por excelência, para a atuação do especialista médico.

⁶⁶ Um exemplo marcante desse tipo de empreendimento intelectual, que busca comprovar a possibilidade de alguém cometer um crime sem que tenha controle da ação, pode ser encontrado em um famoso estudo de Nina Rodrigues: “O Regicida Marcelino Bispo” (RODRIGUES, 2006).

Em alguns casos, o “primeiro hypnotizador pode[ria] já ter sido prevenido disso e preparado o hypnotizado para responder ás perguntas de forma errada” (SANTOS, 1880, p. 47). Ou seja, o verdadeiro culpado, aquele que hipnotizou o agente que cometeu o crime, poderia, inclusive, preparar este para responder às perguntas do especialista de forma a confundir a investigação. Fábio Lopes não tinha dúvidas de que só o especialista médico seria capaz de lidar com essa situação, colaborando para a comprovação da culpa ou inocência do acusado. Os crimes estavam se tornando bastante complexos, fazendo com que a Justiça necessitasse, cada vez mais, do apoio de diversos profissionais para atingir seus objetivos.

Os espaços de decisão, no campo jurídico, passaram a ser disputados a partir do argumento da competência. Uma indagação que se impunha era: estariam os juristas preparados para lidar com os novos conhecimentos científicos que influenciavam os julgamentos de crimes? Os futuros doutores da Faculdade de Medicina baiana respondiam negativamente a essa pergunta: “um doutor em Direito, ocupando só a cadeira do Ministerio Publico, é insufficiente”, afirmou Antonio Cavalcante Pina, em 1886. Os bacharéis seriam incompetentes diante das novas descobertas das ciências médicas⁶⁷. Devido ao seu pouco conhecimento do campo biológico, não entendiam, por exemplo, “que os erros relativamente ás faculdades intellectuaes, a seu jogo, a seu mecanismo a seu desfallecimento, como a sua exaltação, são erros de physiologia da organização” (PINA, 1886, p. 51). Esse último doutorando defendeu que a loucura e o crime eram áreas próximas e que o médico seria o único profissional qualificado para atuar nos dois casos: “o crime e a loucura teem muitas vezes uma mesma origem; os futuros alienados e os futuros criminosos teem muitas vezes o mesmo ponto de partida” (PINA, 1886, p. 50).

Corrêa Filho, escrevendo nove anos após Antonio Cavalcante Pina, também reclamava que “os ensaios da justiça forense na repressão limitavam-se em fazer avultar as circumstancias attenuantes ou aggravantes da acção delictuosa, sem muito apreço darem ao estudo psychologico do criminoso, das suas ligações subjectivas com o acto praticado” (CORRÊA FILHO, 1895, p. 64). Para o autor, a Justiça estaria apenas interessada nos crimes cometidos, deixando de lado a figura do criminoso com as suas “anomalias da personalidade”. Segundo ele, os bacharéis do Direito estavam vivendo no passado e não conseguiam

⁶⁷ Nina Rodrigues, ao discutir com um dos maiores juristas brasileiros, não hesita em afirmar que apenas os médicos estariam aparelhados para tratar dos casos de desequilíbrios mentais de qualquer tipo: “Que Teixeira de Freitas, sem prejuízo do seu grande valor jurídico, não saiba fazer um diagnostico psychiatrico, é tão pouco de estranhar como que elle não saiba distinguir uma prenhez verdadeira da falsa, uma cegueira real da simulada, uma paralytia orgânica de uma funcçional, etc. Mas por que elle não saiba descobrir perturbações mentais na prodigalidade não se segue que estas não existam, maxime aferidos os seus conhecimentos psychiatricos pelas provas que delles deixou.” (RODRIGUES, 1901?, p.48-49).

vislumbrar o futuro que, sob sua ótica, seria o desenvolvimento de uma criminologia científica. Boa parte dos médicos do período focalizado aceitava que os criminosos eram doentes necessitando de ajuda especializada para retornarem (ou não) à vida social. Octavio Vieira Mello, por exemplo, assinala algumas das dificuldades enfrentadas pelo médico quando é chamado a atestar a responsabilidade em relação a um delito cometido por alguém tido como doente: “os signaes esses subordinados a uma perturbação psychica [são] de muito alto valor diagnostico, mas extremamente dependentes da pericia do medico que os observa” (MELLO, 1902, p. 12). As diversas teses que tratam do tema não pretendem deixar espaço para que alguém considerado doente seja processado sem que a figura do especialista médico participe da discussão.

Boa parte dos autores não estava muito preocupada com a proteção dos criminosos. Pretendiam apenas atuar firmemente para que eles fossem seqüestrados do meio dos “homens de bem”, o que possibilitaria uma sociedade mais segura. Oscar Freire de Carvalho, por exemplo, defendeu que o crime estava relacionado a “um estado anormal de psychismo”, e que o “genial Lombroso” o aproximou da degeneração e da epilepsia, “identifica[ndo] o criminoso sob a rubrica de epileptóide” (CARVALHO, 1902, p. 43). Carvalho discordava, contudo, da posição de que todos os criminosos fossem doentes, defendendo que tanto a degeneração como a educação atuariam na formação do ser social. Opinião divergente se encontra na tese de Mello (1902), para quem, com o passar do tempo, o portador da paralisia geral, por exemplo, retornaria aos estágios de selvageria da espécie humana, distanciando-se, cada vez mais, do mundo civilizado. Em uma situação desse tipo, a educação seria totalmente ineficaz como antídoto para evitar o retorno à selvageria. Nas teses doutorais da Faculdade baiana, era comum o entrelaçamento entre as doenças que afligiam o espírito e os atos criminosos. Os jovens doutores pretendiam identificar os perigos nos quais a sociedade estaria incorrendo, com o objetivo de oferecer soluções viáveis.

5.3 CRIMINALIDADE, SOCIEDADE E CIVILIZAÇÃO

Na época da sua institucionalização, nos Estados Unidos de meados do século XIX, ‘o encarceramento era, acima de tudo, um método que almejava o controle de populações divergentes e dependentes’, e os prisioneiros eram, acima de tudo, pessoas pobres e imigrantes europeus recém-chegados ao Novo Mundo. (WACQUANT, 2008, p. 11).

A primeira questão que requeria ser enfrentada consistia em comprovar que o livre arbítrio, como explicação para a prática de crimes, não era mais aceitável diante do estágio de desenvolvimento do mundo civilizado. Alguns doutorandos optavam pelo discurso biológico; outros, pelo social e, a partir dos anos finais do século dezenove, uma parcela crescente encaminhou seus estudos utilizando as duas explicações conjuntamente. Diversos médicos (e estudantes de medicina) investiram na comprovação de que uma boa moral não estava, necessariamente, atrelada à vida psíquica ou biológica, mas seria alcançada mediante uma educação orientada para o bem. Ademais, diversos doutorandos defendiam que algo poderia ser considerado bom e virtuoso em uma determinada sociedade ou época e ruim em outra, tudo dependendo da cultura – essa, sim, passível de ser classificada como superior ou inferior. O curioso é que esse discurso continuava comportando a ideia de que as raças poderiam ser mais ou menos desenvolvidas do ponto de vista biológico. Nesse sentido, os doutorandos não afirmavam que as diferenças ocorriam apenas devido às diferenças culturais – as culturas eram diferentes, exatamente, porque as raças eram diversas e, por esse motivo, desenvolviam morais distintas.

De acordo com Fabio Lopes dos Santos, cuja tese foi elaborada poucos anos antes de a escravidão ser abolida formalmente no Brasil, “o senso moral modifica-se em cada região, em cada povo, e com elle o móvel das boas acções, e os motivos que modificão as determinações humanas” (SANTOS, 1880, p. 38). Seguindo Quetelet, ele defendeu que em determinados distritos da França, alguns tipos de crimes eram cometidos por homens da mesma idade, “em datas e horas correspondentes, em annos differentes” (SANTOS, 1880, p. 39). A sociedade moldaria e predisporia os seus membros para o cometimento de determinados crimes: “todos os actos dos homens são deteminados pelas circumnstancias de logar, de tempo etc”. O doutorando defende que os crimes, uma vez punidos, ajudariam na manutenção da estabilidade social: “o código penal é o espantalho, é o motivo que faz modificações nas volições humanas; como o inferno é para os catholicos um meio de coerção; como as huris são garantia de obediencia para os mahometanos” (SANTOS, 1880, p. 39). A Lei agiria para

proteger a sociedade daqueles indivíduos que, tomados pelas paixões ou pela ignorância, atentassem contra a estabilidade social. Essas ideias lembram de perto algumas formulações presentes em Durkheim (1982).

Ao que parece, Fábio Lopes acreditava que os homens eram, naturalmente, direcionados para a moral que prevalecia na sociedade em que nasceram: “quando decide-se pelo mal, é levado sempre pela malefica influencia das paixões, que são desequilíbrios psychicos e consequentemente por esquecimento das leis que punem, ou por falta de conhecimento d’ellas” (SANTOS, 1880, p. 40). O autor não acreditava, portanto, na existência do livre arbítrio – antes defendia que era a sociedade que preparava os homens para agirem de determinada forma. Ridiculariza, assim, aqueles que defendiam a vontade humana como importante para os indivíduos realizarem as diversas escolhas da vida:

Se um individuo, no gozo pleno de seu livre arbitrio, quizesse, sem motivo, incendiar sua propria habitação, os adeptos da liberdade absoluta chamarião pela policia, e pedirião uma cellula, uma camisa de força, para o recém-alienado [...] Se um homem, tido em conta de ajuizado e serio, comette um crime levado pellas circumstancias, pergunta-se logo – porque matou? E ninguem se lembrará de dizer – porque goza do seu livre arbítrio. (SANTOS, 1880, p. 40).

Essa opinião é corroborada por Gonçalves (1902), que postula que a posição “científica” em relação à existência de uma moral inata já estaria estabelecida: “as sciencias modernas repudiam este conceito demonstrando que a moral passou por modificações profundas para attingir o grau por nós hoje collimado” (GONÇALVES, 1902, p. 50). A moral teria relação com a cultura que, por sua vez, estava permanentemente em processo de mudança: “nos dias que correm, não ha talvez um só acto moral que em outros tempos e paizes não fossem indifferente ou positivamente immoral”. Ele fornece um exemplo dramático para o padrão moral da sociedade brasileira da época: “não se casar; em diversos paizes, era uma vergonha para as senhoras; mas, para conseguil-o, se fazia imprescindível um dote conquistado vendendo publicamente o corpo” (GONÇALVES, 1902, p. 53). Encontramos esse tipo de exemplo em um texto de Georg Simmel, escrito em 1898, portanto quatro anos antes da tese de Gonçalves. Segundo Simmel,

na Ásia, outrora, as mulheres de todas as classes se prostituíam para adquirir o preço de um enxoval ou de uma oferenda ao tesouro do templo, como ouvimos dizer ainda hoje de certas tribos negras para o primeiro desses motivos. (SIMMEL, 1993, p. 57).

Os doutorandos lançavam mão, desse modo, de exemplos autorizados, corroborados por autores estrangeiros.

Uma parcela significativa dos pensadores baianos preferia explicar os eventos do mundo social, a exemplo da criminalidade, através de uma suposta relação entre a degeneração biológica e as condições sócio-econômicas. Acreditavam que, naquele momento

vivenciado, as ações humanas já podiam ser explicadas sem a necessidade de se recorrer a deuses ou explicações metafísicas. A biologia e a etnologia estavam suficientemente maduras para desacreditar as crenças na bondade natural do homem.

Landulpho Machado Magalhães aproximou, em 1889, todos os tipos de crimes aos distúrbios produzidos na mente humana e imputou à sociedade a responsabilidade por evitar que eles acontecessem: “os crimes são causados pela falta de cultura, pela má educação, pela má organização do Estado”, fatores que teriam uma influência “tão poderosa que auctores de nota não duvidam approximar o crime e a loucura” (MAGALHÃES, 1889, p. 72). Estamos diante de um pensador positivista que defende a normalidade da ordem, deixando claro que as desordens do mundo social seriam, em verdade, as desordens da mente humana. Essa maneira de refletir sobre o crime persistiu por muito tempo na Faculdade baiana, podendo ser encontrada na já referida recusada tese de Domingos Guedes Cabral, autor que chega a defender a prescindibilidade de um sistema jurídico, dado que todos os crimes seriam cometidos por doentes, que deveriam ser encaminhados a um serviço de saúde (CABRAL, 1876).

A Faculdade de Medicina baiana apresentava uma grande diversidade de formulações no campo teórico. Francisco de Souza Pondé constituía bom exemplo de não aceitação de diferenciação entre loucos comuns e loucos criminosos. Para ele, deveriam existir, apenas, duas classificações que compreendessem os loucos pacíficos e dos loucos perigosos: “muitos chegam a praticar assassinatos, roubos, violações e outros delictos; a estes chamamos de criminosos para distinguil-os dos que não se tornam delinqüentes” (PONDÉ, 1902, p. 48). Ele discordava da nomenclatura de “loucos criminosos”, utilizando o seguinte raciocínio: já que eles não eram responsáveis pelos crimes que, supostamente, cometeram, não poderiam ser classificados como criminosos, “deve[ria]m ser chamados perigosos simplesmente” (PONDÉ, 1902, p. 48). Boa parte dos pensadores brasileiros, seguindo um raciocínio baseado na escala evolutiva da humanidade, tal como proposta por Lewis Morgan, acreditava que os desajustados sociais estavam vivendo nas etapas anteriores à civilização (MORGAN, 2005), como se estivessem aprisionados na infância da humanidade, etapa privilegiada para a manifestação das desordens naturais do espírito humano⁶⁸.

⁶⁸ Uma boa reflexão acerca das dificuldades de se estar posicionado em uma das etapas inferiores à civilização pode ser encontrada em Tzvetan Todorov, quando este discute alguns dos significados assumidos pelo termo bárbaro na Grécia antiga: “[...] os bárbaros são aqueles que, em vez de reconhecerem os outros como seres humanos semelhantes a eles, acabam por considerá-los como assimiláveis aos animais, ao consumi-los ou ao julgá-los incapazes de refletir e, portanto, de negociar (eles preferem a briga), indignos de viver em liberdade (permanecem súditos de um tirano); eles limitam-se a conviver com parentes de sangue e ignoram a vida social regida por leis comuns (à semelhança de selvagens à rédea solta) [...] Os bárbaros são aqueles que

5.4 CRIMINALIDADE & BIOLOGIA: “A HUMANIDADE NA INFÂNCIA”

Três tendências ou premissas solidamente arraigadas têm prevalecido no recente debate sobre divisão racial e pobreza urbana nos Estados Unidos. Elas estão enraizadas em velhas concepções norte-americanas que definem os pobres – particularmente os negros pobres – como **moralmente deficientes** e a **cidade** como um **lugar nefasto** que **desintegra e corrompe** a vida social, especialmente no caso das classes baixas. (WACQUANT, 1996, p. 145, grifos nossos).

Se, de facto, a evolução mental na espécie humana é uma verdade, á medida que descermos a escala evolutiva, a mais e mais nos deveremos aproximar das acções automaticas e reflexas iniciaes. Deste geito [sic], **nas raças inferiores, a impulsividade primitiva, fonte e origem de actos violentos e anti-sociaes**, por muito **predominarão sobre as acções reflectivas e adaptadas**, que só se tornaram possíveis, nas raças cultas e nos povos civilizados, com o aparecimento de motivos psychicos de uma ordem moral mais elevada.” (RODRIGUES, 1938, p. 115, grifos nossos).

Era bastante comum, no período que estamos analisando, explicar a ocorrência de crimes utilizando-se tanto a biologia humana como as condições sociais às quais os agentes criminosos estavam submetidos. Nesse sentido, pelo menos duas teses merecem mais atenção: “Menores Delinquentes”, defendida em 1902, por Antonio Ribeiro Gonçalves, e “Contribuição ao Estudo da Tatuagem nos Criminosos”, do mesmo ano, defendida por Alvaro Ladislau Cavalcanti D’Albuquerque. Ao que tudo indica, esse ano se apresentava como promissor para os estudos relacionados ao crime na cidade do Salvador, com teses que, de alguma forma, dedicavam espaço ao combate ao suposto aumento da criminalidade.

Antonio Ribeiro Gonçalves começa sua tese reclamando do problema da criminalidade infanto-juvenil que, segundo ele, estaria na pauta das discussões médicas e jurídicas dos países civilizados, o que não acontecia no Brasil, onde apenas alguns poucos e “raros devotados á sciencia” estavam preocupados com o tema. Seu estudo seria, assim, um dos primeiros a tratar da questão na Faculdade baiana e, entre os seus objetivos principais, figurava o estudo da moral infantil e a discussão acerca da responsabilidade dos menores de 14 anos. Gonçalves define seu trabalho como sendo “humanitário”, uma obra de Medicina e não de Direito, possivelmente para simultaneamente se precaver de possíveis críticas em relação ao tratamento conferido ao tema e se desobrigar de utilizar autores consagrados das ciências jurídicas da época.

Há agradecimentos explícitos aos professores Nina Rodrigues e Anselmo da Fonseca, o que também se registra em outras teses do mesmo ano, supondo-se que estes professores

negam a plena humanidade dos outros: em vez de significar que eles ignoram ou esquecem, realmente, a natureza humana dos outros eles comportam-se como se os outros não fossem – ou, de qualquer modo, não inteiramente, - seres humanos.” (TODOROV, 2010, p. 26-27).

estariam influenciando algumas das escolhas relacionadas aos temas estudados naquele ano. Provavelmente, esse foi o motivo para encontrarmos um maior número de estudos relacionados ao crime e à criminalidade no país, temas de pesquisa que compunham a agenda daqueles professores.

Gonçalves acreditava na maldade natural das crianças e não compreendia as dificuldades de certos estudos em aceitar a “natureza perversa e má [daqueles seres]” (GONÇALVES, 1902, p. 26). Os jovens se comportavam como verdadeiros déspotas: “o menino sente um gosto particular em ser obedecido” e, diante da menor contrariedade, “os efeitos se vão reflectir também sobre os animaes indefesos, os objectos inanimados, os companheiros débeis e franzinos” (GONÇALVES, 1902, p. 27). Ele defende a existência de diferenças entre os sexos (a menina seria menos sensível e mais feroz) e entre as classes sociais, destacando os menos favorecidos economicamente como os mais perigosos:

Sob o imperio de influencias que, ás vezes, lhe é impossivel remover, se alimenta na perversidade cujos degraus ascende seduzido **até atingir o apice, maxime nas baixas camadas sociaes**, onde cultiva com singular constancia uma **predilecção sensível pelo mal** em que encontra um motivo para **satisfazer a propria vaidade e experimentar emoções diversas e exquisitas [...]** **O menino, pois, é mais cruel** e a crueldade se pronuncia com a fraqueza natural, como o demonstram os auctores da Donna Delinquente, relativamente á menina, que é menos sensível, mais cynica e mais feroz. (GONÇALVES, 1902, p. 26, p.27-28, grifos nossos).

Para corroborar a hipótese de que “a crueldade é natural no homem” (GONÇALVES, 1902, p. 31), refere-se a diversos homens célebres que, ainda crianças, foram bastante maus, chegando mesmo a suscitar dúvidas quanto à “sua origem hereditária”. Estamos diante de um discurso controverso, que de início parece concordar plenamente com as ideias de Lombroso e seus seguidores, mas, mais à frente, discorda das principais conclusões do mestre de Turim. Segundo sua argumentação, o egoísmo deveria ser estudado de perto, pois seria “um dos caracteres especiaes donde germina o delicto”, que, nos delinqüentes, “se reveste de uma crueldade sem limites, como attestam Lombroso, Francesco de Sarlo, Nincoló Pensero”. Os responsáveis pela condução do Estado deveriam implementar medidas que atrofiassem o egoísmo (quando ele se manifestasse intenso) e que buscasse “paralysal-o quando mergulha[sse] as raízes em um passado remotissimo”. Ao que tudo indica, o autor está discutindo algo próximo à ideia de inconsciente ancestral coletivo, tal como formulado por Nina Rodrigues. Para Gonçalves, os indivíduos com raízes profundas no egoísmo, estariam “destinados a viver em eterno conflicto com a sociedade” (GONÇALVES, 1902, p. 32-33).

O doutorando procurou mostrar como os grupos empobrecidos da sociedade estariam sujeitos aos perigos decorrentes de hábitos e costumes desregrados. A educação sem

qualidade recebida pelos pobres, combinada com o meio em que viviam, criariam as condições naturais para o desenvolvimento da crueldade natural do homem. A partir de um determinado momento, ele muda o foco de suas advertências para os perigos advindos da avareza e usura por parte daqueles melhor posicionados na escala social, cujos comportamentos são considerados típicos. Sua argumentação passa, então, a admitir que os mesmos perigos estariam a rondar tanto os ricos como os pobres:

Com o desenvolvimento da intelligencia cresce a aspiração do bello e a ancia de suscitar a admiração, de ser incensado por todos e por tudo [...] **Nas classes pobres o menino até certo periodo não é vaidoso**, o que não acontece com as classes abastadas ou simplesmente não indigentes. É obvio que onde a fome estende seus tentaculos de polvo, onde a miseria campêa dessassombradamente, **não se procuram estimular na creança ambições de tal jaez**, acariciadas, ao contrario, e fomentadas com a palavra e o exemplo entre os favorecidos da fortuna. (GONÇALVES, 1902, p. 35-36, grifos nossos).

Os principais incentivos ao crime juvenil seriam o desejo de ser conhecido e admirado, o ciúme e a inveja. Segundo Gonçalves, para Lombroso, mesmo as crianças que ainda estavam em período de lactação padeciam dessas paixões: “na creança normal ou não a inveja e o ciúme têm raízes profundas” (GONÇALVES, 1902, p. 39). Os menores criminosos costumariam mentir sobre seus atos, o que, “em idade tenra”, ocorreria devido às fantasias geradas pela imaginação e motivadas pela “organização cerebral desses seres”. Dito em outros termos, o sistema nervoso e o cérebro sofreriam com a “predominância inequívoca da imaginação sobre a reflexão” (GONÇALVES, 1902, p. 45). Se os moralistas do passado acreditaram que as crianças eram puras e delicadas, por estarem submetidos às “noções erroneas da metaphysica escolastica” (GONÇALVES, 1902, p. 49), sua pesquisa teria comprovado “uma tendencia natural ao delicto na infância” (GONÇALVES, 1902, p. 77).

Para os seguidores de Lombroso, todo menino(a) sempre apresentaria “os germens do crime e da loucura moral como attributos nativos”. O criminoso nato seria um eterno menino recordando o selvagem e “**conservando**, através do tempo e do espaço, o **typo da humanidade na infancia**” – ou seja, o biológico predominaria sobre o social. O contrário seria defendido pelos “adeptos da escola franceza, [seguidores] de Lacassagne, Magnam, Brovardel”, para os quais existiria, apenas, “a impulsividade dos appetites e dos instinctos, que precisa[va]m ser regulados, **excepto nos seres degenerados, anormaes hereditareos**” (GONÇALVES, 1902, p. 77, grifos nossos). Gonçalves afirmava que as diferenças entre as duas Escolas poderiam ser resumidas, apenas, a uma discussão acerca da predominância da análise sociológica ou biológica em relação ao crime. Nesse ponto, a posição por ele assumida não é muito clara. Em alguns momentos, somos levados a supor estarmos diante de um seguidor da Escola italiana; em outros, percebemos certa filiação à Escola francesa. A defesa

da educação como eficaz no tratamento de boa parte dos eventos problemáticos que transformavam as crianças em criminosos evidencia a última posição, ao passo que a convicção de que os mais jovens possuíam caráter análogo aos criminosos natos afilia-o à Escola Lombrosiana. Para dificultar um pouco mais a sua posição, encontramos-lo, logo em seguida, defendendo a existência de uma relação íntima entre os mundos social e biológico na produção do ser criminoso:

Na hypothese do delinquente precoce, a precocidade do crime é um indicio de que **nesse cerebro**, as **imagens do vicio e do mal** por uma disposição especial das cellulas cerebraes **se manifestam**, por assim dizer, **espontaneas** e **imperiosas**, **tornando quasi sempre inutil** a tentativa para sopital-as [...] Poderemos, em todo caso, averiguar se a **educação** foi absoluta ou **relativamente, defeituosa ou manca**? Nenhum juizo seguro deve ainda ser formulado, porque, **de um lado, é permitido attribuir o delicto á educação** e, de outro lado, **a orientação das cellulas cerebraes** póde não ser tão accentuada e constante que exclua a probabilidade de uma modificação. (GONÇALVES, 1902, p.81-82, grifos nossos).

A nossa suposição, todavia, é de que boa parte dos doutorandos estudados em nossa tese não conferia primazia, de forma exclusiva, a nenhuma das duas escolas, optando por permanecer entre as duas teorias explicativas relacionadas ao crime. Embora Gonçalves considerasse que nem todo criminoso era louco (uma parte seria o criminoso de ocasião, fruto, principalmente, das condições sociais), conclui que “o criminoso não é mais do que uma variedade de louco moral”. Deparamo-nos, desse modo, com uma busca incessante, da sua parte, para evitar que todo e qualquer criminoso fosse tratado como doente e necessitasse, portanto, de auxílio médico.

Ele defendia a existência de dois tipos de loucos morais, aqueles que são “bons somente para si”, e indiferentes ou mesmo maus para os outros, e os que são “somente bons para os outros” (GONÇALVES, 1902, p. 143). Para evitar a acusação de que seria um inimigo do altruísmo (bastante valorizado pelos autores que seguiam Comte), informa aos seus leitores que está se referindo, apenas, aos pródigos, que perdem o controle e começam a doar tudo o que possuem, impondo à família privações.

Por sua vez, a situação de fragilidade econômica e social ganha destaque quando tenta explicar, a partir da pobreza, a existência do crime, principalmente aquele praticado por jovens em momentos da vida em que já deveriam ter abandonado a maldade natural e absorvido as normas vigentes na sociedade. Mais à frente, quando discutirmos os motivos para a recusa do autor em aceitar que qualquer criminoso seja tratado como doente, essa última posição será clarificada.

Entre as “numerosas causas que contribuem” para “arrojarem a infancia na delinquencia”, a mais significativa e “poderosa [seria] a figura sinistra da fome e da miseria

[...] onde se debatem em angustias pungentes as classes desherdadas da fortuna”, obrigando os pobres a ingressarem na “prostituição desenfreadas, [e no] crime, em todas as suas modalidades” (GONÇALVES, 1902, p. 149). Desse espaço social degradado pela **“indigência e penuria”**, surgiria a **“legião de creanças, nutridas de pouco leite e muitas lagrimas, alimentadas de pouco pão e muitos vícios”**, que apresentam “morbidez das linhas”, evidenciadas “no amortecido dos olhos” e “no desabrochar amarello do sorriso”, comprovando a “anemia moral dessas almas ainda novas cuja energia salutar e boa o vicio sorveu desapiedadamente”. Desolado, conclui que elas se encontram “privadas de senso ethico, de religião, de instrucção” e, sem qualquer pudor, ingressam na sociedade **“bem armadas para o conflicto atroz”** (GONÇALVES, 1902, p. 150, grifos nossos).

Embora Antonio Ribeiro Gonçalves não acreditasse que tudo se resumia às condições sociais a que as crianças estivessem submetidas (pois já deixara clara sua posição em relação à degeneração), preconizava que o ambiente social deveria sempre ser considerado nas discussões relacionadas com a criminalidade. A classificação dos loucos, criminosos e loucos criminosos, tal como era feita, no período, ameaçava enquadrar a maioria dos “cidadãos” brasileiros nessas categorias, constituindo-se, assim, em uma das dificuldades que se interpunham à produção de um discurso coerente relacionado ao crime e atrelado, apenas, a uma das escolas criminológicas da Europa.

“A **vadiagem**, a **preguiça** e a **mendicidade** formam a triade sinistra donde nascem estímulos e ocasiões á delinquencia” (GONÇALVES, 1902, p.155, grifos nossos). Não é difícil saber quais seriam os grupos onde medrariam os desvios, já que as teses estavam repletas de qualificativos restritivos para designar os negros e mestiços da terra. Mesmo autores que se julgavam progressistas e defensores da capacidade intelectual dos negros e mestiços, a exemplo de Carvalho (1902), definiam esses grupos como sendo “preguiçosos” e “vadios”. Não surpreende que Antonio Ribeiro Gonçalves sentencie que **“a vadiagem tambem existe no sangue”** (GONÇALVES, 1902, p. 155, grifos nossos).

Ele chamava a atenção para um tipo de mendicância relacionada aos cultos religiosos, que estaria crescendo na capital. Aludia aos adeptos das religiões Afro-brasileiras, que saíam às ruas para pedir “óbolo para S. Cosme ou S. Francisco”, o que, de acordo com a sua argumentação, era um dos caminhos conducentes aos atos criminosos: “da preguiça ao crime a distancia é curta”. Retoma o argumento, para afirmar que “a vadiagem, a mendicidade e o ócio contituem effectivamente três poderosos factores da delinquencia infantil”, tríade que a maioria esmagadora dos doutorandos baianos supunha fazer parte da vida dos negros e mestiços brasileiros (GONÇALVES, 1902, p. 160-162).

O autor desenvolve uma retórica confusa e, aparentemente, desarticulada, ao tentar associar a raça (a partir do sangue e dos hábitos e costumes dos negros) à religião (através dos pedidos de esmolas, que possibilitariam que as pessoas se acostumassem ao dinheiro fácil), à loucura (pois o criminoso seria sempre um doente, se não biologicamente, pelo menos socialmente) e o crime (que nasceria do culto à preguiça, da vida desregrada e da busca pelo dinheiro fácil), imputando a esta associação as dificuldades para o desenvolvimento de um Estado-nação saudável nos Trópicos. Embora, para os dias de hoje, suas conclusões não sejam aceitáveis, a tese de Antônio Ribeiro Gonçalves é melhor organizada que as demais teses do período. Ele realiza trabalho de campo, apresenta fotografias de alguns dos indivíduos que está discutindo, utiliza caderneta de anotações e transcreve algumas das suas “observações”. Discutiremos algumas das observações apresentadas por Antonio Ribeiro Gonçalves, para realçarmos quais eram as reais intenções em se defender uma tese nos moldes da apresentada por ele.

Quadro 4 – Observações apresentadas por Antônio Ribeiro Gonçalves

Nome	Crime	Cor	Sexo	Doença	Idade
1. Maria	Furto	Parda	Feminino	Cleptomania	14 anos
2. F.	Violência	Branco	Masculino	Epilepsia	13 anos
3. J.	Violência	Pardo	Masculino	Epilepsia	12 anos
4. José d'Araujo	Assassinato	Pardo mulato/ mameluco	Masculino	Degeneração	17 anos
5. Paulino	Assassinato	Mestiço com índio	Masculino	Degeneração	13 anos
6. Ignacio José da Silva	Assassinato	Mulato claro	Masculino	Degeneração	12 anos
7. Patricia	Envenenamento Assassinato	Negra	Feminino	Criminosa nata	13 anos
8. Evaristo dos santos	Envenenamento Assassinato	Mulato escuro	Masculino	Criminoso nato	14 anos
9. F.	Violência	Branco	Masculino	Homossexualidade	14 anos
10. C.	Furto/Violência	Preta	Feminino	Degeneração[?]	11 anos
11. P.	Furto	Mulato (“quase branco”)	Masculino	Homossexualidade/Cleptomania	14 anos
12. Germano	Roubo/Furto		Masculino	Degeneração	13 anos
13. Antonia e Rosa	Assassinato/ estrangulamento	Branças [?]	Feminino	Loucura	15 e 14 anos
14. G.	Furto/Violência	Branca	Feminino	Fraqueza do espírito [?]	15 anos

FONTE: Dados extraídos de Gonçalves (1902).

5.5 OBSERVAÇÕES: ENTRE O MUNDO “REAL” E A FICÇÃO

Salvador sai da escravidão e do Império sem grandes mudanças na sua ordem econômica e social e assim permanece durante mais de cinquenta anos de República. Nada de nova ordem burguesa, nada de nova estratificação social, nada de grande crescimento demográfico. [...] Já não existe senzala, mas a ordem que se mantém guarda muita coisa da escravidão, devido à ausência de substanciais alterações na estrutura produtiva, no perfil ocupacional e pela preservação de formas de relações de produção não tipicamente capitalistas. (BACELAR, 1994, p. 21-22).

Antonio Gonçalves apresenta, em sua tese, 14 observações de supostos criminosos. Três delas, as de número 4, 5 e 6, apresentadas no Quadro 4, foram colhidas por Nina Rodrigues e transcritas na íntegra pelo doutorando. A penúltima, que trata de um caso de estrangulamento de 14 crianças (primos e irmãos) por duas menores aparentemente “brancas”, ocorrido no ano de 1902 em Alagoas (publicado no jornal A Tribuna de Alagoas), é analisada a partir do parecer emitido pelos médicos encarregados do caso, também publicado na íntegra no referido jornal. As demais, embora contenham um número menor de detalhes, foram coletadas pelo próprio autor, permitindo-nos, portanto, perceber quais eram as reais intenções dos doutorandos baianos do período quando se detinham sobre o tema da criminalidade.

Gonçalves apresenta apenas três⁶⁹ observações nas quais o agente “criminoso” é classificado como sendo branco (a). Na segunda (a de nº 9 em nosso quadro), apresenta F., de 14 anos de idade. O autor procura ser bastante econômico acerca das medidas antropométricas do rapaz analisado. De fato, não apresenta qualquer medida do crânio ou mesmo do resto do corpo do jovem, como fará nas outras observações que tratam de mestiços ou de negros. Apenas nos informa que F. possui “physionomia symphatica; [é] risonho e inteligente” e, embora viva “**sempre armado** e quando reprimido **procura reagir ferindo e espancando**”, ele não encontra motivos para defini-lo como degenerado. F. é “**Mentiroso e calumniador**” e, com uma faca, “**tentou ferir uma irmã menor**, sendo detido por pessoas da família”.

Embora o autor evite tocar no assunto, de acordo com seu próprio modelo de análise, o jovem branco deveria ser considerado um vagabundo, já que “passa os dias fora de casa, que só procura para comer e dormir”. Para além disso, revela “indiferença pela mãe, **ódio aos irmãos** e medo do pae” (GONÇALVES, 1902, p. 116, grifos nossos). A descrição, propositalmente curta, revela pouquíssimas informações sobre o acusado.

⁶⁹ Na primeira delas, Gonçalves discute F., de 13 anos de idade. Segundo o doutorando, o rapaz é epilético e a doença seria condição suficiente para explicar seu comportamento “criminoso”. O autor faz uma descrição surpreendentemente dura do jovem. Mesmo assim, ele não é apresentado como um degenerado, sendo, portanto, desnecessária a apresentação de suas medidas “antropométricas”.

Na observação seguinte, concernente a uma moça branca de 15 anos de idade, nº 14 da tabela, o autor, também, não apresentará qualquer medida antropométrica. Antonio Ribeiro Gonçalves não apresenta as medidas craniométricas (ou mesmo uma fotografia) dos menores brancos que encontrou no “mundo do crime”. Este exemplo relatado é mais dramático que o anterior, por se tratar de uma prostituta, figura sempre representada como perigosa pelos autores preocupados com o futuro da nação brasileira. De acordo com a retórica científica da época, essas mulheres se tornavam estéreis após alguns partos, e mesmo os filhos procriados eram natimortos ou degenerados.

Como o autor é muito parcimonioso no relato quando se trata de jovens brancos delinquentes, apresentaremos essa observação na íntegra para que possamos perceber que não existiam, em relação às ações praticadas, diferenças marcantes entre brancos e mestiços:

G. de 15 annos de idade, **branca**, anêmica, pouco desenvolvida. Em suas faces terreas, descarnadas, se lê o abatimento, a fadiga das noites mal dormidas, da crapula [sic] desenfreada. Com 13 annos apenas tornou-se **prostituta**, arrastada pelas insinuações de uma **tia degradada**, á quem fora entregue, **muito pequena ainda**, pela mãe moribunda. A **atmosfera moral** em que **respirou desde** tão cedo, **inhibiu a germinação e a expansão dos sentimentos elevados** que constituem a força e a virtude da mulher. **Habituada a ver** quotidianamente **o mau exemplo**, o **vício**, o **deboche**, em todas suas manifestações mais baixas, **ouvindo as obscenidades** que a tia proferia nos momentos de embreaguez, **presenciando as scenas de ciume**, as **disputas com o amante** que residia na mesma casa, **incapaz na sua fraqueza de resisitir ás seduccões deste perverso**, se deixou **seduzir** e se tornou uma meretriz [i]mpudente, que hoje vende o corpo a quem tiver dinheiro. Tem actualmente 14 para 15 annos e já varias vezes foi presa por delictos commettidos. Em agosto transacto foi recolhida á cadeia pelos **ferimentos que fez em uma companheira**, a qual pretendeu tomar-lhe o amasio. **É cynica e embriaga-se freqüentemente**. (GONÇALVES, 1902, p. 153-154, grifos nossos).

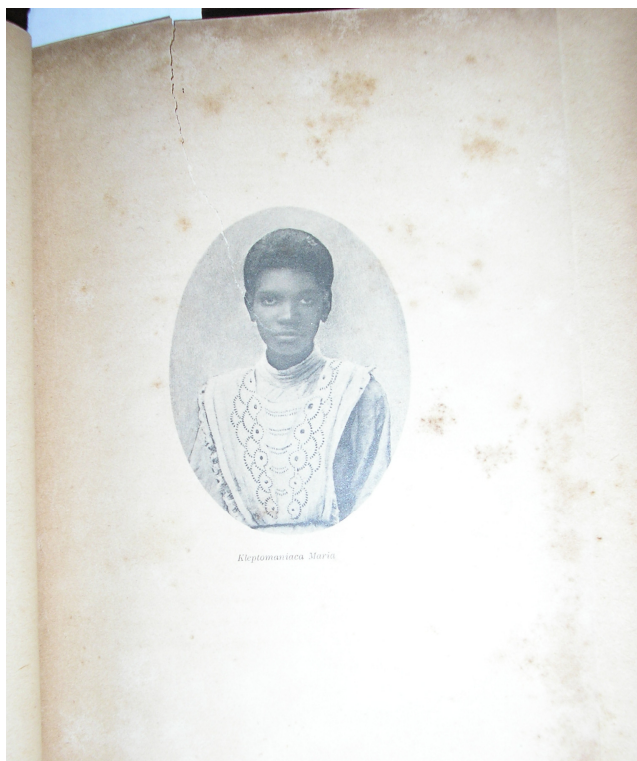
Ao longo desta tese, temos chamado a atenção para o fato de que os discursos nas teses baianas, principalmente aquelas defendidas após o fim da escravidão oficial e começo da República brasileira, são, **aparentemente**, confusos. Em certos momentos, os autores parecem acreditar que as explicações do campo biológico seriam capazes de explicar o aumento da criminalidade (situação que se apresentava como uma sentença); em outros, os mesmos autores debatem, para o mesmo tema, a possibilidade de explicação de caráter social, em face do que os problemas seriam reversíveis a partir da intervenção benéfica do Estado. O que, à primeira vista, poderia ser entendido como atenção conferida pelos autores às características dos fatos observados, é desautorizada pelos materiais que apresentam. A observação acima, transcrita na íntegra devido à sua pequena extensão, possibilita entender quais eram os motivos para a oscilação explicativa dos discursos. Diante de um crime cometido por pessoas brancas, era possível se desenvolver uma retórica que apresentava o “meio social viciado” como o responsável pelas desordens cometidas pelos indivíduos, o que

dispensava recorrer-se a fatores relacionados com a degeneração física. No entanto, diante de ato criminoso similar praticado por um negro ou mestiço, os médicos e doutorandos baianos recorriam às teses biologizantes propostas por Césare Lombroso, o que tornava inócua qualquer ação capaz de reconduzi-los ao mundo social *normal*.

A seguir, apresentaremos as três observações do doutorando que foram acompanhadas das fotografias dos supostos criminosos, para que possamos refletir sobre quem eram, realmente, os seres “degenerados” e “perigosos” que infundiam receio aos responsáveis pela ordem pública no Estado brasileiro.

A primeira das observações, figura 1, apresenta a “kleptomaniaca Maria” que, de acordo com a classificação do autor, é parda e com “**antecedentes hereditários** [...] curiosos e instructivos”. Sua observação teria revelado “a **tara degenerativa** que vem se acumulando e fortalecendo através de **quatro gerações sucessivas** sob a forma especial de **obsessão e impulso ao furto**”. Maria seria fruto de um projeto racial que teria malogrado: o “bisavô, a avó materna e a mãe dessa menor, já falecidos, essa última de **tuberculose**, eram kleptomaniacos” (GONÇALVES, 1902, p. 92-93, grifos nossos). De acordo com Antonio Ribeiro Gonçalves, não haveria saída para a jovem Maria, que estava condenada pela degeneração racial de seus familiares. Ele identifica, ainda, na família, além dos males associados ao crime, a tuberculose, doença que acometia principalmente aos grupos mais empobrecidos da sociedade, supostamente dados ao consumo de cachaça. Dessa forma, a jovem esperava apenas que a sua sentença fosse cumprida.

Figura 1 – Kleptomaniaca Maria. Fonte: Gonçalves (1902)



Embora utilize algumas das observações de Nina Rodrigues, nesse momento Gonçalves se aproxima da metodologia científica proposta pela escola lombrosiana, oferecendo uma descrição “antropológica” minuciosa, segundo os critérios da craniometria, da jovem *criminosa*:

a frente é estreita, o craneo, deformado, os parietaes têm bossas salientes, offerecendo ao nível de sua articulação com o occipital uma depressão profunda de ambos os lados. Os malares são proeminentes e na face se observa uma ligeira asymetria.

O autor oferece, ainda, um grande leque de informações relacionadas com as medidas do corpo e do crânio, em particular, e uma descrição de suas impressões sobre a menor: sua fisionomia, “parece reflectir o sobressalto, o medo, o logo após, a desconfiança, a hypocrisia. Os olhos são dotados de um brilho particular, de aço, e de uma expressão indefinível” (GONÇALVES, 1902, p. 93). Como já nos referimos, diversas vezes, Nina Rodrigues se afastou, crescentemente, da craniologia e craniometria como parâmetros eficazes na identificação dos criminosos, substituindo-os pela psicologia do mestiço como explicação suficiente para elucidar os diversos tipos de crimes que estavam acontecendo no Brasil. Seus estudos relacionados com Antônio Conselheiro e Lucas da Feira são os exemplos mais marcantes desse projeto intelectual (RODRIGUES, 2006).

Após cercar-se da abordagem biologizante de Lombroso, Gonçalves busca o mesmo em direção à metodologia de seu mestre brasileiro, afirmando que, “ao lado dos estygmas *physicos* de degeneração, dos quaes alguns se verificam pela estampa n. 1, existem outros de **ordem psychica** muito mais interessantes”. Segundo esse raciocínio, a mera observação da fotografia disponibilizada possibilitaria a comprovação dos estigmas de degeneração de Maria, o que aponta para preconceitos étnicos e de outra ordem, arraigados no espírito do observador, já que a fotografia, no caso de Maria, apenas apresenta uma moça mestiça sem nenhum traço evidente de anomalia física ou mental. De acordo com outras informações disponibilizadas, ela seria uma moça “laboriosa, obediente, de um caracter meigo e doce”, possuidora de “uma intelligencia viva e precoce, que faz[ia] a admiração de todos” (GONÇALVES, 1902, p. 94), qualidades, todavia, desconsideradas à luz da suposta inevitabilidade de sua história hereditária. Tal inevitabilidade não era sequer contrariada pelo ambiente social onde Maria fora introduzida, “educada por uma das familias mais distinctas de nossa sociedade⁷⁰; que somente lhe dá o exemplo e os conselhos de uma irreprehensivel conducta”. Mesmo assim, a menor não conseguiu resistir “á força da idéa obsedante, que,

⁷⁰ Não obstante os dentes “incompletos e quase todos cariados de Maria” constituíssem evidências eloquentes de que a “distincta” família baiana não lhe assegurava as melhores condições de existência.

quando surge, domina, victoriosa, todas as outras operações intellectuaes” (GONÇALVES, 1902, p. 94).

Gonçalves relata, de forma particularmente impressionista, um furto que teria sido praticado por Maria: “um dia nasceu no cérebro dessa menor o pensamento absurdo de furtar objectos para atirar no fundo de uma cisterna cuja agua era aproveitada em diversos misteres da casa”. Ela teria até tentado resistir ao “desejo extravagante [...], lutou para não succumbir”, porém “a idéa se impunha cada vez mais imperiosa e tyrannica”. Por não conseguir enfrentar o seu eu biológico, terminou por apoderar-se de algumas peças de roupa das pessoas da casa, “atirando-as no fundo cisterna”. Tudo praticado com a intenção de fazer parecer que um estranho teria cometido o furto, tanto que algumas peças de roupa da própria Maria foram também ali lançadas (GONÇALVES, 1902, p. 94-95). A repetição do fato a transformou na principal suspeita: “interrogada, Maria confessou o crime, dizendo não poder [resistir] á caprichosa inclinação”. O doutorando afirma, ao final do relato, ter estado diante de “uma creança degenerada cuja organização physio-psychica revela[va] uma decadência irremediavel, effeito da tara hereditaria de que vem animada” (GONÇALVES, 1902, p. 96). Antes de passarmos para a observação seguinte, vejamos algumas das “medidas anthropometricas” de Maria:

Altura-----	1,54m
Grande envergadura-----	1,56m
Diametro occipito-frontal maximo-----	180mm
Diam. Transverso maximo-----	140mm
Diam. Biorbitario-----	11mm
Diam. nazal vertical-----	45mm
Diam. nazal horizontal-----	38mm

Calculamos assim um indice cephalico mesaticephalo de 77,7 (media) e um indice nazal platyrrhino de 84,4. (GONÇALVES, 1902, p. 96).

Na segunda observação é apresentada a “envenenadora Patrícia”, de 13 anos de idade (Figura 2), “cor negra e dotada de boa constituição” física, presa por acusação de envenenamento de um homem e três crianças. Seus “antecedentes hereditários” eram desconhecidos. Por esse motivo, o autor começa seu relato com algumas informações referentes à constituição física da acusada: “tem o rosto redondo, de frontal um pouco saliente, nariz e labios grossos, **asymetria facial evidente** e **olhar de expressão rancorosa**, caracteres que resaltam da estampa n. 2” (GONÇALVES, 1902, p. 111, grifos nossos). Mais uma vez, seus leitores poderiam observar a foto para identificar sua “asymetria facial evidente” e, também, o seu “olhar de expressão rancorosa”. Seguramente, a foto de Patrícia só revelará essas informações àqueles que já a possuem antecipadamente; os outros observadores enxergarão apenas a fotografia de uma menina mestiça.

Figura 2 – Envenenadora Patrícia. Fonte: Gonçalves (1902)



“Durante a ultima secca que devastou o sertão da Bahia”, a jovem foi ‘confiada’ por seus pais a uma família composta de um casal com três filhos. Deixar crianças pobres sob os cuidados de alguma família, que se predispusesse a “ajudar”, era uma prática corriqueira no passado, que sobrevive até nos dias de hoje em alguns lugares do Brasil (GONÇALVES, 1902, p. 111). Hodiernamente, guardadas as devidas proporções, o tratamento dispensado a essas meninas pode ser comparado àquele oferecido aos escravos do século XIX. Dessa forma, podemos imaginar como era a situação dessa jovem em 1902, apenas duas décadas após o fim da escravidão oficial do país.

Patrícia foi acusada de colocar veneno no café do chefe da família e na comida das crianças de que cuidava, e estas “succumbiram [...] em dias diferentes”. O casal, supondo estar sendo acometido por algum tipo de peste, resolveu mudar de residência, inclusive demolindo a antiga: “decorrido um mez, entretanto, Martinho caiu de cama e as suspeitas de um crime nasceram e se accentuaram recaindo a culpa de tão nefando attentado sobre Patricia, unica pessoa cujo o estado de saude era o mais lisongeiro [sic] possível”(GONÇALVES,

1902, p. 111-112). De acordo com Gonçalves, ela teria inicialmente tentado negar o acontecido e, mais tarde, assumido que “se equivocara deitando acido arsenioso no café em vez de assucar” (GONÇALVES, 1902, p. 112).

Após ser interrogada por diversas vezes, e não há como sabermos sob quais condições eram conduzidos esses interrogatórios, Patrícia assumiu o crime, narrando, inclusive, a forma como o teria realizado. Como justificativa para o ato criminoso que supostamente cometeu, referiu-se às muitas punições que sofria cotidianamente e que “azedaram-lhe o animo, despertando-lhe a idéa de vingança que a arrastou á execução do crime” (GONÇALVES, 1902, p. 112). Ela não teria demonstrado nenhum arrependimento. No entanto, teria afirmado que sentia “saudades da creança mais nova (que se amamentava ainda) a quem queria bem, porem entendera dever envenenal-a como as outras por serem a causa dos maus tratos a que a submetiam” (GONÇALVES, 1902, p. 112-113).

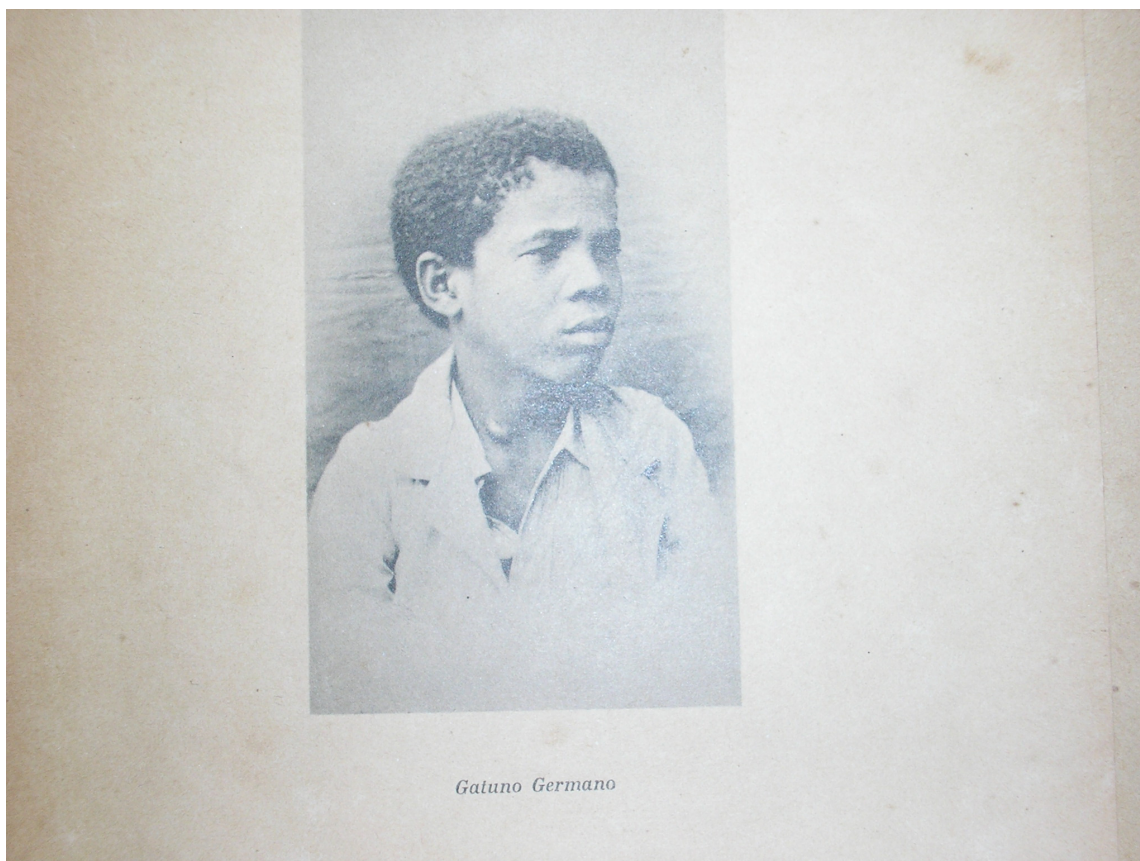
Durante o período em que esteve detida, Patrícia revelou a uma das companheiras de cela haver sido estuprada durante a viagem que a conduziu ao presídio. O “defloramento” teria sido confirmado por exame médico. No entanto, de acordo com Gonçalves, o exame teria mostrado também que “o desvirginamento não era recente e que a criminosa já era avesada á pratica dos actos sexuaes”. Sem qualquer maior alusão às condições sociais que teriam ensejado os atos de envenenamento, o doutorando finaliza sua observação e o faz apelando para a conclusão que acredita suficiente para explicar a ocorrência: “o movel do crime, a **vingança fria e calculada**, alguns **caracteres somaticos degenerativos** e as demais circunstancias que o rodearam nos fazem adoptar as conclusões a que chegaram os medicos peritos da Policia formulando o diagnostico de **criminosa nata**” (GONÇALVES, 1902, p. 113, grifos nossos).

A terceira observação trata de Germano, de 13 anos de idade, (Fotografia 3), e classificado como sendo um “gatuno”. De todas as observações apresentadas por Antonio Ribeiro Gonçalves, seguramente é a esta que o autor dispensa um tratamento mais duro, expondo, de forma clara, todo o seu preconceito sócio-racial. Embora admita que “sobre os antecedentes de familia, **nenhum facto importante a assignalar** podemos recolher” e que o jovem “é de altura proporcional á idade e de **uma organização physica regular** (GONÇALVES, 1902, p. 118, grifos nossos), afirma, na sequência, que Germano “**apresenta muitos estygmas somaticos de degeneração**”, o que seus leitores poderiam conferir através da fotografia apresentada: “a estampa n. 3 reproduz os seus traços physionomicos que **recordam os de um velho**” (GONÇALVES, 1902, p. 119, grifos nossos). A descrição, que pretende ser minuciosa para, provavelmente, sugerir objetividade, tanto mais fácil por

descrever formas e planos, procura salientar que não se trata de um ser humano comum, e sim de um ser do passado que não guardava nenhuma relação com as expectativas de beleza e equilíbrio esperados para o homem do começo do século XX:

Tem asymetria facil e o olho direito está situado em um plano superior ao do esquerdo; uma disposição inversa offerecem em relação um [sic] a outra as azas do nariz. Imberbe ainda, possui os labios grossos. A dentadura é regular e completa, notando-se grande excavação da abobada palatina ligeiramente ogival. As arcadas superciliares apresentam uma profunda depressão, sendo que a da esquerda é mais accentuada. A norma [sic] superior do craneo é pentagonal. A escama do temporal saliente do lado esquerdo é muito deprimida do lado dirreito. No parietal, ao contrario, a bossa muito desenvolvida á direita é quasi nulla á esquerda. Plagiocephalo. A orelha direita está implantada superiormente em relação á esquerda, que apresenta o tuberculo de Darwin pronunciado. (GONÇALVES, 1902, p. 119).

Figura 3 – “Gatuno Germano”. Fonte: Gonçalves (1902).



Tal como nos exemplos anteriores envolvendo mestiços e negros, Gonçalves apresenta as medidas antropométricas – altura, grande envergadura etc. – e faz incidir a atenção sobre aspectos negativos da trajetória do adolescente. Afirma que “Germano é um gatuno conhecido”, que, oriundo de Serrinha, foi admitido para trabalhar em uma casa de família,

sendo logo demitido “porque roubava tudo que lhe caia sob as mãos”. Teria roubado em uma república e fugido de outra casa que o havia aceito, “conduzindo dinheiro e diversos outros objectos quando foi preso”. Segundo o autor, foi preso por mais duas vezes, o que não foi suficiente para que se corrigisse, sendo transferido para a Colônia Agrícola, “onde esta[ria] presentemente aprendendo o ofício de sapateiro”. Refratário às oportunidades de trabalho facultadas aos mestiços pobres, Germano se tornara, não obstante a sua tenra idade, uma presa fácil dos padrões médicos da época e alvo de não disfarçada intolerância: “Germano é mentiroso, hypocrita e rancoroso; nos tributa um odio mortal somente porque o examinamos. Não tem amor a familia que abandonou pra dar largas aos seus instinctos maus” (GONÇALVES, 1902, p. 120).

Suas medidas “antropológicas” são:

Altura-----	1,43m
Grande envergadura-----	1,47m
Diant. Ant. post. maximo-----	190mm
Diam. transverso maximo-----	160mm
Diam. nazal vertical-----	35mm
Diam. nazal transverso-----	36mm

Encontramos um índice cephalico subbrachycephalo de 84 e um índice nazal platyrrhio de 102. (GONÇALVES, 1902, p. 119-120).

Antes de finalizarmos a análise da tese de Antônio Ribeiro Gonçalves, apresentaremos, no Quadro 5, a observação formulada sobre Evaristo dos Santos, que, supostamente, envenenou três pessoas. O menino Evaristo, com apenas 11 anos de idade à época em que ocorreu o fato, negou repetidas vezes a prática dos crimes. O interessante é que, mesmo sem identificar qualquer anomalia física nesse jovem, o autor o classifica como criminoso nato. Ao que parece, o crime mais grave praticado pelo menor era, antes de tudo, ser “mulato escuro”, o que possibilitava sua condenação antes mesmo de qualquer análise mais profunda do caso.

Quadro 5 – Observação apresentada por Antônio Ribeiro Gonçalves
 Fonte: dados extraídos de Gonçalves (1902, pp. 113-116).

Evaristo dos Santos, mulato escuro, de 14 annos de idade, natural de Cachoeira. Preso nessa cidade por haver, com 11 annos, envenenado tres pessoas, foi transferido para esta capital, onde permanece actualmente recolhido na Colonia Agricola Educadora.

De desenvolvimento physico regular, este menor não tem nenhuma [sic] estygmata somatico de degeneração. É intelligente, reservado, hypocrita e mentiroso. Pederasta passivo.

Durante as palestras que entretivemos com Evaristo nada nos revelou de compromettedor; ao contrario procurou sempre innocentar-se dizendo não ter concorrido de nenhum modo para o crime de que é accusado e repetindo sempre a mesma historia, sem hesitação.

Conseguimos, entretanto, graças ás visitas constantes que lhe fizemos, encontrar na região peitoral direita uma cicatriz, vestigio de uma facada que lhe dera outro menino; dahi, chegamos, por outras informações a saber que elle é brigador e mau.

O auto de perguntas que respondeu em Cachoeira nos ministrou os esclarecimentos seguintes que demonstram de um modo inequivoco a perversidade congenita de Evaristo.

Receioso [sic] da punição de que o padrinho o ameaçara, por motivos que ignoramos, este menor furtou uma porção de rosalgar (de que o padrinho se servia para matar formigas) e deitou-a no feijão, jantar [sic] desse dia.

Chamado para comer recusou-se insistentemente pretextando não sentir fome e achar-se mesmo indisposto. Ás solicitações da madrinha, acquiesceu finalmente, seguindo logo após para a escola.

Ás 2 horas da tarde foram buscal-o quando os symptomas de envenenamento principiaram a manifestar-se no padrinho, mulher e irmã desta, que falleceram no dia seguinte.

Preso para indagações policiaes e interrogado pelo promotor, Evaristo negou a pé firme qualquer participação no delicto, atirando habilmente toda a responsabilidade sobre Manoel João, (inimigo do seu padrinho) que affirmou ter encontrado em caminho da casa de seu padrinho, no dia do acontecimento fatal.

Manoel João interpellado a seu turno protestou vivamente contra tão falsa imputação ao que elle objectou imperturbavelmente e repetidas vezes: ‘Se eu não tivesse encontrado Você, não tinha necessidade de dizer’.

Passados alguns dias, uma senhora que cultivava relações amistasas com a familia victimada, aconselhou a Evaristo em tom maternal que confessasse a verdade, ao que elle accedeu.

Pediu então uma caixa donde disse haver subtrahido o veneno e que foi encontrada no logar designado. Aberta a alludida caixa, retirou della um embrulho contendo o arsênico de que fizera uso. Como houvesse outras substancias em pacotes differentes perguntou-se-lhe a razão porque preferiu aquella primeira substancia ás demais; respondeu Evaristo que assim o decidira o conhecimento da acção nociva do rosalgar empregado como veneno por seu padrinho.

Interpellado finalmente porque comeu o feijão desde que sabia conter o veneno, elle disse que comeu ‘para não se desconfiar’ e ‘comeu pouco para não fazer mal’.

É esse menor um criminoso nato ou um delinqüente que o meio preparou?

A precocidade do crime, a frivolidade do movel, a insensibilidade moral que revela, a mentira, a calumnia, o discernimento com que agiu, o meio relativamente bom em que se desenvolveu, tudo nos leva a ver nesse menino um delinqüente nato, talhado para viver em eterno conflicto com os seus semelhantes.

Hoje está recolhido á Colonia Agricola Educadora: Curar-se-há?

No mesmo ano de 1902, bastante promissor do ponto de vista dos problemas de pesquisas propostos pelas escolas criminológicas, foi elaborada a tese “Contribuição ao Estudo das Tatuagens nos Criminosos”, do doutorando Alvaro Ladislau Cavalcanti D’albuquerque, a primeira, de acordo com o autor, a abordar o tema das tatuagens em criminosos na Faculdade baiana.

Após proceder a uma espécie de recensão da presença das tatuagens nos diversos países da Europa, conclui, com Lombroso, a sua principal fonte de informação, que cada local produziria um tipo específico de modelos para esse fim: “na Italia, onde o mysticismo predomina, os pastores lombardos trazem no peito ou no braço o desenho de uma esphera encimada por uma cruz; os napolitanos, a imagem do sacramento, um crucifixo ou uma

caveira” (D’ALBUQUERQUE, 1902, p. 11). Em seguida, apresenta, com bastante entusiasmo, a posição lombrosiana relacionada ao atavismo, que busca associar a tatuagem com o passado ancestral dos indivíduos que as portam. Para D’albuquerque, mesmo em sua época, que se proclamava regida pela racionalidade do estado positivo, ainda seria possível encontrar diversos homens presos ao passado ancestral: “a tatuagem é dos característicos do homem primitivo, *ad instar* dos que ainda hoje vivem no estado selvagem” (D’ALBUQUERQUE, 1902, p. 13).

Após apresentar determinados grupos sociais como primitivos, a exemplo das “raças” que viviam na Oceania, local onde o uso da tatuagem seria generalizado, o autor discute como esses desenhos estariam distribuídos entre as classes sociais da Europa. No velho mundo, berço por excelência da civilização, a tatuagem estaria limitada aos “camponeses, soldados, marinheiros, operários e só por exceção é vista nas classes mais elevadas” (D’ALBUQUERQUE, 1902, p. 17). Não restariam dúvidas, pois, de que as classes mais abastadas da sociedade seriam, também, aquelas mais distanciadas do estado primitivo.

Para o caso brasileiro, não seria necessária uma observação muito longa para identificar quais os grupos mais inclinados ao uso de tatuagens, isto é, os mestiços pobres que eram atendidos pelo sistema prisional, âmbito no qual o autor desenvolveu sua pesquisa de campo. Para Alvaro D’albuquerque, os criminosos natos teriam um “accentuado gosto pelas tatuagens”, que, “ao lado de outros **atributos de assimilação biológica** [...] faz pelo menos suspeitar que o criminoso é um **homem primitivo** ou **retardado** no **seio das sociedades actuaes**”. A partir dessa perspectiva lombrosiana, o cometimento de atos criminosos seria, apenas, um reflexo do estado primitivo em que cada agrupamento humano se encontrava. Surpreendentemente, contudo, o autor relativiza, na sequência, algumas das conclusões de Lombroso e defende que nem todos os tatuados eram realmente criminosos, pois “a religião, a imitação, a saudade, etc., podem determinar esses signaes ideographicos” (D’ALBUQUERQUE, 1902, p. 23, grifos nossos).

Após apresentar as estatísticas que “comprovariam” que o maior número de tatuados estaria relacionado aos “reincidentes e criminosos natos, sejam ladrões ou homicidas”, concordando, portanto, com a existência de uma sentença biológica para alguns homens, D’albuquerque acolhe determinações de ordem social, ao admitir que em relação ao desejo de se tatuar concorreria “grandemente para elevar a cifra dos taes desenhos a **vida ociosa das prisões** e a **falta de instrução** na maioria dos criminosos”; apresentando, portanto, explicações oriundas do mundo social (D’ALBUQUERQUE, 1902, p. 24, grifos nossos). Estaria ele defendendo que os criminosos natos de Lombroso poderiam ser recuperados a

partir da educação? De fato, não é possível responder a essa pergunta apenas a partir da leitura da tese. Ademais, para tornar sua posição teórica mais complexa e difícil de identificar, ele apresenta, com bastante entusiasmo, os estudos de Lacassagne sobre tatuagem. Em suas pesquisas, o chefe da escola sociológica de Lyon propugnava que, para entender a utilização de tatuagens, seria importante levar em consideração a influência do aprendizado e a vida nos ateliers, ou seja, o próprio mundo social. Lacassagne era um dos maiores opositores das teses lombrosianas.

Aparentemente, é possível concluir que os autores baianos não estavam dispostos a investir em uma única abordagem teórica quando enveredavam pelo complexo meio social brasileiro. Conforme afirmamos no que concerne à tese de Antonio Ribeiro Gonçalves, parecia necessário que as duas possibilidades teóricas estivessem disponíveis para serem acionadas segundo as circunstâncias o exigissem, ou seja, explicações de ordem social para criminosos brancos, e explicações de ordem biológica para negros e mestiços.

Para o doutorando, os homens honestos, quando tatuavam o corpo, sempre utilizavam motivos “ordinários, simples e inocentes”, enquanto os criminosos sempre optavam pela “obscenidade do desenho, muitas vezes feito sobre os órgãos genitais, revelando não só falta de pudor, mas também grande insensibilidade, pois é notório quão dolorosa é a picada em semelhante região” (D’ALBUQUERQUE, 1902, p. 26). Para além disso, poderia ser observada a questão da quantidade dos desenhos que, nos homens honestos, eram em pequeno número, enquanto nos criminosos, abundantes. Em relação às mulheres, as tatuagens possuíam um caráter mais decorativo, tanto no passado como no presente. De acordo com sua argumentação, estaria comprovado que as mulheres se situavam em um estágio mais primitivo do que os homens: o reduzido tamanho do cérebro feminino (que os pensadores aceitavam como verdade científica), tão importante para aqueles que seguiam esse tipo de raciocínio, servia para corroborar a “hipótese científica” da maior primitividade feminina.

O estudo das tatuagens ajudaria a distinguir os criminosos dos loucos; estes, “embora tenha[m] a reclusão forçada [...] é mui raro que se lembre[m] de fazer desenhos sobre a pelle”; já o criminoso, submetido à “violencia das paixões e os grandes lazeres [...] entregue aos passatempos mais extravagantes”, dificilmente não se tatuará. Lombroso defendia que todo tatuado era um degenerado e os desenhos comprovariam sua ligação com o atavismo. Álvaro D’Albuquerque, possivelmente concordando com parte da afirmação acima, acreditava que estudar as tatuagens auxiliaria o médico na formulação de “um juízo *a priori* mais ou menos seguro a respeito da índole e perversão moral de seus portadores” (D’ALBUQUERQUE,

1902, p. 30). Ou seja, observar um suspeito tatuado já possibilitaria a produção de um discurso negativo a seu respeito, mesmo antes de um exame mais detalhado.

Da mesma forma que Oscar Freire de Carvalho, seu colega do mesmo ano, D'albuquerque também fez pesquisa de campo com o intuito de corroborar suas hipóteses iniciais. Independentemente dos diversos problemas metodológicos que possam ser destacados, tanto no plano das hipóteses iniciais defendidas, como da própria escolha do grupo humano pesquisado (pessoas que já estavam sendo atendidas pelo sistema prisional), há que reconhecer que a antropologia médica baiana dos anos iniciais do século XX, principalmente aquela orientada por Nina Rodrigues e seus seguidores,⁷¹ estava em processo de mudança, tentando incorporar as novas técnicas científicas desenvolvidas na Europa e nos Estados Unidos.

O autor ingressa no mundo dos seus objetos de estudo e faz pesquisa de campo na penitenciária baiana. Embora aceitemos que as investigações de campo em antropologia só ganham corpo a partir da segunda década do século vinte, quando Malinowski faz seus primeiros estudos de campo mais sistemáticos na Nova Guiné (MALINOWSKI, 1978), sabemos que, pelo menos a partir do final da década de 1870, já estavam disponíveis trabalhos como *A Sociedade Antiga*, de Lewis Henry Morgan. Tal obra resultou de trabalho de campo que, embora não suficientemente sistemático, possibilitava reflexões mais criativas em relação ao próprio material estudado (MORGAN, 2005).

Alvaro D'Albuquerque analisou os detentos da penitenciária baiana e descobriu que dos “339 presos que lá existem achamos 72 tatuados”, o que dava uma “proporção de 21,24 por cento”, percentual que, de acordo com suas interpretações, era significativo. Em seguida, passou a descrever o crime que cada um deles cometera: “homicidas 51; ladrões 6; ladrões-homicidas 2; condenados por tentativa de morte 2; por tentativa de morte e roubo 2; por deserção simples 2; por deserção agravada 2; por defloramento 2; por ferimento 1; por estupro 2” (D'ALBUQUERQUE, 1902, p. 31). Os 72 indivíduos tatuados possuíam um elevado número de desenhos, que totalizavam 347. O autor aceita a hipótese defendida por Lombroso e seus seguidores, de que existe uma relação direta entre portar determinadas tatuagens e o cometimento de alguns tipos de crimes.

Ele usa o diário de campo para fazer anotações durante suas visitas ao presídio. Estamos, pois, diante de um médico que busca utilizar as técnicas que estão em processo de

⁷¹ Alvaro Ladislau d'Albuquerque informa, antes de começar a sua tese, que contou com a ajuda de Afrânio Peixoto, que teria, inclusive, lhe orientado “sobre o modo de conduzirmos as nossas pesquisas” (D'ALBUQUERQUE, 1902).

desenvolvimento na nova ciência médico-antropológica dos “países civilizados”. Além disso, de todas as teses consultadas, apenas nesta encontramos bibliografia organizada ao final⁷².

A presença de sinais religiosos nos desenhos corroborava a sua tese acerca da existência de uma relação direta entre o homem de fé e a inferioridade intelectual. Em relação aos “symbolos religiosos e supersticiosos”, ele defende que:

a proporção destes symbolos é **relativamente avultada**, sendo isto uma **prova do fanatismo do criminoso** e de sua **propensão ás superstições**. **Ingenuo, como é em regra, o homem ignorante** pensa que estes desenhos o protegem da adversidade, merecendo particular estima o signo de Salomão, a que attribue axtraordinaria virtude contra **sortilegios, enguiços ou feitiçaria**. (D’ALBUQUERQUE, 1902, p. 38, grifos nossos).

A religiosidade, a suposta inferioridade intelectual dos criminosos, os medos das práticas religiosas e os próprios atos criminosos são apreendidos como compondo uma cadeia relacional. O estudo das tatuagens contribuiria para a identificação dos crimes e dos criminosos, já que possibilitava “tirar induções **sobre a condição social**, o sexo, as **tendencias psychicas** e sobretudo a **profissão actual ou anterior** dos indivíduos” (D’ALBUQUERQUE, 1902, p. 46, grifos nossos). Ao que tudo indica, o estudo das tatuagens constituiria oportunidade para fotografar as denominadas classes menos favorecidas, que circulavam nas grandes cidades brasileiras. Embora os doutorandos centrem seus estudos nos negros e mestiços da terra, eles necessitam, também, discutir, mesmo que de forma superficial e sem muito comprometimento, os atos criminosos cometidos por representantes da “raça branca” local. Como mostramos no primeiro capítulo, os brancos que inicialmente se estabeleceram no Brasil eram vistos como mestiços oriundos da Europa. Por esse motivo, eles não serviam como legítimos representantes da supremacia da raça branca. Discutiremos, agora, quais eram as estratégias dos doutorandos baianos para lidar com esse problema.

⁷² O doutorando Carlos Affonso Alves, que escreveu, em 1888, a tese “Das Suggestões no Tratamento das Doenças Psychicas”, apresenta uma lista dos livros que utilizou na sua elaboração (ALVES, 1888).

5.6 CRIME E DEGENERAÇÃO NA RAÇA BRANCA

A civilização aryana está representada no Brasil por uma fraca minoria de raça branca a quem ficou o encargo de defendê-la, não só contra os actos anti-sociais – os crimes – dos seus próprios representantes, como ainda contra os actos anti-sociais das raças inferiores [...]. (RODRIGUES, 1938, p. 218-219).

Octavio Vieira de Mello observa constituir uma grande responsabilidade para um médico “attestar fielmente a inculpabilidade do delinquente levado á face de um tribunal” (MELLO, 1902, p. 11). A paralisia geral, por exemplo, “uma **perversão das faculdades moraes e affectiva** que serve de prodomo ao morbo”, obriga “**pessoas honradas, criteriosas, religiosas, etc**” a cometerem “actos revoltantes, actos de indelicadeza, de deboche ou outros, em **completa desharmonia** com os **seus precedentes** e os de **sua família**” (MELLO, 1902, p. 14, grifos nossos). A questão que se colocava para o doutorando era a seguinte: como explicar que um homem que sempre primou pela honestidade de seus atos passasse, de uma hora para outra, a cometer crimes? Ou, para tornar o problema mais complexo, como explicar “cientificamente” quais os eventos que conduziam homens brancos, educados e honestos aos estágios iniciais da humanidade? Responder a esta complicada questão, sem que todo o conjunto de crenças que apresentava negros e mestiços como naturalmente perigosos entrasse em colapso, era uma das grandes preocupações dos médicos e doutorandos da época em exame.

Rotular homens e mulheres negros(as) ou mestiços(as) como cognitivamente inferiores e predispostos ao “comportamento desviante” (VELHO, 1979) era tarefa fácil. A cada diagnóstico de desvio em indivíduos das “raças mais atrasadas” a ciência da época saía vitoriosa, e sua armadura teórica para enfrentar os indesejáveis era corroborada. No entanto, quando “**indivíduos educados** torna[va]m-se verdadeiros **ignorantes, selvagens**, absolutamente indiferentes a todos os principios de moral e a todos os sentimentos inherentes ao homem sociável: senso, affeição, character, etc.” (MELLO, 1902, p. 22, grifos nossos), a ciência médica enfrentava grandes dificuldades para conseguir se manter como engenheira da ordem moral.

Ao longo do desenvolvimento de suas pesquisas, os doutorandos precisavam enfrentar a constatação de que mesmo os homens considerados honrados (leia-se, brancos) poderiam ter “ter idéas persecutorias com impulsões criminosas, que muitas vezes trazem consequencias desastrosas, taes [como] o suicídio, o homicídio ou suas tentativas” (MELLO, 1902, p. 26). Mello apresenta o problema sem, no entanto, apontar qualquer solução plausível. À medida que se confirmava a ideia de que tanto os brancos quanto os negros/mestiços podiam

degenerar e retornar a estágios inferiores da humanidade, colocava-se a questão de como enfrentar o tema no campo acadêmico sem admitir a fragilidade das conclusões que aproximavam o crime dos grupos mais desprotegidos economicamente. A grande dificuldade da ciência médica da época estava relacionada, pois, com o tratamento dado a assuntos que confirmavam a hipótese da degeneração da raça branca, o que inviabilizaria, portanto, toda e qualquer possibilidade de existir um Estado nacional a partir dos grupos étnicos aqui estabelecidos.

Nesse mesmo ano de 1902, o doutorando Francisco Pontes de Miranda, tratando dos crimes cometidos por indivíduos que não podiam ser responsabilizados por seus atos, ressaltava a importância da medicina como capaz de oferecer suporte à nova criminologia científica. Acreditava que a psiquiatria, explicando a psicologia individual e social, seria capaz de enfrentar as grandes turbulências advindas com o processo civilizatório, já que: “constitue em dias de hoje disciplina mental a cujo aprender se devem dar quantos se preocupam, por pouco que seja, com a estabilidade da comunhão em geral”. Esse novo saber conseguiria identificar “os que, desviados da verdadeira norma moral, transgridem da *conducta commum*” (MIRANDA, 1902, p. VII). Pontes de Miranda acreditava na nobreza da profissão médica, principalmente, quando seus operadores conseguiam livrar doentes, que agiram “sob o inconsciente império do automatismo”, do “ferrete” da Justiça, fazendo com que recebessem os devidos cuidados (MIRANDA, 1902, p. VIII).

O objetivo de controlar os grupos considerados perigosos através da medicina e da nova criminologia surge com bastante clareza em sua tese:

A orientação que há sido impressa á sciencia do direito criminal pela moderna eschola positiva, desenvolvurando novos e esplendentes horizontes á averiguação de seus principios, **outorgou á medicina incontestemente faculdade interventiva** em um dos mais intrincados, quiza mais relevantes, problemas da criminologia contemporanea, qual o attinente á **responsabilidade penal**. (MIRANDA, 1902, p. 1, grifos nossos).

Pontes de Miranda e outros doutorandos estavam escrevendo em 1902, podendo, portanto, dispor dos trabalhos de Nina Rodrigues sobre a responsabilidade penal das raças humanas. Nesse clássico da literatura médica criminológica, Nina Rodrigues defendeu códigos penais diferenciados para cada região do Brasil. Em locais com um número maior de negros e mestiços, o código penal deveria levar em consideração as dificuldades de entendimento de regras abstratas que, supostamente, esses grupos apresentariam. Aqueles que estavam escrevendo sobre os temas relacionados à violência urbana invariavelmente agradecem a ajuda desse eminente professor, e Francisco Pontes de Miranda não constitui exceção. Ele discute as ideias de Gabriel Tarde e, ao que tudo indica, concorda com parte

delas. Utiliza a classificação proposta por Clóvis Bevilacqua para explicar o funcionamento das duas escolas positivas de criminologia de seu tempo: “a positivo-naturalista, tendo a frente Lombroso, Fioretti, Garofalo, etc., que confere a supremacia, no phenomeno criminal, aos factores kosmicos, physicos” e a denominada de “positivo-sociologica, que dá a primazia aos factores sociaes”, a qual teria como defensores, “Alimena, Morselli, Tarde, Van Hamel e outros” (MIRANDA, 1902, p. 6).

Para Pontes de Miranda, independente da linha teórica adotada, a “moderna eschola penal” submeteria “o delinqüente a um detido **exame analytico**”, que possibilitaria investigar seus “**antecedentes**, [e] indaga-lhe os **costumes e influencias internas e externas** a que há sido sujeito” (MIRANDA, 1902, p. 7, grifos nossos). A investigação concentrar-se-ia, principalmente, na história de vida do acusado e, caso ele pertencesse aos grupos com costumes em desacordo com as expectativas do mundo social dominante, teria problemas com o parecer do médico legista responsável por seu caso. Até a década de 1930, quando surgem autores que buscam valorizar o negro e o mestiço, a exemplo de Gilberto Freyre, são bastante freqüentes as atitudes autoritárias (da parte de médicos e juristas) contra, por exemplo, as práticas religiosas do povo Afro-brasileiro.

Podemos ter, nos dias de hoje, uma ideia aproximada do que significava, para os acusados de cometimento de crimes, o estabelecimento de relação entre um ato criminoso e o grupo étnico de pertinência do acusado. Segundo Pontes de Miranda, Lombroso, inspirado por “profundas idéas referidas á selecção natural de Darwin, considerou [a delinqüência] uma consequência da irrupção do homem primitivo [na] sociedade contemporanea” (MIRANDA, 1902, p. 9). Dessa forma, costumes estranhos seriam ideais para atestar a “primitividade” de qualquer grupo ou indivíduo. Os médicos brasileiros não teriam, então, muitos problemas para comprovar que os grupos étnicos socialmente menos favorecidos eram representantes do nosso passado ancestral, principalmente quando observados nos espaços de caráter sagrado.

O autor destaca que a teoria atávica possuía seguidores importantes no Brasil, a exemplo de Nina Rodrigues, que “embora não pretenda explicar todos os casos pelo atavismo, parece acceital-o como plausivel explicação de alguns” (MIRANDA, 1902, p. 10). Lombroso teria visto sua teoria perder prestígio e ser atacada por todos os lados e, nesse momento, tentando um último suspiro, aproximou os eventos criminosos da epilepsia: “O abalisado psychiatra evidenciou-se no entanto affectado do mal da precocidade, se assim nos podemos exprimir, tentando descobrir, não vislumbres de paridade, sinão absoluta identidade entre o criminoso e o epileptico, considerando o crime como uma manifestação larvada do mal comicial.” (MIRANDA, 1902, p. 11). Para os autores preocupados com o aumento da

violência no Brasil, essa doença atingia indistintamente todos os grupos sociais e “raciais”. Aceitar a epilepsia como responsável pelos diversos casos de loucura e crime que ocorriam na sociedade brasileira não servia como modelo teórico eficaz no controle dos grupos considerados perigosos. Não havia como negar que alguns brancos, ou indivíduos socialmente brancos tidos como honrados, enlouqueciam e cometiam crimes. Dessa forma, o caminho mais seguro para os engenheiros da ordem moral seria o de admitir publicamente essa possibilidade e confiná-la, apenas, a uma única doença – a paralisia geral dos alienados.

Para Nina Rodrigues, algumas doenças eram características do Brasil, posição que constituiu um dos motivos do seu afastamento de parte das formulações propostas por Lombroso. Para Nina, certas doenças do espírito, que possibilitavam o ingresso no mundo do crime, eram exclusivas dos grupos mestiços brasileiros e estavam relacionadas com a sua instabilidade psicológica. Alguns poucos autores contemporâneos a Nina discordavam veementemente dessas formulações, arguindo a impossibilidade de alguma doença psíquica pertencer, exclusivamente, a determinados grupos étnicos de áreas tropicais. Um dos exemplos mais marcantes foi o do médico baiano e professor da Faculdade de Medicina local, Juliano Moreira, pensador que, certa vez, foi definido pelo também professor Lopes Rodrigues como sendo alguém que “nasceu mestiço ateniense” (PASSOS, 1975, p. 53). Juliano Moreira combateu diversas vezes contra algumas das premissas da teoria racialista de Nina Rodrigues (ODA; DALGALARRONDO, 2000; ODA, 2003).

Embora jamais tenha duvidado da teoria da degenerescência, um dogma científico do século dezenove, o médico baiano se constituiu o contraponto às teorias do seu colega maranhense:

Um aspecto marcante na obra de Juliano Moreira foi sua explícita discordância quanto à atribuição da degeneração do povo brasileiro à mestiçagem, especialmente a uma suposta contribuição negativa dos negros na miscigenação. A posição de Moreira era minoritária entre os médicos, na primeira década do século XX, época em que ele mais diretamente se referiu a esta divergência [...] Também desafiava outro pressuposto comum à época, de que existiriam doenças mentais próprias dos climas tropicais [...] Para ele, na luta contra as degenerações nervosas e mentais, os inimigos a combater seriam o alcoolismo, a sífilis, as verminoses, as condições sanitárias e educacionais adversas [...]. (ODA; DALGALARRONDO, 2000, p. 178).

Enfim, as vozes discordantes em relação à associação de negros e mestiços com a loucura e com o crime em nossa sociedade existiam, mesmo sendo poucas e, de certa forma, apagadas pelo imenso prestígio intelectual de Raimundo Nina Rodrigues. Havia alunos que, mesmo se auto-intitulando discípulos do médico maranhense, se opunham exatamente a essa parte de sua obra, a exemplo de Oscar Freire de Carvalho, que oferecia uma explicação para a degeneração na cidade de Serrinha/Bahia, mais de acordo com a perspectiva teórica defendida

por Juliano Moreira. No entanto, como esperamos ter demonstrado, a grande maioria dos autores das teses investigadas acreditava em uma conexão direta entre a raça que se desenvolveu no Brasil, suas opções no campo religioso, a loucura (decorrente da aproximação entre religião e um cérebro frágil) e o ingresso no mundo do crime. Em determinadas teses, essa situação de fragilidade racial se apresentava como uma sentença a ser cumprida; noutras, mais moderadas, tratava-se apenas de uma possibilidade discursiva para ser utilizada caso fosse necessário reconduzir os mestiços ao seu devido lugar, isto é, longe da Casa-Grande (propiciada pela República) e próximo da Senzala (representada pelo antigo Império).

No Quadro a seguir, é possível visualizar os autores discutidos no capítulo e identificar em quais outros capítulos eles reaparecem.

Quadro 6 – Autores citados no quarto capítulo desta Tese

AUTOR	NOME DA TESE	ANO	CAPÍTULOS
1. Fabio Lopes dos Santos	Hypnotismo e Livre Arbitrio	1880	3º, 4º
2. Antonio Cavalcante Pina	Herança Physiologica e Pathologica	1886	1º, 2º, 4º
3. Pedro Americano Corrêa Filho	A Genealogia Humana	1895	1º, 2º, 3º, 4º
4. Antonio Cavalcante Pina	Herança Physiologica e Pathologica	1886	1º, 2º, 4º
5. Octavio Vieira de Mello	Paralysis Geral dos Alienados	1902	2º, 3º, 4º
6. Oscar Freire de Carvalho	Etiologia das Formas Concretas da Religiosidade no Norte do Brasil	1902	1º, 2º, 3º, 4º
7. Antônio Ribeiro Gonçalves	Menores Delinquentes	1902	1º, 3º, 4º
8. Landulpho M. de Magalhães	Hypnotismo e Livre Arbitrio	1889	1º, 3º, 4º
9. Francisco de Souza Ponde	Assistencia Publica aos Loucos Delinquentes no Brazil	1902	1º, 3º, 4º
10. Alvaro Ladislau Cavalcanti D'Albuquerque	Contribuição ao Estudo da Tatuagem nos Criminosos	1902	4º
11. Carlos Affonso Alves	Das Suggestões no Tratamento das doenças psychicas	1888	3º, 4º
12. Francisco Pontes de Miranda	A Insanidade Mental como Dirimente dos Delictos	1902	1º, 3º, 4º

FONTE: Produção do autor.

6 CONCLUSÃO

Diversos estudos relacionados com a história da medicina do período imperial e início da República brasileira procuram enfatizar a importância desse campo disciplinar para a formação do Estado nacional brasileiro. Ela seria a grande responsável por criar as condições para o Brasil se tornar um verdadeiro Estado-nação, ao tempo em que possibilitaria manter a ordem dentro do país. Seguindo essa lógica, muitos autores terminavam por conferir um poder sobrenatural aos médicos e à medicina. Ao médico, confere-se o poder para produzir um país sadio nos Trópicos. A primeira dificuldade que se interpõe ao leitor, nesses estudos, é que eles minimizam os diversos enfrentamentos no interior das Faculdades de medicina do país, suscitando a impressão de que reinava, apenas, concordâncias entre esses profissionais durante o período Imperial e os primeiros anos da República.

Dessa forma, o mais recomendável para aqueles que se aventuram na produção de uma tese de doutoramento sobre a história da medicina brasileira é começar listando todos os autores que já trataram do tema anteriormente, ao tempo em que examina as suas conclusões, buscando identificar, inclusive, eventuais falhas e contradições em seus argumentos. O modelo tradicional de escrita de uma tese doutoral exige que se dê ênfase aos aspectos negligenciados pelas formulações precedentes e se apresentem novas questões que, no entender do novo candidato a doutor, sejam mais relevantes para a compreensão das diversas dificuldades vivenciadas pela medicina em seu processo de construção.

Recomendam os cânones de elaboração de uma tese sobre esse tema, que se discutam autores como, por exemplo, Machado et al. (1978) e Costa (2004), enfatizando-se que as suas conclusões, embasadas na teoria foucaultiana do poder, estão equivocadas. Caso a intenção seja criticar as ideias do famoso filósofo francês de forma contundente, recomendam-se autores como Antunes (1999) e Coelho (1999). Este, tratando das profissões imperiais (medicina, engenharia e advocacia), parece enfatizar que Foucault, assim como seus seguidores no Brasil, não compreendem absolutamente nada sobre o assunto. Em seguida, devem-se apresentar autores que discutiram a história da medicina brasileira de forma mais equilibrada, tratando-a como mais um dos muitos eventos que ganharam força no complexo mundo social do século XIX, sem, no entanto, conferir poderes especiais capazes de salvar o Brasil de seu suposto atraso. Um bom exemplo desse tipo de empreendimento pode ser encontrado em autores como Edler (1992), Antunes (1999) e Sampaio (2001).

Não pretendemos verificar, apenas, se a medicina foi ou não cooptada pelo Estado brasileiro, muito menos se conseguiu, de fato, criar regras que possibilitassem ao país tornar-

se uma nação nos Trópicos. Nossa intenção é apresentar os diversos conflitos de interpretação existentes na Faculdade baiana, que se manifestavam nas teses doutorais. Buscamos evidenciar que, nos diversos temas tratados na academia baiana, o dissenso era a norma geral. Os doutorandos, mesmo quando tratavam de temas próximos (ou defendiam algo em comum, a exemplo do resguardo ou ataque da fé cristã), terminavam por assumir discursos próprios e, comumente, confrontavam-se no campo intelectual. Diante do quadro que apresentamos ao longo dos quatro capítulos desta tese, supomos improvável que se tenha resultado a impressão de que defendemos a medicina brasileira como capaz de oferecer um discurso unitário, tampouco que tenha sido cooptada pelo Estado em formação para dirigir, canalizar e/ou implementar as ações que possibilitassem a construção de um Estado nacional.

Mostramos que, nas teses mais distanciadas do período republicano, era comum encontrar autores interessados em defender a religião oficial do país. Não obstante, existiam, também, os interessados em atacar todos os modelos religiosos e, até mesmo, a própria figura de Deus. A religião mais submetida a ataques, nos anos iniciais do século vinte, foi à espírita. No entanto, há, em 1905, uma tese destinada a defendê-la. Leite (1905) acreditava que as doenças do espírito eram causadas por problemas espirituais e, por isso mesmo, guardavam relação com o mundo do sagrado. Para ele, o espiritismo detinha o conhecimento capaz de ajudar os desajustados do espírito. Defendendo posição diametralmente oposta à de Leite (1905), há autores que advogavam que a religião e a religiosidade do povo brasileiro eram as responsáveis por todas as dificuldades que a raça nacional estava enfrentando. Eles interpretavam o futuro do Brasil mediante o exame das crenças religiosas do seu povo, posicionamento que perdurou até os anos finais da década de 1930, quando Arthur Ramos ainda tentou desvendar o futuro do povo brasileiro a partir de suas crenças religiosas (RAMOS, 2001).

Havia autores que defendiam que o nosso futuro seria de glória, sob a suposição de que o número de “ignorantes” seduzidos pelas crenças religiosas, principalmente aquelas embasadas no concretismo da mente humana, desapareceriam em um futuro próximo, possibilitando, assim, o tão sonhado estado positivo da humanidade. Para os críticos da religiosidade brasileira, a fé seria a principal causa dos problemas que assolavam o país, gerando, inclusive, a inserção dos crentes no mundo da loucura e do crime. Conforme se pensava, o cérebro frágil do povo brasileiro, fruto do seu atraso racial e da sua educação deficiente, ensejava a possibilidade de crenças religiosas. O apego aos fetiches evidenciava a incapacidade do crente de entender crenças e ideias mais adiantadas, a exemplo das crenças monoteístas. Na ótica de muitos doutorandos baianos, essa situação comprovaria, aos países

do velho mundo civilizado, a impossibilidade de desenvolvimento de nações civilizadas nos Trópicos.

No capítulo em que discutimos a religiosidade do povo brasileiro, a partir das reflexões contidas nas teses doutorais do período em exame, analisamos, também, os casamentos. O celibato se apresentava como a única condição social passível de unificar os diversos doutorandos, independentemente do ano de defesa da tese, das opções teóricas seguidas, ou mesmo das crenças religiosas dos autores. Optamos por discutir os casamentos e a identidade nacional no capítulo dedicado à religiosidade brasileira por dois motivos principais. Primeiro, porque os autores que tratavam da “regeneração racial” do povo brasileiro defendiam o matrimônio como uma das mais importantes medidas para salvaguardar a raça, desde que estivesse de acordo com as regras prescritas pela higiene. Entretanto, eles eram compelidos a reconhecer que a Igreja Católica teria sido a única instituição brasileira capaz de reduzir os casamentos disgênicos no país, já que as leis se mostravam ineficazes para esse fim. Secundariamente, porque era exatamente através do celibatário, agente social renegado por todos que acreditavam no futuro do país, que a igreja católica recebia mais críticas, já que ela vedava aos seus representantes (padres e freiras) a constituição de famílias eugenicamente saudáveis.

Embora o casamento fosse considerado como medida eficaz à proteção da raça brasileira, dificultando que a loucura e o crime se instalassem no país, não havia consenso em relação ao melhor modelo a ser adotado. Alguns acreditavam na necessidade de impedir o casamento consanguíneo; outros, a exemplo de Pinto (1905), não identificavam qualquer problema nos casamentos endogâmicos. Defendiam apenas que, se os noivos não fossem disgênicos, o resultado não seria problemático. Nesse particular, o exemplo máximo de discordâncias possíveis nas teses baianas pode ser encontrado em Campos (1886), para quem o médico não teria qualquer responsabilidade em salvaguardar a sociedade da entrada de membros degenerados.

Ao discutirmos a loucura, procuramos mostrar que o maior receio dos doutorandos baianos residia na possibilidade de que os doentes mentais em circulação nas grandes cidades comprovassem a incapacidade do Brasil de ingressar no mundo civilizado. Mesmo discordando das condições dos estabelecimentos utilizados para “tratar” os doentes, e exigindo um novo modelo, os jovens doutores estavam dispostos a retirar tais pessoas das ruas.

Outra preocupação recorrente nas teses diz respeito aos perigos da imitação para os seres humanos: Os loucos e os bandidos representavam o nosso passado ancestral, podendo, a

qualquer momento, despertar os seres do passado que dormitavam nos frágeis cérebros de parcela ponderável da sociedade brasileira.

Os doutorandos temiam que algum “louco degenerado”, a exemplo de Antônio Conselheiro, conseguisse arrebanhar um grande número dessa população considerada racialmente inferior para a sua causa religiosa. A religião seria o palco no qual a loucura se apresentava aos olhos da nação, desencadeando a predisposição dos que assistiam aos cultos e produzindo movimentos messiânicos de contestação das leis nacionais. Com relação a dois deles, Canudos, liderado por Antônio Conselheiro, e os Muckers, liderado por Jacobina Mentz (eventos bastante similares dos pontos de vista médico e político), apenas o primeiro, que envolvia pobres mestiços e ratificava as teorias médicas da época, foi registrado nas páginas das teses doutorais baianas. O outro evento, envolvendo um grupo formado por europeus protestantes e pequenos agricultores, foi totalmente ignorado.

Quando examinamos o tema do crime, enfatizamos os motivos pelos quais os doutorandos baianos defendiam a ideia de que negros e mestiços eram estrangeiros em seu próprio país. Eles pretendiam inviabilizar toda e qualquer possibilidade de se discutir a igualdade entre os grupos sociais formados por brancos e mestiços. Como declarou Pery Guimarães, em 1911, as ideias igualitárias constituíam o maior perigo a rondar o mundo moderno e já ameaçavam ingressar no Brasil. O medo de que a violência escapasse ao controle (situação que muitos supunham já estar acontecendo) e de que os mestiços da terra tentassem usufruir dos direitos proporcionados pela República era a questão mais evidente nas teses baianas que discutiam o suposto aumento dos crimes e dos criminosos.

Salientamos que os doutorandos utilizavam dois discursos quando discutiam a degeneração humana: examinavam as ações criminosas e verificavam se havia sido cometida por alguém em estado normal ou por um degenerado. No entanto, mesmo gostando de exibir suas credenciais positivistas, não permitiam que os dados “falassem por si só”, tomando em consideração a cor e a condição social do acusado. O discurso biologizante era largamente utilizado para explicar os delitos cometidos por negros e mestiços, ao tempo em que relativizavam as suas conclusões diante dos mesmos crimes cometidos por brancos(as). Nestes casos, eles procuravam demonstrar que o meio viciado seria o responsável pelo direcionamento daqueles indivíduos para o mundo do crime, não guardando, portanto, qualquer relação com a degeneração biológica. As “observações” apresentadas por Gonçalves (1902) ensejam ao leitor proceder a essa verificação. Os doutorandos necessitavam lidar, também, com os representantes da raça branca que degeneravam. Era impossível defender que apenas os mestiços poderiam ser acometidos desse mal, já que as casas de saúde mental

registravam a presença de brancos. Argumentavam, então, tratar-se de estrangeiros que abusaram dos prazeres do mundo civilizado, e restringiam os problemas, apenas, à paralisia geral dos alienados.

Os jovens doutores tentaram colaborar com as autoridades brasileiras no sentido de solucionar o estado de *anomia social* que, supostamente, havia se estabelecido a partir das diversas mudanças (sociais e políticas) que ocorreram após o fim da escravidão oficial e da criação da República. A medicina, juntamente com as outras profissões imperiais, tais como a advocacia e a engenharia, tentou criar as condições para a emergência de um país civilizado aqui nos trópicos. A parte mais difícil desse projeto residia no fato de que os doutores pretendiam criar um país idealizado sem, contudo, aceitar pacificamente a presença da maioria dos brasileiros, formada por negros e mestiços.

Mesmo nos dias de hoje, faz-se necessário combater o posicionamento de alguns médicos que pretendem desqualificar a contribuição dos negros e mestiços para a cultura do país. O Dr. Antônio Dantas, médico baiano e coordenador do curso de medicina da Universidade Federal da Bahia, em 2008, por exemplo, não se sentiu constrangido em considerar, em pleno século XXI, que o berimbau, instrumento musical muito identificado com a cultura de negros e mestiços do país, comprovaria a inferioridade racial dos músicos que o utilizam. Em contrapartida, os médicos não são, presentemente, tão escutados como no passado, principalmente quando estão, apenas, expressando opiniões preconceituosas sobre os outros grupos que contribuíram, decisivamente, para a formação da sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

TESES CONSULTADAS

- ALMEIDA, Antonio Nunes Pinheiro de. **Ligeiras Considerações sobre Embryogenia humana e suas relações de herança physio-pathologica pelo casamento.** 1894. Tese Faculdade de Medicina da Bahia, Bahia, 1894.
- ALVES, Carlos Affonso. **Das sugestões no tratamento das doenças psychicas.** 1888. Tese Faculdade de Medicina da Bahia, Bahia, 1888.
- BARBUDA, Ulysses Florival. **Genese da personalidade psychica.** 1910. Tese Faculdade de Medicina da Bahia, Bahia, 1910.
- BARROS, Elias da Rocha. **Estygmata da degeneração.** 1893. Tese Faculdade de Medicina da Bahia, Bahia, 1893.
- BRANDÃO, Octavio de Souza. **Do casamento e sua regulamentação.** 1905. Tese Faculdade de Medicina da Bahia, Bahia, 1905.
- CALDAS, Claudemiro Augusto de Moraes. **As raças humanas provieram d'uma só origem?** 1868. Tese Faculdade de Medicina da Bahia, Bahia, 1868.
- CAMPOS, Manoel Ludgero D'oliveira. **Em que consistem os temperamentos? É possível, modifical-os, transformal-os, destruil-os? Quaes os meios Hygienicos?** 1873. Tese Faculdade de Medicina da Bahia, Bahia, 1873.
- CARDOZO, Cid Emiliano de Olinda. **Influencia da Civilização sobre o desenvolvimento das affecções nervosas.** 1857. Tese Faculdade de Medicina da Bahia, Bahia, 1857.
- CARVALHO, Luiz Pinto de. **O Sobrenatural em Therapeutica.** 1898. Tese Faculdade de Medicina da Bahia, Bahia, 1898.
- CARVALHO, Oscar Freire de. **Etiologia das formas concretas da religiosidade no Norte do Brasil: introdução á um estudo de psycho-sociologia criminal.** 1902. Tese Faculdade de Medicina da Bahia, Bahia, 1902.
- CORRÊA FILHO, Pedro Americano. **A genealogia humana.** 1895. Tese Faculdade de Medicina da Bahia, Bahia, 1895.
- D'ADRADE, Aristêu Ferreira. **Da sugestão no tratamento das doenças psychicas.** 1888. Tese Faculdade de Medicina da Bahia, Bahia, 1888.
- D'ALBUQUERQUE, Alvaro Ladislau Cavalcanti. **Contribuição ao estudo da tatuagem nos criminosos.** 1902. Tese Faculdade de Medicina da Bahia, Bahia, 1902.
- GITAHY, José Muniz Cordeiro. **Da medicina e do crhistianismo e suas relações entre si.** 1851. Tese Faculdade de Medicina da Bahia, Bahia, 1851.

GONÇALVES, Antonio Ribeiro. **Menores delinquentes**. 1902. Tese Faculdade de Medicina da Bahia, Bahia, 1902.

GUIMARÃES, Pery. **Ligeiras considerações sobre as raças humanas**. 1911. Tese Faculdade de Medicina da Bahia, Bahia, 1911.

LEITE, Adolpho Rabello. **Relação entre a materia e os phenomenos espiritas**. 1905. Tese Faculdade de Medicina da Bahia, Bahia, 1905.

MAGALHÃES, Landulpho Machado de. **Hypnotismo e livre arbitrio**. 1889. Tese Faculdade de Medicina da Bahia, Bahia, 1889.

MARQUES, Manuel Sampaio. **Hysteria no Homem**. Bahia. 1890. Tese Faculdade de Medicina da Bahia, 1890.

MAURICIO, José Rodrigues. **Ensaio de psychologia do instincto sexual humano**. 1906. Tese Faculdade de Medicina da Bahia, Bahia, 1906.

MELLO, Eduardo Jansen Vieira de. **Hysteria no homem**. Bahia. 1890. Tese Faculdade de Medicina da Bahia, Bahia, 1890.

MELLO, Octavio Vieira de. **Paralysia geral dos alienados**. Bahia. 1902. Tese Faculdade de Medicina da Bahia, Bahia, 1902.

MIRANDA, Francisco Pontes de. **A insanidade mental como dirimente dos delictos**. 1902. Tese Faculdade de Medicina da Bahia, Bahia, 1902.

PINA, Antonio Cavalcante. **Herança physiologica e athologica**. 1886. Tese Faculdade de Medicina da Bahia, Bahia, 1886.

PINTO, Antonio Raposo. **Traz o casamento consanguineo a degeneração da raça?**. 1905. Tese Faculdade de Medicina da Bahia, Bahia, 1905.

PIRES, Nestor. **Necessidade de uma campanha anti-espirita**. 1927. Tese Faculdade de Medicina da Bahia, Bahia, 1927.

PONDÉ, Francisco de Souza. **Assistencia publica aos loucos delinquentes no Brazil**. 1902. Tese Faculdade de Medicina da Bahia, Bahia, 1902.

REBELLO, Eugenio Guimarães. **As raças humanas descendem de uma só origem?**. 1869. Tese Faculdade de Medicina da Bahia, Bahia, 1869.

SAMPAIO, Genaro Veiga. **Espiritismo e loucura**: contribuição ao estudo das chamadas "Psichoses Espiritas". 1926. Tese Faculdade de Medicina da Bahia, Bahia, 1926.

SANTOS, Fábio Lopes dos. **Hypnotismo e livre arbitrio**. 1880. Tese Faculdade de Medicina da Bahia, Bahia, 1880.

SILVA, Armando Augusto Vaz e. **Das causas da hysteria**. 1906. Tese Faculdade de Medicina da Bahia, Bahia, 1906.

SOUZA, Aurelio Domingues de. **Prophylaxia de molestias mentaes.** 1907. Tese Faculdade de Medicina da Bahia, Bahia, 1907.

VALVERDE, Belmiro de Lima. **Influencia da Syphilis na sociedade.** 1906. Tese Faculdade de Medicina da Bahia, Bahia, 1906.

ADIALA, Júlio Cesar. **A criminalização dos entorpecentes**. Rio de Janeiro: Fundação Rui Barbosa, 1986a.

ADIALA, Júlio César. **O problema da maconha no Brasil**: ensaio sobre racismo e drogas. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Modelo, 1986b.

AGASSIZ Luís; AGASSIZ Elizabeth Cary. **Viagem ao Brasil 1865 – 1866**. Brasília, DF: Ed. do Senado Federal, 2000. 516 p. (Coleção O Brasil Visto por Estrangeiros).

ALMEIDA, Angélica A. Silva de. **“Uma Fábrica de Loucos”**: Psiquiatria X Espiritismo no Brasil (1900-1950). 2007. Tese (Doutorado em História) - Departamento de História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

ALMEIDA, Ronnie J. T; EL-HANI, Charbel. A Medicina como “Philosophia Social”: Domingos Guedes Cabral e a Tese Inaugural “Funções do Cerebro”. **Revista da SBHC**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 6-33, jan./abr. 2007.

ALMEIDA, Ronnie J. T. **Religião, Ciência, darwinismo e materialismo na Bahia Imperial: Domingos Guedes Cabral e a recusa da tese inaugural “Funções do Cerebro” (1875)**. 2005. Dissertação (Mestrado em Ensino, Filosofia e História das Ciências) – Universidade Federal da Bahia; Universidade Estadual de Feira de Santana, 2005.

ALTHUSSER, Louis. **O futuro dura muito tempo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. 251 p.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1985. 128 p.

AMADO, Janaína. **A Revolta dos Mucker**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2003. 378 p.

ANTUNES, José L. Ferreira. **Medicina, leis e moral**: pensamento médico e comportamento no Brasil (1870-1930). São Paulo: Ed. da UNESP, 1999. 304 p.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. **Casa-Grande & Senzala e a Obra de Gilberto Freyre nos anos 30**. São Paulo: Ed. 34, 2005. 223 p.

ASSIS, Machado de. **Dom Casmurro**. Rio de Janeiro: Coleção Livros O Globo, 1997. 266 p.

ASSIS, Machado de. **O alienista**. São Paulo: Ática, 1998. 48p.

AZEVEDO, Thales de. **As regras do namoro à antiga**. São Paulo: Ática, 1986. 138 p.

BACELAR, Jeferson. **Galegos no paraíso racial**. Salvador: Ianamá; CEAO; CED, 1994. 190 p.

BANTON. Michael. **Aspectos sociales de la cuestión racial**: la UNESCO e su Programa. Paris: UNESCO, 1969. p. 17-30.

BARABAS, M. Alicia. Movimentos étnicos sócio-religiosos na América Latina. **Revista Religião e Sociedade**, v. 14, n. 3, p. 110-118, 1987.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. 272 p.

BOAS, Franz. Raça e progresso. In: CASTRO, Celso. **Antropologia cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. p. 67-86.

BORGES, C. Luiz; GALVÃO, Gastão. Em torno de Darwin e de um ponto de interrogação. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA, 10., 2005, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: [s. n.], 2005.

BRASIL. Decreto nº 181, de 24 de Janeiro de 1890. Disponível em: <www.camara.gov.br>. Acesso em: 23 ago. 2010.

CABRAL, Domingos Guedes. **Funções do cérebro**. Bahia: Imprensa Nacional, 1876. 226 p.

CALASANS, José. **O ciclo folclórico do Bom Jesus Conselheiro**: contribuição ao Estudo da Campanha de Canudos. Salvador: EDUFBA, 2002. 102 p.

CAMUS, Albert. **O estrangeiro**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

CARVALHO, Maria Rosário G. de. Trajetória intersectada pelo carisma: resistência e repressão. In: BACELAR, J.; PEREIRA, C. (Orgs.). **Vivaldo da Costa Lima**: intérprete do Afro-Brasil. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 176-194.

CARVALHO, Oscar Freire. **Deontologia medica**: lição inaugural. São Paulo: Secção de Obras do Estado de São Paulo, 1921. 28 p.

CASTAÑEDA, Luzia A. Unidades fisiológicas de Herbert Spencer. **Revista da SBHC**, Rio de Janeiro, n.13, p.3-8, 1995.

CASTEL, Robert. **A ordem psiquiátrica**: a Idade de Ouro do alienismo. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978. 329 p.

CASTRO, Dinorah D`araujo Berbert de. **Idéias filosóficas nas Teses Inaugurais da Faculdade de Medicina da Bahia**. 1973. 363 f. Dissertação (Mestrado de Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, 1973.

CASTRO, Tito Lívio de. **A mulher e a sociogenia**. Rio de Janeiro: [s. n.], 1893. 407 p.

CHALLOUB, Sidney. Prefácio In: SAMPAIO, G. dos Reis. **Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2001. 163 p.

COELHO, Edmundo Campos. **As profissões imperiais**: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro 1822-1930. Rio de Janeiro: Record, 1999. 304 p.

COLLICHIO, Terezinha Alves Ferreira. **Miranda Azevedo e o Darwinismo no Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988. 166 p.

COMTE, Auguste. **Discurso preliminar sobre o espírito positivo**. Edição: Ridento Castigat Moraes. 184 p. Disponível em: <www.ebooksbrasil.com>. Acesso em: mar. de 2002.

COMTE, Auguste. **Coleção Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 117-318.

CONTE, Jaimir. Apresentação. In: HUME, David. **Da mortalidade da alma e outros textos póstumos**. Ijuí: Unijuí, 2006. p. 9-13.

CONTE, Jaimir. Notas. In: HUME, David. **História natural da religião**. Tradução, apresentação e notas de Jaimir Conte. São Paulo: UNESP, 2005. 158 p.

CORRÊA, Mariza. **Antropologia & medicina legal**. In: CORRÊA, Mariza (Org.). **Caminhos cruzados: linguagem, antropologia e ciências naturais**. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 52-63.

CORRÊA, Mariza. **As ilusões da liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil**. Bragança Paulista: Ed. da Universidade São Francisco, 2001. 404 p.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004. 282 p.

COUTINHO, Aluizio Bezerra. **A filosofia das ciências naturais na Escola do Recife**. Recife: Ed. Universitária UFPE, 1988. 83 p.

CUNHA, Euclides. **Os sertões: campanha de Canudos**. 36. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995. 416 p.

DAMATTA, Roberto. **Relativizando: uma introdução à Antropologia Social**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. 246 p.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais malandros e heróis: para uma Sociologia do Dilema Brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

DARMON, Pierre. **Médicos e assassinos na Belle Époque**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. 316 p.

DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos, e outros episódios da história cultural francesa**. Rio de Janeiro: Graal, 1986. 363 p.

DE HEUSCH, Luc. Ethnie. The vicissitudes of a concept. *Social Anthropology*, [S.l.], n. 8, v. 2, p. 99-115, 2000.

DESMOND Adrian; MOORE James. **Darwin: a vida de um evolucionista atormentado**. 4. ed. São Paulo: 2001. 796 p.

DIWAN, Pietra. **Raça pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo**. São Paulo: Contexto, 2007. 156 p.

DOMINGUES, H. M. Bertol; SÁ M. Romero. Controvérsias evolucionistas no Brasil do Século XIX. In: DOMINGUES, H. M. Bertol; SÁ M. Romero; GLICK, Thomas (Orgs.). **A recepção do Darwinismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2003. p. 97-124.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo**. São Paulo: Perspectiva, 1976. 224 p.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. 10. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1982.

DURKHEIM, Émile. **O suicídio**. Seleção de Arthur Giannotti. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p 163-202. (Coleção os Pensadores).

ECO, Humberto. **História da feiúra**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, L. John. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. 223 p.

EWALD, Ariane Patrícia. Por uma razão não corrompida: pedagogia do Iluminismo e construção da ciência. **Revista da SBHC**, São Paulo, n. 16, p. 3-20, 1996.

FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano**: a criminalidade em São Paulo (1880-1924). São Paulo: Edusp, 2001. 326 p.

FAVERO, Flaminio. **Oscar Freire, meu mestre**. São Paulo: Gráfica Cruzeiro do Sul, 1943. 26 p.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classe**. São Paulo: Ática, 1978. 2 v.

FERREIRA, Otávio Luiz et al. A Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro no século XIX: a organização institucional e os modelos de ensino. In: DANTES, Maria A. M. (Org.). **Espaços da Ciência no Brasil (1800-1930)**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2001. p. 59-79.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau Ed., 2002a. 160 p.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2002b. 479 p.

FRAZER, James G. Prefácio. In: MALINOWSKI, Bronillaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril, 1978. p. 5-9. (Coleção os Pensadores).

FREUD, Sigmund. **Algumas reflexões sobre a psicologia escolar**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 242-250. (Obras completas, vol. XII).

FREYRE, Gilberto. **Sociologia da medicina**. São Paulo: É Realizações, 2009. 287 p.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro: Record, 1998. 569 p.

- FRY, Peter. Febrônio Índio do Brasil: onde cruzam a psiquiatria, a profecia, a homossexualidade e a lei. In: EULÁLIO, A. et al. **Caminhos cruzados**: linguagem, antropologia e ciências naturais. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 65-80.
- FRY, Peter. “Feijoada e soul food” 25 nos depois. In: FRY, Peter. **A persistência da raça**: a persistência da raça: ensaios antropológicos sobre o Brasil e a África austral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 145-166.
- GARDINER, P. L. **Teorias da História**. Lisboa: Calouste-Gulbenkian, 1995.
- GAROFALO, Raphael. **Criminologia**: estudo sobre o delito e a repressão penal. Campinas: Péritas, 1997. 325 p.
- GAY, Peter. **O cultivo do ódio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 675 p.
- GAZETA de Identificação do Estado da Bahia. **Gazeta Médica da Bahia**, Salvador, v. XLII, n. 10, p. 458-466, abr. 1911.
- GEERTZ, Clifford. **O saber local**: novos ensaios em antropologia interpretativa. 11. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009. 366 p.
- GEERTZ, Clifford. Primordial Ties. **Ethnicity**, [S. l.], p. 40-45, 1996.
- GEERTZ, Clifford. A transição para a humanidade. In: TAX, Sol (Org.). **Panorama da Antropologia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1966. p. 31-43.
- GIANNOTTI, José Arthur. In: COMTE, Auguste. **Coleção Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- GIDDENS, Anthony. **As ideias de Durkheim**. São Paulo: Cultrix, 1981. 94p.
- GINZBURG, Carlo. **História noturna**: decifrando o Sabá. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 406 p.
- GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. 271 p.
- GINZBURG, Carlo. O inquisidor como antropólogo: uma analogia e suas implicações. In: GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. p. 203-214.
- GOBINEAU, Arthur de. L’émigration au Brésil. In: READERS G. **O Conde Gobineau no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 1997. 87 p.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 2008. 158 p.
- GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. 8. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2008. 311 p.

GOULD, Stephen Jay. **A falsa medida do homem**. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 369 p.

GOULD, Stephen Jay. **A galinha e seus dentes e outras reflexões sobre História Natural**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. 404 p.

GOULD, Stephen Jay. **Pilares do tempo: ciência e religião na plenitude da vida**. Rio de Janeiro: Roco, 2002. 185 p.

GUALTIERI, Regina Cândida Ellero. “O Evolucionismo na Produção Científica do Museu Nacional do Rio de Janeiro (1876 – 1915)”. In: DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol; SÁ, Magali Romero; GLICK, Thomas. **A recepção do Darwinismo no Brasil**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003. p.45-96.

GUIMARÃES, L. M. P. O Império de Santa Cruz: a gênese da memória nacional. In: HEIZER, Alda; VIEIRA, A. A. P. (Orgs.). **Ciência, civilização e império nos trópicos**. Rio de Janeiro: Access, 2001. p. 265-285.

HAECKEL, Ernesto. **Os enigmas do universo**. 2. ed. Porto: Livraria Chardon, 1919a. 504 p.

HAECKEL, Ernesto. **Religião e evolução**. Porto: Livraria Chardon, 1919b. 137 p.

HARRIS, Ruth. **Assassinato e loucura: medicina, leis e sociedade no fin de siècle**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993. 390 p.

HESS, David. O Espiritismo e as Ciências. **Revista Religião e Sociedade**, v. 14, n. 3, p. 40-54, 1987.

HIERNAUX, Jean. **Los aspectos biológicos de la cuestión racial: la UNESCO e su Programa**. Paris: UNESCO, 1969. p. 9-16.

HUME, David. **Da mortalidade da alma e outros textos póstumos**. Apresentação de Jaimir Conti. Ijuí: Unijuí, 2006. 84 p.

HUME, David. **História natural da religião**. Tradução, apresentação e notas de Jaimir Conte. São Paulo: UNESP, 2005. 158 p.

JABERT, Alexandre. Formas de administração da loucura na Primeira República: o caso do Estado do Espírito Santo. **Revista História, Ciência, Saúde (Manguinhos)**, Rio de Janeiro, p. 693-716, 2005.

JOÃO DO RIO. **As religiões no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006. 306 p.

KEYNES, Richard Darwin. **Aventuras e descobertas de Darwin a bordo do Beagle**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. 390 p.

KIERKEGAARD, Sören. **Temor e tremor**. Lisboa: Guimarães Ed., 1990. 165 p.

KOHL, Alejandro. Tuberculosis y enfermedad mental: la continuidad del aislamiento em la ciudad de Buenos Aires durante el siglo XX. **Revista eä**, Buenos Aires, v. 2, n. 1, p. 1-20, ago. 2010.

KURY, Lorelai. A Comissão Científica de Exploração (1859-1861): a ciência imperial e a musa cabocla. In: HEIZER, Alda; VIEIRA, A. A. P. (Orgs.). **Ciência, civilização e Império nos trópicos**. Rio de Janeiro: Access, 2001. p. 29-54.

LEITE, Dante Moreira. **O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia**. São Paulo: Pioneira, 1976. 339 p.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1988.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem**. Campinas: Papirus, 1989. 322 p.

LIMA, Jackson da Silva. **Os estudos filosóficos em Sergipe**. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1995. p. 66-104.

LINS, Ivan. **História do Positivismo no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964. 569 p.

LOMBROSO, César. **O homem delinqüente**. São Paulo: Ícone, 2007. 223 p. (Coleção Fundamentos de Direito).

LOMBROSO, César. **Hipnotismo e mediunidade**. Rio de Janeiro: Federação Espírita Brasileira, 1945. 435 p.

LOPEZ CID. **O aperfeiçoamento do homem por meio da seleção: Miranda Azevedo e a divulgação do Darwinismo, no Brasil, na década de 1870**. 2004. Dissertação (Mestrado da Casa Oswaldo Cruz) – FIOCUZ, Rio de Janeiro, 2004.

MACHADO, Paulo Ubiratan. **Os intelectuais e o Espiritismo: de Castro Alves a Machado de Assis**. Rio de Janeiro: Ed. Antares, 1983. 240 p.

MACHADO, Roberto et al. **Danação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1978. 559 p.

MAIO, Marcos Chor. “Estoque Semita”: a presença de judeus em Casa-Grande & Senzala. In: MAIO, M. C.; SANTOS R. V. (Orgs.). **Raça como questão: história, ciência e identidades no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2010. p. 126-144.

MAIO, Marcos Chor. Modernidade e racismo: Costa Pinto e o Projeto UNESCO de relações raciais. In: PEREIRA, Cláudio; SANSONE, Lívio (Orgs.). **Projeto UNESCO no Brasil: textos críticos**. Salvador: EDUFBA, 2007. p 11-24.

MALINOWSKI, Bronislaw Kasper. **Os argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Gunè Melanésia**. São Paulo: Abril Cultural, 1978. 424 p. (Coleção Os Pensadores).

MARTINS, Wilson. **História da inteligência brasileira (1855 – 1877)**. São Paulo: T. A Editora, 1996. v. III. 554 p.

MASSOLA, Gustavo Martinelli. Mimese e crime em Adorno e Horkheimer: comentário sobre o “Fragmento de uma Teoria do Criminoso”. **Revista de Psicologia**, [S. l.], v. 2, n. 12, p. 133-139, 2007.

MEAD, Margareth. **Sexo e temperamento**. São Paulo: Perspectiva, 2006. 316 p.

MELLO, L. Gonzaga de. **Antropologia cultural**: iniciação, teoria e temas. Petrópolis: Vozes, 2004. 526 p.

MÉTRAUX, Alfred. Brasil tierra de armonía racial? **El Correo de La UNESCO**, [S. l.], p. 3, abr. 1951.

MIRANDA, P. Manoel (Espírito). Psicografia de Divaldo Franco. **Transtornos psiquiátricos e obsessivos**. Salvador: Livraria Espírita Alvorada Ed., 2008. 300 p.

MORGAN, H. Lewis. A sociedade antiga: ou investigação sobre as linhas do progresso humano desde a selvageria, através da barbárie, até a civilização. In: CASTRO, Celos (Org.). **Evolucionismo cultural**: textos de Morgan, Tylor e Frazer. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. p. 41-65.

MOTTA, Roberto. Gilberto Freyre, René Ribeiro e o Projeto UNESCO. In: PEREIRA, Cláudio; SANSONE, Lívio (Orgs.). **Projeto UNESCO no Brasil**: textos críticos. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 38-60.

NEVES, M. de Souza. A “**Machina**” e o indígena: o Império do Brasil e a Exposição Internacional de 1862. In: HEIZER, Alda; VIEIRA, A. A. P. (Orgs.). **Ciência, civilização e Império nos trópicos**. Rio de Janeiro: Access, 2001. p. 173-206.

NIETZSCHE, Friedrich. **Escritos sobre História**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2005. 360 p.

ODA, Ana Maria G. Raimundo; DALGALARRONDO, Paulo. Juliano Moreira: um psiquiatra negro frente ao racismo científico. **Memória, Revista Brasileira de Psiquiatria**, [S. l.], p. 178-179, 2000.

ODA, Ana Maria G. Raimundo; DALGALARRONDO, Paulo. Apresentação. In: PINEL, Philippe. **Tratado médico-filosófico sobre a alienação mental ou mania**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2007. p. 15-44.

ODA, Ana Maria G. Raimundo. **Alienação mental e raça**: a psicopatologia comparada dos negros e mestiços brasileiros na obra de Raimundo Nina Rodrigues. 2003. Tese (Doutorado em Ciências Médicas)- Faculdade de Ciência Médicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

PAIM, Antônio. **A filosofia da Escola de Recife**. Rio de Janeiro: Ed. Saga, 1966. 217 p.

PAPAVERO, Nelson. “Fritz Müller e a comprovação da Teoria de Darwin”. In: DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol; SÁ, Magali Romero; GLICK, Thomas. **A recepção do Darwinismo no Brasil**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003. pp.29-44.

- PASSOS, Alexandre. **Juliano Moreira: vida e obra**. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1975. 56 p.
- PEIXOTO, Afrânio. **Epilepsia e crime**. Salvador: Oliveiras Editores, 1898. 196 p.
- PEREIRA, Baptista. **O Brasil e a raça**. São Paulo: Empresa Gráfica Rossetti LTDA, 1928. 151 p.
- PEREIRA, L. Cláudio. A sociologia de Guerreiro Ramos. In. PEREIRA, Cláudio; SANSONE, Lívio (Orgs.). **Projeto UNESCO no Brasil: textos críticos**. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 228-240.
- PESET, J. Luis; PESET Mariano. **Lombroso y La Escuela Positivista Italiana: Clasicos de La Medicina**. Madrid: [s. n.], 1975. 741 p.
- PIETZ, William. The Problem of the fetish III. Bosman's Guinea and the Enlightenment Theory of Fetishism. **Res. Anthropology and Esthetics**, [S. l.], 16, p. 105-123, 1988.
- PINEL, Philippe. **Tratado médico-filosófico: sobre a alienação mental ou mania**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2007. 271 p.
- PINHEIRO, Alexander M. Silva. **Uma experiência do front: a guerra de Canudos e a Faculdade de Medicina da Bahia**. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.
- PORTER, Roy. **Uma história social da loucura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991. 327 p.
- PRADO, Danda. **Ser esposa: a mais antiga profissão**. São Paulo: Brasiliense, 1979. 334 p.
- PRADO, Eduardo. **A ilusão americana**. Brasília, DF: Ed. Do Senado Federal, 2003. 114 p.
- RAEDERS, George. **A mestiçagem no Brasil**. Maceió: Ed. UFAL, 2004. 174 p.
- RAEDERS, George. **O negro brasileiro: etnografia religiosa**. 5. ed. Rio de Janeiro: Graphia, 2001. 342 p. v. 1.
- RAEDERS, George. **O inimigo cordial do Brasil: o Conde de Gobineau no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. 273 p.
- RAEDERS, George. **O Conde de Gobineau no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. 87 p.
- RAMOS, Arthur. **Loucura e crime: questões de psiquiatria, medicina forense e psicologia social**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1937. 206 p.
- RAMOS, Arthur. **A Mestiçagem no Brasil**. Maceió: EDUFAL, 2004, 197p.
- RAMOS, Arthur. **O Negro Brasileiro, 1º volume: Etnografia Religiosa**. Rio de Janeiro: Graphia, 2001, 342p.

RAMOS, J. de Souza; MAIO, M. Chor. Entre a riqueza natural, a pobreza humana e os imperativos da civilização, inventa-se a investigação do povo brasileiro. In: MAIO, M. C.; SANTOS, R. V. (Orgs.). **Raça como questão: história, ciência e identidades no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2010. p. 24-49.

REIS, João José. **Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. 460 p.

REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos Malês em 1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. 680 p.

REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 357 p.

RIBEIRO, João Ubaldo. Quem tem raça é cachorro. **Jornal A Tarde**, Salvador, 5 abr. 2009. Caderno 2, p. 2.

RIBEIRO, Marcos A. Pessoa. **A Faculdade de Medicina da Bahia na visão de seus memorialistas (1854-1924)**. Salvador: EDUFBA, 1997. 164 p.

ROCHE, Jean. Prefácio. In: AMADO, Janaína. **A Revolta dos Mucker**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2003. p. 13-16.

RODRIGUES, José Carlos. **Tabu do corpo**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983. 173 p.

RODRIGUES, Raimundo Nina. Memória histórica do ano de 1896. In: **Gazeta Médica da Bahia**, Salvador, v. 73, p 24-30, out. 1976.

RODRIGUES, Raimundo Nina. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1938. 272 p.

RODRIGUES, Raimundo Nina. **Os africanos no Brasil**. Brasília, DF: Ed. Universidade de Brasília, 2004. 315 p.

RODRIGUES, Raimundo Nina. **As coletividades anormais**. Brasília, DF: Edições do Senado Federal, 2006. 208 p.

RODRIGUES, Raimundo Nina. **O alienado no Direito Civil Brasileiro**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1901?. 215 p.

ROMERO, Sylvio. **Doutrina contra Doutrina**. 2. ed. [S. l: s. n], 1895.

ROMERO, Sylvio. O remédio. In: ROMERO, Sylvio. **O Brasil social e outros estudos sociológicos**. Brasília, DF: Ed. Do Senado Federal, 2001. p. 236-272.

ROMERO, Sylvio. **Obra filosófica**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editôra, 1969. (Coleção Documentos Brasileiros).

ROUSSEAU, J. J. **Júlia ou A Nova Heloísa**. Campinas: HUCITEC; Ed. UNICAMP, 1994. 659 p.

SALLES, João Carlos. O pardo. **Terra Magazine**, [S. l.], 8 jul. 2008. Disponível em: <<http://terramagazine.terra.com.br>>. Acesso em: 11 maio 2011.

SAMPAIO, G. dos Reis. **Nas trincheiras da cura**: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2001. 163 p.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. In: SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **As profissões imperiais**: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro 1822-1930 (Prefácio). Rio de Janeiro: Record, 1999. p.7-10.

SCHUPP, Ambrósio. **Os Muckers**: episódio histórico ocorrido nas colônias alemãs do Rio Grande do Sul. Brasília, DF: Ed. do Senado Federal, 2004. 327 p.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Retrato em branco e preto**: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia ds Letras, 2008. 284 p.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870 – 1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 287 p.

SEPULVEDA, Claudia de A. Serra e. **A relação entre religião e ciência na trajetória profissional de alunos protestantes da licenciatura em ciências biológicas**. Dissertação (Mestrado em Ensino, Filosofia e História das Ciências) – Universidade Federal da Bahia; Universidade Estadual de Feira de Santana, Salvador, 2003.

SILVA, J. Ítalo de Oliveira e. Por uma eugenia latino-americana: Victor Delfino e Renato Kehl. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA, 10., 2005, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: [s. n.], 2005. .

SIMMEL, Georg. **Filosofia do amor**. São Paulo: Martins Fontes, 1993. 215 p.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. 328 p.

SOUZA, V. Sebastião de. As sementes da boa geração: eugenia e hereditariedade no pensamento do eugenista Renato Kehl (1920-1940). In: SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA, 10., 2005, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: [S. n.], 2005. 1 CD-ROM.

STEPAN, Nancy Leys. **A hora da eugenia**: raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2005. 224 p.

TODOROV, Tzvetan. **O medo dos Bárbaros**: para além do choque das civilizações. Petrópolis: Vozes, 2010. 237 p.

TURAZZI, Maria Inez. A exposição de obras públicas de 1875 e os “produtos da ciência do engenheiro, do geólogo e do naturalista”. In: HEIZER, Alda; VIEIRA, A. A. P. (Orgs.). **Ciência, civilização e Império nos Trópicos**. Rio de Janeiro: Access, 2001. p. 145-163.

TYLOR, Edward Burnett. A ciência da cultura. In: CASTRO, Celos (Org.). **Evolucionismo cultural**: textos de Morgan, Tylor e Frazer. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005. p. 66-99.

VECHI, Luís Gustavo. Iatrogenia e exclusão social: a loucura como objeto do discurso científico no Brasil. **Revista Estudos de Psicologia**, [S. l.], v. 3, n. 9, p 489-495, 2004.

VELHO, Gilberto. O estudo do comportamento desviante: a contribuição da Antropologia Social. In: VELHO, Gilberto (Org.). **Desvio e divergência**: uma crítica da patologia social. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979. p. 11-28.

VELLASCO, Ivan de Andrade. **A cultura da violência**: os crimes na Comarca do Rio das Mortes – Minas Gerais Século XIX. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, n. 18, p 171-195, 2004.

VERNANT, Jean-Pierre. **As origens do pensamento grego**. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1996. 95 p.

VIEIRA, David Gueiros. **O Protestantismo, a Maçonaria e a questão religiosa no Brasil**. 2. ed. Brasília, DF: UNB, 1980. 409 p.

WACQUANT, J. D. A aberração carcerária à moda francesa. **DADOS Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 2, 2004. p.215-232.

WACQUANT, J. D. O Lugar da prisão na nova administração da pobreza. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 80, p.9-19, mar. 2008.

WACQUANT, J. D. Três premissas perniciosas no estudo do Gueto Norte-Americano. **Revista MANA**, Rio de Janeiro, n. 2, p.145-161, 1996.

WARREN, Donald. A terapia espírita no Rio de Janeiro por volta de 1900. **Revista Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 11/3, p. 56-83, 1984.

WEBER, Beatriz Teixeira. **As artes de curar**: medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-Grandense – 1889 – 1928. Santa Maria: Ed. da UFSM; Bauru: EDUSC, 1999, 249 p.

WEBER, Max. **Sociologia das religiões e consideração intermediária**. Lisboa: Relógio D'Água, 2006. 358 p.

WEBER, Max. Relações Comunitárias Étnicas In: WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da Sociologia Compreensiva. Brasília, DF: Ed. UNB; São Paulo: Imprensa Oficial, 2004. p. 267-277.

WEISS, Raquel. A Teoria moral de Émile Durkheim. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA, 13., 2007, Recife. **Anais...** Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2007.